

21 correntes

**A Arquitetura e o
Urbanismo nas cidades e
suas circunstâncias:
A Arquitetura, os Espaços
e as Cidadanias em
Mundos sem Lugares e
Lugares sem Mundos**

21 coerentes contra

**A Arquitetura e o Urbanismo nas cidades e suas
circunstâncias: a Arquitetura, os Espaços e as
Cidadanias em Mundos sem Lugares e
Lugares sem Mundos**



editora
UEA

LETR**AP**ITAL

PPGI**.CH**



FAPEAM

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitora

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Secretária Executiva

Wesley Sá
Editor Executivo

Raquel Maciel
Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
(Presidente)
Allison Marcos Leão da Silva
Almir Cunha da Graça Neto
Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho
Jair Max Furtunato Maia
Jucimar Maia da Silva Júnior
Manoel Luiz Neto
Mário Marques Trilha Neto
Sílvia Regina Sampaio Freitas
Conselho Editorial

André Yukio Tanaka
Erick Cundiff
Giuliana Loureiro
Samara Nina
Silas Menezes
Projeto Gráfico

André Teixeira
Revisão

Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle
(PPGICH-UEA)
Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos
(PPGICH-UEA)
Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita (UFAM)
Profa. Ma. Ana Lúcia Abrahim (UNINILTONLINS)
Profa. Ma. Lauriane Teixeira de Oliveira (PPGICH-UEA/UFRJ)
Profa. Ma. Calina Ramos de Brito Souto
(UFAM/UNINORTE/Ser Educacional)
Organizadores

Profa. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos
Editoria-Chefe

Profa. Ma. Lauriane Teixeira de Oliveira
Prof. Me. Samuel Luzeiro Lucena de Medeiros
Gabriel Hidalgo de Melo (mestrando)
Gerência-Executiva

Aracelli Cristiane da Cruz Fodra
Profa. Ma. Calina Ramos de Brito Souto
Samuel Elias Candeiro
Kelly Cristina Batista de Castro
Marineide Soares Noronha
Profa. Ma. Pryscila Nunes Duarte de Amorim
Comitê Editorial

Profa. Ma. Betânia de Assis Reis Matta
Edemir Graca Neto
Isabela Cavalcante de Freitas
Assessoria de Relações Públicas e Comunicação

Prof. Me. Rafael Seixas de Amoêdo
Revisão Ortográfica e Assessoria

Carla Monteiro de Souza (UFRR, Brasil)
Carlos Cirino (UFRR)
Carlos Zárate (UNAL, Colômbia)
Cátia Monteiro Wankler (UFRR)
Claudina Azevedo Maximiano (UFAM)
Cleide Inês Witkler (Universidade Federal de Pelotas)
Djalma Thurler (UFBA, Brasil)
Edma Moreira (UNIFESSPA, Brasil)
Elena Nava (UNAM, México)
Eni Adabia Batista (UnB)
Fabricio de Lemos Siqueira Mendes (UFPA)
Gefferson Ramos Rodrigues (UFOPA)
Isabel Pires de Lima (U.PORTO, Portugal)
Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
João Miguel Teixeira Lopes (U.PORTO, Portugal)
José Alcimar de Oliveira (UFAM, Brasil)
Conselho Editorial

Claudina Azevedo Maximiano, Doutora em Antropologia Social, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM
Katiane Silva, Doutora em Antropologia Social, Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará
Júlio Cesar Schweickardt, Doutor em História das Ciências, Pesquisador e Professor do Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/FIOCRUZ. Amazonas
Heloisa Correa Pereira, Doutora em Demografia, Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Nelissa Peralta Bezerra, Doutora em Sociologia, Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará
Antonio Carlos Witkoski, Doutor em Sociologia, Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas-UFAM
Edma do Socorro Silva Moreira, Doutora em Ciências Sociais, Professora Associada da Universidade do Sul e Sudeste do Pará -UNIFESPA
Carlo Valério Aguiar Gomes, Doutor em Geografia, Professor Adjunto do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares –INEAF-UFPA
Katia Helena Serafina Cruz Schweichardt, Doutora em Sociologia e Antropologia, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas
Jocilene Gomes da Cruz, Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Amazonas-UEA
Ruth Helena Cristo Almeida, Doutora em Ciências Agrárias, Professora da Universidade Rural da Amazônia
Pedro Henrique Coelho Raposo, Doutor em Sociologia
– Desenvolvimento e Políticas Sociais, Professor da Universidade do Estado do Amazonas-UEA
Comitê Científico

7 - 9

APRESENTAÇÃO

Artigos

10 - 23

A CATEDRAL DE SANTA TEREZA E SUA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ

Aspectos Religiosos e de Sociabilidade

Afrânio Pereira de Oliveira

Marília de Jesus da Silva e Sousa

24 - 47

A EVOLUÇÃO URBANA DO BAIRRO PRAÇA 14 DE JANEIRO E A SUA RELAÇÃO COM O QUILOMBO DO BARRANCO

Manuella Mendonça Pinheiro Pamponet

Taís Furtado Pontes

Roger Pamponet da Fonseca

48 - 63

APERTEM OS CINTOS: O PILOTO SUMIU?

Um estudo moral sobre a crise dos aplicativos de transporte

Ricardo Cortez Lopes

64 - 81

CORPOS E VOZES INDÍGENAS INVISÍVEIS NO CONTEXTO URBANO AMAZÔNICO

Leandro Eustáquio Gomes

Mauro Augusto Dourado Menezes

Raniele Alana Lima Alves

82 - 97

FACES DE SOCIABILIDADES EM TEFÉ-AM

os UV e os Volts, dinâmicas urbanas histórico-sociais do tempo presente

Yomarley Lopes Holanda

Arthur Figueira do Nascimento

Márcio Augusto Silva de Souza

98 - 115

LARGO DE SÃO SEBASTIÃO

Uma análise do espaço histórico e discursivo do Largo na cidade de
Manaus

Caroline Sthephanny Costa Dantas

Maria Evany do Nascimento

116 - 130

MANAUS: O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Explorando a Urbanização, Degradação Ambiental e a busca pelo
equilíbrio com a natureza

Agatha Carolina Silva Mundstock

Calina Ramos de Brito Souto

131 - 151

MORADIA NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS

Reflexões sobre a fragmentação e desqualificação social e urbana

Gheysa Daniele Pereira Moura

Manoel Inácio de Oliveira

152 - 165

OS 18M² QUE POSSO ALUGAR

Consumo, Identidade e Espaço na Sociedade Moderna

Queren Silva Lima

Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

166 - 184

PALIMPSESTO

O Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais

Marcelo Felipe Sabino dos Santos

Leonardo Cívale

185 - 204

PLANO DIRETOR DE CAMPINA GRANDE

A importância da Revisão do Plano na Promoção da Função Social, no uso adequado do Espaço Urbano e no exercício da cidadania

André Cabral Guimarães

Andrey da Silva Guedes

Aída Paula Pontes de Aquino

Mariana Pôrto Viana de Albuquerque

205 - 235

RECUPERAÇÃO, REFORMA E RESTAURO DO MERCADO MUNICIPAL ADOLPHO LISBOA

Um relato técnico e sentimental

Roger de Souza Abraham

Ana Lucia Nascentes da Silva Abraham

236 - 256

UMA PAISAGEM DO MEDO

Análise descritiva no entorno do Paço Municipal

Davimar de Souza Nunes

Maria Evany do Nascimento

257 -276

VILAS URBANAS DE MANAUS

Habitação coletiva, herança cultural e lugares de memória (1900-1950)

Ana do Nascimento Guerreiro

Artigos livres

277 -299

SIGNIFICADOS SOBRE A PRODUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA, EM SANTOS-SP, DE ACORDO COM A PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Marcelo Pereira de Brito

Eunice Nakamura

300 - 320

BEM VIVER PARA OS MUNDURUKU

Ipi wuy xi ibuyxim ikukap (cuidar e respeitar a terra-mãe)

João Messias da Silva Sousa

Pedro Henrique Coelho Rapozo

Relatos de Experiência

321 - 325

PLANO DIRETOR DE LAGOA SECA

A experiência da Revisão pela Gestão

Maria Aparecida dos Santos

Mariana Pôrto Viana de Albuquerque

Andrey da Silva Guedes

Larissa Nóbrega e Silva

Assim como naturalizamos algumas das situações vivenciadas em sociedade ao longo da história, como a pobreza, a guerra, as diferenças sociais, o analfabetismo, tendemos também a naturalizar, no sentido de que, nos parece que sempre existiram como são no momento em que as percebemos, as “cidades” como conceitos, as “cidades” como produtos de uma história, também do tempo presente, mas principalmente como produtos de uma longa duração, as cidades enfim são com seus elementos fundantes, os espaços, as circulações, suas culturas nos espaços e dos espaços, suas arquiteturas, e, como nos mostrou de forma clarividente Milton Santos, suas “rugosidades”, suas marcas, suas transformações, enfim, as cidades são o objeto privilegiado das possibilidades de estudos “interdisciplinares”.

As cidades estão contidas em processos históricos muito longos e diversificados que as transformaram em relações que foram avançando e recuando de acordo com as circulações dos produtos, das técnicas, das tecnologias e das inteligências, de modo que cada cidade possui suas especificidades, mas todas estão inseridas, contidas dentro de um processo maior que foram as expansões dos sistemas de produção e circulação da vida social. O tamanho das cidades e suas funcionalidades como nos mostrou Max Weber, não determinam as suas complexidades e suas tendências de consolidação como atividades portuárias, militares, religiosas, mas a existência do mercado e das circulações dos capitais sim, são capazes de influenciar as relações que ali se vão construir dentro de um determinado tempo de existência daquele modo de viver a cidade.

Autores diferentes chamaram estes processos de forma diferentes, das cidades que produzem o conhecimento da inteligência, como Henri Lefebvre denominou as que possuíam a “vida urbana” definida pela presença da produção do conhecimento e do pensamento, portanto da política, às cidades cujos processos são capazes de produzir o “conhecimento do conhecimento”, ao possibilitarem os meios de existência da complexidade e suas condições, como sugeriu Edgar Morin.

Esses processos não são lineares, e quase sempre foram conflituosos porque a vida social que era dentro e fora das cidades produtora dessas relações possuía desiguais condições de apreensão desses processos que como dissemos no início do texto eram e são vividos como “naturais”. As chamadas condições citadinas das “classes trabalhadoras” nas e das cidades como nos mostraram autores muito diferentes desde Friedrich Engels. Os estudos das cidades se diversificaram e incluíram olhares para as relações da vida social no espaço das cidades, na vida que vivida ali, naqueles espaços e

condições de organização das relações daquela forma um pouco que “homogeneizavam” e amplificavam os efeitos daquele novo modo de produção que se organizava desde o Renascimento.

As artes, a poesia, a pintura, o teatro, tudo na vida das cidades se orientava para uma individualização do coletivo, e assim sendo, os tempos da vida social foram mudando e transformando as relações entre os homens. As percepções diferentes dos tempos da produção dos corpos e dos seres contribuiu para que as diferenças de condições de produção da vida fossem notadas e as condições políticas e econômicas dessa produção fossem questionadas. Outros autores com Norbert Elias, Georg Simmel e Walter Benjamin perceberam e descreveram as transformações das formas de ser e estar nas cidades e nos produtos dessas novas organizações.

Cabe, no entanto, uma lembrança, esses processos que estamos aqui descrevendo para contextualizar nosso número da Revista Contracorrente aconteceram em uma parte do mundo muito específica e restrita, a Europa, e temos de fazer justiça ao fato de que muito antes em muitos lugares, grandes cidades viviam processos muito parecidos e que não geraram as mesmas consequências o que mostra que as peculiaridades de cada tempo e lugar da história são importantes e carregam outras formas de construção do entendimento das cidades, e do mesmo modo autores existem que nos podem guiar para entender estes processos como Serge Gruzinski, Andreas Huyssen e o historiador e diplomata brasileiro recém falecido Alberto da Costa e Silva.

Os processos da história, agora ampliados em formas globais de produção e circulação dos capitais econômicos e políticos, com uma constante e nociva tendência de enfraquecimento das formas de relação dos seres sociais com suas formas de governo, dominados que somos pelas formas de produção da vida social, dominação baseada nas novas tecnologias e na velocidade e efemeridade de produção e validação dos discursos de explicação da vida social, tudo isso contribui para que a vida se produza a partir de uma autonomia dos indivíduos em relação ao coletivo, processos muito bem analisados por autores como Christopher Lasch, Mark Fisher, Jonathan Crary e Mike Davis. Mas temos de ter esperança e otimismo. Há formas de compreensão críticas destes processos e pensamento inovador sobre o tempo presente.

Os modos de construir discursos críticos foram muito enfraquecidos, mas ainda resistem e as reflexões contidas nos artigos desse número especial da revista Contracorrente são uma prova de que é possível de forma

interdisciplinar e articulada construir um pensamento crítico sobre o esvaziamento da experiência de narrar a vida social na e das cidades. A nossa forma de combater os “mundos sem lugares e os lugares sem mundo” do tempo presente, é nos inspirarmos em autores como Michel Lowy e Eduardo Viveiro de Castro que lutam com suas ferramentas para que não nos esqueçamos de que o tempo não acabou e não para. Este número é dedicado aos grandes pensadores Enrique Dussel e Antonio Negri.

Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

A CATEDRAL DE SANTA TEREZA E SUA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ:

Aspectos religiosos e de sociabilidade

Afrânio Pereira de Oliveira

Mestre em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade do Estado do Amazonas – (PPGICH /UEA), Historiador e Professor da Rede Pública do Estado do Amazonas

Marília De Jesus da Silva e Sousa

Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFAM) e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade do Estado do Amazonas – (PPGICH /UEA), Pesquisadora Associada do Instituto Mamirauá e do NEPT (UFAM), Pós-Doutoranda PROCAD (PPGEAA/PPGICH)

Resumo: Este é um estudo sobre a Catedral de Santa Tereza e sua praça no município de Tefé. O enfoque da análise recai sobre os aspectos religiosos e culturais no âmbito da religiosidade popular, no contexto deste município. A metodologia utilizada segue uma abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica da oralidade, congregando as narrativas dos colaboradores, complementadas por fontes secundárias, como fotografias, revistas, periódicos presentes nos arquivos do Seminário Apostólico São José (Prelazia de Tefé), e na Casa dos Espiritanos do Divino Espírito Santo, entre os anos de 2022 e início de 2023. Constatamos nesta pesquisa que a religiosidade é um elemento essencial, como forma de expressão da cultura popular tefeense, consideramos que a Catedral de Santa Tereza e sua praça, onde são realizadas as festividades religiosas e eventos socioculturais, são lugares, onde também são construídos os espaços de convivência, fraternidade, e onde a sociabilidade concretiza-se culturalmente, sendo o aspecto religioso, um elo importante para a preservação e manutenção do patrimônio cultural local. Nas Dioceses espalhadas pelo mundo, as catedrais representam um valor sagrado para os católicos, consistindo num lugar de encontro e de fé, onde os fiéis reúnem-se nas celebrações especiais, fazendo demonstração de fervor e religiosidade, enquanto que as praças são locais de encontros, descontração, lazer e sociabilidade entre seus frequentadores, independente do credo religioso. Assim, o estudo apresenta elementos que indicam que a praça e a Catedral se constituem como pontos de memória e identidade histórico-cultural do município de Tefé.

Palavras-chave: Catedral de Santa Tereza; Patrimônio Cultural; Tefé; Religiosidade; Memória.

Abstract: This work carried out a study on the Cathedral of Santa Tereza and its square in the municipality of Tefé. The focus of the analysis is on religious and cultural aspects within the scope of popular religiosity, in the context of this municipality. The methodology used in this study follows a qualitative approach, using the oral technique, bringing together the collaborators' narratives, complemented by secondary sources, such as photographs, magazines, periodicals present in the archives of the São José Apostolic Seminary (Prelacy of Tefé), and at the House of Spiritans of Divine Holy Spirit, between the years 2022 and early 2023. We found in this research that religiosity is an essential element, as a form of expression of Tefeense popular culture, we consider that the Cathedral of Santa Tereza and its square, where religious festivities and sociocultural events are held, are places where spaces for coexistence and fraternity are also built, and where sociability takes cultural form, with the religious aspect being an important link for the preservation and maintenance of local cultural heritage. In Dioceses around the world, cathedrals represent a sacred value for Catholics, consisting of a place of meeting and faith, where the faithful gather in special celebrations, demonstrating fervor and religiosity, while squares are places of meetings, relaxation, leisure and sociability among its visitors, regardless of religious belief. Thus, the study presents elements that indicate that the square and the Cathedral constitute points of memory and historical-cultural identity in the municipality of Tefé.

Keywords: Santa Tereza Cathedral; Cultural Heritage; Tefé; Religiosity; Memory.

INTRODUÇÃO

Este estudo desenvolve-se numa abordagem que contempla a temática da dinâmica sociocultural e religiosa, sendo o epicentro do estudo, a Catedral de Santa Tereza e sua praça, no município de Tefé – AM. A investigação deste tema, partiu de alguns pressupostos que nortearam a pesquisa, direcionadas pelas seguintes questões: 1. A existência da Catedral na historiografia tefeense, pode ser considerado um elo indenitário entre o tradicional e o novo? 2. Pode-se dizer que a praça de Santa Tereza, como um local de festividades socioculturais, atua como vertente geradora de cultura em Tefé?

Buscando verificar esses pressupostos, adotamos a seguinte pergunta de partida: “Qual a importância da Catedral de Santa Tereza e sua praça no município de Tefé, no contexto sociorreligioso e cultural, enquanto lugar de memória e identidade?” Assim, seguimos com nossa análise procurando responder a essa indagação, conduzido por alguns objetivos.

O objetivo geral, baseou-se em analisar os elementos da religiosidade e sociabilidade da Catedral de Santa Tereza e sua praça, bem como sua relevância enquanto lugar de memória e identidade. Procurando para tanto: Descrever as principais manifestações religiosas ligadas à Catedral de Santa Tereza; Identificar as manifestações culturais que ocorreram/e as que ainda ocorrem na praça da Catedral de Santa Tereza; discutir os aspectos da religiosidade e sociabilidade relativas à Catedral de Santa Tereza e sua praça.

Este estudo constitui-se num trabalho investigativo de grande relevância para a comunidade científica, por agregar um conteúdo inédito. Como diretriz do referencial teórico neste estudo, destacamos alguns autores como Le Goff (2003), Ricoeur (2007, 2019), Canclini (1998), Castells (1999), Hobsbawm & Ranger (1997), Vilhena (1993), Galvão (1955, 1976), dentre outros.

Procuramos apresentar os resultados deste artigo em três tópicos: No primeiro tópico intitulado “Cultura e religiosidade popular à luz do Concílio Vaticano II, e a cosmovisão religiosa do caboclo amazônico”, procuramos descrever as principais manifestações religiosas ligadas à Catedral de Santa Tereza, analisando também os conceitos de cultura e religiosidade popular, provenientes do concílio Vaticano II, na visão de Vilhena (1993), abordamos ainda, a cosmovisão do caboclo amazônico, em relação à sua religiosidade popular, embasado em teóricos como Galvão (1955, 1976), Maués (2005) e Conceição (2012).

No segundo tópico, cujo título chama-se “Construindo sociabilidades: a Catedral de Santa Tereza e sua praça, como condição de “lugar”, buscamos trabalhar o segundo objetivo, procurando identificar as manifestações culturais que ocorreram e as que ainda ocorrem no espaço da praça da Catedral de Santa Tereza. Partindo de uma análise sócio espacial de “lugar”, e “espaço”. Também procuramos dialogar com os conceitos de História Identidade, na visão dos teóricos Le Goff (2003), Ricoeur (2007, 2019), e Castells (1999).

No terceiro tópico, “A Catedral de Santa Tereza e sua praça: aspectos da religiosidade e sociabilidade”, nos propomos a discutir os aspectos da religiosidade e sociabilidade relativas à Catedral de Santa Tereza e sua praça,

inicialmente abordando a questão patrimonial, e a importância destes lugares em âmbito municipal.

METODOLOGIA

Este estudo é uma investigação de abordagem qualitativa e método etnográfico, de caráter exploratório, adotando procedimentos tais como: o aprofundamento bibliográfico, a pesquisa de campo por meio da observação e realização de entrevistas. De acordo com Simões; Garcia (2014, p. 99), “a pesquisa qualitativa se desenvolve por um método indutivo por excelência e busca entender por que o indivíduo age como age, pensa como pensa ou sente como sente”.

Para o arcabouço teórico-metodológico desta pesquisa, realizamos o aprofundamento bibliográfico, pois conforme Morin (2015, p. 32), a busca pela verdade “deve levar em consideração todo conhecimento que se crê verdadeiro, toda pretensão ao conhecimento”, procurando ampliar a visão nesta temática, por meio da verificação bibliográfica. Analisamos também registros fotográficos obtidos no acervo do Seminário Apostólico São José, vídeos; jornais da paróquia; e ainda revistas; conservadas no acervo bibliográfico da Prelazia de Tefé.

Os Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos elencados no estudo desta temática, compreendem: o bispo da Prelazia de Tefé, três comerciantes, um servidor público, uma professora aposentada, uma ex-coordenadora do MEB, o Secretário municipal de turismo, o Subsecretário municipal de cultura, e a presidente da ASSEAM, perfazendo um total amostral de dez colaboradores.

Pelo fato destes também terem olhares distintos sobre o mesmo tema, tal procedimento encontra amparo em Verena Albert (2013), quando esta indaga o seguinte: “como os entrevistados viam e veem o tema em questão?” (Alberti, 2013, p. 38). Pois, a ideia é coletar relatos diversos, com olhares diferentes, conforme Goldenberg (2004).

Em princípio, o pesquisador entrevista as pessoas que parecem saber mais sobre o tema estudado do que quais-quer outras. Acredita-se que essas pessoas estão no topo de uma hierarquia de credibilidade, [...]. Na verdade, o pesquisador não deve se limitar a ouvir apenas estas pessoas. Deve também ouvir quem nunca é ouvido, invertendo assim esta hierarquia de credibilidade (Goldenberg, 2004, p. 85).

As diferentes perspectivas narradas pelos participantes, nos proporcionou uma garantia em dar significado social àquelas experiências vividas por eles. E o cordel escolhido para desenrolar o diálogo, foi por meio da chamada “análise do discurso”, pois de acordo com a observação de Tax (2019), o elenco de colaboradores nesta pesquisa não são meros elementos dos quais o pesquisador lança mão para aprofundamento ou conhecimento individual, mas sim, sujeitos no processo e do processo.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa de campo com observação e entrevistas foi realizada em dois momentos diferentes. No primeiro momento, deu-se a partir da aquisição de materiais extra bibliográficos, tipo fotografias, vídeos, como subsídios complementares da pesquisa, adquiridos nos locais já citados anteriormente. Num segundo momento foram realizadas as entrevistas com um roteiro de perguntas semiestruturadas (conforme, Tabela 1) no período de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023.

Figura 1: Vista aérea da Catedral de Santa Tereza e sua praça, com o coreto no centro, 2022



Fonte: Borges, J. P.

O procedimento das entrevistas baseou-se na perspectiva da história oral temática (Meihy, 1998). Os instrumentos utilizados para a coleta das entrevistas, foram: o gravador de áudio em aplicativo de celular, câmera fotográfica e anotações no diário de campo para registrar as nossas impressões.

RESULTADOS

A religiosidade católica na cidade de Tefé, ainda hoje é muito acentuada, trazendo em sua bagagem histórica práticas advindas do cristianismo europeu, introduzidas pelos missionários colonizadores, como também das práticas religiosas caboclas nas comunidades da zona rural, tal qual urbana como afirma Sousa (1983).

Segundo Pessoa (2005), as principais celebrações religiosas que realizadas anualmente no município de Tefé, são: a páscoa, a Santíssima Trindade, as peregrinações no mês de maio, mês de Nossa Senhora da Conceição, o Corpus Christi, a procissão fluvial de São Pedro, a festa da padroeira da cidade, que é Santa Tereza, a festa do Divino, e o Natal.

A religião tem um papel importante na formação de comunidades e identidades coletivas. Para Vilhena (1993), a religião é uma importante forma de expressão da cultura popular e pode contribuir para a formação de uma identidade coletiva a partir de práticas, símbolos e valores compartilhados por uma comunidade.

O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, teve como objetivo principal a modernização da Igreja Católica, sua aproximação com os fiéis e a renovação litúrgica. Em meio a essas mudanças, a relação entre a cultura e a religiosidade popular ganhou destaque e foi abordada de forma mais aberta e inclusiva, no âmbito das tradições populares. Segundo Hobsbawm; Ranger (1997), as tradições locais podem ser ameaçadas por uma cultura de massa que busca impor um estilo de vida padronizado e uniforme, como aponta a perspectiva de um de nossos colaboradores acerca do Festejo de Santa Teresa:

[...] o festejo de Santa Teresa ele resume todos os grandes festejos religiosos católicos que Tefé tem [...] foi o que por muitos anos movimentou a Cidade, e acredito sabiamente que esse festejo deveria voltar a ser uma reunião com a comunidade (A. Fonseca, 26 anos, 19/02/2023).

O nosso colaborador refere-se à questão das mudanças adotadas nos roteiros das festividades religiosas, onde o lado financeiro parece falar mais alto do que a simplicidade do sagrado, em parceria com a comunidade, como antigamente. Em alguns lugares, os festejos são ocasiões especiais para os populares venderem seus produtos artesanais e outros quitutes da culinária local. De acordo com Vilhena (1993), o Concílio ditou decretos que deveriam ser seguidos pelos fiéis. No entanto, segundo Hobsbawm; Ranger (1997), a tradição é uma construção social e histórica, e não algo imutável.

Figura 2: Procissão de Santa Tereza, outubro de 2022



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Diferentemente dos devotos de outros lugares do Brasil, a formação da vida religiosa do caboclo amazônico é muito mais complexa e ultrapassa as muitas variações do cristianismo, segundo Eduardo Galvão¹, “Os elementos ameríndios que integram a religião do caboclo derivam dos povos que habitavam o vale anteriormente à expansão dos portugueses” (Galvão, 1955, p. 7). Para Conceição (2012),

Galvão (1976), tinha como fato inconteste o seguinte: o caboclo amazônico é antes de tudo católico [...] Eduardo Galvão percebeu que o catolicismo do caboclo amazônico era acentuadamente marcado pela devoção aos santos padroeiros da localidade e reduzido a um número de santos de devoção identificados à comunidade daquele local (Galvão, 1976 *apud* Conceição, 2012, p. 301-302).

No trabalho de campo, realizado na região do Salgado, no nordeste paraense, o antropólogo Raymundo Heraldo Maués observou que em algumas casas, inclusive nas dos pajés, existiam oratórios com várias imagens de santos. E que diante dessas imagens, os devotos faziam suas orações.

¹ Do ponto de vista antropológico, quem primeiro estudou a questão da diversidade religiosa do caboclo amazônico foi Eduardo Galvão, que constitui um marco nesses estudos, com dois trabalhos de importância fundamental: um artigo intitulado “Vida religiosa do caboclo da Amazônia”, publicado em 1953, e um livro, resultado de sua tese de doutorado, *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá*, publicado em 1955 (Maués, 2005, p. 259).

Segundo Maués (2005), a todas essas crenças correspondem práticas que se traduzem em formas de cultos, festas e rituais, expressos nas festividades caboclas da Amazônia, pois segundo Galvão (1955):

O sistema religioso que se desenvolveu como parte dessa cultura em formação teve seus elementos básicos no catolicismo ibérico do século XVI, acrescidos de outros, indígenas, principalmente tupis, modificados em sua amalgamação e desenvolvimento pelas condições particulares do vale amazônico (Galvão, 1955, p. 9).

Diante dessa premissa, podemos concluir que a religiosidade popular do caboclo amazônico, não está vinculada, ou necessita estar vinculada a um regramento institucional religioso, ela é para além disso, ela é mestiça, ela é híbrida, ela é popular, ela não pode, e nem deve estar se realizando plenamente devido à autorização do Vaticano de forma alguma, pois a cultura popular vem do povo, proveniente do povo, melhor dizendo, ela é Arreligiosa.²

De acordo com Santos (2005), o lugar se estabelece como “funcionalização do mundo”, ou seja, é pelo “lugar” que o mundo é compreendido na prática. Nessa perspectiva, o lugar é entendido como uma apropriação subjetivamente (e socialmente) construído. Nas palavras do autor, “cada sociedade veste a roupa de seu tempo” (Santos, 2005, p. 25), o que reflete as relações e experiências vividas pelas pessoas.

No livro "Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência" o teórico Yi-Fu Tuan (1980), destaca o valor da experiência subjetiva para a definição de lugar. O geógrafo chinês Yi-Fu Tuan, cunhou o conceito de Topofilia (Tuan, 1980), ou seja, o apego ao lugar. Conforme Tuan (1983), “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro.

O lugar, portanto, não é apenas um espaço físico, mas sim uma construção subjetiva que envolve experiências e sentidos. Essa experiência sensorial, traduzida nas palavras de Tuan, reflete-se na narrativa de uma de nossas colaboradoras, a senhora G. Schaeken, quando esta diz:

Era tão bom que terminava a novena e a gente ficava passeando na praça, ali era um lugar de lazer, que Tefé não tinha outra

² Significado – Que não pertence a nenhuma religião; que recusa qualquer religião. Fonte: Dicionário online de Português – dicio.com.br. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>

diversão, né, então a diversão da gente era ir pra igreja, ficar na praça, passeando, conversando, brincando, enfim (G. Schaeken, 76 anos, 01/02/2023).

É sensivelmente perceptível, na inferência dos pensadores aqui citados, a distinção dos termos “espaço” de “lugar”. Assim sendo, Michel De Certeau (2008) esclarece que o “lugar” tem seu “próprio” significado subjetivo, ou seja, o lugar é entendido como um elemento fundamental na construção da identidade pessoal, uma vez que reflete as experiências, histórias e pertencimentos das pessoas, enquanto o “espaço”, é algo socialmente construído, melhor dizendo, coletivamente construído.

Dessa forma, a praça também é utilizada pelos moradores locais não católicos, como um espaço de convivência e sociabilidade. Até o início da década de 60, todas as apresentações folclóricas com suas danças, eram realizadas nas ruas, em frente das casas. Essa era uma festividade espontânea da população, em que praticamente quase todos do município participavam. O Festival Folclórico de Tefé foi tão rico e magnífico que sua fama perpassou os limites do território tefeense, a ponto de atrair multidões (num misto de público interno e externo), que se apertavam para ver, se divertir, admirar e aplaudir aquelas atrações mágicas, que eram apresentadas ali, no tablado da praça de Santa Tereza, pela qual passaram apresentações folclóricas como a Dança do Cangaço, Dança Africana, Dança Portuguesa, os Bois Bumbás, Cordões de Índios, a Bicharada, Dança da Ciranda, do Corrupião e tantas outras que brilhavam nas noites juninas.

Todas estas manifestações culturais, celebradas e festejadas no auge do Festival Folclórico do município de Tefé, se deram no espaço em frente à Igreja Matriz, ou seja, foram apresentadas na praça da Catedral de Santa Tereza, durante trinta e dois anos. Esses espaços são locais onde as histórias das comunidades são vividas e lembradas. As praças, por exemplo, são locais onde ocorrem festas e celebrações que ajudam a construir a história e a memória das comunidades.

A geração de hoje já não teve aquele privilégio que nós tivemos porque eu também cheguei a ver. O Boi Jitinho, né? O Tangará. Rapaz, a bicharada, enfim, rapaz era um cordão que começavam cedo e terminavam já pelo raiá do dia (D. Júnior, 54 anos, 16/02/2023).

As principais manifestações culturais na praça da Catedral de Santa Tereza, atualmente, são as apresentações de shows musicais de vários estilos, como danças de toadas, competição de rimas de rap, de free step dos adolescentes, além de apresentações da banda militar da 16ª Brigada de

Infantaria de Selva, quermesses das escolas, exposições de cunho comercial, e outras comemorações de cunho socioculturais.

Figura 3: Dança Caninha verde, 1986



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Le goff (2003) argumenta que a história é a representação dos fatos passados, enquanto a memória é o modo como esses fatos são lembrados e transmitidos de geração em geração. Nesse sentido, a memória coletiva desempenha um papel importante na construção da identidade de um grupo ou comunidade. Castells (1999) destaca a importância do poder na construção da identidade, e argumenta que a cidade é um espaço fundamental para a construção da identidade cultural, pois é nela que as pessoas se encontram e interagem, compartilhando experiências e valores.

Inaugurada em 15 de outubro de 1935, após treze anos de construção, pela iniciativa do bispo Monsenhor Alfredo Michael Barrat, a Catedral de Santa Tereza constitui-se num prédio imponente na área central do município de Tefé, juntamente com sua praça, construída um ano antes, são locais de referência histórica, protagonizadas nas ações missionárias dos primeiros sacerdotes católicos Espiritanos, advindos da Europa. Sob a supervisão de Monsenhor Barrat, os Espiritanos contribuíram em largas áreas do conhecimento e do trabalho em solo tefeense, moldando uma formação identitária, exteriorizadas simbolicamente nas obras por eles deixadas.

A Catedral de Santa Tereza, segundo Pessoa (2005), foi a obra mais conagrada pela população pelo fato de ser um “lugar de todos” e “para todos”, por uma fluência de aproximação maior do povo com ela. Como símbolo religioso tem um papel importante na construção da identidade local. Além de figurar como patrimônio cultural do lugar. Aludimos aqui, que o patrimônio cultural pode ser compreendido de diferentes formas, incluindo a definição oficial que leva em conta os bens culturais materiais e imateriais, e a visão popular que inclui elementos produzidos e reproduzidos pelo povo.

Para Teles (2010), a distinção entre patrimônio material e imaterial é considerada artificial. O autor destaca que há uma dicotomia entre patrimônio cultural material e imaterial, pois ambos são importantes para a construção da identidade cultural de uma comunidade. O patrimônio cultural pode ser definido de diferentes formas, tanto oficial quanto popular. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural é composto por "bens culturais de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (IPHAN, s.d.). (Telles, 2010).

Já a visão popular do patrimônio cultural é mais ampla e inclui elementos que não necessariamente são reconhecidos pela definição oficial. Conforme Canclini (1998), a cultura popular é composta por elementos que são produzidos e (re)produzidos pelo povo, como as tradições orais, as festas religiosas ou populares, a música, a culinária, dentre outros. Esses elementos são importantes para a formação da identidade cultural de uma comunidade, e são considerados patrimônio cultural pela visão popular (Le Goff, 2003).

De acordo com Jacques Le Goff (2003) em "História e Memória, a história de um espaço público está intimamente ligada à sua memória e à sua identidade cultural, que se refletem na sua arquitetura, nos monumentos e nas práticas culturais que ocorrem nele" (Le Goff, 2003, p. 434). Nesse sentido, a Praça da Catedral de Santa Tereza, se configura como um

Local de encontro, convívio, festividades e outras atividades [...] tornando o espaço da Matriz importante não apenas pela beleza física, mas também pelo seu significado, carregando o sentido religioso e social [...] (Fernando, 2021, p. 80).

Por fim, a relação entre a cidade e o patrimônio pode ter um papel importante na construção da identidade local. Fernando (2021) destaca que a cidade é um espaço onde as tradições e a história se encontram com as transformações e inovações. A Catedral e sua Praça, podem ser elementos

simbólicos importantes nesse processo, como elementos essenciais, na construção da identidade do povo tefeense.

CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho possibilitou uma compreensão mais ampla da questão sociorreligiosa e cultural do município de Tefé, principalmente para a área de Ciências Humanas ao trazer reflexões sobre a preservação da memória e do patrimônio cultural como ferramentas para a construção da identidade coletiva. Concluímos com esta pesquisa que sim, a Catedral de Santa Tereza e sua Praça na Cidade de Tefé, representam importantes espaços na preservação da história, da tradição e da memória, na construção da identidade tefeense, pois simbolizam as influências culturais e religiosas que permearam a e ainda permeiam a história e a vida do município.

A análise socioespacial da Praça da Catedral de Santa Tereza em Tefé permitiu uma compreensão mais aprofundada da magnitude deste espaço público, das características físicas, dos usos e apropriações pelos usuários permitindo compreender como esse espaço público foi, e ainda continua sendo utilizado pela população local, bem como a dimensão da religiosidade popular e a sociabilidade neste lugar, enquanto expressão da cultura tefeense, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes não somente na área da cultura, mas do turismo e da economia tefeense em geral, o que responde a nossa segunda hipótese.

Podemos afirmar que os lugares aqui estudados, bem como seus espaços construídos, tornam-se elementos essenciais como forma de expressão da cultura popular, a partir da religiosidade, que favorece uma sociabilidade cimentada nas relações socioculturais nesses locais de encontro. Dessa forma, é importante que haja um diálogo constante entre os diferentes atores envolvidos, como a comunidade local, os gestores públicos, os pesquisadores, as universidades e os agentes culturais, para garantir a preservação e valorização desses patrimônios culturais locais.

É importante mencionar que a presente pesquisa se concentrou na análise da Catedral de Santa Tereza e sua Praça como um espaço público de convivência e sociabilidade, valorizando principalmente sua dimensão histórica, religiosa e cultural. Por fim, a Catedral de Santa Tereza e sua Praça são importantes porque constituem-se como um elo entre o tradicional e o novo, entre a religiosidade popular e a cultura, além disso, a praça da Catedral é um espaço de convivência e sociabilidade onde são realizados festas e

eventos que representam a cultura e a identidade tefeense, e são também exemplos de preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, VERENA. **MANUAL DE HISTÓRIA ORAL**. 3. ED. REV. ATUAL. – RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2013.

CANCLINI, NÉSTOR GARCÍA. **CULTURAS HÍBRIDAS: ESTRATÉGIAS PARA ENTRAR E SAIR DA MODERNIDADE**. 2. ED. SÃO PAULO: EDUSP, 1998.

CASTELLS, M. **O PODER DA IDENTIDADE – VOLUME II**. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1999.

CERTEAU, M. DE. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO: 1 ARTES DE FAZER**. 14. ED. RIO DE JANEIRO: VOZES, 2008.

CONCEIÇÃO, DOUGLAS DA. PERSPECTIVAS INVESTIGATIVAS DA RELIGIÃO NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES SOBRE A EMERGÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISA DA RELIGIÃO**, JUIZ DE FORA, V. 15, N. 2, P. 295–318, JUL. 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIÓDICOS.UFJF.BR/INDEX.PHP/NUMEN/ARTICLE/VIEW/21853](https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21853).

FERNANDO, VERÔNICA LIMA. **A CIDADE E O PATRIMÔNIO: O VELHO E O NOVO NO CONTEXTO URBANO E PATRIMONIAL DE TEFÉ/AM/VERÔNICA LIMA | FERNANDO**. DISSERTAÇÃO – PGSS – MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS (MESTRADO) – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, MANAUS, 2021.

GALVÃO, EDUARDO. **SANTOS E VISAGENS: UM ESTUDO DA VIDA RELIGIOSA DE ITÁ, BAIXO AMAZONAS**. SÃO PAULO, NACIONAL, 1955 (COLEÇÃO BRASILIANA).

GALVÃO, EDUARDO. **SANTOS E VISAGENS**. 2. ED. SÃO PAULO: ED. NACIONAL; BRASÍLIA: INL, 1976.

GOLDENBERG, MIRIAN. **A ARTE DE PESQUISAR: COMO FAZER PESQUISA QUALITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**. 8. ED. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2004.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (ORGS.). **A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES**. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1997.

LE GOFF, J. **HISTÓRIA E MEMÓRIA**. 5. ED. CAMPINAS: EDITORA DA UNICAMP, 2003.

MAUÉS, R. HERALDO. UM ASPECTO DA DIVERSIDADE CULTURAL DO CABOCLO AMAZÔNICO: A RELIGIÃO. **ESTUDOS AVANÇADOS**, SÃO PAULO, V. 9, N. 53, P. 259–274, 2005. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/J/EA/I/2005.V19N53/](http://www.scielo.br/j/ea/i/2005.v19n53/).

MEIHY, JOSÉ CARLOS SEBE BOM. **MANUAL DE HISTÓRIA ORAL**. 2. ED. EDIÇÕES LOYOLA, SÃO PAULO, BRASIL 1998.

MORIN, EDGAR. **O MÉTODO 3: CONHECIMENTO DO CONHECIMENTO**. TRADUÇÃO JUREMIR MACHADO DA SILVA. 5. ED. PORTO ALEGRE: SULINA, 2015.

PESSOA, PROTÁSIO LOPES. **A MISSÃO DE SANTA TEREZA D'ÁVILA DOS TUPEBAS**. EDITORA NOVO TEMPO: MANAUS, 2005.

PESSOA, PROTÁSIO LOPES. **Iº CENTENÁRIO DOS ESPIRITANOS EM TEFÉ (SÍNTESE HISTÓRICA)**. 1. ED. MANAUS: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, 1997.

RICOEUR, P. **A MEMÓRIA, A HISTÓRIA, O ESQUECIMENTO**. CAMPINAS: EDITORA DA UNICAMP, 2007.

RICOEUR, PAUL. 1913-2005. **TEORIA DA INTERPRETAÇÃO: O DISCURSO E O EXCESSO DE SIGNIFICAÇÃO**. REIMP. 70 (BIBLIOTECA DE FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA), 2019.

SANTOS, MILTON. **DA TOTALIDADE AO LUGAR**. SÃO PAULO: EDUSP, 2005.

SOUSA, AUGUSTO CABROLIÉ GONÇALVES DE. **SÍNTESE DA HISTÓRIA DE TEFÉ**, 1983.

SIMÕES, DARCILIA; GARCIA, FLAVIO (ORGS.). **A PESQUISA CIENTÍFICA COMO LINGUAGEM E PRÁXIS**. RIO DE JANEIRO: DIALOGARTS, 2014.

TELLES, M. F. P. PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL - DICOTOMIA E REFLEXOS NA APLICAÇÃO DO TOMBAMENTO E DO REGISTRO. **POLÍTICAS CULTURAIS EM REVISTA**, V. 2, N. 3, P. 121-137, 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.POLITICASCULTURAISEMREVISTA.UFBA.BR/INDEX.PHP/PCR/ARTICLE/VIEW/34](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br/index.php/PCR/article/view/34). ACESSO EM: 9 MAR. 2023.

TUAN, Y-F. **TOPOFILIA: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO, ATITUDES E VALORES AO MEIO AMBIENTE**. SÃO PAULO: DIFEL, 1980.

TUAN, Y-F. **ESPAÇO E LUGAR: A PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA**. SÃO PAULO: DIFEL, 1983.

VILHENA, R. B. **A RELIGIOSIDADE POPULAR À LUZ DO CONCÍLIO VATICANO II**. SÃO PAULO: PAULUS, 1993.

A EVOLUÇÃO URBANA DO BAIRRO PRAÇA 14 DE JANEIRO E A SUA RELAÇÃO COM O QUILOMBO DO BARRANCO

Manuella Mendonça Pinheiro Pamponet

Mestranda em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Taís Furtado Pontes

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB)

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB)

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Roger Pamponet da Fonseca

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB)

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB)

Arquiteto e Urbanista pelo Centro Universitário Luterano de Manaus (ULBRA)

Professor Adjunto nível IV da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Resumo: A análise urbana a partir de mapas históricos possibilita reunir informações a respeito das diversas mudanças urbanas ao longo dos anos. O presente artigo tem como objetivo investigar a evolução urbana do bairro Praça 14 de Janeiro, Manaus/AM, e documentar a participação dos moradores do Quilombo do Barranco neste processo de evolução, utilizando dados recuperados de plantas cartográficas do passado, fotografias históricas e relatos orais. A metodologia foi subdividida em duas etapas, baseadas nos autores Kevin Lynch (2011 [1960]), com sua análise visual, e Philippe Panerai (2006), com sua análise sequencial. Os resultados obtidos por esses levantamentos de dados possibilitaram um estudo comparativo e global do bairro Praça 14 de Janeiro, onde se pretendeu compreender como o espaço urbano interage com as memórias e as dinâmicas sociais. A investigação verificou este espaço urbano e as suas diversas camadas, abordadas dentro de cada um dos tópicos propostos na metodologia.

Palavras-chave: Análise Urbana; Quilombo; Praça 14 de Janeiro; Análise visual.

Abstract: Urban analysis based on historical maps makes it possible to gather information about the various urban changes over the years. This article aims to investigate the urban evolution of the Praça 14 de Janeiro neighborhood, Manaus/AM, and to document the participation of residents of Quilombo do Barranco in this evolution process, using data retrieved from

cartographic plans of the past, historical photographs and oral reports. The methodology was subdivided into two stages, based on the authors Kevin Lynch (2011 [1960]), with his visual analysis, and Philippe Panerai (2006), with his sequential analysis. The results obtained from these data surveys enable a comparative and global study of the Praça 14 de Janeiro neighborhood, where it was intended to understand how the urban space interacts with memories and social dynamics. The investigation verified this urban space and its different layers, addressed within each of the topics proposed in the methodology.

Keywords: Urban analysis; Quilombo; Praça 14 de Janeiro; Visual analysis.

INTRODUÇÃO

O atual bairro Praça 14 de Janeiro teve seu processo de ocupação iniciado no final do século XIX, quando o então governador do Amazonas, Eduardo Ribeiro (1862-1900), incentivou a vinda de seus conterrâneos maranhenses para trabalhar nas construções de obras como o Teatro Amazonas, o Reservatório do Mocó, entre outras datadas da época. Com isso, várias famílias de ex-escravizados advindos do Maranhão foram recebidas em Manaus e se estabeleceram no atual bairro Praça 14 de Janeiro, constituindo uma comunidade que ficou conhecida na época como Vila dos Maranhenses.

De acordo com Lira (2018), a fundação da comunidade - então conhecida como Vila dos Maranhenses - se deu em meados de 1890 - 2 anos após a promulgação da Lei Áurea - quando a ex-escravizada dona Maria Severa Nascimento Fonseca, chegou a Manaus vinda do Maranhão com seus três filhos já adultos: Manoel, Antônio e Raimundo. O local era considerado uma área distante do centro da cidade, uma área periférica, sem nenhuma infraestrutura, localizado em um extenso platô, na sua parte central.

Atualmente, a família descendente de dona Maria Severa ainda reside no mesmo território, localizado na Avenida Japurá, no quarteirão entre as ruas Visconde de Porto Alegre e Duque de Caxias. Ao longo dos anos, a comunidade do Quilombo do Barranco de São Benedito recebeu diversas homenagens públicas, reconhecimentos e certificações, como resultado de lutas envidadas ao longo de sua trajetória. Em 2014, a comunidade conquistou a Certidão de Autodefinição, por meio da Fundação Palmares, recebendo também, do governo do estado do Amazonas, a placa de segundo quilombo urbano do Brasil.

Hoje a comunidade é formada por 14 famílias, totalizando um total de 144 moradores. Segundo Rosa (2018), nesta localização urbana, os remanescentes quilombolas apresentam características culturais na sua territorialidade, afirmadas através das práticas religiosas e fazeres cotidianos, na resistência frente aos atos discriminatórios, à invisibilidade social e à expansão do perímetro urbano em virtude do crescimento da cidade.

Entender o processo de crescimento urbano é importante porque nos oferece uma apreensão global da aglomeração numa perspectiva dinâmica e permite determinar lógicas inscritas profundamente no território, que esclarecem as razões de ser do assentamento atual (Panerai, 2006). Partindo dessa premissa, foi realizada uma análise da evolução urbana, e concomitantemente, uma comparação das informações obtidas, com os relatos dos moradores mais antigos do Quilombo do Barranco, que acompanharam todo esse processo de urbanização do bairro.

Concluídas as análises urbanas, as perguntas que o presente artigo se propôs a responder, foram: como o espaço urbano do bairro Praça 14 configura-se frente às vivências e memórias da comunidade quilombola e de que forma essa paisagem é percebida e apropriada? As investigações propostas em cada um dos seis tópicos (1. Vias; 2. Limites; 3. Marcos; 4. Infraestruturas técnicas; 5. Áreas fechadas; 6. O sítio e a extensão) se assemelham a uma espécie de dissecação das camadas do espaço urbano, expondo diversas questões que acontecem na organização do bairro.

A RELAÇÃO ENTRE A EVOLUÇÃO URBANA DO BAIRRO PRAÇA 14 E O QUILOMBO DO BARRANCO

Para o estudo da evolução urbana do bairro Praça 14 foram levados em consideração os relatos orais dos primeiros moradores do bairro¹: os quilombolas, que ocuparam a área por volta de 1890. Esses relatos foram registrados pela pesquisadora Lúcia Maria Barbosa Lira, em sua tese de doutorado (2018); pelo pesquisador Vinícius Alves da Rosa em sua dissertação de mestrado (2018); no filme “14 de Janeiro – Terra, Samba e

¹ Frente às poucas publicações, pesquisas e referenciais teóricos que podem ser utilizados como material de apoio para o presente artigo, os relatos de moradores antigos e atuais foram fundamentais para a realização da pesquisa.

Santo.” dirigido por Cristiane Garcia e no livreto “Praça 14 Memórias” publicado pelo Jornal À Crítica (2002). Ademais, foi feita uma associação entre a evolução urbana do bairro com o Quilombo do Barranco, que se mantém no mesmo território há 132 anos, o que possibilitou a seus moradores, a vivência absoluta da urbanização do espaço.

A história da fundação do bairro está ligada à Revolução de 14 de Janeiro de 1892, quando um grupo de revolucionários liderados por Almiro Álvares Afonso, Leonardo Malcher e Lima Bacuri tentou tirar do poder o governador da época, Gregório Thaumaturgo de Azevêdo. O movimento terminou em 27 de fevereiro do mesmo ano, com a renúncia de Thaumaturgo e a consequente nomeação de Eduardo Ribeiro para o Governo Estadual.


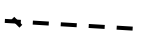

Segundo Moacyr Andrade (1927-2016), na ocasião da ocupação das terras do quilombo, a área do atual bairro Praça 14 de Janeiro era um lugar muito longínquo de Manaus, era preciso atravessar uma porção de igarapés a pé para chegar até lá.

As memórias do bairro Praça 14 estão intrinsecamente relacionadas à personagens e fatos. Sua história está personificada nas ruas, ladeiras, e casas que com cumplicidade nada relatam. Preso a um espaço, pouco se sabe dos fatos que compuseram essa história. Ela se desprende, aqui e ali, com contos do vizinho mais antigo ou através da publicação de textos superficiais (Jornal À Crítica, 2002, p. 13).

METODOLOGIA

Em um primeiro momento, foi realizada uma seleção de mapas históricos, fotografias históricas, textos e relatos a serem utilizados. Posteriormente, foi feita uma análise utilizando este material de apoio levantado segundo os parâmetros estabelecidos pelo autor Philippe Panerai, em seu livro “Análise Urbana” (2006). A metodologia de Panerai foi dividida em duas etapas, sendo a primeira a *Análise Visual*, onde foram considerados os elementos marcantes da paisagem urbana, determinados por Kevin Lynch em seu livro *The Image of the City* (1960), e a segunda a *Análise Sequencial*, que está relacionada a uma apreensão do território através de fotografias, esquemas e análises cartográficas. Cada uma das duas etapas metodológicas se subdivide em três tópicos, discriminados nas Tabelas 1 e 2. Cada um desses tópicos gerou mapas de análises gráficas com dados quantitativos e qualitativos, que permitiram então interpretações e conclusões a respeito da evolução urbana do bairro Praça 14 de Janeiro.

Tabela 1: Tópicos abordados na Análise Visual

ANÁLISE VISUAL	
VIAS 	Caminhos dos transeuntes, itinerários e rotas marcantes, percursos rodoviários, ferroviários, etc.
LIMITES 	Bordas características dos setores que marcam visualmente seu término. Podem ser constituídos por um corte no tecido (um boulevard, parque, canal, viaduto, via férrea), por uma ruptura tipológica no espaço edificado, por uma ruptura do relevo, etc.
MARCOS 	Elementos construídos, edifícios excepcionais, monumentos ou parte de monumentos, dotados de uma forma particular que facilita sua identificação. Uma praça, um cruzamento, um largo, uma ponte, um morro, etc.

Fonte: Lynch (1960) e autores (2021)

Tabela 2: Tópicos abordados na Análise Sequencial

ANÁLISE SEQUENCIAL	
INFRAESTRUTURAS TÉCNICAS	Esgoto, metrô, redes diversas. Algumas estão incorporadas à massa edificada que a dissimula nas profundezas do tecido urbano (vias férreas), outras adquiriram status de monumento (aquedutos) ou combinam eficácia técnica e embelezamento (canais, reservatórios, fontes).
ÁREAS FECHADAS, ENCLAVES E ÁREAS ISOLADAS	Subtração de grandes porções do território sob a forma de áreas fechadas, muitas vezes inacessíveis e organizadas de maneira autônoma. Exemplo: Estações de triagem, aeroportos, campos militares, portos, complexos industriais, etc.
O SÍTIO E A EXTENSÃO	Análise urbana relacionada à geografia, que constitui a primeira maneira de se abordar o território. Estudo da paisagem, topografia, elementos naturais através de fotografias aéreas, mapas, imagens digitais e de satélites que permitam essa observação do conjunto.

Fonte: Panerai (2006) e autores (2021)

ANÁLISE VISUAL DO BAIRRO PRAÇA 14 DE JANEIRO

A Análise Visual parte do mapeamento e identificação das vias, definidas por Lynch (2011) como os canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial. Podem ser ruas, alamedas, linhas de trânsito, canais, ferrovias. Segundo Pereira Costa (2004), a forma urbana é definida pelos elementos físicos fundamentais: as edificações e os espaços livres a elas relacionados, ou seja, as áreas livres privativas e públicas, os quarteirões, os lotes e as vias. Ambos concordam que as vias são elementos que estruturam o espaço urbano tornando-o legível em termos de paisagem.

O bairro Praça 14 de Janeiro, localizado na zona Centro-Sul da cidade de Manaus (Figura 1), tem sua organização espacial caracterizada por um traçado ortogonal rígido, que claramente não levou em consideração as características naturais do território de implantação, principalmente em relação à topografia. A malha ortogonal, inalterada na contemporaneidade, é composta por 38 quarteirões que possuem em média 150 metros de cada lado, com exceção dos quarteirões da porção leste do bairro, que são maiores, com 230 a 250 metros de lado. Esses quarteirões são contidos em ruas com larguras que variam entre 12 e 15 metros.

Os percursos foram analisados através de quatro mapas. O primeiro mapa apresenta o Sistema Viário (Figura 2), onde as vias foram classificadas em: vias arteriais (em laranja), vias coletoras (em bege), e vias locais (em azul). O segundo mapa (Figura 3) apresenta os percursos em zonas que são predominantemente pedonais, ou seja, onde predomina a circulação de pedestres. Isso acontece nessas áreas específicas porque se tratam de pequenas vilas, becos, ruas sem saída, geralmente muito estreitas, que foram demarcadas em azul na Figura 3 – e evidenciam que esses tipos de organizações urbanas estão muito presentes no bairro da Praça 14.

Figura 1, 2 e 3: Mapas de localização do bairro Praça 14 na cidade de Manaus, sem escala (esq.); Mapa de sistema viário (centro) e Mapa de percursos de pedestres (dir.)



Fonte: Os autores (2022)

Uma questão relevante no bairro é o tipo de moradia em vilas e o impacto que essas formas de habitação têm sobre a infraestrutura local. As vilas possuem uma maior densidade habitacional do que moradias unifamiliares isoladas, caracterizada por construções geminadas que permitem abrigar maior número de moradores por metragem quadrada. Na Figura 4, foram registradas fotografias de alguns exemplos desses espaços. Vila na avenida Barcelos, Travessa do Leite, vila na avenida Jonathas Pedrosa, e vila na avenida Visconde de Porto Alegre, respectivamente. Segundo Cavalcante (2006), essa forma de moradia pode ser bem estratégica, uma vez que, de outro modo essas pessoas não teriam condições de morar naquelas áreas, pois quanto mais estruturado e dotado de benefícios, mais valorizado se torna o solo de uma dada área.

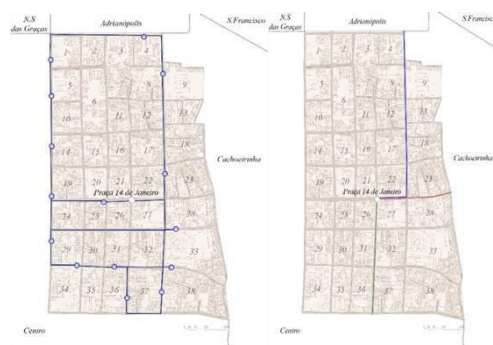
Figura 4: Vilas existentes no bairro Praça 14 de Janeiro



Fonte: Os autores (2022)

O terceiro mapa (Figura 5) demarcou os percursos dos transeuntes até as paradas de ônibus existentes no bairro. A demarcação desses percursos se mostrou relevante pelo fato de que apenas 8% da população residente do bairro possui automóvel próprio, segundo o Censo IBGE 2010.

Figuras 5 e 6: Mapa de percursos e pontos de ônibus (esq.) e Mapa de Percursos até bairros limítrofes (dir.)



Fonte: Os autores (2022)

Acontece que os percursos (os trajetos) do bairro Praça 14 de Janeiro até os bairros vizinhos nem sempre foram simples assim. Quando os primeiros quilombolas chegaram no território, a região era marcada por uma vegetação abundante, não era uma área urbanizada. A paisagem era predominantemente caracterizada por matas e igarapés. Esse período foi retratado por dona Nazaré, uma das moradoras mais antigas da Comunidade do Barranco:

Aquilo tudo era mato. Ali era um igarapé grande, a gente passava por cima dos paus para atravessar. Era um buracão muito horrível. Ali onde é a Justiça do Trabalho na Visconde [de Porto Alegre], ‘Deus o livre!’, ali era um buraco muito feio. Hoje em dia quando eu passo lá eu fico olhando... Como as coisas mudam, né? Ninguém passava da Praça 14 para a Cachoeirinha não. Para ir para a Cachoeirinha a gente ia pelo Circular, pegava a Emílio Moreira e subia, naquele tempo tinha o bonde que passava, que chamava “circular.” Passava por essa rua do cemitério direto e por trás do Reservatório [do Mocó]. Ai a gente passava em frente a penitenciária para pra Cachoeirinha. Não tinha passagem (Entrevista a dona Nazaré, 2011).²

Uma análise comparativa entre o relato de dona Nazaré e alguns mapas antigos da cidade de Manaus confirmou as informações por ela descritas. Na Figura 7, foi destacada (em azul escuro) a antiga linha do bonde, de acordo com o Mapa de 1913. No círculo branco, encontra-se a localização do Quilombo do Barranco. Em azul claro, destacam-se os igarapés existentes na época. O caminho (em verde) marca a rota que os

² Entrevista exibida no filme “14 de Janeiro – Terra, Samba e Santo.” Dirigido por Cristiane Garcia.

moradores do Quilombo tinham que caminhar até o ponto do bonde, na esquina da Leonardo Malcher com a Emílio Moreira. O bonde subia (no trajeto demarcado pela linha pontilhada verde) em direção ao Boulevard, passava nos fundos do Reservatório do Mocó e chegava até o bairro Cachoeirinha. Isso confirma que a lembrança de dona Nazaré foi precisa.

Figura 7: Mapa de Manaus de 1913



Fonte: Instituto Durango Duarte. Alterado pelos autores (2022)

Ainda observando a Figura 7, nota-se que à esquerda dos limites do bairro Praça 14, alguns quarteirões eram separados do bairro Centro por um curso d'água, nesse caso, o Igarapé de Manaus, que se localizava na altura das avenidas Doutor Machado, Leonardo Malcher e Ramos Ferreira. Hoje, o igarapé foi completamente aterrado e ocupado pelo Parque Residencial Manaus, um conjunto habitacional do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM).

Dando continuidade à Análise Visual, foram então considerados os Limites, que segundo Lynch (2011), definem as fronteiras entre duas fases, quebras lineares de continuidade. Esses limites podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região da outra, podendo ser artificiais ou naturais. Uma análise morfológica do bairro possibilitará uma nova delimitação de seus limites, fundamentada pelos conceitos apresentados pelo autor Kevin Lynch.

Como ponto de partida para análise dos limites da Praça 14, tomou-se como primeira referência o perímetro administrativo do bairro, estabelecido pela Lei nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros de Manaus. Os quatro pontos desse perímetro são marcados pelo: 1) cruzamento da Av. Boulevard Álvaro Maia e a Av. Major Gabriel; 2) cruzamento da Av. Major Gabriel e a Av. Ramos Ferreira; 3) cruzamento da Av. Ramos Ferreira com a Av. General Glicério; e 4) cruzamento da Av. General Glicério com a Av. Boulevard Álvaro Maia. Não são mencionadas no Plano Diretor de Manaus (2014) as justificativas para delimitação dos limites dos bairros.

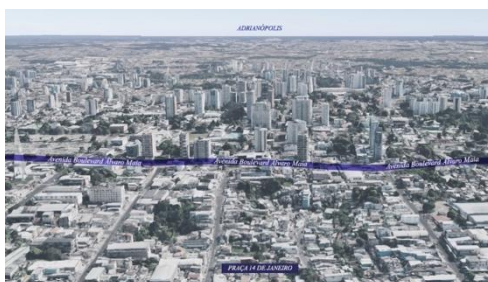
Levando em consideração esses limites administrativos estabelecidos pelo Plano Diretor, a análise terá como pontos de referência as quatro avenidas que delimitam a poligonal do bairro, são elas: Boulevard Álvaro Maia (a); Major Gabriel (b); Ramos Ferreira (c) e General Glicério (d). As avenidas Major Gabriel e Ramos Ferreira marcam os limites entre o bairro Praça 14 e o bairro Centro, enquanto a av. Boulevard Álvaro Maia marca o limite entre o bairro Praça 14 e o bairro Adrianópolis, e por último, a av. General Glicério marca o limite entre a Praça 14 e a Cachoeirinha.

Considerando o ponto de referência (a), é possível afirmar que a Av. Boulevard Álvaro Maia estabelece uma ruptura que diferencia a Praça 14 do Adrianópolis de maneira bem clara. Para justificar essa diferenciação, foram observados alguns fatores que serão descritos a seguir.

Em relação à renda per capita, calculada mediante o Censo IBGE de 2010, o bairro Adrianópolis se encontra na categoria de rendimentos mais elevados dentre os bairros de Manaus, possuindo quase que o dobro da renda dos moradores do bairro Praça 14 de Janeiro. Esses dados estão diretamente refletidos nas tipologias construtivas dos bairros. Enquanto o Adrianópolis é um dos bairros mais verticalizados de Manaus – com verticalização Vertical Alta e gabarito máximo de 25 pavimentos – sua espacialidade é caracterizada pela presença de muitos edifícios em altura de alto padrão, residenciais e comerciais.

Já o bairro Praça 14 – com sua verticalização Vertical Média, de acordo com as Leis de Uso e Ocupação do Solo do Plano Diretor de Manaus de 2014 – apesar de permitido o gabarito máximo 16 pavimentos, são poucos os edifícios em altura presentes no bairro. Sua paisagem é predominantemente marcada por residências unifamiliares de 1 ou 2 pavimentos, e ainda, segundo o IBGE, 82% desses domicílios particulares têm suas paredes externas de alvenaria sem revestimento. Assim, visualmente é fácil perceber a distinção entre os dois bairros frente às características gerais marcadas de forma explícita a paisagem da Av. Boulevard, como se pode observar na Figura 8.

Figura 8: A Avenida Boulevard Álvaro Maia [em azul] estabelecendo o limite entre o bairro Praça 14 de Janeiro e o bairro Adrianópolis



Fonte: Google Earth. Alterado pelos autores (2022)

Em relação aos pontos de referência (b) e (c), as avenidas Major Gabriel e Ramos Ferreira marcam o limite administrativo entre o bairro Praça 14 e o bairro Centro. Porém, fazendo uma análise espacial, observou-se que nesse caso, os limites da prefeitura são um tanto incoerentes frente à forma urbana analisada segundo os critérios morfológicos, como segue.

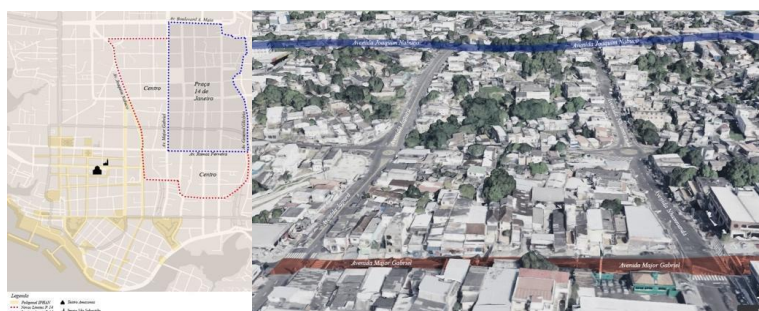
O bairro Praça 14 possui marcos territoriais e fronteiras com características geográficas bem específicas. A grande variação de níveis topográficos resulta em ruas e avenidas íngremes. Edificações com afastamentos generosos, e tipologias residenciais dos anos 60 e 70. Segundo Lira (2018), a Praça 14 é uma área com grande especulação imobiliária, de um comércio forte no ramo automotivo, com muitas lojas, oficinas de consertos de carros e revendedoras de automóveis diversos, o que, nos últimos quarenta anos, se expandiu vertiginosamente por todas as ruas do bairro.

Algumas das diferenças que marcam os bairros Centro e Praça 14 podem ser elencadas tanto do ponto de vista legal quanto de percepção dos moradores. Em termos legais, as caixas viárias do bairro Praça 14 devem apresentar uma dimensão mínima de 15,50 m, enquanto no Centro não há um valor mínimo estabelecido. Além disso, no Centro é permitida uma área mínima de lotes de 160m², enquanto a Praça 14 a área mínima permitida de lotes é de 250m². Ademais, no Centro, os afastamentos, as caixas viárias e o tamanho dos lotes são bem menores.

O Centro de Manaus, por outro lado, é facilmente identificável por outras razões, como a presença de Marcos (Lynch, 1960) como o Teatro Amazonas (1896), o Largo (1896), a Igreja São Sebastião (1870), o Palácio da Justiça (1900), dentre outras construções históricas, se tornaram pontos icônicos da cidade, muitas vezes sintetizando o que se entende por Centro Histórico. Os eixos viários, os edifícios monumentais e o conjunto urbano se consolidaram e formam hoje o conteúdo da poligonal do Centro Histórico de Manaus, tombado pelo IPHAN em 2012.

Frente à análise dos condicionantes da forma urbana dos dois bairros, pode-se sugerir um novo limite morfológico para o bairro Praça 14 de Janeiro. Um olhar mais atento evidencia que, levando em conta as características que melhor qualificam e definem o bairro Praça 14, seu novo limite Oeste não deveria de dar na Av. Major Gabriel, e sim na Av. Joaquim Nabuco, enquanto seu limite Sul se daria na Av. Ipixuna, e não mais na Av. Ramos Ferreira. Além disso, observa-se na Figura 9 que dentro desses novos limites sugeridos para a Praça 14, a nova área incorporada ao bairro se encontra fora da área tombada do Centro Histórico, ou seja, onde se encontram os edifícios de valor cultural. Assim, a justificativa de demarcação dos novos limites do bairro Praça 14 nas Avenidas Joaquim Nabuco e Ipixuna se daria pelas diferenciações espaciais anteriormente citadas entre os dois bairros e que poderiam então ser percebidos de fato como limites.

Figura 9 e 10: Mapa de referências culturais no Centro Histórico de Manaus e trecho das Avenidas Japurá e Nhamundá, entre a Major Gabriel e a Joaquim Nabuco



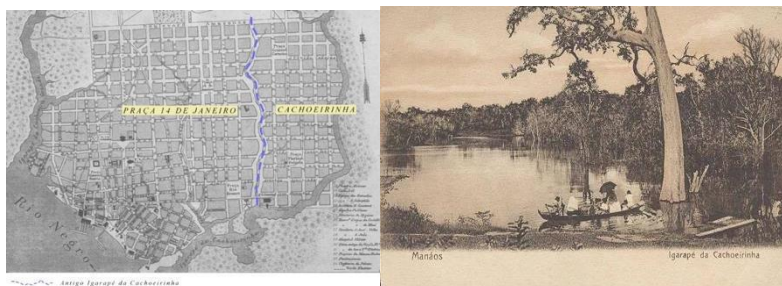
Fonte: Google Earth. Acervo da Superintendência do Iphan no Amazonas. Alterado pelos autores (2022)

Na Figura 10 (acima), é possível observar a Av. Major Gabriel (em laranja) e a Av. Joaquim Nabuco (em azul). No atual limite administrativo, a Major Gabriel marca o fim do bairro Praça 14, mas na prática a realidade é bem diferente. Esse trecho das avenidas Japurá (à esquerda) e Nhamundá (à direita), apesar de tecnicamente estar localizado no bairro Centro, de “Centro” não tem nada. Isso fica evidente olhando para a disposição das vias, a topografia, a tipologia e distribuição das edificações e os afastamentos.

Por fim, considerando o ponto de referência (d), a Av. General Glicério é estabelecida pelo Plano Diretor de Manaus como o limite entre o bairro Praça 14 e o bairro Cachoeirinha. Após uma breve análise, este quarto e último limite administrativo foi considerado coerente, pois apesar desses dois bairros em muito se assimilarem, a separação entre eles foi historicamente marcada por uma barreira física natural: o antigo Igarapé da

Cachoeirinha (ou igarapé Mestre Chico). A Av. General Glicério segue inclusive o desenho original do antigo igarapé [Figura 11], ao contrário das demais vias do bairro inseridas na malha de tabuleiro de xadrez.

Figuras 11 e 12: Planta de Manaus, 1913 (esq.) e Foto histórica do Igarapé da Cachoeirinha, 1897. O igarapé separava os bairros Praça 14 e Cachoeirinha (dir.)



Fonte: Instituto Durango Duarte. Alterado pelos autores (2022)

Como resultado dessas análises, sugere-se um novo mapa de limites do bairro Praça 14 de Janeiro, apresentado na Figura 13.

Figuras 13: Novo mapa de limites do bairro Praça 14 de Janeiro



Fonte: Os autores (2022)

O próximo critério de análise morfológica são os *Marcos*, que Lynch (2011) define como objetos físicos: edifícios, sinais, lojas ou montanhas. Os marcos do bairro Praça 14 de Janeiro foram demarcados no mapa da Figura 14, e serão numerados e descritos a seguir.

Figuras 14, 15, 16: Mapa com os Marcos do bairro Praça 14 de Janeiro. Santuário de Fátima em 1960 e Prédio do Seminário



Fonte: Os autores (2022). Instituto Durango Duarte (2022) e Manaus de antigamente (2022)

O primeiro marco (1), que está diretamente associado à paisagem da Praça 14, é o Santuário de Nossa Senhora de Fátima. Segundo o livreto “Praça 14: Memórias”, lançado pelo Jornal À Crítica em 2002, a idealização de uma capela no bairro começou no dia 13 de maio de 1939, com a celebração da primeira missa campal pelo Bispo Diocesano, Dom Basílio Pereira. Frei José de Leonessa desejava construir um Santuário, e a construção da Igreja foi iniciada em 13 de outubro de 1942, com a ajuda filantrópica da Colônia Portuguesa residente em Manaus. Pode-se afirmar que a igreja é um dos, se não o patrimônio construído de maior importância e visibilidade do bairro. Sua cúpula é imponente e pode ser vista de diversos pontos da cidade. Acredita-se que suas referências estéticas tenham influência da arquitetura renascentista italiana.

O segundo marco (2) de suma importância do bairro é a sede da Escola de Samba Vitória Régia, antiga escola de samba “Misto da Praça 14.” O bairro sempre participou ativamente do carnaval amazonense, os moradores, bastante festeiros, reuniam familiares, vizinhos e amigos para a organização de blocos, rodas de samba, boi-bumbá, pastorinhas e quadrilhas.

Apesar de na Praça 14 a presença de edifícios históricos não ser recorrente, também não é completamente nula. Localizado na esquina da Emílio Moreira com a Ramos Ferreira (limite entre a Praça 14 e o Centro) como terceiro marco (3), está localizado o prédio do antigo Seminário de São José, datado de 1848. Sua arquitetura lembra o estilo colonial brasileiro. Já foi sede da primeira escola secundária de Manaus e também do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (ICHL) da Universidade Federal do Amazonas. Atualmente abriga uma instituição particular de Ensino Superior.

Podem ainda ser considerados marcos, ou ao menos pontos de referência, alguns edifícios institucionais, como a sede da Manaus Energia (4), o Procuradoria Geral do Estado (5), o Tribunal Regional do Trabalho (6), o 1º Distrito Integrado de Polícia (7), além do prédio da Universidade do Estado do Amazonas (Faculdade de Artes e Turismo) (8). Quanto aos marcos

comerciais, a loja e fábrica da Sorveteria Glacial (9), Funerária Canaã (10). Na esquina da avenida Tarumã com a Visconde de Porto Alegre, fica localizado o Lanche do Careca Lindo (11), também bastante frequentado, não somente pelos moradores do bairro.

Uma das características mais marcantes do bairro Praça 14 é a grande quantidade de lojas, oficinas de consertos de carros e revendedoras de automóveis. Pode-se afirmar que esse é o bairro de Manaus que mais concentra comércios do ramo automotivo. Esses não foram numerados e marcados no Mapa, por serem realmente incontáveis.

Por último, considerado o mais antigo e importante marco do bairro, está a comunidade do Quilombo do Barranco, que se estabeleceu no território em meados de 1890, antes mesmo do plano urbano chegar até lá. O Projeto de Lei Nº 4.201, de 23 de julho de 2015, proposto pelo deputado estadual Bosco Saraiva, tornou a comunidade quilombola patrimônio imaterial do estado do Amazonas. Por esta razão, uma placa alusiva à homenagem está afixada na parede externa da residência de uma família quilombola da comunidade. Apesar de importante marco para os moradores locais, a comunidade não possui uma edificação ou elemento construído que seja o símbolo legível de sua presença na paisagem.

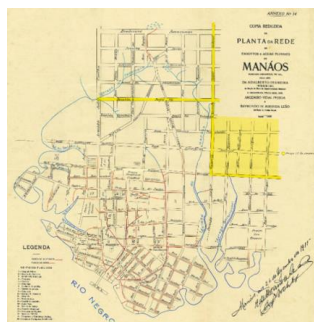
ANÁLISE SEQUENCIAL DO BAIRRO PRAÇA 14 DE JANEIRO

A segunda parte da análise morfológica considerou as Infraestruturas técnicas que, para o autor Philippe Panerai, seria o primeiro tópico da análise sequencial. Segundo ele, essas podem estar presentes nas cidades de algumas maneiras distintas: 1. Enterradas (esgotos, metrô, redes diversas); 2. Incorporadas às edificações que formam o tecido urbano (vias férreas); 3. Combinando eficácia técnica e embelezamento, possivelmente tendo adquirido status de monumento (aquedutos, canais, reservatórios, fontes).

Como premissa inicial para análise das infraestruturas técnicas do bairro Praça 14 de Janeiro, primeiramente procurou-se identificar na área de estudo a presença dos elementos supracitados pelo próprio autor, anteriormente listados nos itens 1, 2 e 3. No item 1, temos as redes de esgoto. Segundo dados do Censo 2010, coletados pelo IBGE, verificou-se que o bairro em estudo não possui uma rede própria de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A realidade que prevalece atualmente na área urbana da cidade é o uso de fossa séptica e sumidouro (residências regularizadas) e o encaminhamento direto de dejetos aos rios e igarapés (residências não regularizadas). No mapa da Figura 17, tem-se a Planta da Rede de Esgotos e Águas Pluviais da cidade de Manaus do ano de 1915. Somente um pequeno

trecho do bairro Praça 14 consta no mapa (este foi destacado em amarelo), trecho este que não era contemplado pela rede de esgotos (destacada pelas linhas em vermelho).

Figura 17: Planta da Rede de Esgotos e Águas Pluviais, 1915

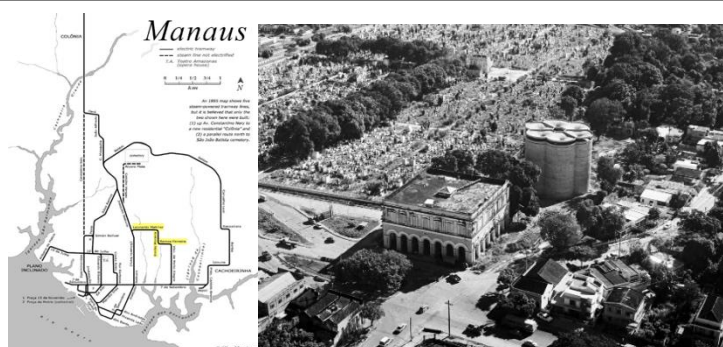


Fonte: Instituto Durango Duarte. Alterado pelos autores (2022)

Atualmente, 132 anos depois, as famílias da comunidade continuam em situação de falta de infraestrutura técnica de esgotamento sanitário. Segundo Pinheiro (2022), os moradores da comunidade reivindicam seus direitos sociais e lutam por melhores condições de vida, dignidade e respeito. Todavia, as políticas governamentais relacionadas à qualidade de vida têm sido ineficazes, fato que impõe aos remanescentes de quilombo enfrentarem problemas com a falta de saneamento básico, sobretudo no que diz respeito ao esgoto sanitário. Algumas residências da comunidade – por conta da precariedade do esgoto sanitário – têm seus banheiros locados na área externa dos lotes.

No item 2, vias férreas, como anteriormente mencionado na Análise Visual das Vias, a antiga Linha de Bonde da cidade de Manaus contemplava o bairro Praça 14, mais precisamente em seu limite sudoeste, passando por um pequeno trecho (este destacado em amarelo no Mapa da Figura 18) com início na Av. Leonardo Malcher, passando pela Rua Emílio Moreira indo até a Av. Ramos Ferreira. Vias férreas propriamente ditas – que podem ser encaradas como um sistema de transporte semelhante aos bondes – nunca chegaram a ser implantadas em Manaus até hoje.

Figura 18 e Figura 19: Mapa de 1897. Percurso de duas linhas de bonde em Manaus (dir.) e vista aérea de parte dos jardins da Praça Chile, à esquerda. Ao centro, Reservatório do Mocó e, ao fundo, Cemitério São João Batista (esq.)



Fonte: Instituto Durango Duarte. Acervo The Tramways of Brazil a 130 year survey by Allen Morrison (esq.) e Acervo Eduardo Braga (dir.)

No item 3, o autor menciona elementos de infraestrutura que “combinem eficácia técnica e embelezamento, possivelmente tendo adquirido status de monumento” (Philippe Panerai, 2006, p. 45). O exemplar mais significativo deste terceiro item seria o Reservatório do Mocó (1899) (Figura 19). Apesar de não estar localizado dentro da poligonal administrativa do bairro Praça 14, este está a uma distância de 350 metros de seu limite noroeste e tem uma relação direta com a imagem do bairro, por ser um importante ponto de referência.

Por último, acrescentou-se um quarto item ao tópico de infraestruturas técnicas, sendo que este não foi listado pelo autor Philippe Panerai. Dentro da análise da área, observou-se que o bairro Praça 14 de Janeiro carece bastante de infraestrutura social, conceito que está relacionado à presença de espaços públicos, como praças e parques.

A única praça localizada na área é a praça que deu o nome ao bairro. Localizada entre as avenidas Japurá e Tarumã e as ruas Emílio Moreira e Bittencourt (atual Jonathas Pedrosa) a antiga praça 14 de Janeiro (que futuramente nomearia o bairro) é datada de 1892. De acordo com Duarte (2009), seu nome seria referência à revolta ocorrida em 14 de janeiro de 1892, que culminou com a renúncia do governador Thaumaturgo de Azevedo.

Figura 20 e Figura 21: Praça 14 de Janeiro em dois momentos. Foto histórica (dir.) e foto na atualidade (esq.)



Fonte: Instituto Durango Duarte e autores (2022)

Áreas fechadas, enclaves e áreas isoladas

No segundo tópico de sua Análise Sequencial, Panerai (2006) conceitua as áreas fechadas, enclaves e áreas isoladas. Definindo como áreas onde o acesso e a circulação locais são controlados. Para identificar essas áreas, foram utilizadas as ferramentas de mapas online e imagens de satélite do Google Maps. De posse desses dados, gerou-se um Mapa de Cheios e Vazios (Figura 22), onde os “cheios” são edificações e os “vazios” são áreas livres de construções.

Figura 22: Mapa de Cheios e Vazios e Áreas fechadas



Fonte: Os autores (2022)

Neste mapa, foram destacadas em azul sete localidades que foram consideradas áreas fechadas, enclaves e áreas isoladas, listadas a seguir: (1) Fábrica da Sorveteria Glacial (4.000m²); (2) Delegacia do 1º Distrito Policial (DIP) (20.000m²); (3) Praça e Igreja de Nossa Senhora de Fátima (15.600m²); (4) Maternidade Estadual Balbina Mestrinho (10.000m²); (5) 1º Batalhão de Polícia Militar (Força Tática) (10.000m²); (6) Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) (6.000m²); (7) Escola de Direito UEA (antigo Seminário de São José) (10.000m²).

Todas as localidades selecionadas têm acessos restritos e/ou controlados, e ocupam áreas consideráveis de seus respectivos bairros. Pode ser

considerada uma área fechada a Praça da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, o hospital Maternidade Estadual Balbina Mestrinho, o prédio da Escola de Direito da Universidade do Estado do Amazonas e a Embratel, apesar de serem instituições públicas, acabam criando áreas isoladas em seus perímetros. Uma outra grande concentração de áreas fechadas do bairro Praça 14 de Janeiro acontece nas Concessionárias de veículos, que são bastante presentes na paisagem do bairro, e essas possuem certa “predominância visual”, por conta dos seus grandes galpões e estacionamentos. Doze galpões considerados como “áreas fechadas” foram destacados no mapa da (Figura 22) na cor laranja.

O SÍTIO E A EXTENSÃO

Como terceiro e último tópico da análise sequencial proposta pelo autor Philippe Panerai, temos *O sítio e a extensão*. Neste, o autor propõe uma análise urbana diretamente relacionada à geografia, onde propõe um estudo da paisagem, da topografia e dos elementos naturais, que se deu através de fotografias aéreas, mapas, imagens digitais e de satélites, que permitiram essa observação do conjunto.

O bairro Praça 14 de Janeiro possui características geográficas tão marcantes que estas serviram como uma referência, que evidenciou o limite Praça 14 – Centro. A própria Comunidade do Quilombo do Barranco foi assim nomeada por conta de suas originais características topográficas. No momento de sua fundação, território quilombola tradicionalmente ocupado se localizava na ribanceira do Igarapé da Cachoeirinha (atual Mestre Chico), se tratava de uma encosta íngreme, um barranco, propriamente dito. No início das construções e arruamentos para o planejamento das estradas, a topografia natural dos terrenos foi alterada, e o barranco do Quilombo foi dividido ao meio pela Avenida Japurá, passando a formar dois barrancos independentes, um para cada lado da rua. Isto resultou em ruas muito íngremes. Como por exemplo, neste quarteirão do Quilombo, localizado na Avenida Japurá (Figura 23), entre as ruas Visconde de Porto Alegre e Duque de Caxias há uma variação de nível de quase 28 metros.

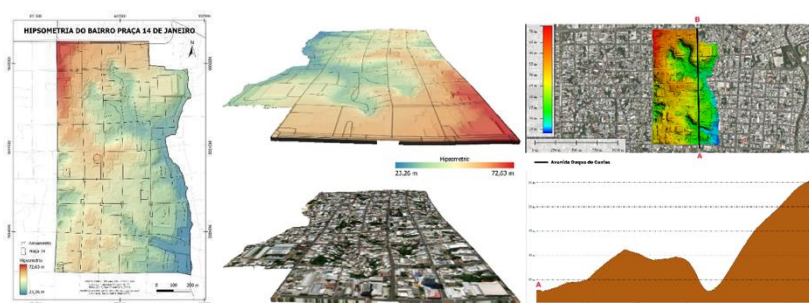
Figura 23: Imagem aérea do bairro Praça 14 de Janeiro. Trecho da Avenida Japurá



Fonte: Google Maps. Alterado pelos autores (2022)

Para uma melhor compreensão das características geográficas do bairro em estudo, a presente pesquisa contou com a colaboração do geógrafo Bruno Sarkis Vidal (mestrando em Geografia pelo PPGEQG – Programa de Pós-graduação em Geografia da UFAM), que gerou alguns produtos, utilizando três softwares: o QGIS, o Global Mapper e o Surfer. O primeiro produto gerado foi um Mapa da Hipsometria do bairro Praça 14 de Janeiro [Figura 24], que se trata de uma operação voltada à medição de altitudes dos pontos de um terreno e a representação dessas altitudes numa planta topográfica. No método hipsométrico, as altitudes de uma região são apresentadas por diferentes cores. Este mapa evidenciou a variação de níveis topográficos dentro da poligonal do bairro, sendo que o nível mais alto está na cota 72.63m (no limite noroeste, cruzamento entre a Av. Major Gabriel e a Av. Boulevard Amazonas), e o nível mais baixo está na cota 23.26m (no limite sudeste, cruzamento entre a Av. General Glicério e a Av. Leonardo Malcher).

Figuras 24, 25, 26 e 27: Mapa da Hipsometria do bairro Praça 14 de Janeiro (esq.); Modelo Digital de Elevação (Aerolevantamento, 2019) (centro.) e Corte Transversal do bairro Praça 14 de Janeiro (dir.)



Fonte: Vidal, B. S. (2022)

Por último, o terceiro produto foi um Corte Transversal B-A, passando por toda a Av. Duque de Caxias em sua extensão Norte-Sul (Figura 27). A avenida tem seu ponto mais alto na cota 57m e seu ponto mais baixo na cota 32m. Sabe-se que essas características geográficas do bairro se justificam pela existência de uma transição bem marcante do platô existente para o fundo de vale (do antigo igarapé Mestre Chico). A declividade acentuada se justifica ainda pela amplitude alta que se dá em uma largura pequena, já que a extensão Leste-Oeste do bairro tem menos de um quilômetro. Mesmo com

o passar dos anos e com tantas transformações que o processo de urbanização propiciou na paisagem do bairro Praça 14 de Janeiro, seus caminhos continuam marcados pelas suas famosas ladeiras, suas subidas e descidas que tanto o diferenciam de seus bairros vizinhos.

Uma característica geográfica que – infelizmente – não foi muito bem preservada no bairro Praça 14 de Janeiro foi a presença de muitas árvores e áreas sombreadas. Na ocasião da ocupação das terras pelos primeiros quilombolas (em meados de 1890), a área era caracterizada por seus igarapés e por essa vegetação abundante. Na Figura 30, na foto aérea do bairro no ano de 1952, é possível observar que a vegetação predominava em relação às edificações.

Figuras 28, 29 e 30: Vista da Avenida Nhamundá, 1972 (dir.); Vista da Rua Jonathas Pedrosa, 2022 (centro) e Foto aérea do Bairro Praça 14 de Janeiro, 1952 (esq.)



Fonte: Instituto Durango Duarte e autores, 2022

Um Mapa de Vegetação (Figura 31) foi elaborado a partir de imagens de satélite. Este mapa evidencia que a vegetação no bairro foi muito reduzida com o passar dos anos. As massas verdes existentes são, em sua maioria, formadas por áreas residuais, localizadas em lotes abandonados ou quintais de residências. Não há presença de remanescentes florestais.

Figura 31: Mapa de vegetação



Fonte: Os autores, 2022

CONSIDERAÇÕES

As análises realizadas a partir da metodologia proposta expõem as transformações ocorridas no espaço urbano e como elas interferem diretamente no modo de vida dos habitantes do bairro. A interação entre este espaço urbano e o seu usuário mudou bastante ao longo dos anos. As Vias priorizam os veículos frente aos pedestres. Os Limites administrativos existentes não condizem com os limites imaginários, que consideram as características marcantes do bairro. Os Marcos, de maneira geral, são objetos arquitetônicos que não permitem uma apropriação por parte da população. As Infraestruturas técnicas existem, mas são ineficazes, pois não atendem o bairro na sua totalidade. A Infraestrutura social também se mostra ineficaz, pela ausência de parques, praças e áreas de uso público. As Áreas fechadas restringem o acesso da população em lotes vastos que poderiam ser melhor aproveitados. Já a análise do Sítio e sua extensão evidencia que o processo de aberturas de vias pouco considerou a topografia natural do território, e que a paisagem natural do bairro foi pouco preservada ao longo dos anos.

Nessas considerações finais, não se tem a pretensão de propor soluções definitivas a cada uma das problemáticas expostas ao longo do projeto. O cerne do artigo foi uma investigação de uma área urbana consolidada, onde os tópicos analíticos procuraram compreender e/ou justificar como se deu a forma atual do bairro, e como este é percebido na cidade.

Assim, respondendo à hipótese levantada pelo presente artigo, concluiu-se que não existe uma interação de qualidade entre a área de estudo (o bairro Praça 14 de Janeiro) e o seu usuário. O espaço urbano não é poroso, não possibilita que aconteçam trocas e interações entre pessoas

diferentes. O bairro é dominado por divisas fechadas, o espaço urbano é segregador. O autor Richard Sennett (2020) defende um espaço urbano que seja diversificado, onde as mais variadas atividades acontecem ao mesmo tempo, de forma sincrônica, gerando assim uma experiência espacial interessante. No bairro Praça 14 acontece o contrário disso, não há uma diversidade, visto que o comércio automotivo dominou grande parte de sua extensão. Esta atividade gera um grande número de visitantes durante o dia, pessoas que veem de outros bairros buscando este tipo específico de serviço. Durante a noite, as ruas ficam desertas.

Os resultados obtidos levaram a uma conclusão de que o grupo social que melhor interage com o espaço urbano são os moradores do Quilombo do Barranco. Esses sim, se apropriam do território ocupado e estabelecem relações de circunvizinhança, no que pese a falta de marcos simbólicos edificadas que permita a legibilidade de sua presença na paisagem urbana do bairro. Durante a realização das diversas manifestações culturais e religiosas da comunidade, a territorialidade dos quilombolas é afirmada na paisagem. As abordagens de Kevin Lynch e Philippe Panerai enfatizam a legibilidade como um valor social positivo, o que significa dizer que, quanto mais definido for um lugar, mais alguém será capaz de sentir: “Este é o meu bairro” ou “Aqui é o meu lugar.” E pode-se afirmar que, se alguém se sente verdadeiramente pertencente ao bairro Praça 14 de Janeiro, são os remanescentes quilombolas. Estes sim, nutrem uma ligação afetiva ancestral com o território ocupado e habitam e marcam a presença por meio de suas manifestações culturais que os ligam a seu território.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, G. M. **ANÁLISE INTRA-URBANA DAS VILAS NA VILA DE PONTA NEGRA E NO BAIRRO DE NOVA DESCOBERTA – ZONA SUL DE NATAL**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM GEOGRAFIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NATAL, 2006.

DUARTE, DURANGO MARTINS. **MANAUS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE**. EDITORA MÍDIA PONTO COM, MANAUS, 2009.

LIRA, L. M. B. **CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA COMUNIDADE DO BARRANCO: FESTA DE SÃO BENEDITO**. TESE (DOUTORADO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2018.

LYNCH, K. **A IMAGEM DA CIDADE**. TRADUÇÃO JEFFERSON LUIZ CAMARGO. 3. ED. SÃO PAULO: EDITORA WMF MARTINS FONTES, 2011. [1960].

JORNAL À CRÍTICA. **PRAÇA 14 – MEMÓRIAS**. 2. ED. MANAUS, 2002.

PANERAI, P. **ANÁLISE URBANA**. TRADUÇÃO DE FRANCISCO LEITÃO. REVISÃO TÉCNICA DE SYLVIA FICHER – BRASÍLIA. EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2006.

PEREIRA COSTA, STAËL DE ALVARENGA. **TRANSFORMAÇÕES, CONFLITOS, PERDAS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM SUL-METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**. TESE (DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO) – FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2004.

ROSA, A. V. **A COMUNIDADE DO BARRANCO DE SÃO BENEDITO EM MANAUS: PROCESSOS PARA O RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2018.

SENNETT, R. **CONSTRUIR E HABITAR: ÉTICA PARA UMA CIDADE ABERTA**. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2020.

APERTEM OS CINTOS: O PILOTO SUMIU?

Um estudo moral sobre a crise dos aplicativos de transporte

Ricardo Cortez Lopes

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Linhas de Pesquisa: Sociedade e Conhecimento, Antropologia da Religião.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0808-7203>

Resumo: este estudo avalia a crise dos aplicativos de transporte por meio de uma sociologia da moral, mais especificamente na debanda dos motoristas do seu cadastro. Foram analisados 41 comentários em redes sociais sobre postagens que aludem a essa crise, obtidos em postagens comentadas por usuários de redes sociais. Os resultados apontaram para a existência de bodes expiatórios para a falta de motoristas, os quais vamos analisar em detalhes ao decorrer do texto.

Palavras-chave: Economia gig; Uber; 99pop; Motoristas; Usuários.

Abstract: this study assesses the crisis of transport applications through a sociology of morality, more specifically in the stampede of drivers from their registry. Forty-one comments on social networks about posts that allude to this crisis were analyzed, obtained from posts commented on by social network users. The results pointed to the existence of scapegoats for the lack of drivers, which we will analyze in detail throughout the text.

Keywords: Gig economy; Uber; 99pop; Drivers; Users.

INTRODUÇÃO

As empresas de aplicativo de transporte revolucionaram hábitos de transportes a nível global, causando, além disso, grande impacto cultural: foi possível fazer uso de serviços a preços mais acessíveis de transportes particulares, por meio de aplicativos em mídias móveis. Quais as consequências de uma crise nesta prática? Estudos multidisciplinares sobre esse tema sem dúvida serão conduzidos em um futuro próximo, e pretendemos contribuir com a dimensão moral por meio da sociologia, analisando comentários nas redes sociais que tentam dar conta de explicar o fenômeno da crise dos aplicativos.

Dessa maneira, o problema de pesquisa se constitui em: como usuários e motoristas explicam a crise do aplicativo no ano de 2021? O parâmetro empírico escolhido para ser analisado foram as interpretações que explicam a falta de motoristas. A hipótese foi a de que os motoristas tendem a culpar as empresas e os usuários tendem a culpar os motoristas.

A metodologia do estudo foi qualitativa, com a coleta ocorrendo nas redes sociais em momentos em que o assunto insurgiu e que foi debatido publicamente. A partir disso, os dados foram tabulados em uma árvore de possibilidades: foi feito um quadro sinóptico em que se descrevia. Esses procedimentos vão ser detalhados nas seções a seguir. Cabe ressaltar que esse é um estudo da área da sociologia da moral, uma área que estuda a formação social do julgamento, com base no compartilhamento de ideias entre indivíduos (Vandenberghe, 2015).

REFERENCIAL TEÓRICO: A ECONOMIA GIG, APLICATIVOS DE TRANSPORTE E O BODE EXPIATÓRIO

Os aplicativos de transporte estão inseridos dentro da economia Gig. Portanto, estudá-los sem contextualizar pode prejudicar na inserção do objeto em uma dinâmica social mais ampla. O que seria, dessa maneira, a economia gig?

A GIG economy refere-se aos padrões temporários de contratação prevalecendo sobre os contratos permanentes, onde plataformas online são utilizadas para negociação do trabalho a ser prestado por demanda do contratante [...] é possível ter uma combinação de oportunidades disponíveis, horários flexíveis e home office (Cochrane; Mello, 2020, p. 143).

Dessa maneira, a economia Gig acontece nesse lugar alheio aos direitos trabalhistas, mais focado na flexibilidade. Esta modalidade de troca já vinha ganhando força antes da pandemia, porém com o isolamento social esse serviço – ao menos nos aplicativos de transporte – foi mais acessado, como veremos mais adiante.

Na história dos modelos de produção, que poderíamos traçar com elementos como o Taylorismo, o Fordismo, o Toyotismo, com certeza poderíamos falar de um “Uberismo”, às vezes chamado como “uberização”:

De fato, extrapolou o transporte individual e alçou outros segmentos do mercado de trabalho e tornou-se a expressão máxima da agudização da desregulamentação do trabalho [...]

A socióloga Ludmila Abílio sintetiza: “ser um trabalhador-perfil em um cadastro da multidão significa na prática ser um trabalhador por conta própria, que assume os riscos e custos de seu trabalho, que define sua própria jornada, que decide sobre sua dedicação ao trabalho e, também, que cria estratégias para lidar com uma concorrência de dimensões gigantescas que paira permanentemente sobre sua cabeça”. Nesse sentido, pondera-se ser relevante considerar as permanências acerca da precariedade nas relações de trabalho, bem como ressaltar os aspectos efetivamente novos nesse fenômeno. O cotejamento desses profissionais aos professores não efetivos na rede estadual paulista revela aproximações entre ambos, a despeito de exercerem atividades profissionais distintas (Venco, 2019, p. 7).

Portanto, o modelo de trabalho da Uber torna-se um paradigma, embora acreditemos que isso seja uma falácia da composição: a uberização é, na verdade, a expansão da economia Gig, que convive com outros modelos produtivos. É verdade, também, que a Uber inspirou outros aplicativos de transporte, porém há também um conceito autônomo:

[...] baseados em geolocalização, é explicado pelas crescentes demandas colocadas nos sistemas de transporte em face de sua complexidade. Assim, sistemas físicos cibernéticos representam uma das inovações tecnológicas mais promissoras para auxiliar o transporte (Françoso; Mello, 2016, p. 4).

Assim, um aplicativo de transporte é um programa baseado em localização por satélite e que auxilia na atividade de deslocar de um cliente. Nesse caso em específico, há uma relação entre um cliente que precisa de uma carona do seu ponto até outro ponto e um motorista que a oferta, constituindo-se como ponto focal o aplicativo. Atualmente, há um bom número de aplicativos de transporte em território brasileiro: “No município de São Paulo, onde existe uma lei específica para regular o serviço no município, quatro empresas estão cadastradas para funcionar, são elas: Cabify, 99POP, Uber e EasyGo” (Neto, Silva, Portugal, 2019, p. 898). Porém, esse estudo se foca em usuários e motoristas de dois aplicativos de transporte: a Uber e a 99Pop, que foram citadas nos materiais coletados e precisam ser contextualizadas.

Conceitualmente, a crise é um momento no qual há uma quebra da ordem naturalizada de processos, o que gera uma ruptura bastante dramática e que leva a um momento de desconfiança e desconforto entre os envolvidos:

Na crise sacrificial, todos os antagonistas acreditam estar separados por uma diferença enorme. Na realidade, todas as diferenças desaparecem pouco a pouco. Em toda parte há o mesmo desejo, o mesmo ódio, a mesma estratégia, a mesma ilusão de diferença enorme na uniformidade mais completa (Girard, 1990, p. 107).

Podemos observar, portanto, que a crise foi dos aplicativos de transporte e os motoristas e os usuários reforçam essa diferença que percebem. Esse processo vai se intensificando até um momento de apaziguamento:

No momento supremo da crise, quando a violência recíproca, que atingiu o paroxismo, transforma-se subitamente em unanimidade pacificadora, transforma-se subitamente em unanimidade pacificadora, as duas faces da violência parecem sobrepostas: os extremos se tocam. O pivô desta metamorfose é a vítima expiatória. Assim, ela parece reunir em sua pessoa os mais maléficos e benéficos aspectos da violência (Girard, 1990, p. 108).

Podemos observar, portanto, que toda a tensão se direciona para algum ente, que será o bode expiatório e tomará para si toda a culpa da transgressão. Esse processo, no entanto, pode ser explicado tanto a nível de sociedade quanto a nível de grupos menores, que podem inclusive entrar em contradição sobre uma mesma crise – que às vezes não é percebido por todos eles. Assim, nossa contribuição para as ciências sociais será a de evidenciar os diferentes bodes eleitos pelos diferentes grupos, gerando diferentes padrões morais.

Destes conceitos geram-se os indicadores da tabela 1:

Tabela 1: Categorias e descritores

Conceito	Indicadores	Dimensões
Bode expiatório	Definições	Que definição conceitual se faz do grupo oposto?
	Ações	Que acontecimentos factuais foram relatados?

Fonte: Autoria própria baseada em Girard (1990)

Desses indicadores vamos derivar os dados empíricos, procurados pelas categorias desenvolvidas a priori, com base no conceito de bode expiatório. Esse procedimento se baseou na análise de conteúdo, que é um

conjunto de técnicas que serve para encontrar as condições de produção de um texto.

A análise de conteúdo funciona pelas etapas da leitura flutuante, pré-análise e análise (Bardin, 1977). A leitura flutuante nós dispensamos por conta de as categorias terem sido geradas pelo conceito. Por meio da rede social Facebook digitamos a chave <crise dos aplicativos>, especificando a aba “postagens”. Dali encontramos cerca de 9 ocorrências relacionadas, e delas selecionamos 7. Os 41 comentários foram dispostos em um arquivo em separado e, no momento da análise, distribuímos os comentários entre os indicadores e procedemos a análise. Por fim, procedemos para conclusões mais globais, as inferências segundo os termos da própria Bardin.

História da Uber e da 99pop

Os aplicativos de celular foram responsáveis por muitas mudanças de práticas, uma vez que o seu uso em mídias móveis – especialmente os dispositivos inteligentes – criou dinâmicas interessantes e que podem ser analisadas pelas ciências sociais. Nesta seção, vamos analisar os aplicativos de transporte.

Quanto à primeira:

Um exemplo das startups de transporte privado individual remunerado que atuam no Brasil são Cabify, 99POP, EasyGo e a Uber. A Uber atualmente é a maior do segmento e possui o maior número de usuários ativos, de acordo com a empresa são em média 75 milhões de usuários e 3 milhões de motoristas parceiros. De acordo com a empresa Uber, a ideia da criação do aplicativo nasceu em 2009 nos Estados Unidos, no estado da Califórnia e foi criado por Travis Kalanick e Garrett Camp. Um ano depois, o aplicativo foi lançado para os sistemas operacionais Android ou Iphone. De olho no lançamento, o aplicativo recebeu investimentos de cerca de 50 milhões de dólares. Um dos primeiros países, além dos Estados Unidos, onde a Uber expandiu seus serviços foi a Inglaterra, em 2012. Ainda de acordo com a empresa, até janeiro de 2018 seus serviços já estavam presentes em mais de 600 cidades de 65 países pelo mundo, realizando uma média de 15 milhões de viagens por dia (Neto, Silva, Portugal, 2019, p. 898).

Além do aplicativo fechar o negócio e distribuir o dinheiro, há outros aspectos como a avaliação mútua por estrelas entre usuários e motoristas. Já o 99Pop foi criado em 2012, iniciando diretamente com taxistas e era chamado, anteriormente, de 99Táxis. Essa realidade se alterou até o grupo

receber investimentos de parceiros comerciais e também utilizar os serviços de motoristas não profissionais.

Outros dois conceitos importantes e que serão investigados são o de motoristas e usuários. Com relação aos motoristas, a literatura relata que eles não são exclusivistas e que trabalham para mais de um aplicativo simultaneamente. Dentro dos próprios regulamentos dos aplicativos podemos encontrar definições, e que vale a pena trazer:

Todos os Motoristas Parceiros que participem do Programa serão identificados genericamente como "Membros do Programa". Para participar do Programa, Você precisará (1) residir na República Federativa do Brasil, (2) cumprir todos os nossos requisitos de elegibilidade para ser um Motorista Parceiro, conforme previsto nos Termos e Condições Gerais de Serviços de Tecnologia, e todos os demais requisitos previstos nas leis aplicáveis, (3) ter uma conta de Motorista Parceiro registrada no Aplicativo de Motorista e possuir uma boa avaliação, e (4) ter estabelecido sua cidade de origem no Aplicativo de Motorista como uma das cidades participantes, conforme previsto na lista abaixo, que será constantemente atualizada (cada uma, uma "Cidade Participante") (UBER, 2021, s/p).

Ou seja, para a Uber, o motorista é considerado enquanto parâmetros quantitativos, sem uma descrição mais jurídica, possivelmente por ser um termo de uso e a Uber ser considerada uma empresa de tecnologia e não de transporte. Como o motorista é definido na 99Pop?

3.1. Para utilizar grande parte dos Serviços, o Motorista Parceiro deve registrar-se e manter apenas uma conta pessoal de Motorista Parceiro ("Conta"). O Motorista Parceiro deve ter capacidade civil, possuir Carteira Nacional de Habilitação ("CNH") definitiva com permissão para exercício de atividade remunerada ("EAR") e deverá cumprir todos os requisitos legais correspondentes ao local de sua atuação para exercício da atividade de transporte remunerado individual [...] (99POP, 2021, s/p).

Assim, a definição da 99Pop também apela para a regularidade do motorista do ponto de vista legal – possivelmente a aparência faça jus a precedentes jurídicos, dado que é uma atividade sem vínculo empregatício e que precisa estar bem embasada juridicamente. É de se ressaltar, também, que ambos aplicativos chamam o motorista de “motorista parceiro”, que fica com vínculo.

E quanto aos usuários? É bom ressaltar que também há termos de uso do próprio usuário e que também se refere a pré-requisitos do que propriamente uma descrição conceitual. Assim, a definição mais ampla seria a de que o usuário é alguém que obedece às normativas legais e que aceita os termos de uso, e que pode ser removido do serviço se transgredir as normatividades. Porém, há alguns levantamentos de perfis que podem ajudar a delimitar, ao menos, um perfil dos usuários:

Com respeito ao perfil das pessoas, pode-se dizer que o público investigado desse modo de transporte está concentrado entre os mais jovens (mais de 76% das pessoas com menos de 36 anos) e com melhores condições socioeconômicas (aproximadamente 70% das pessoas com renda familiar superior a 5 salários mínimos), como verificado na revisão de literatura. Esse público parece estar mais disposto a experimentar as novidades tecnológicas e já conhecem a comodidade do transporte individual (Coelho; Silva; Andrade; Maia, 2017, p. 9).

Portanto, o conceito de motoristas e de usuários está em aberto, e pode ser formulado academicamente como: o motorista do aplicativo de transporte é todo aquele que realiza corridas e cuja remuneração final passa pela plataforma e que precisa cumprir continuamente com pré-requisitos; já o usuário é alguém que solicita as corridas para o motorista e que o remunera diretamente ou pela plataforma. Assim, o aplicativo de transporte é o elo e administra a troca financeira, além de gerir a avaliação em tempo real e garantir a continuidade do vínculo.

Cabe ressaltar que houve uma circunstância atenuante e que já poderia ter causado a crise nos aplicativos, ao menos do ponto de vista econômico: a pandemia do novo Coronavírus, anunciada em 2019 (Lopes, Coelho, Hubner, 2020). Apesar da paralisação de muitos serviços, o isolamento social derivado dela não afetou negativamente as atividades das empresas de aplicativo. Isso porque outros serviços vieram a criar uma outra necessidade:

A demanda por entregas aumentou neste ano com mais pessoas em casa, um ponto positivo para a Uber cujos outros negócios foram afetados pela pandemia. Por dois trimestres consecutivos, a Uber ganhou mais dinheiro entregando comida do que transportando pessoas. As entregas mais que dobraram no terceiro trimestre, mesmo com a queda de 24% dos usuários ativos mensais da plataforma Uber – categoria que também inclui clientes do aplicativo de transporte – para 78 milhões (6 MINUTOS, 2020, s/p).

Assim, nem mesmo a pandemia conseguiu criar a crise, porém ela de fato se deflagrou apenas em 2021, com o processo de vacinação já iniciado. Atualmente, a explicação da crise parece ser mais o aumento do combustível, porém nos furtamos de fazer essa afirmativa sem estudos de economia que analisem índices e a composição do preço. Portanto, nossa contribuição se dá pela leitura de alguns indivíduos sobre a crise, a qual teremos acesso por meio de comentários.

Análise de Dados

Nesta seção vamos analisar os dados encontrados à luz do referencial teórico. Cabe ressaltar que estaremos apresentando os pontos de vista de pessoas sobre outro grupo. Dessa maneira, estaremos dividindo os dados em “sobre o motorista” e “sobre os usuários”, com o fito de responder ao problema de pesquisa.

Como são definidos

A presente categoria lida com definições, aquilo que fala da identidade do grupo oposto. Nesse caso, os acontecimentos até ajudam a formular, porém eles não falam de certa “cultura” do grupo. Dessa maneira, nosso foco recaiu em comportamentos relatados de maneira recorrente e não em acontecimentos pontuais, o alvo da próxima categoria.

O primeiro conjunto de fala é sobre usuários:

quem tá falando merda é tu ninguém tá falando de motorista
tão falando de valores reidivicando preços gasolina quase 7 É
os.valores das corridas baixo não da nem pra manutenção do
carro.tem passageiro pelado querem da.uma de bom ainda
entendeu ficam cheio de onda é outra.nao preciso largar
currículo tenho minha.renda.bem boa (Acontecimentos Zona
Norte, 2021, s/p).

Podemos observar que a expressão “cheio de onda” indica que os usuários desejam utilizar-se dos benefícios do carro mesmo sem querer pagar por ele (daí a expressão “pelados”, que indica falta de recurso fiduciário). Isso fica mais reforçado na fala seguinte:

tem uns passageiros que nem no bagageiro pode levar ,como
tem motorista que não presta bom serviços e tem muitos

passageiros folgados que só presta para sujar seu carro achando que é lanchonete não limpa nem os sapatos que parece carrega duas toneladas de terra para o seu carro (Sul Vinte e Um, 2021, s/p).

Aqui podemos perceber uma certa “apropriação” por parte dos usuários do carro do motorista, sem tomar cuidados de manutenção (e o prejuízo iria para o motorista parceiro). Nesse caso, podemos observar que há uma certa expropriação.

Outra fala muito interessante é a que se segue: “é muito tempo perdido pra ganhar uma mixaria, 5 reais não paga nem as calorias q eu gasto carregando as sacolas dos abusado” (Acontecimentos Zona Norte, 2021, s/p). A utilização do nome “abusado” refere-se a episódios de passageiros que levam carga além de a si próprios.

Por fim, trouxe mais uma fala de um outro passageiro:

Sou passageira, pego Uber direto e acho sim injusto não reajustarem o valor para os motoristas a gasolina teve reajuste o mesmo reajuste para Uber...paga quem quer. Detalhe as desavisadas eles não são obrigados a carregar rancho... é transporte de passageiros não de carga. Portanto carregar o rancho é cortesia (Acontecimentos Zona Norte, 2021, s/p).

Essa fala utiliza o termo “desavisadas” no sentido de “ignorantes”, na medida em que fazem exigências que não são de obrigação do termo de uso. Ou seja, o usuário aqui está aparecendo como pouco colaborativo.

Em síntese, a imagem dos usuários, portanto, se constitui na de indivíduos que desejam usufruir de um carro sem o esforço anterior na sua aquisição, além de desejar pagar pouco pelo serviço e solicitar serviços para além do termo de uso (o que os tornaria desonestos). Assim, o que se desenha é uma lógica de expropriação legalizada pela plataforma. E quanto aos motoristas?

Sobre os motoristas, vamos começar por uma fala mais exaltada:

JÁ FOI MELHOR O ATENDIMENTO ESTÃO BRINCANDO COM A CARA DOS PASSAGEIROS, NÓS USUÁRIOS PAGAMOS À TAXA DE CANCELAMENTO, E OS MOTORISTAS CANCELAM NA CARA DA GENTE E NÃO PAGAM TAXA NENHUMA, ISTO QUANDO 5 RECUSAM A CORRIDA NO MESMO MOMENTO... (Acontecimentos Zona Norte, 2021, s/p).

Podemos observar que está sendo relatado um pagamento injusto de uma taxa, o que colocaria os motoristas em vantagem com relação aos

usuários. Isso permitiria que o atendimento tivesse uma piora de qualidade com relação a outros momentos históricos, pois haveria a proteção desses passageiros pela condição de motorista. É claro que esse usuário, no caso, não conhece todos os meandros do modelo de negócios dos aplicativos, porém, ele toma contato com uma relação explícita, o que é um dado relevante.

Outro usuário afirma que não está havendo enfrentamento da crise por parte dos motoristas:

Enfrentam crise?? Hoje a tarde mesmo um motorista não quis fazer uma corrida. Estava no Zaffari fiz meu rancho e chamei o Uber, quando estava chegando fiz sinal ele não me viu e passou reto, mas nisso outro senhor que estava fazendo Uber achou que eu estava chamando ele e me perguntou: é tudo isso? Eu não levo rancho (eu não sabia que tinha que chamar carro especial pra isso, e o carro dele era enorme), nem estava chamando ele e ainda por cima foi extremamente mal educado. Se começarem a escolher corrida e mal educados (como os taxistas) vão entrar em crise mesmo (Acontecimentos Zona Norte, 2021, s/p).

Esse usuário afirma que os motoristas não estão desejando trabalhar e que estão fazendo corridas de acordo com o seu próprio bem, e isso fica reforçado por outra fala: “Quanto mais motoristas de App desistirem, mais lucrarão os q ficarem. Essa é a conta!” (Sul Vinte e Um, 2021, s/p). Esse fragmento, portanto, remete a uma lógica econômica, mostrando que a crise pode ser benéfica para os motoristas, que aumentam a sua oferta. Assim, a falta de trabalhadores é benéfica para os motoristas, como continua outro texto:

Vejo direto reclamação de ubers e artigos falando da insatisfação... É fácil resolver isso: o app só existe pq tem quem trabalhe por meio do app. Parem todos de pegar corrida p ver se a empresa ou aumenta o valor repassado ou fale de uma vez no Brasil... Enquanto vcs aceitarem corrida, sempre será aquilo q vcs n estão contentes (Sul Vinte e Um, 2021, s/p).

Assim, o usuário está falando de fora propondo uma solução coletiva, o que evidentemente é difícil de ocorrer na economia Gig. De fato, já houve manifestações de ubers em espaços urbanos, porém, foram em espaço público. No entanto, o que se está sugerindo é que o algoritmo seja alterado por uma coesão coletiva. Outros usuários, no entanto, afirmam que se há incômodo, o melhor é abandonar o trabalho: “Parem de chorar não dá cai

fora tá chato de mais esse papo de apps os combustíveis não vai baixar de preço é máfia aqui no Brasil é um câncer enquanto os cara do Inmetro não for mudado limpar não vai mudar....” (Sul Vinte e Um, 2021, s/p).

Uma outra fala buscou uma convergência, apesar de apresentar uma crítica:

Hoje os passageiros ja estão sofrendo com a recusa e cancelamentos das corridas, prestem atencao pasaageiros ou vcs estao conosco ou o negócio so vai de mao a pior ai quero ver muitos rindo e reclamando depois que voltar a andar naquele onibus lotado e aquele taxi com o valor nas alturas (Sul Vinte e Um, 2021, s/p).

Podemos observar que comportamentos recorrentes como recusa e cancelamento das corridas, o que funciona como uma ameaça: se não houver essa convergência, a alternativa é muito pior (pela escassez do ônibus e pelo custo do táxi). Ou seja, o aplicativo apareceu inicialmente como uma solução para o transporte coletivo, e posteriormente perdeu essa função.

Em síntese, não é uma crise accidental, pois foi lido nos motoristas um desinteresse em cativar os pacientes. Os comportamentos, portanto, dão ideia de um aproveitamento da demanda maior para exercer um micropoder opressivo, para usar termos foucaultianos. Assim, há uma vantagem em se estar no trabalho que é o poder da escolha do trabalho, e os motoristas só não abandonam o ofício pelo prazer de exercer um impacto negativo na vida dos usuários. Como essas leituras se manifestam nos comportamentos?

Como agem

Nessa seção vamos lidar com as ações concretas sofridas por usuários e motoristas, e que são relatadas como prova do que o comentarista está teorizando. Tal qual na seção anterior, vamos iniciar pelos passageiros e depois abordar os motoristas.

Sobre os usuários, podemos perceber as seguintes afirmações:

Passageiro pagando corrida de 5 pila com nota de 50 enchendo porta mala de Rancho carrinho cooler um monte de tralha fazem motora espera na madrugada em ruas estranhas vomitam no carro não pagam a corrida muitas vezes tratam motora como se fosse seu empregado pobre metido a rico ai vem fala merda aqui vai anda de ônibus vai pras paradas no

frio na chuva só sabem reclamar pobre raiz (Acontecimentos Zona Norte, 2021, s/p).

Podemos observar, nesse fragmento, que os passageiros se aproveitaram de suas condições para impor dificuldades intencionais (notas altas, carregamento de cargas, esperas prolongadas, sujeiras e inadimplência). Dessa maneira, há uma “estrutura” do comportamento humano que causa as reclamações, e não propriamente acontecimentos econômicos como o aumento do preço da gasolina. Outra fala interessante para a análise é com motoristas se justificando: “[...] Eu levo rancho, não reclamo de nada, aturo criança mau educada chutando o meu banco traseiro, para muitas vezes ganhar R\$ 5,21.” (Acontecimentos Zona Norte, 2021, s/p). Ou seja, são relatadas mais situações em que há desvantagem para o motorista, porém, o aplicativo segue tendo vantagens na relação comercial.

Com relação aos motoristas, podemos apreciar alguns fragmentos:

Eles tão cancelando as corridas pra da na dinâmica os preços sobem 3x a mais da corrida normal , ontem uma corrida no cartão que eu sempre faço em média de 22,10 a 26, 30 deu 98,75 devido a eles cancelar e tinha vários carros disponíveis na região mesmo no cartão tão fazendo essa sacanagem (Acontecimentos Zona Norte, 2021, s/p).

Podemos observar, portanto, que é trazido o mecanismo da dinâmica, que seria uma maneira de se aumentar o valor da passagem. Foi encontrada uma fala afirmando que essa diferença seria expropriada pela empresa de aplicativo, e esse ponto fica reforçado em outro depoimento: “[...] mesmo chamando no confort [uma mobilidade de serviço] eles fazem isso, dia q fasso rancho é um inferno inicio deste mes 3 cancelaram e o q aceitou chegou no mercado me viu com carrinho e passou reto, olha eles querem escolher e depois ficam reclamando” (Acontecimentos Zona Norte, 2021, s/p). Nesse caso, os motoristas estão iniciando a situação que redundará na crise, de modo que a falta de motoristas se explica por uma consequência, um exercício de poder nas relações sociais envolvidas.

Na relação com os aplicativos, podemos perceber outras nuances:

vários falam isso mais continuam como APP tenho conhecidos no APP claro diminuiu o lucro com preço dá gasolina mais si tiver um carro próprio i fasendo 10 horas por dia de segunda a sábado dá pra tirar sim um troco acho ki a maioria ki reclama são os ki trabalham 6 ou 7 horas i kerem tirar 200 300 aí e

difícil não dá para si acomodar só por ke esta trabalhando por conta própria (Sul Vinte e Um, 2021, s/p).

Ou seja, os motoristas estão descrevendo seu comportamento na conexão com o aplicativo de transporte. Dessa maneira, há uma situação de esgotamento dos motoristas, o que poderia explicar a seletividade de que foram acusados os motoristas. Sobre esse ponto, podemos perceber um último tópico:

Eu já dizia a tempos, uma hora vai inflar esses app de motoristas, primeiro te dão o mel e dps vc vira escravo e nem percebe, desde quando trabalhar 12hs ou mais por dia é ganhar bem, ganhar bem é trabalhar no máximo 44hs semanais ter o find livre e ter uma boa qualidade de vida, pois qualquer emprego q vc trabalhe feito um escravo vai fazer hora extra, mas não vai ter vida! (Sul Vinte e Um, 2021, s/p).

O presente comentário é a versão motorista da expressão “já foi melhor” de outro usuário. Assim, podemos perceber que, dentro da relação entre motoristas e passageiros, é percebida a existência da ludibriação por parte dos aplicativos. Dessa maneira, ora o aplicativo colabora para salvaguardar os motoristas (não os penalizando nos cancelamentos) ou proteger os usuários na sua condição de clientes.

Em síntese, os motoristas são concebidos enquanto expropriadores dos passageiros, porém se reivindicam como pressionados pelos aplicativos e pelo preço da gasolina. Dessa maneira, os comportamentos considerados hostis ganham um novo significado. Como será que os dados levantados ajudam a solucionar o problema de pesquisa?

Discussão

Para consolidar os dados, podemos apontar duas tendências:

- A crise só existe pelos “abusos” dos passageiros, que expropriam os motoristas a ponto de eles se desinteressarem pela ocupação;
- A crise só existe porque os motoristas preferem escolher corridas e maltratar passageiros, o que ocasiona no abandono do acesso ao serviço e a piora das condições de trabalho.

Ou seja, a falta de motoristas se explicaria pelo exercício de micropoderes, embora em algum momento histórico a relação tenha sido mais equilibrada (na expressão “antes era melhor”). Dessa maneira, podemos perceber uma conformação com base na interação entre agentes: a estabilidade ocorreu quando houve um triângulo

passageiros/motoristas/aplicativos; a instabilidade começou com o acréscimo: a gasolina entra como um fator produtor da desigualdade, formando um quarteto; e o quadro fica pior quando torna-se um sexteto com a aproximação dos taxistas, que reforçam uma inferioridade dos serviços prestados por aplicativos, ressaltando a confiabilidade dos motoristas de táxi e do serviço offline.

A questão moral da “produção da falta” parece estar unificada sobre a égide do comportamento narcisista – o motorista escolhendo passageiros que lhe compensem, o passageiro tomando para si o carro do motorista. Ora, não é tão difícil associar que essa situação é o contrário da solidariedade social preconizada por Durkheim, dado que aparentemente os indivíduos acreditam que não dependem um do outro e por isso exercem os poderes egoísticos.

Uma possibilidade de pesquisa futura é descobrir sobre a efervescência que deu origem a uma experiência positiva de motoristas e de usuários com o aplicativo. Possivelmente o começo da relação foi amistoso por meio de investimento das empresas de aplicativo, que buscavam diferenciar os motoristas parceiros dos taxistas principalmente por meio do preço das corridas. Essa leitura pode ser suportada pela falta de lucratividade dessas empresas antes de entrarem no mercado de capitais, porém, ainda há as relações sociais produzidas pelo uso.

CONSIDERAÇÕES

Este artigo tratou da crise dos aplicativos de transporte no Brasil, investigando argumentos morais para explicar a diminuição do número de motoristas, a causa principal das consequências da mudança no serviço. A partir da investigação podemos formular algumas reflexões finais. A conclusão mais geral é de que a crise se explica, para os motoristas e os usuários, por meio das condições precárias, sejam elas de trabalho ou de serviço. São duas versões de uma mesma realidade que podem ser investigadas com mais profundidade em ocasiões futuras.

A primeira delas é que o bode expiatório é um mecanismo interessante para a análise das relações entre grupos para analisar momentos de crise, constituindo-se num complemento interessante para o conceito de habitus bourdiesiano. Assim, a sociologia moral permite investigar os acontecimentos relatados pelos atores por uma outra perspectiva. Assim, o bode expiatório é um construto da psicologia social, útil para explicar comportamentos individuais; porém, a sociologia da moral, ao utilizar esse

conceito, consegue o ressignificar para produzir a complexidade dos grupos por meio do indivíduo enquanto produtor das materialidades.

A segunda delas é a de que os valores sociais estão expressos por meio de indivíduos, que permitem enxergar pontos de integração e de diferença. Metodologicamente, é preciso detectar as evidências comunicativas e as colocar na teia de interação para detectar o fluxo classificatório, ademais com a possibilidade de se expandir para mais de dois grupos. Assim, a sociologia do conhecimento assume uma característica mais focada na interação grupal e estabelece um paradigma próprio em relação à antropologia e à psicologia social.

REFERÊNCIAS

6 MINUTOS. COM PANDEMIA, UBER GANHA MAIS COM ENTREGAS DO QUE COM TRANSPORTE DE PESSOAS. UOL. 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://6MINUTOS.UOL.COM.BR/NEGOCIOS/COM-PANDEMIA-UBER-GANHA-MAIS-COM-ENTREGAS-DO-QUE-COM-TRANSPORTE-DE-PESSOAS/](https://6minutos.uol.com.br/negocios/com-pandemia-uber-ganha-mais-com-entregas-do-que-com-transporte-de-pessoas/). ACESSO EM: 06 SET. 2021.

99POP. TERMOS DE USO MOTORISTA. 2021. 99POP. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://99APP.COM/LEGAL/TERMOS/MOTORISTA/](https://99app.com/legal/termos/motorista/). ACESSO EM: 09 SET. 2021.

ACONTECIMENTOS ZONA NORTE. POSTAGEM DIA 28 DE AGOSTO DE 2021 ÀS 14:44. FACEBOOK. 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/ACONTECEZN/POSTS/6221957924511052](https://www.facebook.com/acontecezn/posts/6221957924511052). ACESSO EM: 08 SET. 2021.

BARDIN, LAURENCE. ANÁLISE DE CONTEÚDO. LISBOA: EDIÇÕES 70, 1977.

COCHRANE, DANIELLE REZENDE RODRIGUES; MELLO, JOSÉ ANDRÉ VILLAS BOAS. CONSEQUÊNCIAS DA ECONOMIA GIG NA IDENTIDADE PROFISSIONAL: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. LOGEION: FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO, V. 6, N. 2, P. 142-156, 2020.

COELHO, LUÍS A. DE A; SILVA, LAIZE ANDRÉA DE S.; ANDRADE, MAURÍCIO OLIVEIRA DE; MAIA, MARIA LEONOR A. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS USUÁRIOS DA UBER E FATORES RELEVANTES QUE INFLUENCIAM A AVALIAÇÃO DESSE SERVIÇO NO BRASIL. ANAIS... CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTE, SÃO PAULO, 2017.

FABIANO CONTARATO. POSTAGEM DO DIA 3 DE ABRIL ÀS 13:23. 2021. FACEBOOK. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/FABIANOCONTARATO/POSTS/3070458962999788](https://www.facebook.com/fabianocontarato/posts/3070458962999788). ACESSO EM: 09 SET. 2021.

FRANÇOZO, M. T.; MELLO, NATÁLIA CUSTÓDIO. INFLUÊNCIA DOS APLICATIVOS DE SMARTPHONES PARA TRANSPORTE URBANO NO TRÂNSITO. 7TH LUSO-BRAZILIAN CONGRESS FOR URBAN, REGIONAL, INTEGRATED AND SUSTAINABLE PLANNING, 2016.

GIRARD, RENÉ. **A VIOLÊNCIA E O SAGRADO**. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, UNESP, 1990.

LOPES, R. C.; COELHO, G. B.; FRANZ, A. A COVID-19, O PÓS-GRADUANDO STRICTO SENSU E O AUXÍLIO EMERGENCIAL: DISPOR OU NÃO DISPOR? **REVISTA OBSERVATÓRIO**, v. 6, n. 2, 2020.

MOTORISTAS DE APLICATIVO BR. **POSTAGEM DE 30 DE AGOSTO ÀS 11:42**. 2021. **FACEBOOK**. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/MOTORISTASDEAPLICATIVOBRASIL/POSTS/1645415038997742>. ACESSO EM: 08 SET. 2021.

NETO, GENEZIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE; SILVA, JULIANA PEREIRA DE SOUZA; PORTUGAL, LICÍNIO DA SILVA. **UMA ANÁLISE DO USO DE APLICATIVOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL E REMUNERADO: UMA REVISÃO DE LITERATURA**. ANAIS... ANPET, BALNEÁRIO CAMBORIU, 2019.

SUL VINTE E UM. **PUBLICAÇÃO DO DIA 27 DE AGOSTO ÀS 07:41**. **FACEBOOK**. 2021. DISPONÍVEL EM: **SUL VINTE UM — PUBLICAÇÕES | FACEBOOK**. ACESSO EM: 08 SET. 2021.

UBER. **TERMOS E CONDIÇÕES DO PROGRAMA UBER PRO**. UBER. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.UBER.COM/LEGAL/PT-BR/DOCUMENT/?COUNTRY=BRAZIL&LANG=PT-BR&NAME=UBER-PRO-PROGRAM-TERMS>. ACESSO EM: 09 SET. 2021.

UBER PORTO ALEGRE E REGIÃO. **POSTAGEM DO DIA 29 DE AGOSTO ÀS 00:26**. **FACEBOOK**. 2021. DISPONÍVEL EM: **UBER PORTO ALEGRE E REGIÃO**: <HTTPS://VEJA.ABRIL.COM.BR/ECONOMIA/APLICATIVOS-DE-TRANSPORTE-COMO-UBER-E-99-ENFRENTAM-SUA-MAIOR-CRISE/>. ACESSO EM: 08 SET. 2021.

UBER – PUBLICAÇÕES. **PUBLICAÇÃO DO DIA 18 DE AGOSTO ÀS 19:41**. **FACEBOOK**. 2021. DISPONÍVEL EM: **UBER — PUBLICAÇÕES | FACEBOOK**. ACESSO EM: 08 SET. 2021.

VANDENBERGHE, FRÉDÉRIC. A SOCIOLOGIA COMO UMA FILOSOFIA PRÁTICA E MORAL (E VICE VERSA). **SOCIOLOGIAS**, v. 17, n. 39, p. 60-109, 2015.

VENCO, SELMA. **UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: UM FENÔMENO DE TIPO NOVO ENTRE OS DOCENTES DE SÃO PAULO, BRASIL?** **CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA**, v. 35, n. 1, 2019.

CORPOS E VOZES INDÍGENAS INVISÍVEIS NO CONTEXTO URBANO AMAZÔNICO

Leandro Eustáquio Gomes

Doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra, Portugal (2017)
Pesquisador Pós-doutorando da Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

Mauro Augusto Dourado Menezes

Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Brasil (2011)
Antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil.

Tatiana de Lima Pedrosa Santos

Doutora e Mestre, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com área de concentração em Sociedade, Cultura Material e Povoamento; Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Amazonas.

Raniele Alana Lima Alves

Mestre em Saúde Pública na Amazônia pelo Mestrado em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia (PPGVIDA) do Instituto Leônidas e Maria Deane - FIOCRUZ/Amazônia, vinculada ao Laboratório de Histórias e Políticas de Saúde na Amazônia - LAHPSA.

Resumo: Este artigo tem como objetivo promover uma profunda análise das estruturas que contribuem para a invisibilidade de corpos e vozes em contextos urbanos. Para ilustrar essa problemática, tomamos como exemplo a cidade de Manaus, situada no estado do Amazonas, no Brasil, onde a ausência de representações indígenas se manifesta devido ao poder colonial hegemônico que historicamente perpetuou a invisibilidade dessas comunidades. Nossa abordagem busca, fundamentalmente, realizar um exercício crítico de decolonialidade. Este exercício consiste em agir em oposição ao cenário excludente, opressor e profundamente enraizado em preconceitos raciais, que é mantido pelo Estado e muitas vezes reforçado pela sociedade em geral.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Território; Representações; Povos Tradicionais; Amazônia/Brasil.

Abstract: This article aims to promote a deep analysis of the structures that contribute to the invisibility of bodies and voices in urban contexts. To illustrate this issue, we take the city of Manaus, located in the state of Amazonas, Brazil, as an example, where the absence of indigenous representation is evident due to the hegemonic colonial power that has historically perpetuated the invisibility of these communities. Our approach fundamentally seeks to engage in a critical exercise of decoloniality. This

exercise involves acting in opposition to the exclusionary, oppressive, and deeply ingrained racial prejudices that are upheld by the state and often reinforced by society at large.

Keywords: Cultura Heritage; Territory; Representations; Traditional People; Amazon/Brazil.

INTRODUÇÃO

Pedido de Habeas Corpus

Exsalentíssima Justiça,

Aquando da sua chegada em terras pré-brasis, foi estabelecido um marco temporal, também conhecido por como marco do temporal. Condições tempestuosas que assolam essas terras a séculos, onde dizimam povos, marginalizam culturas, corrompem almas, profanam florestas, retalham terras, envenenam águas, poluem ar, chagam o solo, em suma, delapidam o Bem Viver. Tudo isso através de seu nome Justiça e sobrenome Direito.

Muitos dizem ter seu sobrenome (Direto), mas tantos outros seguem órfãos sem poder fazer uso desse sobrenome que atribuir status de divindade e impõem a outros condições de meros mortais e subalternos. Apresentam-se como onipresentes, onipotentes e oniscientes, entretanto, somente vislumbram através de um Espelho Narcísico Míope, que tentam distorcer nossas vozes, aprisionar nossos corpos e almas.

Sendo assim, Exsalentíssima Justiça, viemos por meu deste, refazer o pedido requerido pelos nossos ancestrais a séculos, mas que segue moroso processo de apreciação, devida nossa filiação ancestral. Todavia, esse pedido/grito, reverbera em nossas almas, que libertem nosso Corpo-território, e que eles sejam presentes, representados e vívidos onde quer que ensejemos. Com isso, poderemos mitigar “A Queda do Céu” e fazer valer nossas “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”.

Pede deferimento,

Devir Ancestral

Esta carta, escrita por nós, construída em tom de ironia e crítica, tem por objetivo provocar e, ao mesmo tempo, evocar o pensamento decolonial, ou seja, desconstruir paradigmas do poder hegemônico e salientar a situação de negligência e vulnerabilidade a que são acometidos os povos originários no Brasil. Visamos assim, introduzir o leitor em uma perspectiva desconstrutivista, frente aos alicerces do aparato racista estrutural do

Estado e todos os mecanismos socioculturais excludentes fortificados pelo poder hegemônico vigente.

A CONSTRUÇÃO DAS AUSÊNCIAS

Existe o mundo dos invisíveis que são plasmados nas cidades, espaços excludentes das vozes que reverberam são poderes hegemônico colonial e capitalista, onde existem espaços aos dignos de existirem, e o limbo aos indignos da civilidade. Praças, ruas, avenidas, monumentos, espaços, arquiteturas, línguas que demonstram quais são as vidas dignas de serem vida nesses contextos. Quais são os corpos e vozes (in)visíveis neste contexto urbano Amazônia? Construimos este artigo em tom de indagação e provocativo, a fim de buscar refletir quanto à construção e representação dos/nos territórios urbanos, tendo como exemplo a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas.

A ideia desenvolvimentista que assola o Brasil há mais de 500 anos exclui modos de viver e vidas, constrói mundo e submundos, humanos e sub-humanos, culturas e subculturas, construtos idealizados como formas de domínio, extermínio e destruição. Conjecturas de superioridade e inferioridade, cujo engodo de construção busca afirmar-se através de imposições e invisibilidade de grupos socioculturais.

Essa ideia de ausência, em que algo que está presente se torna ausente, constitui um dos pilares essenciais do racismo. Kilomba (2020) nos exemplifica no prefácio do livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” em que diz que as contribuições de Frantz Fanon estão presentes, mas de alguma forma são invisibilizadas. Assim, o que está presente se transforma em ausência, resultando na negação de sua existência, eis a lógica do racismo. Trazendo para o contexto desta pesquisa vemos a presença indígena na cidade ser negada, negligenciada, tornada ausente.

Frantz Fanon (2015) em sua obra “Os condenados da Terra” já tecia críticas à violência colonial, patriarcal e racista que invisibiliza e desumaniza “os condenados da terra” ao forjar zonas de ser e de não ser. Milanez *et al.*, (2019) colabora com a discussão ao pontuar que o racismo com os indígenas no contexto brasileiro é invisibilizado e disfarçado, refletido na historiografia tradicional, que reforça uma narrativa de extinção dos povos indígenas e os coloca num lugar do passado.

Esse cenário nefasto está presente estruturalmente nos mecanismos normativos estabelecidos pelo Estado, cujas políticas públicas e instrumentos técnicos engradam formas de (in)visibilizar corpos e vozes.

Sim, parece uma argumentação dramática, mas é esse o cenário atual, pois quem nós vemos e o que de nós vemos nas cidades? Os território e espaços são majoritariamente brancos/coloniais, a negar a diversidade constitutiva da nação brasileira que é diversa e plural. Existe a busca constante de homogeneizar corpos e vozes, de negar essências e ancestralidade.

FUNDAMENTOS E TRAMAS DA CULTURA

Para compreendermos melhor o universo cultural e patrimonial, se faz necessário lançar mão de elementos conceituais, a fim de elucidar a construção da cultura e patrimônio, além de desmitificar as ideias de superioridade e inferioridades culturais, bem como, demonstrar como essas construções podem e são utilizadas como mecanismo de controle na valorização e exclusão, entre os dignos e indignos, do que deve ser exaltado e o que deve ser velado, ou como utilizamos neste texto, os visíveis e invisíveis.

Lima (1979) apresenta uma visão funcionalista do conceito de cultura, afirmando que a cultura compreende uma ampla gama de elementos, incluindo técnicas, equipamentos, comportamentos, produtos, normas, ideias, regras e leis, todos criados pelo ser humano com o propósito de atender às suas necessidades físicas, psicológicas e sociais. Ele argumenta que a cultura não se limita a um conjunto de características preexistentes encontradas no ambiente, mas também implica um processo dinâmico. Nesse processo, o indivíduo desempenha o papel de agente dinâmico-motor, sendo responsável por aprender e internalizar os elementos culturais ao longo de sua vida.

Laraia (2013) ressalta que, após as contribuições de Tylor, muitos outros conceitos de cultura foram propostos, mas, em vez de esclarecer, eles frequentemente confundiram mais do que ampliaram a compreensão do conceito. Diante disso, Geertz (1973) sugeriu que seria mais vantajoso para a teoria antropológica moderna reduzir a amplitude do conceito de cultura, tornando-o mais especializado e teoricamente sólido (Laraia, 2013).

Bernardi (2007) destaca a definição clássica de cultura proposta por Tylor, que permanece referencial. Segundo essa definição, cultura abrange quatro elementos essenciais: a integridade da cultura como um todo coeso, seu valor como norma de comportamento, sua relação com o indivíduo e seu papel na sociedade.

Hall (2003) argumenta que, entre todos os conceitos nas ciências sociais, a cultura é a mais desafiadora de definir. Isso ocorre devido à sua abrangência, englobando desde manifestações culturais populares até obras de elite, elementos das massas às elites, e abrangendo diversas áreas e períodos históricos. A cultura, segundo Hall, é um fenômeno complexo que não pode ser reduzido a uma única definição.

Cuche (1999) chama a atenção para o fato de que a própria existência da palavra "cultura" como conceito é um problema, uma vez que algumas sociedades de língua oral não têm um termo equivalente. No entanto, a ausência de uma palavra específica não implica a ausência de cultura nessas sociedades. A formação de novas palavras e expressões está intrinsecamente ligada à evolução das necessidades culturais.

A questão biológica e genética em relação à cultura é discutida por Laraia (2013), que enfatiza que a maioria dos antropólogos acredita que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. Felix Keesing argumenta que não existe correlação significativa entre a distribuição de características genéticas e a distribuição de comportamentos culturais. Em outras palavras, qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura se for exposta a um ambiente de aprendizado apropriado.

Lévi-Strauss contesta a ideia de culturas superiores ou inferiores, rompendo com a hierarquização cultural. Ele argumenta que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais e que as diferenças culturais são melhores explicadas pela história cultural de cada grupo (Laraia, 2013).

Geertz (1978) reforça a ideia de que a cultura se afasta dos fatores genéticos e raciais, focando-se nas relações sociais e na capacidade de aprendizado e adaptação ao ambiente. Ele argumenta que a cultura é baseada nas relações sociais, e a escolha de pertencer a um grupo e ser aceito por ele é fundamental nesse processo (Laraia, 2013).

Abreu (2007) observa que as formulações de Franz Boas e Bronislaw Malinowski, que valorizaram as diferenças culturais e relativizaram as culturas, foram importantes para a superação de ideias prejudiciais, como o racismo e o evolucionismo cultural, e contribuíram para a promoção da paz entre os povos após a Segunda Guerra Mundial.

A relação entre cultura e patrimônio é explorada por Baveystock e Mason (2009), que destacam como o patrimônio utiliza elementos culturais, como locais, práticas e objetos, para transmitir ideias e valores no presente.

O patrimônio, muitas vezes, é percebido como algo que simplesmente existe, mas é, na verdade, uma construção social com objetivos específicos.

Rodrigues (2005) ressalta que o processo de patrimonialização envolve escolhas sobre quais elementos culturais serão considerados patrimônio. Essas escolhas podem ser espontâneas, originando-se naturalmente dentro de grupos sociais, ou podem resultar de intervenções políticas e de outros interesses. Cabral (2011) chama a atenção para a dimensão política da patrimonialização, argumentando que ela pode impor uma perspectiva única e legítima sobre a cultura. O processo de patrimonialização envolve escolhas e recortes do passado, influenciados por interesses sociais, econômicos e políticos.

Anico (2005) enfatiza que o patrimônio é uma construção social que envolve escolhas e seleções do passado. É um processo de objetivação da memória e da cultura, no qual elementos culturais são destacados de acordo com as necessidades do presente.

Esses conceitos e definições demonstram e auxiliam na compreensão das nuances e sentido aos quais são construídos sentidos à cultura e patrimônio, em que são aplicados lembranças e esquecimentos, bem como deixa explícito quão errônea é a tentativa de hierarquizar as culturas e povos.

ENTRE A FLORESTA, A CIDADE E O URBANO

A formação da cidade de Manaus está intrinsecamente ligada à história dos Povos Indígenas que aqui habitaram/habitam e à preservação dessa memória coletiva. Para entender essa relação, é importante explorar como a cidade de Manaus se desenvolveu ao longo do tempo e como os Povos Indígenas desempenham um papel fundamental nesse processo, deixando um legado de memória que moldou a identidade urbana com aspectos da identidade indígena na cidade, conforme nos diz Silva (1999):

A introdução de elementos estranhos transformou ecológica e socialmente o espaço amazônico. A criação de aldeamentos e fortificações foram, num primeiro momento, a resposta para a incorporação da mão-de-obra indígena e do solo amazônico ao patrimônio europeu. Dentro desse projeto de aldeamento e fortificações, várias cidades foram erguidas, tendo por objetivo a incorporação dos indígenas ao mundo europeu, seja pela persuasão religiosa, seja pela admissão compulsória num mundo desvinculado do seu. Dentro desse projeto, eminentemente militar, foi erguido em 1669 o Forte de São

José da Barra, cujo objetivo era garantir a posse das terras pertencentes a Portugal contra a invasão estrangeira, principalmente de ingleses e holandeses. O projeto político-militar do Forte não chegou a se concretizar. Por sua vez o lugar da Barra, como passou a ser conhecida a localidade que mais tarde dará origem a cidade de Manaus, deixa de ser um lugar com objetivo militar e passa a ser um entreposto para aqueles que subiam ou desciam tanto do rio Negro quanto o Alto Amazonas, como era conhecido o rio Solimões. O ajuntamento de famílias indígenas ao redor do forte dará início ao primeiro núcleo populacional. As características físico-culturais da gente que passa a habitar o espaço do Forte não deixa dúvida que a origem de Manaus foi eminentemente indígena (Silva, 1999, p. 111).

Manaus sempre foi indígena e Bernal (2009) reafirma o pensamento de Silva (1999) ao nos dizer que:

Basta olhar os grandes prédios da cidade e pensar na quantidade de mão de obra necessária para a sua construção e sua manutenção; basta lembrar, também, do número de ocupações secundárias demandadas pelos colonos europeus e mestiços vindos do litoral e na área doméstica, ou nas atividades do rio: serventes, cozinheiros, construtores, portadores, pescadores, etc. Hoje, imigrantes voluntários em busca de trabalho e novas condições de vida; antigamente, escravos de um sistema econômico no qual a mão de obra indígena era apenas um recurso natural a ser explorado: os índios sempre estiveram presentes na vida de Manaus (Bernal, 2009, p. 28).

Falar da cidade de Manaus e da presença indígena que sempre esteve aqui e permeou a formação e a construção da cidade e da região amazônica se faz pertinente, visto que conforme aponta Oliveira (2014) o imaginário e representação que se faz da “Amazônia” foi moldado a partir de inúmeras generalizações que a situaram como um “vazio geográfico”, como a “última fronteira” no processo de conquistas colonizatórias. Desse modo, criaram-se narrativas que alimentaram mitos que se mantêm até a atualidade sobre a Amazônia e principalmente sobre os Povos Indígenas da região e que colaboram para uma retórica racista, advindo dos discursos colonialistas. Oliveira (2014) complementa ainda:

Que imagens de Amazônia os brasileiros carregam dentro de si e afluem automaticamente ao seu espírito cada vez que esta palavra é mencionada? O que sabemos desse conjunto de representações que nos leva a agir e pensar sobre uma Amazônia real, a expressar ideias

e conceitos sobre os seus primeiros habitantes, bem como sobre a sua história e a sua situação atual? Tais imagens, apesar de estarem dentro de nós e as sentirmos como familiares, não foram de modo algum por nós produzidas. São rigorosamente exteriores e arbitrárias, convenções cujos pressupostos frequentemente desconhecemos. Depositadas em nossa mente, resultam do entrechoque de concepções engendradas por gerações passadas, formuladas em lugares próximos ou distantes de nós. Mas são elas que dirigem nossas perguntas e ações, e muitas vezes governam nossas expectativas e emoções (Oliveira, 2014, p. 26).

Oliveira (2006) diz que para compreender a Amazônia é preciso dar ênfase para as cidades que a constituem. Nesse sentido, Oliveira (2006) destaca as cidades pequenas que se localizam às margens dos rios, pois essas cidades pequenas apontam para modos de vida que divergem do padrão urbano, observado em outras regiões do país. Apoiado em Oliveira (2006), reforçamos que a compreensão das cidades amazônicas passa pelo entendimento dos modos de vida das gentes que aqui habitam, sejam os povos indígenas, quilombolas (negros) e ribeirinhos que juntos confluem a identidade amazônida, que conformam os espaços urbanos e nos auxiliam a compreender Manaus como uma capital-metrópole que difere das demais por apresentar uma composição multiétnica plural.

No entanto, sabe-se que o encontro dos Povos Indígenas com o urbano não foi formidável, deu-se e até hoje ocorre de forma violenta. Como exemplo vê a invisibilização e estigmas em torno da identidade que os Povos Indígenas vivenciam no contexto urbano (Pereira, 2016). Bermeguy (2019) fomenta a discussão ao apresentar reflexões a partir do seguinte questionamento: porque a “Amazônia” não é pensada como um lugar da “antropologia urbana”? E relaciona as resistências do campo da “antropologia urbana” reforçado pelas narrativas inventadas sobre a “Amazônia” que a colocam em um lugar do exotismo e não levam em consideração as suas singularidades nos processos sociais específicos da urbanização da região.

Almeida (2009) em prefácio do livro “Estigmatização e Território” apresentou que os impactos das interações entre o processo de urbanização e o de industrialização têm ocorrido de forma desigual nas cidades amazônicas, seja nas cidades fronteiriças quanto nas cidades industriais da região periférica em que incluiu Manaus. Reflexionando a discussão, Almeida (2009) diz ainda que as políticas de ocupação da Amazônia praticadas desde 1950 são conduzidos por uma noção de desenvolvimento econômico que aprofundam as desigualdades sociais e, como resultantes,

diluem as expressões dos fatores étnicos nas cidades ao reduzir tais populações a “excluídos”, “pobres”, “carentes”.

Santos (1993) ao falar de urbanização brasileira já dizia que a própria cidade, em sua dinâmica social e como um ambiente concreto, contribui para a geração de pobreza, tanto devido ao modelo econômico que a sustenta quanto à sua disposição física. Isso resulta na transformação dos habitantes das periferias em pessoas ainda mais desfavorecidas. O autor enfatiza que a pobreza não é apenas consequência do modelo socioeconômico predominante, mas também do arranjo espacial.

Lefebvre (2011) em sua perspectiva teórica traz a noção de direito à cidade como apropriação e valor de uso, desse modo, a sociedade urbana requer uma estratégia orientada para atender às demandas sociais, que se materializa no conceito de direito à cidade. Isso implica que a cidade e sua vida cotidiana transformam-se em obra, apropriação e valor de uso. Tais conceitos auxiliam no entendimento da Amazônia em sua complexidade socioespacial.

Cardenes e Montardo (2021), ao descreverem como os Povos Indígenas se mobilizaram no enfrentamento à Pandemia de Covid-19, apresentam e descrevem três espaços urbanos distintos permeados pela presença indígena na cidade de Manaus:

Uma Manaus urbanizada, construída ao redor de prédios públicos coloniais, como o Teatro Amazonas, de condomínios residenciais e prédios, das fábricas do distrito industrial, polo que nos conecta às promessas de modernização do capital, mas que ocultam os arredores que cada vez mais se agigantam e lutam pelo direito à vida nos espaços da urbe. A Manaus periférica, dos bairros sem saneamento básico, mantida isolada por péssimas condições do transporte público e que se organiza por meio de ocupações de moradia, fenômeno que ocorre desde a implantação do distrito industrial de Manaus nos fins da década de 1960, de onde nasceram os bairros da compensa, da redenção, da Cidade de Deus e do Tarumã, entre tantos outros onde residem as populações indígenas. E a Manaus rural, situada no limite do urbano, nos fragmentos de floresta e nas beiras de rios que circulam a grande metrópole. Espaços onde vivem populações ribeirinhas, agricultores, comunidades indígenas e que sofrem pressão da especulação imobiliária e do turismo, como por exemplo, o curso do Baixo Rio Negro, onde está localizado o Igarapé do Tarumã e as comunidades do Cuieiras (Cardenes; Montardo, 2021, p. 89).

Nunes (2010) ao discorrer sobre indígenas no espaço urbano afirma que no imaginário nacional configura-se a associação entre índios e floresta/natureza e não-índios e cidade/civilização. Desse modo, o autor fala que a passagem do indígena ao espaço urbano é vista como “desagregação cultural” “aculturação”. No entanto, é preciso superar esse estereótipo de que a cidade não é lugar para os indígenas, pois eles sempre estiveram aqui, construíram esse espaço. Desse modo, Magnani e Andrade (2013) asseguram que para a construção de uma etnologia urbana é preciso transcender a associação da presença indígena na cidade a questões de exclusão social.

[...] ao invés de circunscrever a presença indígena no contexto habitual do processo de periferização urbana, com instável inserção no mercado de trabalho, confinamento em regiões de risco, carência de serviços e equipamentos básicos, é possível – e mais produtivo – colocar outras perguntas: o que é cidade, na concepção dos diferentes coletivos indígenas que nela habitam? Que transformações sua presença acarreta na própria dinâmica da cidade? Como nela estabelecem seus vínculos, estratégias e alianças? Quais são seus trajetos no tecido urbano e que instituições acionam em busca da manutenção de um modo de vida diferenciado? (Magnani; Andrade, 2013, p. 46).

Melo (2013) em pesquisa etnográfica afirma que os indígenas em seu processo de inserção na cidade, mesmo mediante as desigualdades sociais e violências vivenciadas no espaço urbano, ressignificam de maneira singular as suas existências nas cidades. Desse modo, transformam a cidade que enquanto espaço tenta sufocar, apagar suas memórias e culturas em um “território cultural” (Silva, 1991) privilegiado.

Manaus, enquanto capital, cujo nome originário é Manaós, “a mãe dos deuses”, referenciando os Povos Indígenas que já habitavam aqui, enquanto a chegada dos colonizadores representa a simbolização de como a instauração da urbanidade significou para os povos originários avanços de políticas de morte, de desapropriação das culturas indígenas, já que debaixo de cada área urbana repousa um local ancestral indígena.

A INVISIBILIDADE URBANA

Como já referimos, há uma invisibilidade dos povos originários dentro do contexto urbano do Amazonas. Evidenciamos essas situações neste cenário capital do Estado, a cidade de Manaus. Para tal, usaremos como

exemplos os símbolos e espaços que são veiculados como “representações da cultura”, ou seja, locais e símbolos que são apresentados institucionalmente para a promoção da cidade. Utilizamos para tal as informações vinculadas no site oficial do poder público municipal, Prefeitura Municipal de Manaus (<https://www.manaus.am.gov.br>). Iniciamos esta elocução com a descrição feita sobre o símbolo da cidade, o Brasão, da cidade.

Figura 1: Brasão da Cidade



Fonte: Prefeitura Municipal de Manaus¹

No texto descritivo é dito que o Brasão da Cidade representa a história da cidade em suas três fases históricas e sua trajetória de construção:

Representando perfeitamente a história de Manaus, o brasão foi concebido pelo poeta, compositor e dramaturgo Thaumaturgo Vaz, que criou o escudo em 1906.

Nele são transcritas três fases distintas da história da cidade, sendo a primeira no canto superior esquerdo onde se ilustra o Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões; o descobrimento da foz do primeiro rio pela expedição de Orellana, no século XVI; e a fundação definitiva de Manaus no início do século XVII. Ao lado direito, temos a visualização da fortaleza e a bandeira de Portugal no topo do mastro que

¹ Disponível: <https://www.manaus.am.gov.br/turismo/simbolos-da-cidade/>

significam o domínio até então português. O contraste entre a naturalidade dos habitantes de Manaus e o modernismo de Portugal, celebrado pela arte de um militar e uma indígena, representa a paz instituída entre os colonizadores e os colonizados – com o casamento do comandante militar da escolta portuguesa com uma filha do chefe da tribo. Já na seção inferior, uma árvore e o trecho do rio que simboliza a natureza agrícola e industrial da região que transformou Manaus em uma grande força da goma elástica. (Prefeitura Municipal de Manaus, s/d. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/turismo/simbolos-da-cidade/>).

Termos como “descobrimento” ressoam como afronto à história dos povos originários, pois desprezam o povoamento pré-existente e evidencia de forma explícita a quem representa o texto/descrição, o poder colonial. O termo “fundação” pode e deve ser revisto como expulsão, pois o território já era habitado pelo povo Manaós antes da invasão. O símbolo da cidade ainda carrega a bandeira do colonizador em que “Ao lado direito, temos a visualização da fortaleza e a bandeira de Portugal no topo do mastro que significam o domínio até então português”. O afronto ganha maior dimensão quando é dito que “O contraste entre a naturalidade dos habitantes de Manaus e o modernismo de Portugal, celebrado pela arte de um militar e uma indígena, representa a paz instituída entre os colonizadores e os colonizados – com o casamento do comandante militar da escolta portuguesa com uma filha do chefe da tribo.”. Já a uma fase mais recente, é descrito que “uma árvore e o trecho do rio que simboliza a natureza agrícola e industrial da região que transformou Manaus em uma grande força da goma elástica.” Outra vez o processo de destruição de povos originários e seus territórios são louvados.

Na apresentação e descritivos do “O que ver e fazer em Manaus”, a presença e culturas indígenas são desprezadas, não há menção da diversidade pluriétnica e seu papel na construção do território, sendo que a indicação do “o que ver” é muito pertinente para a nossa argumentação, pois evidencia o que merece ser visto e o que deve e é invisibilizado.

Seguimos a discorrer sobre cada local do “O que ver e fazer em Manaus”, e vejamos como os corpos e vozes indígenas são representados neste contexto urbano amazônico. Ao longo de todas as descrições são feitas diversas citações de figuras de colonizadores e espaços que levam os seus nomes, existem apenas duas referências aos povos originários, sendo que ambas se referem a um passado longínquo, com referências a sítios

arqueológicos, o que induz a uma ideia de passado, mas que a presença presente inexistente. Ruas, vielas, avenidas, praças, prédios, bairros..., são todos lugares de memórias para alguns e de invisibilidade para outros, cidades que buscam apagar a vida e a existência de seres, de suas memórias e o direito de serem vividos através de suas presenças e representações.

O CONTRAMOVIMENTO AO INVISÍVEL

A predominância das representações que existem no contexto urbano faz referência a um modelo singular, monólogo cultural colonial capitalista, sem espaços efetivos para outros corpos e vozes, como as dos povos tradicionais e suas cosmovisões amplas e complexas.

Especificamente quando falamos de indígenas, temos que ter consciência do sentido plural, pois são diversas etnias e línguas, diversidade de povos, territórios e culturas, cujo poder hegemônico classificou por séculos apenas como índios. Leitura rasa, simplista, ou melhor, simplória, a fim de minorizar a existência e subjugar a história e forma de viver.

Para termos melhor dimensão dessa complexidade, segundo IBGE (2023), a nível nacional temos registrados 169353 pessoas indígenas, que corresponde a 0,83% da população total, em nível de estado: o Estado do Amazonas possui 490854 pessoas indígenas correlatos a 28,98% da população indígena. E, em nível municipal, Manaus é a cidade com maior quantitativo de população indígena, com 71713 pessoas, sendo considerada a capital mais indígena em número e diversidade étnica. Entretanto, quanto dessa diversidade está representado?

A resposta, infelizmente, é que a representação desses povos é mínima ou inexistente em muitos casos. Os espaços urbanos da Amazônia muitas vezes refletem uma cultura dominante que marginaliza as vozes indígenas e as empurram para a invisibilidade e periferias. Os indígenas que vivem na cidade frequentemente enfrentam discriminação, falta de acesso a serviços básicos e a negação de suas identidades culturais. Temos monumentos e espaços que exaltam o poder colonial capitalista que gerou de forma (in)direta o genocídio, principalmente de indígenas, os povos originários.

Essas situações de invisibilidade é algo naturalizado, onde discurso de inferioridade cultural é introjetado de forma constante no imaginário e nas formas de perceber os traços e manifestações culturais, pois existe uma ausência e mecanismos até mesmo cognitivos para adentrar no universo da cosmovisão indígenas, pois temos o pensamento formatado ao modelo colonial capitalista. Essa ausência de instrução cognitiva nos faz deixar de

perceber o quanto é violento a invisibilidade de corpos e vozes indígenas no contexto urbano da capital do estado como maior número contingente populacional e etnias.

A invisibilidade dos corpos e vozes indígenas nas cidades amazônicas é um reflexo direto da negação de suas identidades e histórias e uma construção histórica nacional. As representações da cultura indígena, quando representadas, aparecem em cenário e condições figurante e marginal, como sombras frente aos holofotes que destacam os corpos e vozes coloniais e capitalistas. Ou seja, as representações indígenas são ínfimas e quase imperceptíveis.

A invisibilidade não é apenas uma questão de representação simbólica, ela também tem implicações práticas, pois a invisibilidade desses corpos e vozes também acarreta perdas de conhecimento, uma vez que as culturas indígenas representam construções e tradições milenares, sobre a flora e fauna da Amazônia, técnicas de agricultura sustentável, práticas de medicina tradicional, além de um sentido de viver divergente do modelo colonial e capitalista que já se mostrou insustentável.

Ao tornar visível e reconhecer e valorizar esses conhecimentos e contribuições, adentraremos em um universo de reparação e, para além, será uma oportunidade de transformar o contexto urbano das cidades mais sustentáveis e culturalmente diversa, rica, inclusiva e representativa. Sabemos que a diversidade em diálogo são caminhos para a sustentabilidade. Salientamos que diversidade em diálogo constitui em práticas construtivas de interações múltiplas e constantes, que preconiza pelo conhecimento e colaborações mútuas para convivência e respeito às diferenças, ou seja, universo de pleno diálogo, sinergia e fomento das pluralidades socioculturais de forma horizontal.

Para o enfretamento dessas condições de invisibilidade, é necessário representatividade política, pois esse é um elemento-chave para a visibilidade e empoderamento das comunidades indígenas nas cidades amazônicas. Essa representatividade deve estar junto aos grupos e conselhos deliberativos de planejamento e gestão das cidades. É necessário construir efetivas políticas de desconstrução de condições opressoras de invisibilidade e reparação histórica e social das representações indígenas, ou seja, deixar de enaltecer caracteres coloniais e capitalistas, e fazer figurar com destaque a história e cultura indígena em toda a sua pluralidade milenar e contemporânea.

O que aqui destacamos e propomos não está para além do que prevê nossa Constituição Cidadã de 1988, pois promover a participação cidadã indígena ativa e inclusiva é um passo fundamental para ir ao encontro do previsto:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (Brasil, 1988, s/p).

Transformar os espaço e representações da cultura indígena nos espaços urbanos a nível nacional é um imperativo. Tal construção de visibilidade é essencial como resgate dessas identidades e histórias, sendo necessário estabelecer isso dentro de uma política de estado, não apenas através de uma política de governo. Isto é, que seja constante e assegurado, não momentâneo, a fim de criar mecanismos técnicos e normativos que garantam a construção de aparatos equidades, frente as negligências instituídas durante séculos de invasão, colonização e genocídio dos povos indígenas. A valorização e preservação da cultura indígena é fundamental para enriquecimento da nossa sociedade, além de ser parte das formas de reparação.

A desconstrução não se refere a aniquilar elementos históricos existentes, engloba construir instrumentos que permitam releituras dos já existentes e a construção de outros espaços e fomentos para os corpos e vozes invisibilizadas, tendo consciência da necessidade de reparação social, econômica, ambiental e política.

CONCLUSÃO: O DEVIR VISÍVEL

É imperativo e essencial que exista dentro dos contextos urbanos as expressões e resgate dessas identidades e histórias, sendo que a preservação da cultura indígena é uma parte vital da diversidade do estado do Amazonas, pois existe uma dívida histórica frente ao que foi e é feito com a população indígena. Isso não apenas enriquece nossa sociedade, mas também nos conecta com raízes profundas e sabedoria acumulada ao longo de gerações. Iniciativas de resgate cultural como a promoção de línguas indígenas e práticas tradicionais devem ser presentes e incentivadas nas cidades

amazônicas. Necessário desconstruir perspectivas e leituras hegemônicas dos espaços, representações e visibilidade desses corpos e vozes, do pretérito ao presente.

Na medida em que destacamos a invisibilidade de corpos e vozes no contexto urbano, estamos, na verdade, apontando para a urgência de reconhecer e combater a discriminação sistêmica que persiste. Trata-se de um chamado à ação, convidando a sociedade a reavaliar suas práticas e políticas, a fim de alcançar uma maior inclusão e igualdade para todos os grupos marginalizados, especialmente as comunidades indígenas que historicamente foram marginalizadas e silenciadas. Este artigo serve como um lembrete de que a decolonialidade é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ABREU, REGINA. PATRIMÔNIO CULTURAL: TENSÕES E DISPUTAS NO CONTEXTO DE UMA NOVA ORDEM DISCURSIVA. IN: **ANTROPOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL- DIÁLOGOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**. BLUMENAU: NOVA LETRA, 2007.

ALMEIDA, ALFREDO VAGNER BERNO. PREFÁCIO. IN: ALMEIDA, ALFREDO VAGNER BERNO; SANTOS, GLADEMIR SALES. **ESTIGMATIZAÇÃO E TERRITÓRIO: MAPEAMENTO SITUACIONAL DOS INDÍGENAS EM MANAUS**. MANAUS: NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2009.

ANICO, MARTA. A PÓS-MODERNIZAÇÃO DA CULTURA: PATRIMÔNIO E MUSEUS NA CONTEMPORANEIDADE. **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS**, PORTO ALEGRE, ANO 11, N. 23, P. 71-86, 2005. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/HA/V11N23/A05V1123.PDF](http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/A05V1123.pdf). ACESSO EM: 15 SET. 2023.

BAVEYSTOCK, ZELDA; MASON, RHIANNON. WHAT ROLE CAN DIGITAL HERITAGE PLAY IN THE RE-IMAGINING OF NATIONAL IDENTITIES?: ENGLAND AND ITS ICONS. IN: **HERITAGE AND IDENTITY**. LONDON: ROUTLEDGE, 2009, p. 15-28.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BRASÍLIA, DF: SENADO FEDERAL, 1988.

BEMERGUY, TELMA DE SOUSA. ANTROPOLOGIA EM QUAL CIDADE? OU PORQUE A “AMAZÔNIA” NÃO É LUGAR DE “ANTROPOLOGIA URBANA”. **REVISTA PONTO URBE**, N. 24, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://JOURNALS.OPENEDITION.ORG/PONTOURBE/6464](https://journals.openedition.org/pontourbe/6464). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

BERNARDI, BERNARDO. **INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ETNO-ANTROPOLÓGICOS**. LISBOA: EDIÇÕES 70, 2007 [1974].

CABRAL, CLARA BERTRAND. **PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL – CONVENÇÃO DA UNESCO E SEUS CONTEXTOS**. LISBOA: EDIÇÕES 70, 2011.

CARDENES, LUCIANO; MONTARDO, DEISY LUCY OLIVEIRA. SOBRE COCARES E MÁSCARAS: ESTRATÉGIAS DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS EM MANAUS NO ENFRENTAMENTO À COVID-19. *TOMO*, N. 38, JAN./JUN. 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFS.BR/TOMO/ARTICLE/VIEW/14142](https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/14142). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

CUCHE, DENYS. **A NOÇÃO DE CULTURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**. LISBOA: EDITORA FIM DE SÉCULO, 1999.

FANON, FRANTZ. **OS CONDENADOS DA TERRA**. EDITORA ZAHAR: SÃO PAULO, 2015.

GEERTZ, CLIFFORD. **THE INTERPRETATION OF CULTURES**. NEW YORK: BASIC BOOK, 1973.

HALL, STUART. REPRESENTATION: CULTURAL REPRESENTATIONS AND SIGNIFYING PRACTICES. IN: **THE WORK OF REPRESENTATION**. LONDON: SAGE PUBLICATIONS LTD, 2003 [1997]. P. 1-74.

JARAMILLO BERNAL, ROBERTO. **ÍNDIOS URBANOS: PROCESSO DE RECONFORMAÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICAS INDÍGENAS EM MANAUS**. MANAUS: EDUA; FSDB, 2009.

KILOMBA, GRADA. PREFÁCIO: FANON, EXISTÊNCIA, AUSÊNCIA. IN: FANON, FRANTZ. **PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS**. SÃO PAULO: UBU EDITORA, 2020.

LARAIA, ROQUE DE BARROS. **DEFINIÇÕES E CONCEITOS SOBRE CULTURA**. 25. ED. RIO DE JANEIRO: EDITORA ZAHAR, 2013 [1986].

LEFEVRE, HENRI. **O DIREITO À CIDADE**. 5. ED. SÃO PAULO: CENTAURO, 2011.

LIMA, MESQUITA. **ANTROPOLOGIA OU ENTROPOLOGIA?** LISBOA: EDIÇÕES IN- CM, 1979.

MAGNANI, J. G. C.; ANDRADE, J. A. UMA EXPERIÊNCIA DE ETNOLOGIA URBANA: A PRESENÇA INDÍGENA EM CIDADES DA AMAZÔNIA. IN: **PAISAGENS AMERÍNDIAS**. SÃO PAULO: TERCEIRO NOME, 2013.

MELO, JULIANA GONÇALVES. DIMENSÕES DO URBANO: O QUE AS NARRATIVAS INDÍGENAS REVELAM SOBRE A CIDADE? CONSIDERAÇÕES DOS BARÉS SOBRE MANAUS/AM. **REVISTA TEORIA E CULTURA**, JUIZ DE FORA, V. 8, N. 1, P. 115-127, JAN./JUN. 2014. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://TEORIAECULTURA.UFJF.EMNUVENS.COM.BR/TEORIAECULTURA/ARTICLE/VIEW/2816/2135](http://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/teoriaecultura/article/view/2816/2135). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

MILANEZ, FELIPE ET AL. EXISTÊNCIA E DIFERENÇA: O RACISMO CONTRA OS POVOS INDÍGENAS. **REV. DIREITO PRÁX.**, RIO DE JANEIRO, V. 10, N. 03, P. 2161-2181, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/RDP/A/3SxDNNSRRkLBFH3QVFTMBDX/](https://www.scielo.br/j/rdp/a/3SxDNNSRRkLBFH3QVFTMBDX/). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

NUNES, EDUARDO SOARES. ALDEIAS URBANAS OU CIDADES INDÍGENAS? REFLEXÕES SOBRE ÍNDIOS E CIDADES. **ESPAÇO AMERÍNDIO**, PORTO ALEGRE, V. 4, N. 1, P. 9-30, JAN./JUN. 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://SEER.UFRGS.BR/ESPACOAMERINDIO/ARTICLE/VIEW/8289](https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/8289). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

OLIVEIRA, JOSÉ ALDEMIR. A CULTURA, AS CIDADES E OS RIOS NA AMAZÔNIA. **CIÊNCIA E CULTURA**, SÃO PAULO, V. 58, N. 3, JUL./SET. 2006. DISPONÍVEL EM: [HTTP://CIENCIAECULTURA.BVS.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0009-67252006000300013](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300013). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

OLIVEIRA, JOÃO PACHECO. NARRATIVAS E IMAGENS SOBRE POVOS INDÍGENAS E AMAZÔNIA: UMA PERSPECTIVA PROCESSUAL DA FRONTEIRA. **ACENO**, V. 1, N. 1, P. 23-48, JAN./JUL. 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOSCIENTIFICOS.UFMT.BR/OJS/INDEX.PHP/ACENO/ARTICLE/VIEW/1709/PDF](https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/1709/pdf). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

PEREIRA, JOÃO CARLOS MATOS. INDÍGENAS NA METRÓPOLE: LUTAS MULTIÉTNICAS E IDENTIDADES COLETIVAS NA CIDADE DE MANAUS. PALESTRA. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PORTAL.UFRRJ.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/06/OS-IND%C3%ADGENAS-NA-CIDADE-DE-MANAUS-VERS%C3%A3O-FINAL.PDF](https://portal.ufrrj.br/wp-content/uploads/2018/06/OS-IND%C3%ADGENAS-NA-CIDADE-DE-MANAUS-VERS%C3%A3O-FINAL.PDF). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

RODRIGUES, MARLY. PRESERVAR E CONSUMIR: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO. IN: FUNARI, PEDRO PAULO E PINSKY, JAIME (ORGS.). **TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL**. 4. ED. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2005, P. 15-24.

SANTOS, MILTON. **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA**. SÃO PAULO: EDITORA HUCITEC, 1993.

SILVA, RAIMUNDO NONATO PEREIRA. DE ALDEADOS A URBANIZADOS: ASPECTOS DA IDENTIDADE ÉTNICA INDÍGENA NA CIDADE DE MANAUS. **RUA**, CAMPINAS, V. 5, N.00, P. 109-119, 1999. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.SBU.UNICAMP.BR/OJS/INDEX.PHP/RUA/ARTICLE/VIEW/8640667](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640667). ACESSO EM: 20 OUT. 2023.

SILVA, RAIMUNDO NONATO. **O UNIVERSO SOCIAL DOS INDÍGENAS NO ESPAÇO URBANO: IDENTIDADE ÉTNICA NA CIDADE DE MANAUS**. 2001. 113 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, 2001.

FACES DE SOCIABILIDADES EM TEFÉ-AM

os UV e os Volts, dinâmicas urbanas histórico-sociais do tempo presente

Yomarley Lopes Holanda

Doutor e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-UFAM).

Arthur Figueira do Nascimento

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciência Humanas (PPGICH-UEA).

Márcio Augusto Silva de Souza

Mestrando do Programa Interdisciplinar em Ciência Humanas (PPGICH-UEA).

Resumo: A presente pesquisa buscou abordar os espaços de sociabilidade existentes na cidade de Tefé-AM e suas possibilidades de interação social no tecido arquitetônico urbano e na forma como os sujeitos sociais aparecem nestes. Tivemos como objetivo principal destacar esse tecido social urbano que se desenha a partir das arquiteturas dispostas nesses espaços sócio-recreativos, um diálogo interdisciplinar entre ciências humanas nos interessando a forma como estes locais estão dispostos na cidade e os papéis que estes exercem nas dinâmicas que se dão com a mobilidade urbana. A metodologia utilizada fora a observação participante na qual o estudioso se encontra imerso no fenômeno ao qual se debruça, utilizamo-nos de imagens para dar uma melhor dimensão do fluxo de pessoas e do próprio desenho arquitetônico desses lugares. Lançamos mão das leituras de Canclini (2019), Hall (2006), Bauman (2000), entre outros autores que nos auxiliaram na compreensão sociológica destes movimentos internos da cidade, e o cenário maior no qual estão imersos.

Palavras-chave: Espaços de Sociabilidade; Cidade de Tefé-AM; Tecido Social Urbano; Arquiteturas.

Abstract: The present research sought to address the spaces of sociability existing in the city of Tefé-AM and their possibilities for social interaction in the urban architectural fabric and in the way in which social subjects appear in these. Our main objective was to highlight this urban social fabric that is designed from the architectures displayed in these socio-recreational spaces, an interdisciplinary dialogue with the human sciences, interested in the way these places are arranged in the city and the roles they play in the dynamics that occur with urban mobility. The methodology used outside the participant observation in which the scholar is immersed in the phenomenon to which he focuses, we used images to give a better dimension

of the flow of people and the architectural design of these places. We used the readings of Canclini (2019), Hall (2006), Bauman (2000) among other authors who helped us in the sociological understanding of these internal movements in the city, and the larger scenario in which they are immersed.

Keywords: Sociability Spaces; City of Tefé-AM; Urban Social Third; Architectures.

INTRODUÇÃO

Na cidade de Tefé, existem atualmente cinco praças, quatro delas localizadas no centro urbano, e outra localizada na estrada, sendo estas a praça Remanso do Boto, a praça Túlio Azevedo, atualmente praça do Empreendedor, a praça Alcindo Roberto ou praça da Alimentação Alcindo Roberto, a praça das Onças ou praça da Saúde, localizada na Estrada do Aeroporto. E ainda, a praça da Catedral de Santa Tereza, muito referenciada como praça da Matriz, surgida juntamente à Catedral na década de 1930.

Para Canclini (2019), a relação entre a arquitetura das cidades reflete e influencia a dinâmica das culturas híbridas, surgindo como resposta à globalização e ao encontro entre tradições locais e influências globais, é uma forma de expressão cultural que pode refletir a identidade de uma comunidade. Os espaços urbanos são moldados por elementos arquitetônicos que incorporam tradições culturais, valores e memórias coletivas.

A observação de diferentes espaços em diferentes temporalidades de um mesmo dia, em uma mesma cidade, nos levou à criação de categorias de análise para melhor entendimento da dinâmica proporcionada, relativa à sociabilidade na cidade de Tefé-AM à noite, que tem uma função específica no social,

tornou-se um momento para o lazer na cidade [...] Bares, restaurantes, casas de espetáculos, teatros, serviços de transporte, cabarés e, entre estas, tantas outras atividades, passaram a fazer parte da vida noturna urbana (Góis, 2018, p. 630).

Praças, parques, calçadas e outros espaços públicos proporcionam oportunidades para encontros casuais e interações informais, promovendo a coesão social na comunidade, bem como Cafés, restaurantes, bares e lojas se tornam locais de sociabilidade, onde as pessoas podem se encontrar para conversar, relaxar e compartilhar momentos. Temos atrelados a estes locais

a interação social e a participação em atividades culturais, esportivas e educacionais. No município de Tefé-AM encontramos todas estas formas arquitetônicas em nosso centro urbano neste trabalho buscamos estabelecer um recorte a partir dos locais de frequência pública.

Para Bauman (2002), a modernidade líquida apresenta novos desafios para os espaços de sociabilidade, levando a uma mudança na forma como nos relacionamos e interagimos em ambientes sociais, nas cidades a dinâmica de interação se modificou, muitas das vezes verificamos modificações e novas preocupações oriundas dos novos ritmos e novas possibilidades da atual sociedade estabelecida em Tefé-AM.

As sociedades modernas estão em constante mudança, nada permanecendo inalterado e perene no tempo.

[...] as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente esta é a principal distinção [...] não é definida apenas como a experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e continua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida (Hall, 2006, p. 14-15).

Em nosso trabalho destacamos alguns dos pontos centrais da arquitetura relacionada à sociabilidade no centro urbano da cidade de Tefé, com a perspectiva das ações noturnas e diurnas e das formas e intenções de sociabilidades criadas a partir destes pontos arquitetônicos, que formam no esboço geral o panorama cartográfico local. Ao destacarmos os tipos de sociabilidade inerentes a cada um destes locais e como estes estão atrelados à dinâmica social.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

O Papel Vital das Interações Sociais na Construção das Relações Humanas. Os espaços de sociabilidade são locais onde as interações sociais ocorrem naturalmente, proporcionando um ambiente propício para o encontro e a conexão entre indivíduos. Esses espaços são fundamentais para o desenvolvimento das relações humanas e para a construção de uma sociedade coesa e saudável. Neste artigo, exploraremos a importância dos espaços de sociabilidade, os diferentes tipos de ambientes onde eles se manifestam e seu impacto na vida social das pessoas.

Para Zygmunt Bauman, em sua teoria da "modernidade líquida", os espaços de sociabilidade enfrentam desafios significativos devido à fluidez das relações sociais e à instabilidade das estruturas sociais na sociedade

contemporânea. Em "modernidade líquida", Bauman descreve um cenário em que as relações humanas se tornaram mais fluidas, flexíveis e transitórias. As conexões sociais são caracterizadas pela falta de compromisso a longo prazo, tornando-se facilmente descartáveis e substituíveis.

Nesse contexto, os espaços de sociabilidade tradicionais, como cafés, bares ou clubes sociais, que antes forneciam um ambiente estável para encontros e interações sociais duradouras, podem enfrentar desafios. Alguns dos principais pontos relacionados aos espaços de sociabilidade em "modernidade líquida", de acordo com Bauman, incluem: Efemeridade e Superficialidade. Os espaços de sociabilidade podem se tornar cenários de conexões efêmeras e superficiais. As relações sociais podem ser passageiras e desprovidas de profundidade, devido à natureza volátil e descartável das interações sociais modernas: Individualismo e Autossuficiência.

A ênfase no individualismo pode levar à busca de conexões sociais que atendam a interesses imediatos, em vez de investir em relacionamentos mais duradouros. A autossuficiência pode levar as pessoas a preferir a interação virtual em detrimento dos espaços de sociabilidade física, onde as relações exigem maior comprometimento. Bauman argumenta que na modernidade líquida a vida pública é cada vez mais privada, com pessoas se isolando em seus próprios mundos pessoais.

A modernidade na América Latina é um fenômeno complexo e multifacetado, que tem sido amplamente explorado pelo antropólogo e pensador argentino Nestor Garcia Canclini em sua obra "Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade". Canclini argumenta que a modernidade na América Latina é caracterizada por uma complexa heterogeneidade cultural, onde as tradições locais e as influências globais se encontram e se mesclam. Essa mistura de elementos culturais resulta na emergência de culturas híbridas, que não são apenas uma simples combinação, mas sim um processo dinâmico de recriação e ressignificação de práticas culturais.

Culturas Híbridas e Estratégias de Sobrevivência. No livro "Culturas Híbridas", Canclini explora como as culturas híbridas se desenvolvem como estratégias de sobrevivência e resistência ao impacto da modernidade globalizante. As comunidades latino-americanas não adotam passivamente as influências externas, mas recriam-nas de maneira a preservar suas identidades culturais e valores locais. Consumo Cultural e Identidade, Canclini também enfatiza a relação entre consumo cultural e identidade na América Latina.

Na era da globalização, os bens culturais são amplamente disseminados e consumidos nas sociedades latino-americanas. No entanto, o consumo desses produtos culturais não implica necessariamente uma perda da identidade local. Pelo contrário, muitas vezes, as comunidades reinterpretam e incorporam esses bens culturais em suas práticas cotidianas, adaptando-os aos seus contextos específicos. Modernidade e Participação Política. Outro aspecto abordado por Canclini é a relação entre modernidade e participação política na América Latina.

Ele examina como a formação de identidades híbridas pode influenciar o engajamento político e a ação coletiva. As culturas híbridas podem fornecer recursos culturais e simbólicos que são usados pelas comunidades para expressar suas demandas e reivindicações. Desafios e Perspectivas No contexto das culturas híbridas, Canclini também aponta para os desafios enfrentados pelas sociedades latino-americanas. A globalização e a modernidade podem levar a desigualdades sociais e à marginalização de certos grupos, bem como a uma perda de tradições culturais e patrimônio. Ele destaca a importância de políticas culturais que valorizem a diversidade e promovam a participação de todos os setores da sociedade.

A abordagem de Nestor Garcia Canclini em "Culturas Híbridas" oferece uma perspectiva rica e complexa sobre a modernidade na América Latina. Seu trabalho destaca a importância das culturas híbridas como estratégias de resistência e afirmação cultural frente aos desafios da globalização. As ideias de Canclini nos convidam a refletir sobre a diversidade cultural na região e a buscar maneiras de promover uma modernidade que valorize as tradições locais, ao mesmo tempo em que abra espaço para as influências globais em constante mudança.

A partir da obra de Nestor Garcia Canclini, a relação entre a arquitetura das cidades e as culturas híbridas é um tema intrigante, abordado de forma perspicaz na obra "Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade". A arquitetura das cidades pode refletir e influenciar a dinâmica das culturas híbridas, que surgem como resposta à globalização e ao encontro entre tradições locais e influências globais. Arquitetura e Identidade Cultural nas Cidades Canclini enfatiza que a arquitetura das cidades é uma forma de expressão cultural que pode refletir a identidade de uma comunidade.

Os espaços urbanos são moldados por elementos arquitetônicos que incorporam tradições culturais, valores e memórias coletivas. A arquitetura das cidades pode ser um veículo poderoso para a afirmação da identidade cultural, fortalecendo o senso de pertencimento dos habitantes locais e preservando suas heranças históricas. Cidades como Palcos de Híbridismo

Cultural. Em “Culturas Híbridas”, Canclini destaca que as cidades são os palcos onde ocorrem os encontros e confrontos entre culturas diversas. Nesse contexto, a arquitetura das cidades torna-se um espaço de intercâmbio cultural, onde influências globais e tradições locais se mesclam, gerando uma miríade de expressões híbridas. A arquitetura urbana se torna uma testemunha visual desse processo contínuo de transculturação. A globalização, com seu fluxo acelerado de pessoas, ideias e mercadorias, desempenha um papel significativo na arquitetura das cidades contemporâneas. A busca por uma estética global pode levar à homogeneização dos espaços urbanos, resultando em uma perda de identidade cultural local.

AS SOCIABILIDADES

Nesta pesquisa enfocamos em nossa análise os diferentes tipos de arquiteturas urbanas no que se refere a espaços públicos no município de Tefé-AM, estes espaços em nosso recorte estão ligados à sociabilidade e ao fluxo humano, observamos duas categorias básicas para entender e observar como a arquitetura da cidade se liga à história do tempo presente e o curso do desenvolvimento social.

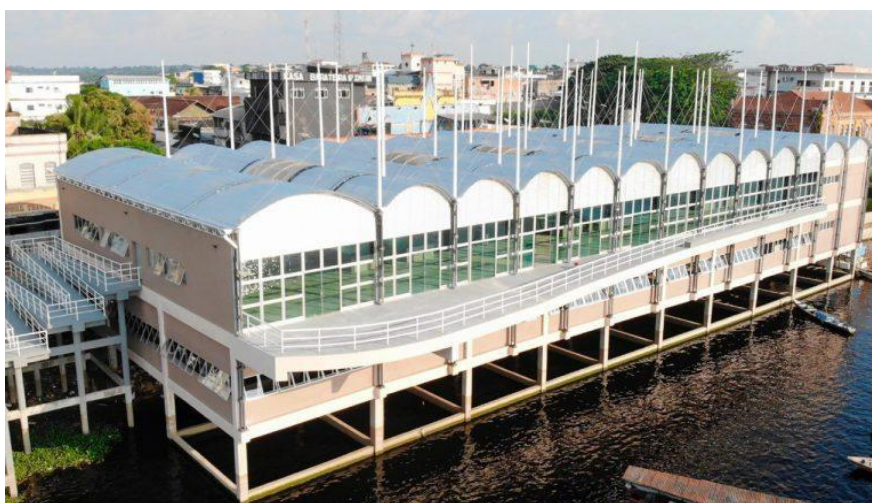
Figura 1: Praça Remanso do Boto aniversário da cidade



Fonte: Tefé News (2022)¹

A praça Remanso do Boto é um exemplo de espaço de sociabilidade que faz parte da economia noturna da cidade de Tefé-AM, estando ligado a festividades e possuindo um fluxo contínuo e diário de indivíduos que procuram se divertir e alimentar-se, um lugar para ver e ser visto, na localidade a arquitetura e sua disposição favorecem a esta visibilidade.

Figura 2: Feira Municipal de Tefé



Fonte: Costa (2019)²

A Feira Municipal de Tefé é um exemplo de espaço de sociabilidade que faz parte da economia diurna da cidade de Tefé-AM, estando ligado à alimentação, mas principalmente à compra de produtos para a manutenção da casa ou do negócio. Possuindo um fluxo contínuo e diário de indivíduos durante o período do dia, que procuram obter produtos ligados a produtos mais regionais, peixes regionais, frutas, ervas para remédios caseiros, entre outros.

A partir dos espaços, Foucault afirmou os processos históricos que afluíam nas diferentes superfícies e suas formas de ordenamento, implementação e distribuição. Mais do que uma categoria neutra e homogênea, os espaços seriam marcados

¹ Disponível em: <https://tefenews.com.br/cidade/primeira-noite-da-festa-de-167-anos-de-tefe-reune-milhares-de-pessoas-na-praca-remanso-do-boto.html>

² Disponível em: <https://diretoapontonews.com.br/amazonas/tefe-inaugura-maior-feira-coberta-do-am/>

por nomeações, recortes, limites, demarcações, entre outros efeitos que permitiam indicar a ação humana. Ao contrário de um cenário vazio onde o tempo histórico se desenrolaria, os espaços tornavam-se tanto um efeito produzido temporalmente, mas, da mesma maneira, uma condição indispensável para que diferentes tempos pudessem coexistir (Pochapski, 2020, p. 59).

A perspectiva de um olhar no limiar da História e da Geografia para os espaços nos permite um melhor entendimento dos papéis sociais desempenhados por estes dentro da cidade, a partir das vivências e observações dos mesmos, das faces que cada um representa na sociedade, do tipo de socialização existente em cada um destes, suas funções sociais quando olhados em um todo mais complexo.

Discussão

A catedral de Santa Tereza, juntamente com a sua praça, ocupa um lugar na história e na sociabilidade do município de Tefé-AM, um monumento que guarda a lembrança da participação religiosa católica no município por meio da Ordem dos Espiritanos, remontando aos fins do Século XIX, o que é aqui objeto de nossa análise, nos focamos então no fluxo de pessoas e de atividades realizadas na mesma e como estas se inserem na dinâmica urbana da cidade.

A praça é desde muitas décadas um ambiente de eventos festivos, ou um lugar de encontros entre as pessoas, e exerce uma função mais noturna, não sendo um lugar, mas talvez um meio para aqueles que transitam na noite tefeense, sempre há um ensaio de uma dança, ou a prática de skate, ou patins, sempre há alguém por lá até cedo da noite onde a partir de então os locais são outros.

Figura 3: Catedral de Santa Tereza



Fonte: Melo (2017)³

Figura 4: Praça da Catedral de Santa Tereza



Fonte: Castro/ Secom (2022)⁴

A noite da cidade gira em torno das festas regadas sempre à música, diálogos e personagens diversos entre si, as classes e situações sociais são marcadas nos lugares possíveis no circuito da economia noturna. O álcool, os cantores da noite acompanhados de instrumentos e seu repertório, que muitas vezes repete aquilo que se ouvi naturalmente na grande mídia, reflete

³ Disponível em: <https://noamazonaseassim.com/5-locais-que-nao-se-pode-deixar-de-visitar-em-tefe/>

⁴ Disponível em: <https://www.acontecenors.com.br/noticia/64019/em-tefe-governador-wilson-lima-entrega-ruas-100-iluminadas-com-led-e-anuncia-pavimentacao-do-abial>

a influência da globalização em nossa sociedade, sociedade amazônica e amazônida com influências diversas e com características e problemáticas próprias.

Normalmente, entende-se por cultura local um fenômeno particular que se opõe à ideia de global. Costuma usar-se a noção de cultura local para se referir a cultura de um espaço relativamente limitado, cujos habitantes mantêm entre si estreitas relações interpessoais. Aqui, a ênfase é posta na indiscutível natureza dos hábitos e rotinas referentes à cultura quotidiana que os indivíduos [...]. Os conhecimentos comuns aos habitantes destas culturas locais, bem como todo o ambiente físico (a organização do espaço, os edifícios, a natureza, etc.), são vistos como relativamente fixos. Dito de outra forma, persistem para além do tempo e podem mesmo incorporar rituais, símbolos e cerimônias que contribuem para reforçar os elos que ligam os indivíduos a um lugar e a partilha de um sentimento comum face ao passado (Fortuna, 2001, p. 89).

A praça Alcindo Roberto ou Praça de Alimentação simplesmente como é mais referenciada normalmente, é um destes lugares públicos, mas um lugar mais elitista em uma concepção mais rasteira, um lugar onde jovens apenas passam ou circulam a praça, um lugar onde podemos notar nitidamente a faixa etária, um ponto ligado à parte lúdica do social, a sua arquitetura aberta possibilita a visualização dos que lá estão, com uma vista para o Lago de Tefé, uma das trajetórias de desenvolvimento e da estratificação social do espaço urbano, o dia e a noite constituem aos espaços funções sociais diferentes.

A praça da Catedral de Santa Tereza é um espaço público que possui uma grande importância para a população local de Tefé, Amazonas. A comunidade religiosa católica, tem uma forte presença na praça, com a realização de missas campais, e outras celebrações religiosas, além de apresentações socioculturais, cívicas, sempre com um toque da decoração e ornamentação do espaço em datas festivas. Dessa forma, a praça também é utilizada pelos moradores locais não católicos, como um espaço de convivência e sociabilidade (Oliveira, 2023, p. 72).

Como coloca Oliveira (2023), por meio das entrevistas de seus colaboradores moradores mais antigos da cidade ligados à própria Igreja Católica ou ainda ao festival folclórico e seus tablados quando dos antigos

cordões de brincadeiras de tempos, hoje distantes, mas ainda na memória destes, bem como da grandiosidade do festejo de Santa Teresa D'ávila que envolvia diretamente as famílias da região. O festejo era uma tradição diferente que envolvia a comunidade, a praça era o local de sociabilidade para encontros de jovens ou ainda outras interações sociais, o espaço formal desta exerce, desde muitas décadas, papel importante na sociabilidade e na história do desenvolvimento local.

Para Fortuna (2001), a vida social da antiga *polis* de Atenas é um modelo interessante para se observar as dinâmicas locais de nossas pequenas cidades ainda nos dias atuais, pois os nexos estão relacionados aos comportamentos humanos enquanto agrupamento social.

[...] talvez só possam ser compreendidos se atendermos a que um povo de inigualável individualização pessoal se tinha de confrontar, permanentemente, com a contínua opressão, pública e privada, de uma pequena localidade avessa à individualização (p. 39-40).

A dimensão dos agrupamentos faz diferença quanto a relevância relacionada à vida privada de cada indivíduo, aumentando sua significação e importância e criando dinâmicas comportamentais, códigos de significações próprios.

Quanto mais restrito for o círculo em que nos movimentamos e mais limitadas forem as relações que ultrapassam as suas fronteiras, maior é a ansiedade com que a pequena comunidade observa os movimentos, a conduta e as atitudes dos seus membros (Fortuna, 2001, p. 39).

A oposição pode ser vista como parte de uma ideia mais geral na qual evoca-se a noite como um período de transgressão da ordem diurna. A noite aparece, assim, sempre ambígua, como uma ponte entre oportunidades de prazer e possibilidades de desgostos. A própria característica de ser um momento em que a visibilidade é bastante seletiva e relativamente limitada oferece a interpretação da noite como um palco misterioso, onde ações inesperadas ou incomuns podem emergir e subverter moralmente os seus habitantes (Baldwin, 2004 *apud* Góis, 2018, p. 625).

Figura 5: Praça Alcindo Roberto



Fonte: Acervo pessoal da pesquisa, 2023

Na perspectiva da diurnidade, temos lugares de práticas esportivas da sociedade tefeense, uma corrida, uma caminhada, uma prática de dança aeróbica, estes lugares são mais badalados durante o turno do dia, manhã e tarde, e a sociabilidade ocorre de uma maneira diferente: podemos encontrar pessoas, estabelecer diálogos, planejar a noite, mas o foco é principalmente a saúde e a estética.

Esta preocupação com a estética vem de não muito tempo em nossa sociedade, na medida em que os ofícios anteriores de muitos de nossos avós, por exemplo, não necessitavam de uma atividade física complementar a sua lida de cada dia, que já exigia muito de seu corpo física e psicologicamente. À medida em que foram surgindo novas possibilidades pela educação, chegada de outras intuições públicas, a dinâmica local se modificou. Atualmente, a estrada do Aeroporto, juntamente à Praça da Saúde ou Praça das Onças na arquitetura urbana da cidade, executam essa função social da prática desportiva.

Os geógrafos humanistas insistem que o lugar é o lar, podendo ser a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação. Enfim qualquer ponto de referência e identidade. Para o capitalista, o espaço é uma mercadoria destinada ao lucro, um meio de apropriação e controle. Para o homem comum, o espaço é transformado em lugar, nas experiências cotidianas e é carregado de valores simbólicos. Mas deve-se considerar também que para que esta empatia, este sentimento de pertencimento e afeição pelo lugar se desenvolva, é necessário que o mesmo ofereça a

aqueles que o vivenciam elementos que façam surgir e que alimentem tais sentimentalidades (Santos, 2012, p. 41).

Para Hall (2006), a identidade é influenciada por caracteres exteriores, mas mantendo características suas,

preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores (Hall, 2006, p. 11-12).

Para o autor, a identidade propõe um tecido entre os sujeitos e a estrutura maior, pendulando assim essa relação de forma a dar estabilidade e sustentação recíproca a ambos.

As culturas camponesas e tradicionais já não representam a parte majoritária da cultura popular. Nas últimas décadas, as cidades latino-americanas passaram a conter entre 60 a 70% dos habitantes. Mesmo nas zonas rurais, o folclore não tem hoje o caráter fechado e estável do universo arcaico, pois se desenvolve em meio às relações versáteis que as tradições tecem com a vida urbana, com as migrações, o turismo, a secularização e as opções simbólicas oferecidas tanto pelos meios eletrônicos quanto pelos novos movimentos religiosos ou pela reformulação dos antigos (Canclini, 2019, p. 218).

Pelo próprio intercurso histórico,

os países Latino-americanos são atualmente resultado de sedimentação, justaposição e entrecruzamentos de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das políticas educativas e comunicacionais modernas (Canclini, 2019, p.73).

Figura 6: Final da Estrada do Aeroporto



Fonte: Prefeitura de Tefé (s.d.)⁵

Figura 7: Praça da Saúde



Fonte: Ferreira; Pantoja (2023)⁶

⁵ Disponível em: <https://tefe.am.gov.br/conheca-tefe/>

⁶ Disponível em: <https://tefenews.com.br/cidade/tefe-participa-de-mais-uma-edicao-do-dia-do-desafio.html>

CONSIDERAÇÕES

Percorremos por caminhos da interpretação dos espaços sociais na cidade de Tefé-AM, do ponto de vista da análise histórica do tempo presente de processos que ainda estão em pleno desenvolvimento, uma interpretação mais descritiva apoiada na concepção de autores que busca esta interpretação dos fenômenos sociais modernos na América Latina, e demais povos do globo, atualizando nossa época, e como podemos ler esses espaços arquitetônicos de/no perímetro urbano.

Com a perspectiva interdisciplinar fomos pouco a pouco adentrando a esfera de outras ciências para uma melhor leitura da natureza abrangente de nosso objeto de pesquisa neste estudo. Para Bloch (2002), a história e seu campo de estudo diz respeito a todas as formas de construção humana, tudo aquilo que seja objeto da construção humana, essa premissa abre espaço para a ideia da análise das construções arquitetônicas de nosso período e de sistema de interação aos quais fazemos parte sendo contemporâneos a este.

Para Fazenda (2008), o método interdisciplinar diferentemente da ideia de um isolamento estratégico tendo a noção de preservação do pesquisador em relação a seu objeto, deve influenciar o pesquisador interdisciplinar atrelando características suas à pesquisa, bem como na construção desse método que é particular de cada um devido a sua carga de subjetividade das pesquisas dessa natureza, pesquisador e objeto se unem nessa hermenêutica interpretativo-subjetiva, a interdisciplinaridade é um caminho a uma pesquisa que procura dar conta das dimensões mais plurais dos sentidos e significações da existência humana.

Neste trabalho contribuíram as ideias de pesquisadores como Hall (2006), Bauman (2000) e Canclini (2019), como base da interpretação do sistema social criado a partir dos lugares de sociabilidade presente na cidade de Tefé-AM, e a forma como nos relacionamos a estes resultando em um apanhado geral das ideias de configuração social das cidades modernas e como suas arquiteturas estão relacionadas a estas. E, por fim, a descrição participante dos eventos ocorridos nestes referidos espaços aqui elencados, apoiada em uma interpretação antropológica salientada por Laplantine (2003), como método inaugurado pelos pais fundadores da Antropologia Franz Boas, e sua observação participante.

Desse modo esperamos contribuir em meio a este universo amplo da pesquisa nas ciências humanas e sociais, para um melhor entendimento do local e no plano mais amplo fazendo deste uma participação particular no

processo de construção das novas formas do aprender e do fazer científico contemporâneo nos caminhos que estamos a trilhar.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, ZYGMUNT. **MODERNIDADE LÍQUIDA**. RIO DE JANEIRO: EDITORA ZAHAR, 2000.

BLOCH, MARC. **APOLOGIA DA HISTÓRIA OU O OFÍCIO DE HISTORIADOR**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2002.

CANCLINI, NÉSTOR GARCÍA. **CULTURAS HÍBRIDAS: ESTRATÉGIAS PARA ENTRAR E SAIR E SAIR DA MODERNIDADE**. SÃO PAULO: EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019.

FAZENDA, IVANI (ORG.). **O QUE É INTERDISCIPLINARIDADE?** SÃO PAULO: CORTEZ, 2008.

FEATHERSTONE, MIKE. CULTURAS GLOBAIS E CULTURAS LOCAIS. IN: FORTUNA, CARLOS (ORG.). **CIDADE, CULTURA E GLOBALIZAÇÃO**. OEIRAS: CELTA, 2001.

FOUCAULT, MICHEL. **MICROFÍSICA DO PODER**. RIO DE JANEIRO: EDIÇÕES GRAAL, 1979.

GÓIS, M. P. F. **A NOITE E A CIDADE: UMA REVISÃO TEMÁTICA PARA A GEOGRAFIA**. GEOUSP – ESPAÇO E TEMPO (ONLINE), V. 22, N. 3, P. 623–640, DEZ. 2018.

HALL, STUART. **A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE**. RIO DE JANEIRO: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, ERIC. **A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1990.

LAPLANTINE, F. **APRENDER ANTROPOLOGIA**. SÃO PAULO: EDITORA BRASILIENSE, 2003.

OLIVEIRA, AFRÂNIO PEREIRA. **A CATEDRAL DE SANTA TEREZA E SUA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ: ASPECTOS RELIGIOSOS E DE SOCIABILIDADE**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA, TEFÉ, 2023.

POCHAPSKI, GABRIEL JOSÉ. A HISTÓRIA DOS ESPAÇOS COMO UMA HISTÓRIA DA VIDA: REFLEXÕES A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT. **REVISTA TEL**, IRATI, V. 11, N. 1, P. 51–64, JAN./JUN. 2020.

SANTOS, RAIMUNDO NONATO FREITAS. **LUGAR E REPRESENTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO DO ABIAL NO MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM GEOGRAFIA) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MANAUS: UFAM, 2012.

LARGO DE SÃO SEBASTIÃO:

Uma análise do espaço histórico e discursivo do Largo na Cidade de
Manaus

Caroline Sthephanny Costa Dantas

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA), Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bolsista de Mestrado pela agência de fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: cscd.mla22@uea.edu.br

Maria Evany do Nascimento

Doutora em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (2014). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2003). Professora da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas – UEA e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA/UEA). E-mail: mednascimento@uea.edu.br

Resumo: As relações dialógicas entre o discurso e o patrimônio histórico de uma cidade podem moldar a percepção e o uso do patrimônio histórico, tanto pelas pessoas quanto pelas autoridades em eventos culturais. A partir desta perspectiva, a presente pesquisa pretende analisar as relações dialógicas entre o discurso do Largo de São Sebastião e a sua utilização em eventos culturais promovidos pelo poder público. O patrimônio cultural brasileiro a ser investigado se refere à tríade: Teatro Amazonas (1896); Igreja de São Sebastião (1888) e o monumento Abertura dos Portos às Nações Amigas (1900). Como aporte teórico-metodológico, apoiamo-nos nos conceitos cunhados por Argan (1992); Bakhtin (1895-1975); Benveniste (1902-1976); Lynch (1997); e Volóchinov (1895-1936). O estudo está dividido em três seções: reflexões acerca da temática, análise de fotografias e discussão sobre os conceitos apresentados. As conclusões buscam compreender como se constitui o discurso, a estrutura arquitetônica, e o uso do espaço histórico e como elas se relacionam com os conceitos de identidade e ideologia presente no espaço do Largo de São Sebastião em Manaus.

Palavras-chave: Centro Histórico; Discurso; Largo de São Sebastião; Manaus; Patrimônio.

Abstract: The dialogical relationships between discourse and a city's historical heritage can shape the perception and use of historical heritage, both by people and authorities in cultural events. From this perspective, this research aims to analyze the dialogical relations between the discourse of Largo de São Sebastião and its use in cultural events promoted by the government. The Brazilian cultural heritage to be investigated refers to the

triad: Teatro Amazonas (1896); Igreja de São Sebastião (1888) and the monument Abertura dos Portos às Nações Amigas (1900). As a theoretical-methodological contribution, we rely on the concepts coined by Argan (1992); Bakhtin (1895-1975); Benveniste (1902-1976); Lynch (1997); and Volochinov (1895-1936). The study is divided into three sections: reflections on the theme, analysis of photographs and discussion on the concepts presented. The conclusions seek to understand how the discourse, the architectural structure, and the use of historical space are constituted and how they relate to the concepts of identity and ideology present in the space of Largo de São Sebastião in Manaus.

Keywords: Historic Center; Speech; Largo de São Sebastião; Manaus; Patrimony.

INTRODUÇÃO

As relações entre o discurso e o espaço histórico estão intimamente correlacionadas a diversas áreas do conhecimento como Semiótica, *Design*, Geografia, História, Literaturas, entre outras. Neste estudo, optamos por abordar os conceitos de patrimônio, discurso, enunciação e construções ideológicas. Contudo, antes de nos aprofundarmos na análise deste estudo, é fundamental relembrar o momento em que tudo teve início.

A temática da pesquisa foi um *insight* que tive durante a disciplina de *Arte Pública e Patrimônio*¹ ministrada pela professora doutora Maria Evany do Nascimento², na qual me fez perceber as possíveis relações entre espaço e discurso. O mais interessante é que através desta disciplina pude ampliar o olhar às inúmeras relações que há entre o espaço citadino e a diversas outras áreas do conhecimento, inclusive no campo Linguístico e Literário.

¹ Disciplina eletiva do curso de Mestrado em Letras e Artes do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (UEA).

² Doutora em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2014). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2003). Especialista em História e Crítica da Arte pela Universidade Federal do Amazonas (2001). Graduada em Educação Artística pela Universidade Federal do Amazonas (1999). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Artística e Metodologias do Ensino. Realiza pesquisa, consultoria e oficinas nas áreas de arte-educação, memória e patrimônio, história da arte, metodologia (pesquisa/estudo) e design urbano. Professora da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Fundadora e Coordenadora do Grupo de Estudos e Extensão Intercidade e Coordenadora do Projeto Iconografias Urbanas.

Em campo, in loco, conheci e compreendi mais sobre o monumento que compõe o Centro Cultural Largo de São Sebastião, situado no Centro Histórico da Cidade de Manaus. O monumento é formado pelo eclético Teatro Amazonas (1896), Igreja de São Sebastião (1888) e ao monumento Abertura dos Portos às Nações Amigas (1900) situado ao centro da Praça de São Sebastião. Essa composição chamaremos de *tríade*, cujos elementos serão nosso objeto de estudo desta presente pesquisa.

O termo Patrimônio Histórico, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, doravante IPHAN, foi substituído pelo termo Patrimônio Cultural Brasileiro, em que concerne ao conceito de referência cultural e aos bens imateriais e materiais, individuais ou em conjunto, que indicam fatos históricos memoráveis a história do Brasil. Tal substituição se deve à Constituição Federal de 1988³, artigo 216, o qual amplifica o significado de patrimônio estabelecido pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Consolidando o seguinte conceito:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição, 1988, art. 216.).

A definição apresentada na citação promove a inclusão de manifestações, materiais ou imateriais, que agregam as referências da identidade, da memória, das culturas de todos os grupos que compõem a sociedade brasileira. Por conseguinte, cabe ao poder público promover ações que garantem a proteção desses patrimônios culturais, e não somente a proteção, mas também o conhecimento histórico destes espaços à sociedade.

No contexto da pesquisa, a tríade composta pelo Teatro Amazonas (TA), a Igreja de São Sebastião e o Monumento à Abertura dos Povos representa edificações de significativo valor histórico e cultural para a cidade de Manaus. As composições arquitetônicas presentes no Centro Cultural evocam

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

características da época do apogeu da indústria da borracha, um período marcado por um intenso processo de urbanização na cidade. Essas estruturas ressoam com elementos estéticos europeus que se destacavam no cenário geográfico de Manaus naquele momento.

Além disso, este estudo justifica-se porque deseja elencar as características que compõem o espaço geográfico do Largo, em identidade e estrutura, conforme apresenta Lynch (1997). Bem como os discursos que emergem da relação espaço e usuário, sejam vindas do poder público, sejam do poder privado através de ações culturais.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o entrelaçamento cultural e social do espaço Largo de São Sebastião aos conceitos do discurso. Tendo como objetivos específicos elencar quais aspectos físicos arquitetônicos estão presentes no espaço do Largo, numa perspectiva discursiva e ideológica a fim de indicar a relação entre o espaço como memória, espaço cotidiano, limitações físicas, eventos culturais e conhecimento popular sobre os monumentos que compõem essa região que é parte do Centro Histórico da Cidade de Manaus.

A identidade intervém na construção do espaço assim também com a não-identidade. A cidade por sua vez, emerge a identidade de um povo, porém, a construção da cidade é manipulada pelo discurso de poder, o qual influencia as relações do uso do espaço. Desta maneira, surgem questões que nos propomos em responder ao longo da pesquisa, tais como: a ressonância estética europeia na construção do monumento que compõe o Largo está acessível aos usuários do espaço? Quais usuários são os mais conhecedores da história do espaço? Quais eventos e como os eventos culturais influenciam nos discursos dos usuários? Quais políticas públicas são necessárias para a aproximação da história do lugar com o público da região, amazonenses e manauaras? Quais discursos e ideologias o poder público deseja passar com os eventos culturais existente no espaço? Como as estruturas e limitações afetam a memória e afeição sobre o espaço?

Muitas dessas perguntas tentaremos responder nesta pesquisa, mas àquelas que não forem respondidas ou não se esgotarem podem servir para outras pesquisas relacionadas ao tema, uma vez que a transdisciplinaridade da temática acarreta inúmeras respostas e outras tantas questões e reflexões. É possível que a relação entre espaço histórico e o discurso possuam níveis de relações, desde a mais simples as mais complexas, dependendo do uso e dos usuários.

A metodologia da pesquisa é descritiva e explicativa, pois além de conter parte de uma experiência pessoal a fim de compreender fenômenos

sociais do espaço Largo de São Sebastião, busca também apresentar como o fenômeno identitário e de ideologias foram construídas através da estrutura do monumento, como sucedeu o discurso de poder e os discursos do espaço. Assim, a pesquisa se enquadra no método qualitativo, por constitui-se por meio de reflexões acerca do objeto apresentado. Também foi realizado uma entrevista informal sobre os eventos no TA a crianças e adolescentes entre 9 a 14 anos de idade, de classes sociais distintas.

À vista disso, como aporte teórico-metodológico, apoiamo-nos nas concepções de cidade de Argan (1992) e Lynch (1997), e nas ideias de discurso de Benveniste (1902-1976), Voloshinov (1895-1936) e Bakhtin (1895-1975). O estudo está dividido em três seções. A primeira parte busca uma contextualização sobre os conceitos de cidade, identidade e estrutura segundo Argan (1992) e Lynch (1997). A segunda, busca elevar os conceitos de ideologia e discurso segundo a macrolinguística. A partir da terceira etapa, propomos em analisar as relações entre o espaço histórico e o discurso considerando os pontos supracitados. As conclusões buscam compreender como se constitui o espaço do Largo de São Sebastião no que tange à identidade, à estrutura, o discurso e às ideologias.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

O Teatro Amazonas (1896) teve seu alicerce erguido no Período da Belle Époque com materiais importados da Europa. Seu tombamento ocorreu em 1966 pelo IPHAN, e em 1974 passou por um processo de restauração. No que se refere à praça de São Sebastião, localizada em frente ao TA e à Igreja, foi inaugurada em 1867, com a também inauguração do monumento.

A igreja de São Sebastião foi uma herança dos missionários franciscanos assim que chegaram a Manaus, sua construção fora cercada de muitos escândalos, mas apesar de muitas controvérsias envolvendo a construção da igreja sabe-se que em 1912, houve uma elevação canônica da Igreja à categoria de Paróquia. Por consequente, em 1988, pelo decreto N° 11.038, foi tombado como Monumento Histórico do Estado do Amazonas.

Os monumentos citados acima compõem um conjunto arquitetônico, histórico e cultural, parte do Centro Histórico da Cidade de Manaus, que em 2012, teve o tombamento decretado por unanimidade pelo IPHAN, que na ocasião tombou cerca de dois mil imóveis que constitui ao espaço uma proteção por lei.

Considerando este objeto de pesquisa, podemos compreender que a cidade é uma construção feita através das relações de seus povos, dos

diferentes povos que nela habitam. A cidade é uma construção de uma imagem ambiental feita de muitos fatores, nesse sentido Lynch afirma:

Uma imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado. É conveniente abstraí-los para a análise, desde que não se perca de vista que sempre aparecem juntos. Uma imagem viável requer, primeiro, a identificação de um objeto, o que implica sua diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de identidade, não no sentido da igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a imagem deve incluir a relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos. Por último, esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional. O significado também é uma relação, ainda que bastante diversa da relação espacial ou paradigmática (Lynch, 1997, p. 9).

Além de construir uma identidade de um povo, de uma comunidade, a cidade também apresenta muitas funções, cada morador possui um olhar sobre ela, sobre o espaço que o cerca, sobre os valores, sobre suas histórias. Nas palavras de Lynch (1997, p. 101) "A cidade é uma organização mutável e polivalente, um espaço com muitas funções, erguido por muitas mãos num período de tempo relativamente rápido." Desta forma, à medida que as construções e os edifícios vão se construindo, a história de seu povo, individual ou coletiva, são também construídas. Isso revela que os patrimônios culturais de uma sociedade são produtos tangíveis de traços históricos de um povo, como corrobora o pensamento de Argan (1992, p. 163) "A cidade é evidentemente um contexto, isto é, um conjunto de textos que realiza um contexto."

O contexto que cerca o Largo evidencia a identidade construída para a cidade de Manaus. A identidade construída através dos monumentos são indicadores de poder de dada época, das ideologias vigentes e dos discursos sociais existentes, que podem ou não, dialogar com uma sociedade contemporânea. Argan (1992, p. 161) afirma que "o valor não é algo que está ligado às coisas, mas uma atribuição de significação que se dá às coisas." Igualmente, tem o significado atribuído ao espaço ou às edificações, o valor cultural dos monumentos históricos da cidade de Manaus é simbólico, pois sugere um período importante para a construção da identidade da cidade, não somente de herança arquitetônica, mas de uma importante miscigenação entre os povos.

De caráter econômico e comercial, tem-se duas faces: a significação atribuída pelos nobres sob influência europeia, no que tange uma comparação social, daí a denominação *Paris dos Trópicos*; e a significação migratória mítica dos povos de diversas regiões do país, onde a busca de melhor qualidade de vida através do trabalho nos seringais acarreta a busca pelo *El dourado* no meio da selva sob uma subordinação rígida e escravocrata, segundo os pensamentos da professora Maria Verônica Secreto⁴.

No que tange aos significados simbólicos dos moradores da cidade, cada um possui um olhar acerca do espaço, porém, cabe lembrarmos que esse valor se restringe aos níveis de conhecimento e de afetividade que se tem sobre dado lugar, no nosso caso, à tríade Teatro, Largo e Igreja. Nessa singularidade, Lynch afirma:

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. (...) Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados (Lynch, 1997, p. 1).

Portanto, a construção de uma cidade, é ao mesmo tempo tanto coletiva quanto individual, assim como as inúmeras significações. O valor e o significado histórico constroem um marco concreto de uma dada época para uma comunidade, mas cabe aos usuários ter a consciência de que essas construções possuem duas ou mais perspectivas de construção, os quais implicam em discursos e ideologias vigentes e dominantes de cada época.

O conceito de discurso e enunciação benvenistiano estão intrinsecamente relacionados, isto é, a concepção de enunciação se refere ao uso que o indivíduo faz da língua e o discurso é a marca desse uso. A enunciação é um ato individual do sujeito, pois acarreta uma atitude única do falar e inerente as suas intenções, contextos e interlocutores. Desta forma, o enunciado é o produto, a manifestação de uma enunciação; o discurso, portanto, é produzido cada vez que o sujeito fala. Em outras palavras, a enunciação dialoga com o discurso, um existe através do outro.

⁴ SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2007.

Conforme as ideias de Cavalheiro (2016, p. 122), “A enunciação, [...] ato, sempre renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua, ou seja, apropria se dela”. Isto é, “o sujeito, portanto, ‘não é anterior à linguagem; só se torna sujeito na medida em que fala’” (Cavalheiro, 2016, p. 122). Desta forma, podemos compreender que a linguagem é parte do homem, e não mero instrumento, e a enunciação é a apropriação da língua pelo sujeito.

Benveniste (1995, p. 26) afirma que “a linguagem reproduz a realidade”. Reproduz o acontecimento através do discurso, a experiência do ato renasce a cada nova enunciação feita pelo falante, a relação locutor e ouvinte são ativados, o ouvinte se apropria então da enunciação do locutor e, então, tem-se a produção de novos enunciados, tais relações também conversam com a teoria bakhtiniana de dialogismo, em que o conceito importa as apropriações de diversos discursos.

Nesse sentido, a cidade também profere um discurso dialógico, no que diz respeito à Tríade arquitetônica Teatro, Largo e Igreja, o qual podemos perceber essa relação através das concepções de Bakhtin sobre dialogismo. Bakhtin (1988) *apud* Fiorin (2016, p.21) “o discurso se encontra no discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa”. De certo, Bakhtin se refere ao uso da língua assim como Benveniste, mas numa perspectiva em que a cidade se *antropomorfiza* em sujeito locutor, a concepção sobre dialogismo e discurso se aplica.

A construção do discurso da cidade é atribuída e criada através de seus povos ou através dos discursos de poder, das relações hierarquizadas. Nesse sentido, as concepções de Voloshinov sobre ideologias conversam com a temática em questão.

Para Voloshinov, a concepção de ideologias gira em torno de três pontos, conforme explana Narzetti (2013, p. 367), “1) ideologia enquanto elemento estrutural da sociedade; 2) ideologia enquanto campos de signos; 3) ideologias enquanto representações do real.” No primeiro item, a formação social de uma sociedade é alcançada através das ideologias, os quais se dividem em “superestruturas que é determinada acima da base econômica, [...] onde engloba as artes, ciência, filosofia, direito, religião, ética e a política” (Narzetti, 2013, p. 369). Em uma sociedade, a realidade não é homogênea assim como os discursos e a cidade, pelo contrário são heterogêneas e plurais.

Desta maneira, as ideologias apresentadas por Voloshinov são divididas em duas categorias: sistemas ideológicos constituídos e ideologias do cotidiano. Antes de adentrarmos a estes assuntos, vale considerarmos que, segundo a psicologia social e aos pensamentos de Bukharin (1970), a

sociedade se constitui através dos efeitos da divisão da sociedade em classes, isto é, dada época há uma tendência dominante que rege os costumes, comportamentos, julgamentos, gostos, ações, e essas ideias correntes surgem a partir de um pensamento dominante de uma classe social dominante.

Assim, os sistemas constituídos são as esferas de criação dominantes, a exemplo, tem-se a religião, a ciência, a moral, a arte etc. Nessa definição, podemos verificar que nosso objeto de estudo Teatro, Largo e Igreja, corroboram para que haja essa interrelação entre a esfera de criação comportamental através das artes, base econômica e religião, respectivamente. Essas esferas compõem um núcleo que estão fortemente enraizados e sistematizados.

Aliado a esses conceitos, há, também, uma miscigenação entre os discursos nas composições desses elementos, pois ao mesmo tempo que esses espaços dialogam com estruturas europeias, elas também dialogam com um discurso opressor entre trabalhadores, povos nativos e migratórios no que tange ao contexto da borracha.

Acerca das ideologias do cotidiano, podemos compreender como uma ideologia que se constitui através do “uso da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema” Voloshinov (1979, p. 104) *apud* Narzetti (2013, p. 374). De modo geral, as relações europeias com a construção desses elementos foram essenciais num período de valor simbólico para o Centro Histórico, dado que a ideologia se apoiou numa base econômica, para a época, como foi o continente europeu.

Análise de Dados

A relação patrimônio e discurso são faces de uma mesma moeda, já que a construção do patrimônio são ideias correntes de uma dada época vigente de uma classe dominante. Nisso, podemos observar pela herança arquitetônica europeia nos objetos: Teatro Amazonas (1896), Igreja de São Sebastião (1888) e ao monumento Abertura dos Portos às Nações Amigas (1900) que fica no centro da Praça de São Sebastião, como se observa na foto abaixo.

Figura 1: Tríade: Teatro Amazonas (ao fundo), Monumento Abertura dos Portos às Nações Amigas no Centro do Largo de São Sebastião (ao centro) e Igreja de São Sebastião (ao canto, à direita)



Fonte: As autoras (2022)

Segundo Nascimento (2014), no ano de 1997, houve uma revitalização na área do Centro Histórico, mas somente em 2003, que o Teatro e seu entorno ganharam uma atenção especial por meio do Projeto *Belle Époque*, conforme acentua a autora:

o Projeto *Belle Époque*, de iniciativa do Governo do Estado, fez a revitalização dos prédios do entorno do Teatro Amazonas, o restauro do Monumento à Abertura dos Portos, e o espaço foi inaugurado em 2004 como Largo de São Sebastião e, com as atividades artísticas programadas, passou a ser chamado de Centro Cultural Largo de São Sebastião. É neste cenário que acontecem os grandes festivais da cidade e muitas das apresentações dos artistas locais, sendo a maior concentração registrada no Concerto de Natal, que reúne todos os corpos artísticos da Secretaria de Cultura (Nascimento, 2014, p. 113).

Após a reinauguração em 2004, o espaço do Largo é palco para muitos projetos e manifestações artísticas, especialmente, nas programações de fim de ano, como explana Nascimento (2014, p. 115), “Os espetáculos que acontecem neste espaço têm sempre um grande público, que se desloca de várias zonas da cidade, principalmente para assistir o Concerto de Natal, realizado há mais de dez anos no Largo.” Na imagem acima, é possível perceber o Teatro Amazonas em dias normais de visitação. A beleza e majestade ficam mais acentuados durante uma manhã ensolarada na capital amazonense.

Nesse cotidiano, as indagações feitas sobre o uso do espaço são mais latentes. A ressonância estética europeia na construção do monumento que compõe o Largo está acessível aos usuários do espaço? A resposta vem de uma experiência pessoal, observatório e conversas informais com amigos e

conhecidos de diferentes classes sociais e escolaridade. Muitos que responderam, afirmaram que frequentam a Praça de São Sebastião, mas nunca entraram no Teatro Amazonas para apreciá-lo enquanto monumento histórico e cultural por meio de uma visita guiada, exceto para prestigiar parentes ou amigos em apresentações no Teatro.

Nesse sentido, a pergunta que nós fazemos é: Quais usuários são os mais conhecedores da história do espaço? A resposta se aplica aos turistas que vêm para a capital amazonense, sendo que o Teatro Amazonas é uma parada obrigatória para conhecer esta casa de ópera que é famosa em todo mundo, especialmente, após a publicação da revista Vogue elegendo o Teatro Amazonas no rol das casas de ópera mais lindas do mundo, em 2019. O discurso de empoderamento de uma obra arquitetônica reforça as ideologias de que “no meio da Amazônia” exista uma grande obra arquitetônica de estilo europeu.

Embora a visitação seja gratuita aos amazonenses, muitas pessoas que conversei nunca entraram no TA, e nem mostraram entusiasmos para fazê-lo, exceto pelas crianças. Foi perguntado para 10 crianças com idade de 9 a 14 anos sobre a visitação ao espaço cultural, nenhuma delas entraram ou visitaram o monumento, mas elas, ao contrário dos adultos, manifestaram desejo em entrar e conhecer mais sobre o TA.

O que mais chama a atenção é que o TA possui muitas visitas, mais de turistas, estrangeiros ou não, do que das pessoas que moram em Manaus. O valor da entrada custa R\$ 20,00 (Inteira) e R\$ 10,00 (meia), segundo o portal G1. Muitas outras pesquisas podem ser realizadas a partir desses dados, ou a ampliação para essa distinção seja maior compreendida e estudada, especialmente, nas áreas das Ciências Sociais.

Nessa perspectiva, muitos outros fatores e reflexões surgem, quais são as barreiras e as limitações que impede que o monumento TA seja frequentado pelos manauaras, exceto pelos turistas, estudantes ou uma apresentação de parentes e amigos? Por que os adultos, pais e responsáveis, consideram levar seus filhos somente aos shoppings ou outros lugares que não são os monumentos históricos? São indagações que poderão servir de objeto de pesquisa para futuras pesquisas.

Figura 2: Teatro Amazonas (1896)



Fonte: As autoras (2022)

Como as estruturas e limitações afetam a memória e afeição sobre o espaço? A Praça de São Sebastião é a parte da tríade estudada que mais recebe visitantes, sejam pelos movimentos culturais populares, sejam pelos eventos do Projeto Tacacá na Bossa. O espaço é parada e ponto de encontro para muitas tribos, estudantes, professores universitários, trabalhadores, frequentadores do bar do Armando, do African House, de lanchonetes e pizzarias ao redor do TA. Nascimento (2014, p. 116-117) afirma que “O Largo tem vários espaços, muitas tribos, diferenças e conflitos. É um espaço que contém muitos outros espaços, em diferentes momentos do dia e nos diferentes dias da semana”.

Figura 3: Teatro Amazonas (ao fundo), Monumento Abertura dos Portos às Nações Amigas no Centro do Largo de São Sebastião (ao centro)



Fonte: As autoras (2022)

Os eventos podem ser culturais ou de atos políticos, pois muitas manifestações também acontecem no espaço do Largo. As experiências vividas no Largo são muito boas, e muitas outras experiências que ouvi a respeito do Largo são mais afetivas que em relação ao Teatro ou à Igreja. Nesse sentido, o que podemos inferir é que o desenho dos bancos ao redor, a arborização, os pontos turísticos próximos ao Largo dão um ar de segurança ao espaço sinalizando ao passante que está autorizado a ficar e a construir memórias. Vale lembrar que isso só foi possível a partir da revitalização e reinauguração em 2004.

Figura 4: Monumento Abertura dos Portos às Nações Amigas no Centro do Largo de São Sebastião (à esquerda) e Igreja de São Sebastião (ao fundo)



Fonte: As autoras (2022)

A relação entre o espaço como memória, espaço cotidiano, limitações físicas, eventos culturais e conhecimento popular sobre os monumentos que compõem essa região que é parte do Centro Histórico da cidade de Manaus, constituem as significações dos usuários.

Retomando o pensamento de Argan (1992, p. 163), “a cidade é evidentemente um contexto, isto é, um conjunto de textos que realiza um contexto”. Nisso, o que podemos inferir é que para cada ângulo do Largo, para cada visão são construídas novas perspectivas e novas significações a depender das construções ideológicas, do Poder Público ou subjetiva do usuário. Mas a história e os contextos da construção do Teatro, monumento Abertura dos Povos às Nações Amigas e a Igreja ficam restritos a um número mínimo de pessoas. Seria do Poder Público responsável a promover esse conhecimento cultural sobre o Patrimônio?

No que concerne aos eventos culturais que contempla a programação do Largo, a principal acontece em dezembro, através das atividades natalinas.

Quais eventos e como os eventos culturais influenciam nos discursos dos usuários? Quais discursos o poder público deseja passar com os eventos culturais existente no espaço? Nessa perspectiva, podemos observar a imagem abaixo.

Figura 5: Teatro Amazonas iluminado de vermelho e verde (ao fundo), árvore natalina (à esquerda), monumento à esquerda iluminado com fios de led (à esquerda) e a Igreja (ao fundo, à esquerda)



Fonte: Castro, A. / Secom⁵

Apesar da área entorno do Teatro Amazonas ser construída em ressonâncias as características europeias, a decoração natalina busca passar uma imagem ambiental sob influência sulista, como as cidades de gramado, e norte-americanas, como a construção de um espaço dedicado aos personagens Disney, como na “A Casa do Biscoito” figura típica natalina, mas de influência do filme “Shrek” e do conto natalino chamado “The Gingerbread Man” que numa tradução livre significa “O Homem Biscoito de Gengibre” escrito por Patrick Jackson, nesse caso se trata de uma influência inglesa.

Figura 6: Espetáculo “A casa do Biscoito” montada na Casa das Artes, rua José Clemente, Largo de São Sebastião

⁵ Evento realizado em 26 de novembro de 2022.

Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/mundo-encantado-do-natal-vai-gerar-4-mil-empregos-diretos-e-indiretos-no-amazonas/>



Fonte: Grego Kellaris/ Secretaria de Cultura e Economia Criativa⁶

Desta forma, a história do Natal é contada sob influência estrangeira, o espaço entorno do TA ganha luzes, objetos natalinos, formas, personagens, contextos diferentes, os quais possibilitam aos monumentos um distanciamento da sua história, um distanciamento das culturas locais e um distanciamento das características nativas.

Portanto, a questão da promoção e da preservação do monumento histórico é colocada em segundo plano para os eventos culturais natalinos promovidos pela Secretaria de Cultura. Nisso, percebe-se que são necessárias políticas públicas que promovam uma aproximação da história do lugar com o público nativo, mas como objetivo de conectar o povo aos patrimônios que rememoram a construção identitária do lugar.

CONSIDERAÇÕES

A Constituição Federal de 1988, redefinindo e promovendo a inclusão de expressões, materiais ou imateriais, sintetiza as identidades, memórias, referências culturais de todos os grupos que compõem a sociedade brasileira.

⁶Evento realizado em 26 de novembro de 2022.

Disponível em: <https://cultura.am.gov.br/repleto-de-novidades-o-mundo-encantado-do-natal-e-destaque-com-a-casa-do-biscoito-e-fabrica-do-papai-noel/>

Essa reelaboração do decreto-lei de 1937 ampliou o conceito de Patrimônio Histórico dando uma nova nomenclatura: Patrimônio Cultural Brasileiro.

A pesquisa se propôs em investigar as relações que os patrimônios culturais que compõem o Centro Histórico da Cidade de Manaus, em especial, a tríade Teatro, Largo e Igreja, aos discursos e ideologias sociais existentes. A pesquisa faz um paralelo das ideias vigentes na época da borracha às atividades culturais contemporâneas.

Nessa perspectiva, notamos que há um dialogismo discursivo nas construções dos edifícios, já que há relações estéticas europeias. Porém, as noções históricas que constitui o espaço se limitam apenas a um público específico, como pesquisadores e turistas.

Na atualidade, desde a reinauguração do espaço em 2004, o Largo contempla muitas manifestações artísticas, em especial, as tradicionais decorações e espetáculos natalinos, porém as ressonâncias continuam sendo estrangeiras.

Desta forma, podemos considerar que a identidade construída através dos eventos, são marcadores ideológicos em que intensificam mais a exaltação do outro, dos discursos estrangeiros, do que as culturas locais ou as diversas culturas dos povos miscigenados.

Argan (1992, p. 161) afirma que “o valor não é algo que está ligado às coisas, mas uma atribuição de significação que se dá às coisas.”. Os sistemas constituídos são as esferas de criação dominantes, a exemplo, tem-se a religião, a ciência, a moral, a Arte etc. Nessa definição, podemos verificar que nosso objeto de estudo Teatro, Largo e Igreja, corroboram para que haja essa interrelação entre a esfera de criação comportamental através das artes, base econômica e religião, respectivamente. Essas esferas compõem um núcleo que estão fortemente enraizados e sistematizados.

A pesquisa também evidenciou que a Igreja de São Sebastião é ainda mais distante aos usuários que o Teatro Amazonas, ou seja, numa classificação em níveis podemos notar que o espaço da Praça de São Sebastião é mais popular, independente do conhecimento e da vivência dos seus usuários ou das ideologias que a construíram, o local é ponto de encontro de muitas tribos, os quais constituem uma memória afetiva.

Logo em seguida, tem-se o Teatro, que é alvo mais frequente de visitas estrangeiras, pesquisadores ou pessoas que vão prestigiar parentes e amigos em espetáculos distintos. E, por fim, percebemos que a Igreja fica em terceiro plano, quase se restringe apenas aos fiéis ou poucos visitantes.

Por fim, numa tentativa de evidenciar os discursos e as ideologias nas construções destes monumentos, a presente pesquisa buscou compreender questões que englobe a identidade, a estrutura, o discurso e as ideologias, deixando em aberto novas pesquisas a respeito do tema.

REFERÊNCIAS

ARGAN, GIULIO CARLO. A HISTÓRIA NA METODOLOGIA DO PROJETO. TRADUÇÃO DE JOSÉ EDUARDO AREIAS. **REVISTA CAMELO**, SÃO PAULO, N. 6, 1992.

ARGAN, G. C. **HISTÓRIA DA ARTE COMO HISTÓRIA DA CIDADE**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1998.

BENVENISTE, ÉMILE. **PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL I**: TRADUÇÃO DE MÁRCIA DA GLÓRIA NOVAK E MARIA LUIZA NERI; REVISÃO DO PROF. ISAAC NICOLAU SALUM. 4. ED. CAMPINAS, SP: PONTES, 1995. EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (LINGUAGEM CRÍTICA).

BENVENISTE, ÉMILE. **PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL II**: TRADUÇÃO EDUARDO GUIMARÃES ET AL.; REVISÃO TÉCNICA DA TRADUÇÃO EDUARDO GUIMARÃES. CAMPINAS, SP: PONTES, 1989.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. **LEX**. ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: EDIÇÃO FEDERAL. RIO DE JANEIRO, 1937. SUPLEMENTO.

BRASIL. [CONSTITUIÇÃO (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. BRASÍLIA, DF: PRESIDENTE DA REPÚBLICA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/CONSTITUICAO.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). ACESSO EM: 10 NOV. 2022.

BUKHARIN, N. **TRATADO DE MATERIALISMO HISTÓRICO**. TRADUÇÃO DE EDGAR CARONE. RIO DE JANEIRO: LAEMMERT, 1970.

CAVALHEIRO, JUCIANE DOS SANTOS. **ENUNCIÇÃO E LITERATURA**: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA LINGUAGEM E DO ESTUDO DOS PRONOMES DE ÉMILE BENVENISTE. **REVEL**, [S. I], EDIÇÃO ESPECIAL, N. 11, 2016.

FIORIN, JOSÉ LUIZ. **INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE BAKHTIN**. 2. ED. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **ESTATUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA**. 1979. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/PAGINA/DETALHES/218](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218). ACESSO EM: 25 NOV. 2022

LYNCH, KEVIN. **A IMAGEM DA CIDADE**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1997.

NARZETTI, C. A FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE V. VOLOSHINOV E O CONCEITO DE IDEOLOGIA. **ALFA: REVISTA DE LINGÜÍSTICA**, SÃO PAULO, v. 57, n. 2, 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.FCLAR.UNESP.BR/ALFA/ARTICLE/VIEW/4646](https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4646). ACESSO EM: 15 NOV. 2022.

NASCIMENTO, MARIA EVANY. **DO DISCURSO À CIDADE: POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**. 2014. TESE (DOCTORADO EM DESIGN) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, RIO DE JANEIRO, 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.MAXWELL.VRAC.PUCRIO.BR/COLECAO.PHP?STRSECAO=RESULTADO&NRSEQ=24969@1](https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/colecao.php?STRSECAO=RESULTADO&NRSEQ=24969@1). ACESSO EM: 12 SET. 2022.

SECRETO, MARIA VERÔNICA. **SOLDADOS DA BORRACHA: TRABALHADORES ENTRE O SERTÃO E A AMAZÔNIA NO GOVERNO VARGAS**. SÃO PAULO: ED. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. 2007.

SILVA, ARMANDO. **IMAGINÁRIOS URBANOS**. SÃO PAULO: PERSPECTIVA; BOGOTÁ, COL.: CONVENIO ANDRES BELLO, 2001.

VOLOSHINOV, V. [BAKHTIN, M.]. **MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM: PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO NA CIÊNCIA DA LINGUAGEM**. TRADUÇÃO DE MICHEL LAHUD E YARA FRATESCHI. SÃO PAULO: HUCITEC, 1979.

VOLÓCHINOV, VALENTIM. **MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM: PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO NA CIÊNCIA DA LINGUAGEM**. 3. ED. TRADUÇÃO, NOTAS E GLOSSÁRIO DE SHEILA GRILLO E EKATERINA VÓLKOVA AMÉRICO; ENSAIO INTRODUTÓRIO DE SHEILA GRILLO. SÃO PAULO: EDITORA 34, 2021.

SITES

DISPONÍVEL EM: [HTTP://G1.GLOBO.COM/AM/AMAZONAS/NOTICIA/2012/01/IPHAN-TOMBA-AREA-COM-2-MIL-IMOVEIS-NO-CENTRO-HISTORICO-DE-MANAUS.HTML](http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/01/iphan-tomba-area-com-2-mil-imizeis-no-centro-historico-de-manaus.html). ACESSO EM: 25 NOV. 2022.

DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IPATRIMONIO.ORG/MANAUS-IGREJA-SAO-SEBASTIAO/#!/MAP=38329&LOC=-3.1223364546506196,-60.025155544281006,14](https://www.ipatrimonio.org/manaus-igreja-sao-sebastiao/#!/map=38329&loc=-3.1223364546506196,-60.025155544281006,14). ACESSO EM: 25 NOV. 2022.

DISPONÍVEL EM: [HTTPS://FPABRAMO.ORG.BR/2007/07/06/A-ESCRVIDAO-NOS-SERINGAIS-DA-AMAZONIA/](https://fpabramo.org.br/2007/07/06/a-escravidao-nos-seringais-da-amazonia/). ACESSO EM: 25 NOV. 2022.

DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CULTURA.AM.GOV.BR/TEATRO-AMAZONAS-ENTRE-AS-CASA-DE-OPERA-MAIS-BONITAS-DO-MUNDO/](https://cultura.am.gov.br/teatro-amazonas-entre-as-casa-de-opera-mais-bonitas-do-mundo/) ACESSO EM 25 NOV. 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://G1.GLOBO.COM/AM/AMAZONAS/NOTICIA/2022/06/29/TEATRO-AMAZONAS-VOLTA-A-ABRIR-AOS-DOMINGOS-PARA-VISITA-TURISTICA-GUIADA.GHTML](https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/29/teatro-amazonas-volta-a-abrir-aos-domingos-para-visita-turistica-guiada.ghtml). ACESSO EM: 25 NOV. 2022.

MANAUS: O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Explorando a urbanização, degradação ambiental e a busca pelo equilíbrio com a natureza

Agatha Carolina Silva Mundstock
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo

Calina Ramos de Brito Souto
Mestra em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGICH/UEA)

Resumo: Através do processo de urbanização da cidade de Manaus, entende-se que a natureza sempre foi vista como fator impeditivo para que a cidade pudesse ter seu desenvolvimento urbano, e dessa forma, através da degradação ambiental, implementou o pensamento da engenharia europeia, para realizar o planejamento urbano da cidade e ocasionar as consequências vividas hoje. O artigo, através de análises bibliográficas e fotográficas, busca discorrer sobre o âmbito sustentável na cidade de Manaus, utilizando o histórico dos processos de urbanização da cidade, bem como suas consequências, como principais fatores para estudo do tema. Também, através de diversos conceitos, gerar uma compreensão acerca do que é a sustentabilidade. Ademais, instigar os leitores, para que busquem refletir a respeito do desafio em encontrar o equilíbrio do crescimento urbano e a preservação da natureza.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Manaus; Urbanização; Natureza.

Abstract: Through the process of urbanization of the city of Manaus, it is understood that nature has always been seen as an impediment to the city's urban development, and thus, through environmental degradation, European engineering thought was implemented to carry out the city's urban planning and cause the consequences experienced today. Through bibliographical and photographic analysis, the article seeks to discuss the sustainable environment in the city of Manaus, using the history of the city's urbanization processes, as well as their consequences, as the main factors for studying the subject. Also, through various concepts, to generate an understanding of what sustainability is. In addition, to encourage readers to

reflect on the challenge of finding a balance between urban growth and the preservation of nature.

Keywords: Sustainability; Manaus; Urbanization; Nature.

INTRODUÇÃO

A concepção de uma cidade com planejamento sustentável implica na compreensão dos elementos fundamentais que circundam esse conceito. A sustentabilidade, intrinsecamente ligada à natureza, tem como sua essência primordial a proteção ambiental. A discussão que cerca essa temática adquire cada vez mais visibilidade em decorrência da necessidade do tema nas cidades atuais, que se faz cada vez mais presente. Manaus é uma cidade que se desenvolveu urbanamente destruindo a natureza e a cultura, e é um processo que continua se repetindo (Souto, 2023). É notório que o município, no estado do Amazonas, teve um crescimento que prejudica o desenvolvimento da cidade do futuro. Isso se deve ao fato de a cidade ser construída, sugando tudo o que a natureza tem a oferecer, sem medidas de reposição dos recursos, sem estudos sobre o impacto que seria gerado futuramente, sem pensar nas alterações climáticas que os processos de urbanização trariam para a região.

Trazendo essa temática para a cidade de Manaus, é possível identificar interesse de pesquisadores e acadêmicos acerca do tema, através de estudos a respeito dos igarapés da cidade e medidas de proteção; aplicação dos indicadores de sustentabilidade, voltado para determinado conjunto habitacional; propostas para o polo industrial de Manaus e, até mesmo, comércio sustentável. Porém, é evidente que não basta somente a população científica apresentar interesse pela temática, visto que é um tópico pertinente para a atualidade e para o futuro do planeta Terra. Com isso, gera-se a necessidade de uma conscientização dos parâmetros da sustentabilidade na cidade de Manaus.

Entender esse conceito é fundamental, pois o mundo contemporâneo exige a implantação de medidas sustentáveis, para que seja possível uma perspectiva futura de sobrevivência do planeta Terra. Negligenciar a importância das práticas sustentáveis é condenar as gerações vindouras a uma existência precária, onde a escassez de recursos compromete a qualidade de vida. Como é apontado por Krenak (2019, p. 23):

[...] O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção

dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda.

Dada a necessidade de conhecimento acerca do tema, o presente artigo tem o objetivo de abordar um estudo de caso do âmbito sustentável da cidade de Manaus. Para isso, busca-se realizar uma análise em seu processo de urbanização, através da contextualização histórica, com base na visão do Dr. Otoni Mesquita. Além disso, é necessária a conceitualização da sustentabilidade, bem como um estudo a respeito das consequências da urbanização da cidade de Manaus.

A SUSTENTABILIDADE E SEUS PARÂMETROS

Para entender a ideia de uma cidade com planejamento sustentável, é necessário entender os parâmetros que cercam esse termo. A sustentabilidade está diretamente ligada com a natureza, e vem com a intenção de protegê-la. Nas sociedades da Idade antiga, que datam de 3.500 a.C., construíam-se as primeiras cidades em áreas perto de vales, como a dos rios Tigres e Eufrates, na Mesopotâmia¹. Dada análise, essa prática era feita com o intuito de facilitar o desenvolvimento, com a natureza sendo o ponto decisivo que faz com que qualquer povoação evolua.

Enquanto residentes do planeta Terra, nossa preocupação deve estar voltada a repor tudo que é tirado da natureza: “Sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às necessidades dos presentes e das futuras gerações” (Boff, 2017, p. 14). Dessa forma, entende-se que, negar a necessidade das práticas sustentáveis, é fadar as gerações futuras a uma sobrevivência, em que não há recursos o suficiente para manter uma população, de forma confortável, viva.

Uma definição clara do tema, é feita por Afonso (2006, p. 11):

[...] O termo implica na manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro, para que tanto as necessidades atuais quanto aquelas do futuro possam ser igualmente satisfeitas.

¹ TEODORO, P. H. M. (2013). Sustentabilidade e cidade: a complexidade na teoria e prática. Coleção PROPG Digital (UNESP).

Assim, identificamos que a sustentabilidade não é sobre interromper o uso dos recursos naturais, mas sim, não os desperdiçar. É sobre manuseá-los de forma inteligente e racional, com ações que possam minimizar os métodos de extração utilizados hoje: retirada em massa, sem reposição, e que ocasiona o desperdício. Assim, é possível suprir a necessidade de recursos da cidade contemporânea, e não limitar o uso dos mesmos para as cidades do futuro.

Mas nem só no âmbito qualitativo e quantitativo, é dado o conceito de sustentabilidade. Como é apontado por Ghisleni (2023):

[...] uma arquitetura socialmente sustentável considera os aspectos sociais, culturais, econômicos e de saúde de uma comunidade, com o objetivo de enfrentar os desafios sociais e proporcionar benefícios de longo prazo aos moradores.

Na cidade de Manaus, o conceito ainda não é aplicado de forma eficaz, pois ao analisar os parâmetros atuais, o que se percebe é que para frequentar uma área de lazer mais movimentada, com atratividade gastronômica, é necessário ir até a orla da Ponta Negra. O bairro fica localizado a um extremo da zona Oeste, afastado do centro da cidade, e isso dificulta a locomoção da população. Com isso, vemos que a implementação de medidas que gerem o interesse da população de frequentar um local aberto, como uma praça, deveriam ser disponibilizadas em várias praças na cidade, para que possa atender a todos. Não pensar na localização, é assumir que a população tem uma fácil locomoção para qualquer região, o que não é realidade. Dessa forma, podemos identificar que a sustentabilidade também pode ser definida, com base em promover bem-estar, saúde, utilizar de aspectos culturais e sociais, para também fornecer espaços com uma disponibilidade de prosperar interações sociais e diversificadas. Com tantos conceitos de sustentabilidade, torna-se imprescindível considerar todos os aspectos e definições possíveis que cerquem o mesmo, para entender a complexidade que é a sustentabilidade.

Manaus: processos de urbanização

A história de Manaus inicia-se em 1669, a partir do Forte de São José da Barra do Rio Negro, para marcar a presença do império português e fixar o domínio na região amazônica. Após uma longa trajetória de evolução, no ano de 1832 o Lugar da Barra assumia a denominação de Vila de Manaós. A região, que contava com cerca de 3.000 mil habitantes, começava a tomar forma, com residências que se assemelhavam com o estilo arquitetônico europeu da época. Em 1848, a Vila foi promovida a cidade, na época, denominada de Cidade da Barra do Rio Negro. Dada análise, Manaus teve um processo de

urbanização lento no início de sua fundação, em parte por, apesar da abundância da madeira e da pedra, bem como outros recursos naturais, não havia mão de obra qualificada para executar a construção dos edifícios primordiais para o funcionamento da cidade².

Na mesma época em que Manaus é elevada à categoria de cidade, ocorre o primeiro ciclo da borracha na Amazônia e, por consequência, o início de sua expansão (Silva, 2022). Para que os seringais pudessem produzir, era necessária mão de obra. Com isso, inicia-se a chegada de imigrantes a cidade de Manaus. Como é citado por Dias (2019, p. 27):

[...] Trabalhadores das mais diversas categorias como estivadores, caixeiros, cocheiros, ambulantes, funileiros, sapateiros, barbeiros, boleiros, eram paraenses, maranhenses, cearenses, pernambucanos, paraibanos, portugueses, espanhóis, que foram atraídos pelo grande “fausto”, esperando uma oportunidade para melhorar de vida.

A borracha era exportada para diversas utilidades, tendo seu início em 1827. Entre 1847 e 1860, se tornava o primeiro lugar na pauta de exportação e outras atividades, que eram consideradas importantes, como agricultura e indústria, enfrentavam dificuldades (Mesquita, 2019). Dada análise, conforme os usos da borracha despertavam interesses, a produção da mesma crescia. Assim, a mão de obra nos seringais era sempre necessária, o que fazia com que a mão de obra para os outros serviços, ficasse escassa.

A exploração do látex atribuiu muitas riquezas a cidade de Manaus, o que foi fundamental para o engrandecimento do lugar. Como é citado por Mesquita (2019, p. 132), “[...] em 1896, Eduardo Ribeiro voltava a afirmar que as rendas públicas continuavam a crescer progressivamente e era extraordinária a diferença que se observava de um exercício financeiro para outro.”

Na época de 1893, Eduardo Ribeiro traçava o plano de embelezamento da cidade de Manaus, com a intenção de normatizar os espaços públicos, e trabalhar nos aspectos higienistas do lugar (Matos, 2017). Nesse ponto, damos um início ao investimento do planejamento urbano da cidade, pensado em atender a necessidade das pessoas influentes da época, como a burguesia,

² MESQUITA, O. M. D. (2019). Manaus: História e Arquitetura (1669-1915). Editora Valer.

os donos de seringais, o governo, entre outros. Como é dito por Mesquita (2019, p. 129),

[...] as ações do projeto não estavam limitadas ao centro histórico tradicional, nem se restringia à construção de palácios e praças, se expandia pelos arrabaldes da cidade e incluía obras de infraestrutura. Além desses aspectos, o embelezamento da cidade mantinha-se integrado à política de saneamento e de imigração. Buscava-se promover a ordenação e a segurança dos espaços públicos como propaganda para traçar a mão de obra e garantir a qualidade de vida da população.

Como é dito por Grobe (2014, p. 48), os planos de modernização da cidade salientam interesses da elite mercantil, política, norteados também, pelo pensamento dos construtores. Tais interesses apontam os igarapés da cidade, como empecilho para o desenvolvimento e progresso dela. Como é explicado por Grobe (2014, p. 49), “[...] Assim, os igarapés da cidade são vistos como obstáculos para o crescimento e o desenvolvimento urbano, além de elementos possuidores e proliferadores de doenças”.

Podemos analisar que, desde antes de 1900, a liderança passa a ver o traçado orgânico dos Igarapés, como ponto negativo para a cidade. Desde aquela época, o pensamento político vinha a favor da exploração e da construção, se opondo à paisagem natural da cidade e aos âmbitos sustentáveis, que, até então, não eram prioridades para os governantes.

Com a criação da Zona Franca de Manaus (1967), o índice de pessoas vivendo próximo aos igarapés, diminuiu e há uma grande quantidade de criação de bairros, proveniente de ocupações irregulares (Nogueira; Sanson; Pessoa, 2007). Dado o estudo da obra dos autores, a criação de bairros e expansão da cidade, era feita de forma rápida e desordenada, pois a cidade recebia uma grande quantidade de imigrantes, que buscavam oportunidades de emprego na região.

Além de necessitar suprir uma demanda de mercado, a ZMF também buscava atender a modernização econômica do Sul-Sudeste do país. Com isso, intervenções maciças, que permeavam a cidade desde o ciclo da borracha, foram feitas. Com ações de explorações extrativistas, a paisagem natural e o âmbito sustentável da cidade, foram fragilizados³. Com isso, concluímos que

³ LIMA, M. V. L. D. (2008). O impacto das políticas ambientais na Zona Franca de Manaus: estudo de caso na multinacional Moto Honda da Amazônia SA.

a implementação da ZMF, em Manaus, pode acelerar o processo de degradação da natureza na cidade, priorizando a extração de recursos e o crescimento da mesma, a fim de comportar a população e suas necessidades.

Entre 1960 e 1980, a Zona Franca de Manaus causou grande impacto, pois gerou grande crescimento econômico para o estado, bem como crescimento urbano. Além disso, a fundação da ZFM contribuiu para a exploração desordenada de recursos naturais, assim como a abertura de estradas, serviços de mineração e desenvolvimento de projetos de infraestrutura (Holland *et al.*, 2019). Como é dito por Ribeiro (2008, p. 46),

[...] A água é tratada para entrar no sistema industrial, mas não tem sido tratada com o mesmo rigor para ser devolvida ao ambiente após o uso. Ao passar pela indústria, ela recebe elementos e substâncias químicas que alteram suas características. Dada a sua facilidade em transportar materiais, a água contaminada torna-se um vetor de degradação ambiental.

Ao analisar a fala do autor, tem-se que a preocupação com os processos de tratamento da água deve ser constante, para que seja possível devolvê-la de forma que não cause impactos negativos ao meio ambiente.

Os poços de coleta de esgoto projetados para a instalação da SUFRAMA, não existem nos dias atuais por falta de manutenção. Com isso, parte das empresas utilizam do poço artesiano para descarte de efluentes, o que ocasionou um rebaixamento no lençol freático da área em cerca de 20 metros. O Igarapé do Quarenta, que permeia a área industrial da SUFRAMA, tem grande parte de sua degradação e poluição, originária da falta de esgoto da área, ou da obstrução dela⁴.

Figura 1: Igarapé do Quarenta em 1943

⁴ GOMES, Viviane Passos. Desordenação do território e poluição hídrica no pólo industrial de Manaus: paradoxo da escassez na abundância. In: Ordenación del territorio y medioambiente. Arcibel, 2009. p. 233-265.



Fonte: Ebay – Foto de cartão postal

Figura 2: Igarapé do Quarenta em 2019



Fonte: Patrick Marques/G1 AM

Nas figuras 1 e 2, é possível fazer a comparação da situação do Igarapé do ano de 1943 e 2019. A paisagem de 1943 retrata um local onde era possível tomar banho, lavar a roupa e utilizar o igarapé no dia a dia, o que contribui com a memória afetiva da população. Já na figura 2, a área retrata um local inutilizável, que remete a um ponto de descarte de lixo e proliferação de doenças.

As consequências da urbanização

Dado os fatos históricos de Manaus, temos que a necessidade de modernização da cidade, surge conforme a urgência de suprir os problemas apresentados pela população. Como é dito por Grobe (2014, p. 114), “[...] Diversos problemas relacionados ao acesso às redes de infraestrutura urbana, acesso à habitação, à saúde pública, se revelam diante da massa de trabalhadores”.

Ao observar a fala da autora, tem-se a ideia de que esses problemas são causados pelo crescimento populacional desordenado da cidade de Manaus, onde é necessário fornecer infraestrutura para uma população maior do que se era capaz de atender no momento. O crescimento da população pressiona o desmatamento, pois gera uma necessidade da expansão da área urbana. Conforme é citado pelos autores Nogueira; Sanson e Pessoa (2007, p. 5430),

[...] as pressões ambientais decorrentes do crescimento da população na 10 área urbana de Manaus ocasionaram nos últimos 20 anos grandes alterações em seu espaço físico. Grande parte da poluição dos igarapés e perda da biodiversidade foi/é ocasionada pela dinâmica da expansão urbana da cidade.

A cidade de Manaus possui 48% de sua área urbanizada, preenchida por ocupações irregulares. Antes das ocupações, a cobertura vegetal se apresentava predominantemente como floresta tropical densa. Hoje, com grandes áreas geradas do desmatamento, tem-se uma elevação das características da radiação solar que incide na superfície⁵. Ao analisar a fala dos autores, temos que o desmatamento vem a interferir numa série de

⁵ SILVESTREIM, E. G.; VIEIRA, M. R. S.; SILVESTREIM, F. G.; Lima Filho, A. A.; LOPES, A. B. (2021). Uma visão sobre a degradação ambiental causada pelas ocupações irregulares em áreas verdes na cidade de Manaus-AM. Research, Society and Development.

elementos, como fatores climáticos, qualidade do solo, a vida dos animais silvestres e, até mesmo, extinguir espécies ameaçadas.

A dinâmica da modernidade representa o domínio do homem sobre a natureza. A cidade moderna criou leis que se adequavam à sua peculiar forma de produção e reprodução do espaço (Araújo, 2011). Dada análise sob a fala do autor, na contemporaneidade, a paisagem natural da cidade e seus âmbitos sustentáveis, são cada vez mais tomados pelo homem, a fim de adaptar a estrutura dela com as necessidades políticas, econômicas e de infraestrutura.

Ao falar das medidas sustentáveis na cidade de Manaus, temos que a preservação ambiental ganhava uma mínima atenção das políticas. Como é exemplificado por Mesquita (2019, p. 45),

[...] O presidente aprovou algumas posturas municipais solicitadas pela Câmara Municipal. Entre elas, destacam-se as seguintes proibições: “o corte de árvores, varas, arbustos maiores de cinco palmos em todos os riachos ou igarapés”.

Devido ao desgaste massivo que a vegetação sofreu ao longo do tempo, é necessário a implementação de diversas políticas sustentáveis, a fim de promover uma recuperação da paisagem natural da cidade.

Ao longo do tempo, o terreno da cidade de Manaus sofreu várias modificações, através de soluções originárias da engenharia europeia. Ela buscava desafiar a natureza e esse método construtivo foi reproduzido na construção de Manaus (Holand *et al.*, 2019).

Figura 3: Planta da Cidade de Manáos de 1852



Fonte: “Um olhar pelo passado”, 1897, de autoria de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha⁶

Figura 4: Planta da então Cidade de Manáos de 1938



Fonte: Duarte (2009)⁷

Ao analisar as figuras 3 e 4, que retratam o croqui da cidade de 1852 e 1938, respectivamente, percebemos uma diminuição dos igarapés, devido ao processo de aterramento, para solucionar esse ‘empecilho’ de crescimento urbano (método da engenharia europeia). Nos dias de hoje, a cidade possui a maior parte de seus igarapés naturais, aterrados. Os que ainda estão ativos, encontram-se completamente poluídos, o que afasta a população.

CONSIDERAÇÕES

O estudo da sustentabilidade na cidade de Manaus indica uma história complexa e desafiadora de crescimento desordenado e falta de consideração pela natureza. Desde sua fundação, comandada pelos colonizadores

⁶ Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/planta-da-cidade-de-manaos-de-1852/>

⁷ Disponível em: <https://idd.org.br/livros-durango-duarte/manaus-entre-o-passado-e-o-presente.pdf>

portugueses, até os dias atuais, a cidade passou por mudanças significativas, muitas vezes em detrimento do meio ambiente e da qualidade de vida de seus habitantes.

Os grandes marcos que estabelecem o ‘boom’ de crescimento urbano da cidade, é o ciclo da borracha e a fundação da Zona Franca de Manaus. Ambos ocorrem de forma similar, avaliando que nos dois períodos, a cidade recebeu uma grande quantidade de imigrantes, atrás de trabalho e uma condição de vida melhor. Com o crescimento da população não-natural da região, foi necessária a expansão da cidade.

A necessidade de urgência dessa expansão, para que fosse possível comportar a população, desconsidera qualquer medida sustentável, pois a floresta, a vegetação e os aspectos naturais eram vistos como empecilho para evolução e urbanização, sendo substituídos por ruas e edificações. Dessa forma, a cidade avançou na natureza, destruindo-a, aterrando os igarapés, para que pudesse alcançar o seu crescimento urbano.

O que o histórico da cidade retrata, é que a mesma foi vítima de uma implementação, que não era adequada para o seu clima e sua topografia. Ao executar o plano urbanístico da cidade, os colonos levaram em consideração o único método de construção que conheciam, vindo dos ensinamentos do continente europeu. Ao respeitar os desejos de uma elite burguesa, o planejamento da cidade se deu não só negligenciando a necessidade de a natureza estar presente, mas também desprezando a necessidade da população trabalhadora que residia na cidade.

Atualmente, a cidade sofre as consequências desse planejamento. A falta de vegetação nos bairros é evidente, gerando a ausência de sombra nas calçadas, a ventilação ao ar livre ser muito escassa, fazendo com que as pessoas prefiram utilizar veículos particulares para se locomover, pois assim podem ter conforto.

Além disso, uma das grandes cicatrizes deixadas, é a poluição e aterramento dos igarapés. A falta de cuidado fez com que os igarapés da cidade se tornassem inutilizáveis, pois são usados para descartar lixo, cortando totalmente a memória afetiva que a população tinha com os mesmos. Exemplificando o caso do Igarapé do Quarenta, localizado na região da SUFRAMA, onde, por falta de planejamento de saneamento adequado, virou ponto de descarte de efluentes para algumas empresas.

Após anos presenciando os males que a urbanização trouxe a cidade, ainda há necessidade de conscientização da população de Manaus acerca da importância da sustentabilidade. Há um interesse crescente, por parte da

população acadêmica, em estudos sobre a preservação dos igarapés, indicadores de sustentabilidade em habitações, propostas para o polo industrial e comércio sustentável. Isso demonstra que a comunidade está reconhecendo a necessidade de práticas mais sustentáveis para garantir um futuro melhor para a cidade.

Em sumo, a história de Manaus mostra que o desenvolvimento não pode ser realizado à custa da degradação ambiental. Isso afasta as pessoas da natureza, corta os laços e memórias afetivas que a população tem com os igarapés e a Floresta Amazônica. O desafio que deve permear a mente da população que reside na cidade, é encontrar um equilíbrio entre o crescimento urbano e a preservação da natureza, garantindo um futuro próspero para Manaus, para que as gerações futuras vivam em meio de uma cidade sustentável, cuidada e protegida.

REFERÊNCIAS

AFONSO, C. M. **SUSTENTABILIDADE: CAMINHO OU UTOPIA?** SÃO PAULO: ANNABLUME, 2006.

ARAÚJO, E. F. S. **OS IMPACTOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS DO PROGRAMA PROSAMIM NA PAISAGEM DE MANAUS.** 2011. 113F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2011.

BOFF, L. **SUSTENTABILIDADE: O QUE É-O QUE NÃO É.** RIO DE JANEIRO: EDITORA VOZES LIMITADA, 2017.

DIAS, E. M. **A ILUSÃO DO FAUSTO: MANAUS, 1890-1910.** 1988. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM HISTÓRIA) – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 1988.

FONSECA, J. G. P. **ANÁLISE INTRODUTÓRIA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO URBANA EM MANAUS E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS: O ESTUDO DE CASO DAS COMUNIDADES SÃO PEDRO, TRAVESSA ARTHUR BERNARDES E BARIRI.** 2008. 103F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2008.

GHISLENI, C. **SUSTENTABILIDADE SOCIAL: O PAPEL DO PROCESSO PARTICIPATIVO DE PROJETO NA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS.** 13 AGO 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.ARCHDAILY.COM.BR/BR/1004323/SUSTENTABILIDADE-SOCIAL-O-PAPEL-DO-PROCESSO-PARTICIPATIVO-DE-PROJETO-NA-CRIACAO-DE-ESPACOS-COLETIVOS](https://www.archdaily.com.br/br/1004323/sustentabilidade-social-o-papel-do-processo-participativo-de-projeto-na-criacao-de-espacos-coletivos) L. ACESSO EM: 09 AGO. 2023.

GOMES, V. P. **DESORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO E POLUIÇÃO HÍDRICA NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS: PARADOXO DA ESCASSEZ NA ABUNDÂNCIA**. IN: *ORDENACIÓN DEL TERRITORIO Y MEDIOAMBIENTE*. ARCIBEL, p. 233-265. 2009.

GROBE, C. M. P. P. **MANAUS E SEUS IGARAPÉS: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E REPRESENTAÇÕES (1880-1915)**. TESE (DOUTORADO EM HISTÓRIA) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2014.

HOLLAND ET AL. **ZONA FRANCA DE MANAUS: IMPACTOS, EFETIVIDADE E OPORTUNIDADES**. SÃO PAULO: FGV EESP, 2019.

KRENAK, A. **IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO**. 2. ED. SÃO PAULO: EDITORA COMPANHIA DAS LETRAS, 2019.

LIMA, M. ET AL. **O IMPACTO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NA ZONA FRANCA DE MANAUS: ESTUDO DE CASO NA MULTINACIONAL MOTO HONDA DA AMAZÔNIA SA**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2008.

MATOS, G. S. “AFORMOSEAMENTO” DA CIDADE: A NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MANAUS NO FINAL DO SÉCULO XIX. *ARS HISTORICA*, N. 15, P. 334-354, 2017.

MESQUITA, O. M. **LA BELLE VITRINE: O MITO DO PROGRESSO NA REFUNDAÇÃO DA CIDADE DE MANAUS (1890-199)**. 2005. 439F. TESE (DOUTORADO EM HISTÓRIA) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, INSTITUTO DE HISTÓRIA, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI, 2005.

MESQUITA, O. M. **MANAUS: HISTÓRIA E ARQUITETURA (1669-1915)**. MANAUS: EDITORA VALER, 2019.

NOGUEIRA, A. C. F.; SANSON, F.; PESSOA, K. **A EXPANSÃO URBANA E DEMOGRÁFICA DA CIDADE DE MANAUS E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS**. XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, FLORIANÓPOLIS, BRASIL, V. 21, P. 26, 2007.

SILVESTRIM, E. G.; VIEIRA, M. R. S.; SILVESTRIM, F. G.; LIMA FILHO, A. A.; LOPES, A. B. AN INSIGHT INTO THE ENVIRONMENTAL DEGRADATION CAUSED BY IRREGULAR OCCUPATIONS IN GREEN AREAS IN THE CITY OF MANAUS-AM. *RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT*, [S. L.], V. 10, N. 16, P. E290101623764, 2021. DOI: 10.33448/RSD-V10I16.23764. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://RSDJOURNAL.ORG/INDEX.PHP/RSD/ARTICLE/VIEW/23764](https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23764). ACESSO EM: 15 AGO. 2023.

SILVA, J. R. C.; SCUDELLER, V. V. THE AMAZON RUBBER BOOMS AND THE FREE TRADE ZONE OF MANAUS: URBAN EXPANSION AND WATERSHEDS DEGRADATION. *RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT*, [S. L.], V. 11, N. 6, P. E33611629103, 2022. DOI: 10.33448/RSD-V11I6.29103. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://RSDJOURNAL.ORG/INDEX.PHP/RSD/ARTICLE/VIEW/29103](https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29103). ACESSO EM: 20 AGO. 2023.

SOUTO, C. R. B; SANTOS, T. L. P. CULTURA Y PAISAJE A TRAVÉS DE LA HISTORIA DE PORTO DAS CATRAIAS (EDUCANDOS). **REVISTA DE ESTUDIOS BRASILEÑOS**, V. 8, N. 17, P. 177-190, 2021.

RIBEIRO, C.W. **GEOGRAFIA POLÍTICA DA ÁGUA**. SÃO PAULO: ANNABLUME, 2008.

TEODORO, M. H. P. **SUSTENTABILIDADE E CIDADE: A COMPLEXIDADE NA TEORIA E PRÁTICA**. COLEÇÃO PROPG DIGITAL (UNESP), 2013.

MORADIA NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS:

Reflexões sobre a fragmentação e desqualificação social e urbana

Gheysa Daniele Pereira Moura

Mestra em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Interdisciplinar em
Ciências Humanas-PPGICH/UEA

Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares das Culturas Amazônicas
(NEICAM/UEA)

Pesquisadora Convidada do Laboratório de Dados Sociais e Econômicos sobre a Região da
Leopoldina (LANSOC/UNISUAM-RJ)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4341-6586>

E-mail: gdpm.mic20@uea.edu.br

Manoel Inácio de Oliveira

Mestre em Ciências Humanas pelo PPGICH/UEA

Pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares das Culturas Amazônicas
(NEICAM/UEA)

Pesquisador convidado do Laboratório de Análises Socioeconômicas da Região da
Leopoldina e Zona Oeste (LANSOC/UNISUAM-RJ)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7664-0790>

E-mail: manoelfides@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a refletir a moradia na área central de Manaus/AM considerando o processo de formação das centralidades, fragmentação e desqualificação social e urbana. Trata-se de um estudo bibliográfico que analisa o processo de produção dos espaços sociais na área central de Manaus a partir de seu surgimento enquanto cidade e suas contradições. Inicialmente procuramos compreender a estruturação produtiva da cidade e produção dos espaços sociais a partir da sua função social. Em seguida voltamos nosso olhar para as formas de fragmentação das cidades e a consequente desqualificação social e urbana, para então refletirmos sobre a moradia no Centro Histórico de Manaus, considerando que o centro já foi a cidade em sua totalidade. Por fim, não apresentamos respostas definitivas sobre o tema, mas uma possível leitura acerca da moradia no Centro Histórico de Manaus.

Palavras-chave: Centro Histórico; Fragmentação e Desqualificação Social; Moradia.

Abstract: This article aims to reflect housing in the central area of Manaus/AM considering the process of formation of centralities, fragmentation and social and urban disqualification. This is a bibliographic study that analyzes the process of production of social spaces in the central

area of Manaus a from its emergence as a city and its contradictions. Initially, we seek to understand the productive structuring of the city and the production of social spaces based on their social function. Next, we turn our attention to the forms of fragmentation of cities and the consequent social and urban disqualification, to then reflect on housing in the Historic Center of Manaus, considering that the center was once the city in its entirety. Finally, we do not present definitive answers on the topic, but a possible reading about housing in the Historic Center of Manaus.

Keywords: Historic center; Fragmentation and Social Disqualification; Home.

INTRODUÇÃO

Quando se pensa em um processo de produção dos espaços, se faz necessário reconhecer as especificidades naturais e humanas, pois a geografia das cidades se difere uma das outras assim como as ações humanas e a relação dos indivíduos e da sociedade com o meio de acordo com a função social da cidade, isto é, a forma como os espaços sociais são constituídos carrega diversos aspectos históricos, culturais, identitários, sócio-políticos, econômicos e ambientais.

A função social das cidades pode ser percebida como uma hierarquização entre as cidades, em que uma teria mais valor que outra ou que uma cidade subjugaria outra de acordo com seus aspectos econômicos e concentração de poder administrativo representando a correlação de forças e a disputa pelo poder político e econômico em um espectro doméstico – ainda que influenciado pela geopolítica e economia internacional.

As cidades também se diferem por seu crescimento social, demográfico e econômico, que muitas vezes são os mesmos elementos de desqualificação de seus próprios cidadãos e contribuem para a chamada fragmentação da cidade, mantendo a relação de controle social no sentido de dominação através da moradia, principalmente, em áreas que correspondem ao centro histórico das cidades.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a refletir sobre a moradia na área central de Manaus, considerando o processo de formação das centralidades urbanas, associada ao debate da fragmentação e desqualificação social. Trata-se de um estudo bibliográfico em que revisitamos estudos anteriores, não para refutar ou ratificar perspectivas de análises, mas para que possamos ter uma melhor compreensão da moradia no Centro Histórico de Manaus.

Inicialmente procuramos compreender a estruturação produtiva da cidade e produção dos espaços sociais a partir da sua função social. Em seguida voltamos nosso olhar para as formas de fragmentação das cidades e a consequente desqualificação social e urbana, para só então refletirmos sobre a moradia no Centro Histórico de Manaus, considerando que o centro já foi a cidade em sua totalidade.

A ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DAS CIDADES E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS

Um dos primeiros registros sobre a origem das cidades pode ser encontrado nos textos sagrados das diversas religiões, trazendo, assim, uma ideia de sagrado ao espaço de concentração, fixação e de “dominação” do homem sobre a natureza. Trata-se de um espaço construído coletivamente que conta a própria história da humanidade, sendo, portanto, um organismo vivo em constante transformação.

De acordo com Souza (2003), o primeiro assentamento humano a ser chamada de cidade foi Jericó, que teria surgido há quase 8.000 anos, porém, o autor chama atenção para o contexto em que se formam as primeiras cidades como as conhecemos hoje, “as primeiras cidades surgem como resultado das transformações sociais gerais – econômicas, tecnológicas, políticas e culturais” (Souza, 2003, p. 46). Assim, à medida que o ser humano se estabelece em grupamentos humanos, cultivando e transformando a natureza, ele também desenvolve uma nova relação com o meio, com o outro, com assentamentos que se aprofundam conforme se modifica o modo de produção. Com esse caráter relacional desenha-se uma relação direta entre as transformações do modo de produção e do próprio universo do trabalho com a estruturação dos assentamentos que dão origem à cidade como a conhecemos na contemporaneidade, que define a função social da cidade e o valor de uso de seus espaços sociais, fomentando uma relação de poder entre o campo e cidade.

Lefebvre (2001, p. 13) destaca ainda, que a divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à divisão do trabalho material e o intelectual, “o campo vai trazer a conotação de natureza, de agricultura, pecuária, etc. Enquanto a cidade nos remeterá à imagem da subjetividade, da reflexão, atividades políticas, administrativas, de estudo e pesquisa entre outras”, de forma que a função social da cidade seria definida pela produção, pelo trabalho realizado majoritariamente em seu território.

A relação entre campo e cidade seria delineada não somente pela formação econômica, mas, influenciada por fatores políticos e culturais, causando efeitos como discriminação, exploração e até desigualdade

econômica. Entretanto, não é a divisão social do trabalho que determina qual cidade irá exercer o poder sobre a outra, mas como o Estado ideologicamente determina onde irá centralizar seu poder político e econômico. A cidade não é apenas um local em que se produzem, comercializam e consomem a produção. A cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores diversos, formando grupos de atividade e interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com “base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar” (Souza, 2003, p. 28).

Essa perspectiva nos indica que a reflexão sobre a cidade não pode ser limitada aos aspectos políticos e econômicos que classificariam ou definiriam qual assentamento humano seria de fato uma cidade, uma vez que a cidade seria resultado das ações do homem sobre a natureza, isto é, as cidades existem de forma relacional entre o homem e o meio e entre os próprios homens à medida em que estes atribuem valores ao espaço urbano.

O valor do espaço urbano se relaciona às várias formas de sua utilização que não pode ser compreendido sem considerar que no contexto de sociedades capitalistas, a terra, o território, e o espaço enquanto estrutura arquitetônica são mercadorias que possuem um valor comercial pelo qual se gera lucro de diversas formas, mas também são palco de correlações de forças, o que significaria dizer que o espaço seria “possuidor de pelo menos três tipos genéricos de valor: valor de uso, valor de troca e valor político” (Snow; Mulcahy, 1999, p. 68), porém, esses valores podem existir concomitantemente em um determinado espaço não sendo imutáveis. Nesse sentido, os autores ainda nos dizem que “a avaliação do espaço pode mudar quase tão rapidamente quanto o foco de atenção que despertar” (Snow; Mulcahy, 1999, p. 68).

Snow e Mulcahy (1999) classificam o espaço urbano em três categorias: espaço primário, espaço marginal e espaço transicional.

O espaço primário – conceitualizado como qualquer espaço que esteja sendo utilizado por cidadãos para fins de residência, lazer ou trânsito dentro de uma comunidade; os espaços usados por empreiteiros para obtenção de lucro; e, os espaços utilizados por políticos e seus agentes com propósitos simbólicos. O espaço marginal – aquele espaço com pouco ou nenhum valor de uso para a maioria dos moradores; sem valor comercial para empreiteiros; e sem nenhum valor político simbólico imediato. Permanecendo como abandonado e ignorado pela sociedade, empresários e poder público, terminando por ser ocupado por aqueles considerados

marginais, no sentido de estarem à margem de uma vida considerada cidadã e digna.

O espaço transacional – caracteriza-se pela sua ambiguidade de uso e função, uma vez que o espaço primário e o marginal se misturam. É utilizado por todos os grupos populacionais, mas, com significações distintas para cada um. Pode-se considerar como espaço transacional assentamentos, acampamentos e abrigos destinados ao acolhimento de adultos e famílias que vivem em situação de rua, embora nem sempre se encontre nesses espaços, meios de subsistência para a população empobrecida.

A classificação espacial proposta por Snow e Mulcahy (1999) permite uma melhor compreensão de como os sujeitos dariam sentido aos espaços, que se transformariam de acordo com o desenvolvimento social e econômico das sociedades, uma vez que à medida em que a função das cidades se modificariam haveria a necessidade de reconfigurar a relação dos sujeitos com o espaço social, tanto de forma positiva quanto negativa.

A própria sociedade projetaria no espaço a sua disputa ou conflito entre os grupos humanos. Seria o espaço da manifestação de relações sociais e de poder, sobre as diferentes comunidades e grupos, muito dos quais estereotipados e desqualificados, percebidos como um “objeto de desarmonização do espaço”, obrigando o Estado a efetivar ações de reestruturação das cidades com o objetivo de atender os anseios das classes mais abastadas, fragmentando as cidades com a transferência geográfica do que se consideraria um problema a ser escondido e não resolvido, reforçando os estereótipos e estratificações sociais através de uma imagem que desqualificaria os grupos humanos.

Pode-se dizer que a reestruturação espacial das cidades representaria a totalidade da estrutura social das sociedades, passível de observação a partir da relação espaço social versus prática social. Para Lefebvre (1974) a prática social materializaria os elementos subjetivos que formariam a totalidade de um real concreto, pressupondo que as práticas sociais estão intrinsecamente relacionadas à interação dialética do sujeito com o espaço. Logo, haveria uma práxis espacial que influenciaria na objetivação do ser social e aprofundaria as contradições existentes nas cidades.

Souza (2010, p. 30) afirma que “as práticas sociais não são espaciais ou especializadas, mas, um elemento básico da estrutura da sociedade concreta, sendo o palco das correlações de força”. São as práticas sociais que estabelecerão as fronteiras imaginárias entre os diversos grupos humanos presentes nas cidades sendo um importante marcador nos estudos urbanos, por ser uma variável orgânica que depende diretamente do contexto ético e moral de determinado momento histórico vivenciado pelas sociedades em

seu processo de desenvolvimento social, político, econômico e cultural, que na contemporaneidade seria uma lógica capitalista, neoliberal e globalizada.

Silva (2007, p. 33) acredita que “o padrão que direciona as ações humanas é a lógica do capital, a partir do qual são reguladas as atividades humanas”. Dessa forma, as decisões coletivas ou individuais que atingem o todo, seriam pensadas a partir da perspectiva de mercado globalizado, cujos parâmetros éticos e morais muitas vezes levaria à coisificação do ser. Neste sentido, o espaço social e a prática social precisariam ser observados a partir das relações sociais e de poder, pois estas definiriam tanto a dinâmica social, quanto a forma como os espaços seriam ocupados.

São os homens que atribuem significação social aos espaços a partir da interação com o meio e das relações sociais nos territórios ou regiões, compreendendo como espaço social os bairros, as escolas, as igrejas, as praças, os parques, as fábricas, as áreas comerciais, etc., onde indivíduos e famílias estabelecem suas práticas sociais.

Importante ressaltar que a estruturação das cidades ocorre em um contexto de relações de poder, onde as identidades são construídas e legitimadas conforme a posição social e espacial do sujeito. Essas posições sociais servem como justificativa para estigmatização e dominação dos diversos grupos humanos, neste sentido, a ressignificação dos espaços sociais não pode ser compreendida descontextualizada do momento sócio-histórico vivenciado. A estruturação social das cidades não se limita à sua organização espacial, mas na totalidade das práticas sociais no contexto da produção, reprodução social e cultural, material e imaterial. Neste caso, reafirma-se a reestruturação das cidades como um mecanismo de fragmentação social das cidades e desqualificação social de determinados grupos humanos para manutenção do poder político e econômico.

A FRAGMENTAÇÃO DAS CIDADES E A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL

Compreender como a cidade se fragmenta não se mostra uma tarefa simples, dada sua característica relacional e a forma como se atribui significado aos espaços sociais que a matiza. A dinâmica de fragmentação pode ser analisada tanto de dentro, vivendo organicamente a cidade, participando ativamente do seu processo de significação e ressignificação, quanto de fora como aquele que observa sem interferir em sua dinâmica social, política, econômica e cultural.

Para Salgueiro (1998, p. 41) a fragmentação identificaria as cidades pós-industrial cuja principal característica seria

a existência de enclaves, o caráter pontual de implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido que as cerca, seja um centro comercial numa periferia rural ou um condomínio de luxo no meio de um bairro popular.

Não se trata aqui de um enclave geopolítico, mas de um enclave social e urbano que materializariam as rupturas que estariam na gênese de uma nova organização urbana, limitando o direito de viver na cidade à uma minoria.

A autora defende, ainda, que a “fragmentação pode ser vista como uma segregação à escala micro, um *patchwork* ou manta de retalhos em vez da organização em grandes manchas a que os modelos da Escola Ecológica nos habituaram” (Salgueiro, 1998, p. 42). Essa fragmentação seria percebida, no primeiro momento, pelas diferenças na infraestrutura das diversas regiões das cidades, e no segundo momento, pela identificação das pessoas que vivem nessas regiões, contrastes e contradições que se mostram comum a todas as cidades pós-modernas ou pós-industrial.

Todas as cidades apresentam regiões com melhores condições urbanísticas e/ou quase nenhuma incompletas ou inexistentes. Para Ronilk (2002, p. 53) “o quadro de contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias relaciona-se a todas as formas de desigualdade, correspondendo a uma situação de exclusão territorial”.

É importante ressaltar que a expressão “exclusão territorial” não caracterizaria somente as desigualdades sociais e de renda que fragmentam as cidades, mas a própria gestão urbanística que tende a concentrar mais investimentos em um determinado fragmento da cidade, que em tese teria maior potencial econômico por centrarem a oferta de serviços financeiros, educacionais, comércio, turismo, etc., e que tende a se expandir expulsando milhares de pessoas de suas casas para atender a necessidade do capital, obrigando-os a viverem em regiões periféricas, distantes, áreas frágeis em infraestrutura ou de interesse estratégico do ponto de vista ambiental, que geram outras expressões da questão social que atingem toda a cidade, como a contaminação dos mananciais.

A pequena parte com melhor infraestrutura e qualificada da cidade acaba sendo objeto de disputa, de cobiças imobiliárias, o que também gera uma deterioração dessas partes da cidade. A escassez de áreas de maior qualidade (super)valoriza tanto os preços dessas terras, quanto das áreas periféricas, pois “coloca-se em curso um motor de especulação imobiliária que não existiria, com essa força, se a qualidade urbana fosse melhor distribuída pela cidade” (Ronilk, 2002, p. 55).

Nessa dinâmica o Estado perde seu poder de intervenção, já que o mercado acaba estabelecendo os preços da terra, loteando a cidade e auferindo lucro aos investidores, enquanto que áreas periféricas estratégicas, do ponto de vista ambiental, são degradadas com o status de bairros planejados, em que o investidor privado se responsabiliza pela infraestrutura destinada a uma minoria qualificada de moradores, mas inseridos em regiões que a grande maioria “desqualificada” da população não recebe a mesma estrutura do Estado.

Assim, a fragmentação das cidades está relacionada à forma como o espaço seria mais apropriado aos interesses e às interações estabelecidas, que definem ou constroem os padrões estéticos e comportamentais, muitas vezes justapostos, gerando conflitos que segregam e fragmentam a urbe através de processos identificatórios de qualificação e desqualificação para diferenciar os sujeitos, estabelecendo fronteiras sociais e produzindo culturas.

Na visão de Cuche (1999, p. 200), haveria uma vontade do próprio homem e da sociedade em se diferenciar através do “uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica”. Logo, a forma como a sociedade se diferencia culturalmente também poderia ser utilizada para demarcar espacialmente os territórios, onde o espaço corresponderia a um complexo de variáveis socioculturais que determinariam a definição dos espaços sociais e das relações sociais.

Cuche (1999, p. 201) salienta que as relações sociais estabelecidas nos territórios “às vezes, provocam até uma acentuação desta diferença cultural através do jogo da defesa (simbólica) das fronteiras de identidade”. Essa diferença cultural gera conflitos dependendo de como os espaços são ocupados, uma vez que pode não haver o estabelecimento de uma convivência harmoniosa entre os grupos humanos, em especial quando essa ocupação se dá de forma acentuada e desorganizada, com a ocupação de logradouros públicos e outras áreas das cidades de interesse estratégico ambiental, tendo como resultado direto a desqualificação dos sujeitos, sem a devida reflexão dos fatores motivadores para ocupação do espaço.

Paugam (1999) chama atenção para o processo de desqualificação social, percebida pelo caráter multidimensional da pobreza e do status social daqueles considerados pobres. Para o autor, a desqualificação social “corresponde a uma das formas possíveis da relação entre a população designada como pobre, em função de sua dependência em relação aos serviços sociais, e o resto da sociedade” (Paugam, 1999, p. 43), indicando

cinco aspectos principais de caracterização dessa desqualificação social, a saber:

“O primeiro é a estigmatização dos assistidos, no qual a própria atribuição do status de pobre já influenciaria na identidade social dos indivíduos”, marcando a relação dos assistidos com as demais pessoas e com o meio, uma vez que o fato de ser reconhecido socialmente como pobre, os levariam a um isolamento espacial e social. “O segundo diz respeito à forma como ocorre a integração social regulada, ou seja, políticas públicas que visam a integração social”, mas impondo condicionalidades aos assistidos, como mecanismo de controle social. “O terceiro elemento reforça a noção de exclusão social”, de que os pobres não possuem condições de reação, mantendo-se agrupados em espaços socialmente desqualificados. “O quarto elemento está relacionado ao resultado do segundo”, sendo as formas de resistência aos estigmas, a forma de estabelecimento de vínculos entre os indivíduos e os serviços socioassistenciais, distinguindo-os entre: assistidos (relação regular ou contratual); os frágeis (relação pontual); e os marginais (relação infra-assistencial). Por fim, “o quinto elemento resultaria da comparação social da pobreza nas sociedades contemporâneas, que leva a sua categorização: pobreza extrema, pobreza absoluta, pobreza relativa, etc.” (Paugam, 1999, p. 43-45).

Todas as vezes em que ocorre a ressignificação do espaço social há um processo de adjetivação negativa ou desqualificação dos sujeitos a partir da sua condição de moradia, classificando-os entre domiciliados, abrigados ou em situação de rua. Snow e Mulcahy (1999), identificam dois grupos sociais específicos nesse contexto: moradores e empreiteiros. Os moradores seriam os indivíduos considerados domiciliados independente da região em que vivem. Já os empreiteiros, seriam aqueles que atribuem valor monetário ao espaço, aqueles que auferem lucro com o uso e comercialização do espaço social. Indivíduos e famílias que vivem abrigados ou em situação de rua seriam considerados os não domiciliados e representariam a desvalorização monetária do espaço social, sendo ponto de conflito entre os empreiteiros e moradores, e entre domiciliados e não domiciliados.

Ser domiciliado garantiria a identificação dos sujeitos como “pessoa de bem”, “dignas de confiança”, e haveria, portanto, uma mobilidade social de indivíduos e famílias que ao assumir a identidade de domiciliado, passariam a ser considerados de fato cidadãos pela sociedade. No entanto, o crescimento exponencial e contínuo da população vivendo em situação de rua amplificam os conflitos entre os domiciliados e empreiteiros que passam a exigir do Estado a ampliação de equipamentos públicos de Assistência Social destinado ao abrigo e atenção a essa população, porém, em áreas distantes e isoladas, acompanhadas de ações repressivas e de controle

social, que na perspectiva de Paugam (1999), não visaria a garantia de direitos, mas o exercício do poder sobre os não domiciliados, vistos como indesejáveis já que desvalorizariam o espaço social, causando perda financeira no valor de uso do espaço.

Snow e Mulcahy (1999, p. 72) identificam três estratégias de controle social exercidos por comunidades locais e o poder público ante o crescimento da população não domiciliada: “confinamento (limitando a sua mobilidade), expulsão (despejo e remoção, inclusive de espaços socioassistenciais) e exclusão (negação total de direitos e de existência enquanto ser social)”. Cada uma dessas estratégias objetivam anular a identidade dos sujeitos, independente do momento em que o Estado lança mão de cada uma delas; do alcance das ações na organização espacial; e, de sua influência na prática social e construção das identidades, resultando na negação da condição de humano e amplificando a fragmentação da cidade por meio de uma gestão urbana excludente.

Podemos dizer que nas cidades haveria uma relação de troca integral que definiria a dinâmica urbana, porém, quando esta troca está baseada no controle social de grupos humanos considerados minoritários, haveria o reforço dos ideais de dominação colonialista que fragmenta as sociedades eurocêntricas com a constituição dos espaços sociais de opressão entre os diferentes grupos humanos, limitando a própria mobilidade dos sujeitos na cidade. Entende-se que a significação e a ressignificação dos espaços sociais ocorre a partir de um processo relacional entre os diferentes grupos humanos, não sendo apenas uma delimitação cartográfica, um mapa que se pode visualizar friamente, mas se considera as relações sociais, econômicas e as características culturais que identificam a população e os territórios das cidades.

Para Poletto (2010, p. 49) “o território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades”, ou seja, um complexo de variáveis que determinam a forma como a sociedade compreende e utiliza os espaços da cidade, uma vez que alguns territórios são definidos a partir de aspectos socioculturais.

Advêm, assim, as relações marcadamente produtivas (do trabalho), das práticas culturais, da esfera da vizinhança, dos espaços de consumo e lazer, das atividades “marginais”. “Poder, afeto, símbolo, identidade permeiam e dão o tom a essas múltiplas, e por vezes, entrecruzadas territorialidades” (Maia, 2010, p. 123).

Assim, as cidades seriam formadas por diversos territórios onde os indivíduos estabeleceriam diversas estratégias de ocupação do socioespacial

de forma teleológica, ainda que algumas áreas sejam socialmente indesejáveis, por exemplo quando essa ocupação ocorre em centros comerciais por indivíduos e famílias que vivem em situação de rua.

Santos (2008, p. 39) nos afirma que:

as contradições do espaço urbano – por exemplo, a discriminação no acesso aos consumos coletivos e a estratificação e segregação habitacional – são irresolúveis se separadas das contradições de exploração classista no interior do processo produtivo.

Neste sentido, devemos compreender a cidade e as relações estabelecidas em seus territórios, com a fragmentação e desqualificação dos sujeitos considerando a relação jurídica-política do direito a cidade na lógica capitalista, em que o cidadão encontra-se em áreas consideradas “nobres” e, nas periferias da cidade, toda a população que compõe os grotões de miséria, formando um grande contingente populacional desqualificado e excluído da própria ideologia urbana de cidade justa, igualitária e plural.

PATRIMÔNIO E MORADIA NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS

Desde o final do século XIX início do século XX a cidade de Manaus vem passando por grandes transformações urbanas, que compreende desde sua (des)organização espacial e estruturas arquitetônicas às relações político-sociais, culturais e de produção. Inicialmente, a cidade de Manaus experimenta a ascensão econômica, política e cultural em decorrência da exploração e produção da borracha, com a construção de grandes prédios e monumentos, seguindo o modelo arquitetônico europeu, que tornou a cidade o centro econômico da região Norte do Brasil. Esse período que compreende de 1880 a 1910 foi também seguido de sua maior crise econômica, que levou ao crescimento da população que vivia em condição de miséria até a implantação da política expansionista do regime militar.

Manaus foi, então, condicionada para desempenhar a função de cidade portuária, concentrando o fluxo do sistema hidrográfico da Amazônia Ocidental. Por conseguinte, essa função urbana se tornaria a principal força de desenvolvimento da cidade, “inicialmente impulsionada pelo Ciclo da Borracha e, posteriormente, pelo modelo Zona Franca” (Ribeiro Filho, 2011, p. 73).

Assim, com a implantação da Zona Franca de Manaus em 1967, a cidade de Manaus inicia um novo processo de desenvolvimento urbano, abandonando as grandes obras arquitetônicas de inspiração europeia do século XIX, para se tornar uma metrópole moderna acompanhada de todas

as contradições econômicas, sociais e regionais observadas nas cidades dos anos de 1970. Ribeiro Filho (2011) ainda salienta que para compreender a estruturação urbana da cidade de Manaus, particularmente sua área central, deve-se considerar as limitações ao seu crescimento impostas pelo rio Negro, a presença de falésias fluviais e igarapés, além do seu relevo.

A escolha do sítio de Manaus não ocorreu de forma aleatória. Ao contrário, o lugar onde a urbe está assentada favoreceu o seu desenvolvimento e garantiu a sua expansão urbana. A cidade foi influenciada pelas condições topográficas do local onde se desenvolveu, à margem esquerda do rio Negro. O relevo não foi obstáculo para expansão do espaço urbano. A cidade “foi fundada e cresceu sobre a porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes de encostas pouco inclinadas, separadas pelas calhas variavelmente encaixadas dos igarapés” (Ribeiro Filho, 2011, p. 73).

No entanto, suas limitações naturais impostas pelo rio Negro a oeste e a sul, pressionou o crescimento do espaço urbano da cidade de Manaus a norte e leste do centro da cidade. Ressalta-se que a área central de Manaus se consolidou na zona Sul da cidade, concentrando as atividades de comércio e a oferta de serviços dos mais variados segmentos, as instituições financeiras e “as sedes administrativas dos governos do Estado do Amazonas e da Prefeitura Municipal de Manaus tiveram sua localização na área central até a década de 1990” (Ribeiro Filho, 2011, p. 85).

É preciso considerar que a Área Central de Manaus já foi a cidade em sua totalidade materializando na contemporaneidade a história da cidade, que conforme Nascimento (2011, p. 91) “é o espaço urbano que abriga a maior parte das construções arquitetônicas do chamado Período da Borracha (1890-1910) e praças dotadas de monumentos, e esculturas que remetem também a este período”. Também apresenta um grande número de construções que representa o período de transição e modernização da cidade com a implantação da Zona Franca de Manaus, por isso essa região passou a ser chamada de Centro Histórico, primeiro por uma construção social e depois por força de lei, que atribui à área o status de patrimônio cultural urbano.

A Lei Orgânica do Município de Manaus publicada no Diário Oficial no dia 30 de outubro de 1989, prevê a proteção do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do município (artigo 332), seguindo as recomendações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para definição do que seria o patrimônio, sendo assim disposto que “Constituem o patrimônio cultural do Município os bens tangíveis e de

natureza imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (Manaus, 2008, Art. 338).

Logo, o patrimônio municipal compreende muito mais que um número limitado de construções em um determinado perímetro. Apenas um prédio possui significado histórico em função das relações estabelecidas entre o homem e o meio, pois, são espaços que representam a memória do desenvolvimento social das sociedades, consequentemente, do desenvolvimento urbano das cidades. “É então o processo de urbanização e modernização das cidades, que faz com que o patrimônio deixe de significar apenas um monumento isolado, para implicar uma territorialidade, um centro, uma cidade histórica” (Nascimento, 2011, p. 95).

Ainda em relação ao processo de urbanização da cidade de Manaus, no Artigo 342 da Lei Orgânica Municipal de Manaus, estabelece os limites geográficos do Centro Histórico da cidade:

Art. 342. Fica tombado, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta Lei, o centro antigo da cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant (Manaus, 2008, Art. 342).

O referido artigo além de definir a Área Central de Manaus em sua totalidade como Centro Histórico, também impõe limitações quanto às ações urbanísticas que podem ser realizadas, isto é, nenhuma construção ou reforma pode ser realizada na área sem prévia autorização, visando a conservação e preservação dos lugares de memória da cidade. De acordo com Nascimento (2011, p.93-94) “cada espaço da cidade guarda diferentes memórias e histórias. Porque as imagens são meios de transmissão da memória social, são usadas para construir e ajudar a reter e transmitir memórias”. Neste sentido, o lugar de memória não existe apenas por suas estruturas materiais, mas pelo simbolismo, pelas emoções que desperta, as recordações de acontecimentos vividos que marcam emocionalmente indivíduos e o coletivo. Tomemos como exemplo o Largo de São Sebastião que compreende a Praça São Sebastião, a Igreja de São Sebastião, o Teatro Amazonas, entre outros prédios construídos durante o Período da Borracha no Centro Histórico de Manaus:

A impressão que se tem é que o tempo é outro no Largo São Sebastião; é um lugar completamente diferente pelos seus aspectos formais, visuais, sonoros e rítmicos. Enquanto espaço geométrico, materializado pela forma

circular e pelo entorno, o Largo constitui-se um ambiente nobre da cidade de Manaus, que remonta aspectos da vida que se tinha no Período da Borracha. Principalmente pela presença do Teatro Amazonas, da Igreja, do conjunto arquitetônico restaurado, “do cuidado traduzido na vigilância 24h e nas programações culturais realizadas, tem uma intenção de continuidade desse tempo, da idade do ouro que representou para cidade o Ciclo da Borracha” (Nascimento, 2011, p. 100).

Logo, podemos dizer que no espaço compreendido como Largo São Sebastião, o tempo linear é descolado da percepção interna e subjetiva dos indivíduos ou da coletividade. Racionalmente compreende-se que as horas e os dias estão passando, porém, o que se vivencia ou se desperta emocionalmente neste espaço faz o tempo passado parecer o tempo presente.

A Área Central de Manaus também espelha a função política e econômica da cidade no cenário nacional e internacional, apresentando significados distintos para os diferentes grupos que a ocupam, isto é, a área possui diferentes valores de uso que lhes são conferidos de forma relacional:

Para a sociedade de alto poder aquisitivo, ela é uma área obsoleta deteriorada e saturada com grande fluxo de pessoas e veículos [...] A população ribeirinha e os comerciantes do interior do Estado têm na Área Central o local mais importante para realização de suas compras e negócios de modo geral. O Porto de Manaus ainda continua sendo o portal de entrada para os habitantes que vivem nos mais distantes lugares da Amazônia [...] Da mesma forma, a população local de baixo poder econômico tem na Área Central a possibilidade de adquirir produtos acessíveis em relação ao seu poder aquisitivo, passando a ter o núcleo central o seu principal local de compras (Ribeiro Filho, 2011, p. 86).

Evidente que, assim como nos centros históricos de várias cidades da América Latina, na Área Central de Manaus ou Centro Histórico de Manaus, vivem um número significativo de pessoas, com maior ou menor poder aquisitivo, e apesar do grande número de turistas que visitam a área para conhecer a história da cidade, nas últimas décadas houve o aprofundamento das múltiplas expressões da questão social que influenciam no processo de desqualificação urbana e social, bem como nas políticas urbanas de habitação na região.

Coulomb (2019) entende que quando se discute políticas urbanas, em especial a habitação, os Centros Históricos são as áreas mais complexas de se intervir, por serem, no geral um patrimônio cultural com limitações em

relação ao uso e manutenção de seus espaços, em especial os ociosos. De acordo com o autor

o centro histórico que foi cidade, reflete a pluralidade socioeconômica e cultural de seus habitantes, que se expressa particularmente através dos diferentes tipos de habitação e as diferentes localizações dos mesmos dentro do espaço urbano (Coulomb, 2019, p. 116).

Conciliar preservação do patrimônio com a necessidade de ampliação dos espaços de moradia não se mostra tarefa fácil, sobretudo, pelo fato do centro histórico não ser formado apenas por espaços destinados à moradia, existem diversos imóveis destinados ao comércio e à prestação de serviços, à administração pública direta e/ou indireta, etc.

No caso de Manaus, nem todas as construções presentes em sua Área Central podem ser consideradas um patrimônio da cidade, o tombamento requer um processo burocrático de reconhecimento da importância histórica e cultural junto ao poder público municipal. Na lógica capitalista, o reconhecimento de um imóvel como patrimônio urbano da cidade eleva seu valor de mercado, momento em que aparece uma figura normalmente esquecida nas discussões sobre as políticas urbanas de habitação: o proprietário, que lucra por meio da venda e locação de seus imóveis.

No entanto a degradação da Área Central de Manaus com o crescimento da criminalidade e da violência, o alto custo para manutenção das construções ou mesmo a mudança da sede dos poderes executivos e legislativos para outras zonas da cidade, entre outros fatores, vem contribuindo para a desvalorização imobiliária e o abandono de diversos prédios, ainda que a redução do valor de mercado dos imóveis não sejam o único fator motivador para o abandono.

Em artigo publicado no Portal de Notícias G1/AM em 11 de julho de 2023, existem 103 imóveis abandonados na Área Central de Manaus, são prédios, casas e lotes em sua maioria de propriedade particular, outros subutilizados ou que foram ocupados irregularmente por diferentes grupos humanos que vivem na região na condição de não-domiciliado, colocando em discussão as políticas habitacionais direcionadas à Área Central de Manaus.

Podemos dizer que na mesma proporção em que se observa a expulsão dos antigos moradores da Área Central devido ao elevado custo de vida e dos aluguéis para as áreas periféricas, especialmente as zonas Leste e Norte, houve o crescimento de outros grupos humanos que passaram a viver em condições insalubres de moradia e/ou vivendo em situação de rua, colocando

em discussão a ideia de casa própria fortemente difundido a partir dos anos de 1940 “quando consolidou-se um tripé importante para o reforço da visão patrimonialista da sociedade brasileira moderna” (Balbim, 2015, p. 9) e, mais recentemente, de moradia social na perspectiva do desenvolvimento sustentável e de responsabilidade socioambiental.

A casa própria ou a moradia se tornou um sonho utilizado pelo mercado imobiliário para lucrar com a venda ou o aluguel dos imóveis, mas a moradia também mudou seu significado nesse contexto, passou a ser moradia social, compreendida como um serviço prestado por entidades privadas e/ou pelo Estado. Existem várias formas de moradias sociais: albergues, instituições de acolhimento (dos mais diversos grupos humanos), além da locação social destinada a vítimas de incêndios e outras situações decorrentes das intempéries da natureza. Embora a Área Central de Manaus também corresponda ao Centro Histórico da cidade, a desorganização espacial e a ocupação irregular também são uma realidade, levando a implementação de diferentes políticas urbanas que visam a ressignificação dos espaços e a melhoria das moradias. A principal política foi iniciada no ano de 2005, trata-se do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Conforme Alves (2011, p. 121-122) “a estratégia do programa se baseia em quatro grupos de intervenção: obras macro e micro drenagem, reassentamento da população, construção de vias e parques e ampliação da oferta de solo criado”, esse solo criado refere-se às moradias construídas a baixo custo para os cofres públicos e destinadas aos antigos moradores dos igarapés da área central da cidade, ou seja, não atende a totalidade da Área Central de Manaus. E, embora para alguns o PROSAMIM seja um programa social inquestionável quando considerado as condições das moradias da população beneficiária, “para além de um urbanismo asséptico de formas limpas deve ser levado em conta a história de vida dos homens e mulheres para os quais as melhorias espaciais devem ser feitas” (Alves, 2011, p. 126).

Outra proposta de política urbana habitacional para Área Central de Manaus que vem sendo debatida é a ressignificação de alguns prédios antes destinados à administração pública, que passariam a ser moradias sociais. Esse processo de ressignificação se dá de duas formas: pelo reconhecimento social de que aquele imóvel antes destinado a atividades administrativas ou comerciais, passou a ser moradia de diversas famílias, geralmente após a ocupação irregular. E, depois pela declaração do imóvel como sendo de interesse social por meio de instrumento normativo que assim o especifique.

Um bom exemplo dessa ressignificação é o Prédio Alcir Matos na área Central de Manaus – imóvel localizado na Rua Quintino Bocaiuva, 122, onde funcionava o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocupado desde 2016 por moradores da antiga ocupação Cidade das Luzes que se localizava na zona Oeste da cidade. A Portaria nº1.232 de 09 de fevereiro de 2018 da Secretaria de Patrimônio da União, publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2018, declara o referido imóvel como sendo de interesse social, devendo ser destinado à habitação social. O artigo 5º da referida portaria estabelece condicionalidades as famílias beneficiadas:

I - comprovar que possuem renda mensal de até R\$ 1.395,00 (mil trezentos e noventa e cinco reais);

II - participar financeiramente do projeto;

III - quitar a operação, em caso de morte ou invalidez do beneficiário; e

IV - se comprometerem a realizar a cobertura de danos físicos ao imóvel (SPU, 2018, Art. 5º).

Ao mesmo tempo em que disponibiliza o imóvel para fins de moradia social, a Secretaria do Patrimônio da União define o perfil socioeconômico dos beneficiários, que devem contribuir financeiramente com as intervenções para adequação do imóvel, ou seja, famílias que estejam em situação de rua e não possuam renda, mas, que precisam de uma moradia não podem ser contemplados no referido projeto.

Em virtude da sua localização, para que o prédio se torne de fato espaço de moradia se faz necessário uma série de procedimentos administrativos que incluem a elaboração de um projeto de revitalização e adequação do imóvel, emissão de laudos técnicos relativos às condições estruturais, e a autorização do órgão responsável pelo patrimônio histórico autorizando as intervenções necessárias na área, com as devidas recomendações para adequar o espaço para a moradia sem modificar os elementos da fachada que o caracterizam e contam a história do momento da transição da Belle Époque para a cidade moderna que se expande a partir da implantação da Zona Franca de Manaus.

Portanto, pensar uma política urbana de habitação para Área Central de Manaus representa um desafio político, econômico e cultural tanto para os governos locais quanto para os próprios movimentos sociais, porque precisa reconhecer que a ausência de moradia é apenas um dos elementos que caracteriza a condição de pobreza da população que vive na área central,

fazendo-se necessário pensar o beneficiário das políticas urbanas habitacionais para a região de forma integral, ao mesmo tempo em que precisa reconhecer a importância da preservação da memória da história urbana do centro histórico que já foi a cidade em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES

Quando se projeta espacialmente os grupos humanos está se colocando em discussão as diversas significações do espaço social e as práticas sociais, as formas como as pessoas são subjetivadas e adjetivadas entre domiciliado, empreendedor ou não-domiciliado. Uma classificação que resulta de um processo de correlações de força, na busca por elementos éticos e morais que sejam ao mesmo tempo são comuns e elementos de tensão entre os grupos.

Embora as práticas sociais não possam ser vistas como especializadas, a forma como os sujeitos interagem como o espaço social, atribuindo novos significados e reconfigurando o espaço social estabelecido, podem ser compreendidos como importantes marcadores para o estudo da estruturação das cidades, considerando o processo que leva fragmentação e a desqualificação social em função do local de moradia.

A desqualificação social a partir da moradia representa uma perspectiva de análise do espaço urbano que não pode ser desconsiderada quando se pensa em políticas urbanas de habitação, sobretudo, quando se pensa na forma como a população que se encontra em situação de rua e/ou habitações salubres. Particularizando a cidade de Manaus no estado do Amazonas, pode-se dizer que o poder público apresenta certa dificuldade em ofertar serviços de qualidade aos seus municípios em todas as regiões da cidade, ainda que se busque promover políticas urbanas habitacionais que comunguem com o discurso do desenvolvimento sustentável, em especial na Área Central.

Entende-se que o local de moradia não pode ser determinante para definir quem teria o direito de viver a cidade, porém, todos possuem o direito de viver em condições dignas. As políticas urbanas de habitação que buscam ressignificar diversos espaços como antigos prédios administrativos, se mostram uma alternativa viável para minorar os problemas habitacionais de cidades como Manaus, principalmente na área central da cidade, porém, são políticas que só terão efeitos positivos se acompanhadas de outras políticas públicas, para evitar a verticalização de expressões da questão social tais como a criminalidade e a violência, que

levariam a estigmatização e a exclusão social dos moradores desses novos espaços de moradia social.

REFERÊNCIAS

ALVES, JULIANA ARAÚJO. INTERVENÇÕES URBANAS NA CIDADE DE MANAUS: O CASO DO PROSAMIM. IN: OLIVEIRA, JOSÉ ALDEMIR (ORG.). **ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA: VISÕES GEOGRÁFICAS**. MANAUS: EDITORA VALER, 2011, p. 113-127.

BALBIM, RENATO. **IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. TEXTO PARA DISCUSSÃO 2134**. RIO DE JANEIRO: IPEA, 2015.

COULOMB, RENÉ. RENOVACIÓN URBANA, POLÍTICAS HABITACIONALES Y PROCESOS DE GENTRIFICACIÓN EN EL CENTRO HISTÓRICO DE LA CIUDAD DE MÉXICO: MITOS, CONCEPTOS Y REALIDADES. IN: CARRIÓN, FERNANDO; DAMMERT, MANUEL (ORGS.). **DERECHO A LA CIUDAD: UNA EVOCACIÓN DE LAS TRANSFORMACIONES URBANAS EN AMÉRICA LATINA**. 1.ED. – LIMA: CLACSO, FLACSO – ECUADOR, IFEA, 2019, p. 113-136.

CUCHE, DENNYS. **A NOÇÃO DE CULTURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**. TRADUÇÃO VIVIANE RIBEIRO. BAURU: EDUSC, 1999.

G1 AM. **MANAUS TEM 116 IMÓVEIS ABANDONADOS, 103 DELES NO CENTRO**. PORTAL G1/AM, 11 JUL. 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://G1.GLOBO.COM/AM/AMAZONAS/NOTICIA/2023/07/11/MANAUS-TEM-116-IMOVEIS-ABANDONADOS-103-DELES-NO-CENTRO.GHTML](https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/07/11/manaus-tem-116-imoveis-abandonados-103-deles-no-centro.ghtml). ACESSO EM: 12 SET. 2023.

LEFEBVRE, HENRI. LA PRODUCTION DE L'ESPACE. IN: L'HOMME ET LA SOCIETE IN: **SOCIOLOGIE DE LA CONNAISSANCE MARXISME ET ANTHROPOLOGIE**. N. 31-32, 1974, p. 15-32. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PERSEE.FR/DOC/HOMSO_0018-4306_1974_NUM_31_1_1855](http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1974_num_31_1_1855). ACESSO EM: 14 AGO. 2023.

LEFEBVRE, HENRI. **O DIREITO À CIDADE**. TRADUÇÃO RUBENS EDUARDO FRIAS. 5. EDIÇÃO. 3º REIMPRESSÃO. SÃO PAULO: CENTAURO, 2001.

MAIA, ROSMERE. A FORÇA DOS SÍMBOLOS E OS “PEDAÇOS DA CIDADE”. IN: OLIVEIRA, JOSÉ ALDEMIR (ORG.). **CIDADES BRASILEIRAS: TERRITORIALIDADES, SUSTENTABILIDADE E DEMANDAS SOCIAIS**. MANAUS: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2010, p. 122 - 146.

MANAUS, PREFEITURA MUNICIPAL DE. **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.MPAM.MP.BR/IMAGES/ATTACHMENTS/ARTICLE/4839/LEIORGANICADO MUNICIPIODEMANAUS2008.PDF](https://www.mpam.mp.br/images/attachments/article/4839/LeiOrganicaMunicipalDeManaus2008.pdf). ACESSO EM: 11 SET. 2023. NASCIMENTO, MARIA EVANY. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE: MONUMENTOS ESCULTÓRICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS. IN: OLIVEIRA, JOSÉ ALDEMIR (ORG.). **ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA: VISÕES GEOGRÁFICAS**. MANAUS: EDITORA VALER, 2011, p. 91-110.

PAUGAM, SERGE. FRAGILIZAÇÃO E RUPTURA DOS VÍNCULOS SOCIAIS: UMA DIMENSÃO ESSENCIAL DO PROCESSO DE DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL. IN: **REVISTA SERVIÇO SOCIAL E**

SOCIEDADE: CRISES E PROTEÇÃO SOCIAL. ANO XX. Nº 60. SÃO PAULO: P. 41–59, CORTEZ, 1999, P. 41 – 59.

POLETTTO, E. R. ORDENAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA APROXIMAÇÃO GEOGRÁFICA. ÁGORA, V. 14, N. 1, P. 49–72, 26 AGO. 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://ONLINE.UNISC.BR/SEER/INDEX.PHP/AGORA/ARTICLE/VIEW/1587](https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/1587). ACESSO EM: 07 SET. 2023.

RIBEIRO FILHO, VITOR. NOVAS CENTRALIDADES DE MANAUS. IN: OLIVEIRA, JOSÉ ALDEMIR (ORG.). ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA: VISÕES GEOGRÁFICAS. MANAUS: EDITORA VALER, 2011, P. 71–89.

RONILK, RAQUEL. É POSSÍVEL UMA POLÍTICA URBANA CONTRA A EXCLUSÃO? IN: REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE: CIDADE, PROTEÇÃO E CONTROLE SOCIAL. ANO XXIII, Nº 72. SÃO PAULO: CORTEZ, 2002, P. 53–61.

SALGUEIRO, T. B. CIDADE PÓS-MODERNA: ESPAÇO FRAGMENTADO. REVISTA TERRITÓRIO. RIO DE JANEIRO, ANO 3, N. 4, P.39–53, JAN./JUL. 1998.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. O ESTADO, O DIREITO E A QUESTÃO URBANA. IN: FALCÃO, JOAQUIM DE ARRUDA (ORG.). INVASÕES URBANAS: CONFLITO DE DIREITO DE PROPRIEDADE. 2. ED. RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2008, P. 17–94.

SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. PORTARIA Nº 1.232, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018. DECLARA DE INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO, PARA FINS DE REQUALIFICAÇÃO, PARA PROVISÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – ENTIDADES, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 45, DE 6 DE ABRIL DE 2015, PUBLICADA NO DOU DE 08 DE ABRIL DE 2015, O IMÓVEL DA UNIÃO, CLASSIFICADO COMO PRÓPRIO NACIONAL, COM ÁREA DE 444,07M², LOCALIZADO NA RUA QUINTINO BOCAIUVA, Nº 122, ESQUINA COM A RUA GUILHERME MOREIRA, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE MANAUS, NO ESTADO DO AMAPÁ, COM PREVISÃO MÍNIMA DE 73 (SETENTA E TRÊS) UNIDADES HABITACIONAIS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL?SECAO=DOU1&DATA=12-09-2023](https://www.in.gov.br/leiturajornal?secao=dou1&data=12-09-2023). ACESSO EM: 12 SET. 2023.

SILVA, SIDNEY REINALDO. ÉTICA PÚBLICA E FORMAÇÃO HUMANA. IN: REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE: ÉTICA PÚBLICA E CULTURA DE DIREITOS. ANO XXVII, Nº 89. SÃO PAULO: CORTEZ, 2007, P. 31–51.

SNOW, DAVID A.; MULCAHY, MICHEL. ESPAÇO, POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS SEM-TETO. IN: REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE: CRISE E PROTEÇÃO SOCIAL. ANO XX, Nº 60. SÃO PAULO: CORTEZ, 1999, P. 60–82.

SOUZA, MARCELO LOPES. ABC DO DESENVOLVIMENTO URBANO. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 2003.

SOUZA, MARCELO LOPES. COM O ESTADO, APESAR DO ESTADO, CONTRA O ESTADO: OS MOVIMENTOS URBANOS E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS, ENTRE A LUTA INSTITUCIONAL E A AÇÃO DIRETA. REVISTA CIDADES, V. 7, N. 11, P. 13–47, 2010.

OS 18M² QUE POSSO ALUGAR

Consumo, identidade e espaço na sociedade moderna

Queren Silva Lima

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Manaus
(ULBRA)

Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP)

Mestre em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ)

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula (USU)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1740-6552>

Resumo: Vivemos uma era de incertezas no cenário do mercado privado, e isso implica mudanças sociais e culturais. Há uma crescente tendência (ou solução) a consumir experiências e coisas que sejam menos significativas e menos duradouras, ou seja, coisas instantâneas, que possam ser usufruídas e logo descartadas ou substituídas por novas. Isso caracteriza a sociedade da urgência e consumo como uma sociedade fluida. Muitas práticas sociais passam a se reestruturar neste cenário e uma delas é o habitar. Assim como há urgência pela instantaneidade, há urgência por espaços habitáveis que se adaptem a este modo de vida, um desses espaços, cujo consumo cresce nas grandes cidades, são os chamados “apartamentos minimalistas”: locais que fornecem espaço de descanso, higiene e alimentação em menos de 25m², por preços que não são baixos, mas que atendem a instabilidade atual de empregados que consomem e são consumidos. Este estudo se propõe a realizar um debate sobre a busca, cada vez mais crescente, por espaços pequenos para residência, qualificados como minimalistas na atualidade. O estudo se caracteriza como exploratório e explicativo e os dados são caracterizados como qualitativos e quantitativos, sua coleta foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas e dados disponíveis em jornais e sites de domínio público. O trabalho desenvolvido indicou que há uma relação entre as mudanças sociais e as formas de habitar, além de que os interesses políticos e capitalistas estão vinculados às formas de habitar ao longo dos anos, ou seja, há uma ligação direta entre consumo e habitação.

Palavras-chave: Quitinete; Consumo; Modernidade; Habitar.

Abstract: We live in an era of uncertainty in the private market scenario, and this implies social and cultural changes. There is a growing tendency (or solution) to consume experiences and things that are less significant and less lasting, that is, instant things that can be enjoyed and then discarded or replaced by new ones. This characterizes the society of urgency and consumption as a fluid society. Many social practices begin to be restructured in this scenario and one of them is housing. Just as there is an urgency for instantaneity, there is an urgency for habitable spaces that adapt to this way of life, one of these spaces, whose consumption is growing in large cities, are the so-called “minimalist apartments”: places that provide space for rest, hygiene and food in less than 25m², for prices that are not low, but that meet the current instability of employees who consume and are consumed. This study aims to hold a debate on the increasingly growing search for small spaces for residence, classified as minimalist today. The study is characterized as exploratory and explanatory. The data is characterized as qualitative and quantitative, its collection was carried out through bibliographical research and data available in newspapers and public domain websites. The study indicated that there is a relationship between social changes and ways of living, in addition to that political and capitalist interests are linked to ways of living over the years, that is, there is a direct link between consumption and housing.

Keywords: Kitchenette; Consumption; Modernity; Dwell.

INTRODUÇÃO

Nas grandes cidades, popularizou-se os apartamentos pequenos que são vendidos como habitações minimalistas e modernas. Seja para morar ou passar uma temporada, estes espaços estão presentes e localizados em prédios novos e antigos, e atraem principalmente o público jovem que trabalha ou estuda nas áreas centrais das cidades. Ali, eles se encontram próximos de conveniências e estruturas que os ajudam nos afazeres do dia a dia. Então, áreas como sala de jantar, cozinha e área de serviço se tornam dispensáveis, porque podem ser usufruídas fora da residência, nas conveniências próximas.

Estes pequenos espaços impulsionam novas formas de habitar, que condizem, na pós-modernidade, com a situação do mercado capitalista privado, tanto nas formas que as coisas são produzidas e consumidas, como nas formas que pessoas são contratadas e demitidas. Isto porque, na sociedade do consumo, tudo é feito para que dure pouco e seja descartado. Em seguida, consumir algo semelhante, considerado mais moderno. Então, possuir coisas que durem muito é considerado um atraso, como uma casa

grande, ou móveis pesados que sejam difíceis de carregar em uma mala de mudança.

O início do século XX, foi um período de grandes mudanças, e nas principais cidades ao redor do mundo isso se fez presente. Nos centros urbanos, as formas de habitar e consumir habitações foram modificadas, e estas modificações foram impulsionadas principalmente pelos interesses políticos. Já ao início do século XXI vemos mais um período de transformações sociais, desta vez a tecnologia mudou as formas de comunicação e como consequências as formas de socialização, produção e consumo em geral. Logo, mais uma vez, as transformações influenciaram nas formas de habitar e consumir habitações. No primeiro momento, as transformações visavam desafogar o número de pessoas concentradas nos centros urbanos, para isso foram incentivadas a produção de moradias próprias nas periferias das cidades, e a substituição de vilas operárias e cortiço por prédios habitacionais. No segundo, agora com os centros das grandes cidades delimitados, foram incentivados, através da iniciativa privada, o consumo temporário de “apartamentos minimalistas”, chamados também de *flats* ou *studios*.

Estas unidades habitacionais são vistas como escolhas, sendo que na verdade são os espaços que melhor se adequam ao estilo de vida que o mercado impõe aos trabalhadores. O minimalismo incentivado é, na verdade, resultado da delicadeza e fragilidade econômica que o mercado impõe sobre esses trabalhadores.

DO CORTIÇO AO DUPLEX

Com a Revolução Industrial, muitas cidades na Europa começaram a ter um crescimento urbano acelerado. As capitais começaram a ter o número populacional cada vez mais alto, e a quantidade de pessoas que migravam do campo para a cidade, não acompanhava o crescimento estrutural das cidades para abrigar aquele contingente. Assim, começaram a surgir ao redor das grandes indústrias aglomerados de casas, onde os operários e suas famílias viviam, mas que não tinham estruturas hoje consideradas básicas como a cozinha, banheiro, água, iluminação, eletricidade ou tratamento de esgoto. As grandes cidades tornaram-se visualmente grandes aglomerados de sujeiras, com lixo e esgoto depositados nas ruas, sem infraestrutura ou saneamento básico. Muitos dos operários dessas indústrias moravam nas vilas operárias, que eram prédios com vários quartos, cada quarto comportando uma família, eram insalubres sem aberturas para ventilação ou infraestrutura necessária para abrigar uma família. A maioria dessas moradias não pertenciam aos trabalhadores, geralmente pertenciam a pessoas que as construíam e

cobravam aluguéis, que equivaliam a parcelas muito grandes dos salários dos trabalhadores, logo, estes trabalhadores que não conseguiam se manter no centro da cidade iam buscar moradias em localizações periféricas, mais baratas, piorando cada vez mais a questão sanitária e urgências sociais das cidades. Estes bairros eram vistos pela elite dominante como o grande problema da saúde pública, higiene e popularidade das cidades. Não demorou muito para que várias propostas de intervenções comesçassem a surgir, propondo modelos de cidade-ideal que futuramente influenciariam na urbanização de muitas cidades.

O problema da moradia se agravou ao início do século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando mais famílias se mudaram do campo, e muitas cidades que foram destruídas com os conflitos passaram a ser reestruturadas. Assim, alguns governos passaram a intervir no cenário urbano, tentando solucionar o problema de falta de moradia dos industriários e dos soldados que serviram na Guerra. Neste cenário, vários bairros e cidades na Europa foram remodelados, e surgiram as habitações populares como soluções para um novo desenho do mapa urbano das cidades: bairros com casas ou edifícios criados de forma econômica e eficiente, projetadas para tratar problemas de higiene pública e estética das cidades, na tentativa de “modernizar” as áreas urbanas. Em um primeiro momento, as soluções tomadas visavam descongestionar os centros das cidades, implantando grandes avenidas que levavam até as áreas periféricas, para onde foram realocadas grande parte da população. Também melhoraram as casas de aluguéis que permaneciam ao centro, seguindo o modelo de cidade conhecido como Cidade-Jardim, deixando ao centro pontos importantes do comércio e administração. No segundo momento, essas intervenções “deram lugar a moradias agrupadas, concebidas por índices mínimos de espaço e em grande número e escala, que também passaram a se localizar na periferia” (Almeida, 2007, p. 39).

Na década de 1940, o renomado arquiteto e urbanista Le Corbusier definiu um tipo de habitação, que se utilizava das técnicas de construção modernas da época (edifício laminar, pilotis, pavimento livre, teto-jardim, utilização de concreto armado), eram as chamadas “unidades de habitação”: prédios que continham centenas de células habitacionais em mais de dez pavimentos, produzidos de forma rápida e econômica e que eram autossuficientes por conterem em sua composição os equipamentos necessários para a manutenção do dia a dia, como áreas de lazer, serviços diversos, creches e pontos comerciais. “A primeira unidade, implantada por Le Corbusier, foi a unidade de Marselha entre os anos de 1947 e 1953, com 15 andares e 337 apartamentos, seus apartamentos eram duplex e se inspiraram

nas tentativas soviéticas de realizar habitações em grande escala” (Costa, 2017, p. 128).

No Brasil, ao início do século XX, a economia ainda era centrada nas atividades agroexportadoras, então a indústria ainda tinha um papel secundário na economia. Neste cenário, as grandes cidades atraíam muitos imigrantes e trabalhadores de outras regiões para atuarem em cafeeiras. Em São Paulo, por exemplo, “a cidade cresceu de 40.000 habitantes em 1886 para 260.000 em 1900 e 580.000 em 1920” (Bonduki, 1994, p. 713). Portanto, possuir uma casa era uma espécie de investimento, pois os proprietários criavam, em pequenos espaços urbanos, moradias para operários e as alugavam. Esses pequenos espaços eram chamados de cortiços, que eram como as vilas operárias na Europa: pequenos cômodos insalubres e sem infraestrutura básica. Neste período, estima-se que aproximadamente 90% da população de São Paulo morava na cidade de aluguel, que não eram mediados pelo Estado, ou seja, não haviam leis que impusessem condições e valores bases para aluguéis. Então, vê-se que a habitação no Brasil era impulsionada unicamente pela iniciativa privada e apoiada pelo governo, que através de seus discursos justificava sua ausência em intervir na produção de moradias, afirmando que sua intervenção na produção de habitações “desestimularia a produção privada” (Bonduki, 1994, p. 715).

A partir da década de 30, com o governo Vargas, esta política mudou. Incumbido da necessidade de legitimar seu poder político e criar bases para a economia industrial, o governo Vargas criou a política do inquilinato, que entre 1942 e 1964, congelaria os valores dos aluguéis, ou seja, os donos das habitações não poderiam aumentar o valor do aluguel de seus inquilinos, o que foi amplamente aceito pela população e trazia a reputação de um governo que se preocupava com os mais pobres.

O que a lei do inquilinato proporcionou, na verdade, foi uma espécie de controle administrativo, que conduziria o capital, antes investido no negócio de moradias, a ser investido em outras áreas da economia, como a industrialização. Afinal, o país não contava com investimento externo, nem possuía estrutura para atrair este capital naquele momento, então foi necessário utilizar-se do capital interno. Com o congelamento dos aluguéis, os donos de propriedades viram seus lucros decaírem enquanto a inflação apenas crescia, assim eles se viam obrigados a despejar os moradores, para que pudessem aumentar o valor do aluguel, porém, as brechas na lei somente permitiam o despejo no caso de novas construções nos terrenos ou renovações nos prédios e quando conseguiam burlar estas regras, os proprietários aumentavam muito o valor do aluguel, ou modificavam seu uso,

o que gerou uma crise de moradias na época, estima-se que entre 1945 e 1948 10% da população de São Paulo chegou a ser despejada.

Assim como a demanda por residências estava muito alta, seus aluguéis também estavam muito altos, principalmente nas regiões centrais das cidades, que era onde estavam concentradas as intervenções urbanas, como abertura de estradas, renovações de prédios, crescimento de comércios e indústrias e criação de pontos de lazer. Nesse momento, nas principais cidades do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, a alternativa encontrada foi a da favela, ou seja, da construção da casa própria pelas próprias famílias que se encontravam desabrigadas. Sem condições de pagarem por aluguéis ou de comprarem a casa própria, muitas pessoas foram para as regiões periféricas das cidades, onde não havia infraestrutura urbana, como estradas, iluminação ou até mesmo transporte, mas onde poderiam ter sua moradia própria. Esta “solução” foi encontrada pela população e estimulada pelo Estado, afinal os centros das cidades teriam um desafogamento no número de moradores e solucionaria, em parte, o problema da falta de moradias e dos desalojados. O Estado se fez presente possibilitando o acesso das pessoas ao lote, e apenas isso, muitas vezes os lotes eram vendidos por pequenas parcelas e o comprador recebia do Estado os materiais para construção da casa, mas quanto à infraestrutura urbana e todos os problemas que isto causava, nada fez.

Com o desinteresse, por parte da iniciativa privada, com as habitações, coube ao Estado ocupar este lugar de promoção de habitações populares. O governo, então, começou a repassar recursos públicos para empresas que fariam tais habitações, prática que está viva até hoje. Dentro desse período (1937-1964), cerca de 140.000 unidades habitacionais foram construídas nas principais cidades brasileiras, excluindo-se os números das construções feitas por estados e municípios. Estas construções eram fortemente influenciadas pelas práticas modernistas das unidades de habitação feitas na Europa.

Assim, no governo populista de Vargas, muitas cidades foram “modernizadas” e “higienizadas”, eliminando de suas áreas centrais cortiços e construções que incentivassem a fama de cidades que não pudessem receber investimento externo e, conseqüentemente, a indústria internacional. Nas áreas onde existiam cortiços foram criadas habitações populares que eram caracterizadas como “modernas”. Baseadas em soluções arquitetônicas internacionais, essas habitações, e as intervenções urbanas feitas nas cidades, traziam novas formas de socialização e de vivências nas cidades brasileiras.

E NO CENTRO DAS MUDANÇAS, A CASA

Em todo o mundo, as sociedades passaram por muitas mudanças no início do século XX, advindas da Revolução industrial e consequentemente das expansões urbanas nas grandes cidades e centros comerciais. Estas mudanças sociais foram seguidas por novas formas de habitar, como debatemos acima, e o que se nota, no centro das mudanças, é que elas eram incentivadas por meio de interesses políticos. No Brasil, as mudanças foram incentivadas principalmente para atrair, da indústria internacional, o investimento nas cidades do país, e para isso foi necessário afetar diretamente as formas de habitar, para que novas formas, as consideradas modernas, fossem implantadas nas cidades.

A casa, como centro reprodutor de hábitos culturais e sociais, reflete as estruturas sociais e familiares de uma época. Assim, a casa patriarcal continha em si características de “unifuncionalidade, inamovibilidade, presença imponente e etiqueta hierárquica” (Baudrillard, 2006, p. 21), nestas configurações a casa era projetada para integrar as relações do grupo familiar, cuja estrutura patriarcal se traduzia em relações hierárquicas de autoridade e tradições. Nisso, o arranjo de móveis e espaços não eram objetivos, mas feitos para personificar as relações do grupo, carregados de valores simbólicos e separando o mundo interno do externo. A relação espaço-objeto, era feita de modo a certificar a imponência do grupo através do visual, mesmo em cortiços e favelas. Havia a busca por móveis grandes ou em grande quantidade, para ostentar visualmente a unidade do grupo.

Quando as cidades passaram a incentivar a “modernidade”, trazendo os modelos de habitações populares para os grandes centros urbanos, os arquitetos começaram a incentivar novas formas de habitar em seus projetos, baseadas nas mudanças estruturais pelas quais as famílias passavam naquele cenário de mudanças, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a definição de cargas horárias fixas e a educação escolar. Porém, é importante notar que, mesmo com essas novas formas de habitar que eram propostas, as estruturas e cultura patriarcal não eram deixadas de lado, na verdade ainda eram incentivadas, porém em novas configurações. Alguns desenhos e propagandas, dos conjuntos habitacionais em São Paulo e Rio de Janeiro, mostram as ideias dos arquitetos para a vida nas edificações e, em geral, procuravam mostrar as formas de habitar e vivenciar os novos locais, assim, eles representavam as mulheres nos espaços fazendo diversas atividades, “mulheres lavando, cozinhando, costurando ou cuidando de sua beleza” (Costa, 2017, p. 123), e o homem era representado fazendo trabalho intelectual, em escritórios ou bibliotecas.

Os apartamentos duplex que surgiram nessa época eram espaços bem-organizados e que simbolizavam a modernidade, localizados ao centro das

idades, ou em área periféricas, eles representavam novos rumos sociais. Eles eram planejados para serem autossuficientes, com conveniências, creches, clínicas e áreas de lazer próximos. A partir deles, as cidades começaram a se verticalizar e cada vez mais aprimorar essas habitações coletivas. Hoje, no século XXI, vemos prédios coletivos chamados de “condomínios”, separados por muros, destinados à classe médio ou alta, que separam áreas urbanas ditas modernas e seguras, das áreas consideradas marginalizadas e perigosas.

Entendemos que com as mudanças sociais, mudam também as relações do indivíduo em sociedade, logo, mudam as relações em família. Assim, as configurações mobiliárias e imobiliárias se reestruturam e refletem as estruturas sociais novas. Ao início do século XX, as mudanças na habitação serviam para separar o mundo doméstico do mundo do trabalho. Os trabalhadores, precisavam ter condições de habitar na cidade, para que houvesse mão de obra disponível à expansão industrial, então a habitação era amplamente incentivada. Já no século XXI, as mudanças e transformações tecnológicas ocorrem em alta velocidade, o consumo e descarte são feitos de modo acelerado e as coisas são feitas para que durem pouco. Além disso, o Estado encontra-se cada vez mais ausente quando se trata do trabalho, dando espaço à privatização da mão de obra. Agora, as empresas podem contratar um empregado sem precisar se comprometer em dar a ele uma base para que seja habilitado ao trabalho. A privatização do trabalho mudou as configurações das relações de trabalho, agora o indivíduo precisa utilizar seus próprios recursos para garantir seu valor como mercadoria, pois, a cada instante podem surgir novas formas de estar atualizado ou capacitado para atender ao mercado, e logo em seguida outras capacitações surgem novamente.

Esta velocidade nas mudanças e urgência do mercado em se reajustar em curtos períodos, traz um ar de insegurança aos empregados, que precisam ser mais urgentes e velozes em se qualificar para acompanhar as mudanças. Ao mesmo tempo, as pessoas são classificadas de acordo com suas capacidades de consumir, descartar e consumir novamente. Para ser um sujeito na sociedade é preciso que antes seja um consumidor, e o que é consumido, possui uma vida útil curta, pois é feito para que em pouco tempo algo mais moderno o substitua, e o que for durável se torna uma insegurança, logo é desvalorizado e defasado.

Nesse cenário, a casa, como parte importante na vida do indivíduo, é um objeto de consumo e ao mesmo tempo um investimento no valor de mercado como empregado. A casa, precisa estar pronta e se adequar com a forma de vida das pessoas nesta sociedade fluida. Os apartamentos e *flats* são projetados de maneira imparcial, para serem espaços que possam receber qualquer mobiliário ou atividade, sem predição de quem será seu usuário ou

de qual será seu uso. Como objeto de consumo, a casa não apresenta características duráveis e subjetivas, seus espaços devem estar prontos para receberem móveis e objetos novos, mais atualizados e funcionais a diversas atividades. Como objeto de investimento individual, a casa faz parte das qualidades do empregado, logo, ela deve estar pronta para ser trocada por uma mais próxima ao seu local de trabalho, ou preparada para a qualquer momento virar ambiente de trabalho, e seus móveis e espaços devem ser pensados para os afazeres em multitarefas e economia de espaço. Estas mudanças, não significam que o valor destas habitações seja menor, apenas que estas são as características agora relevantes para um grupo.

QUITINETE ONTEM, STUDIO HOJE

Como ao início do século XX, onde os cortiços eram considerados o inimigo da saúde pública e higiene, hoje, os famosos quitinetes são vistos como representação da “favelização” ou como aparência do atraso. Localizados em regiões periféricas e centrais, as quitinetes são pequenos apartamentos germinados, dentro de um lote. Normalmente, possuem de 2 a 3 cômodos, como um quarto, uma sala que é dividida com uma cozinha e um banheiro, que comportam famílias pequenas ou pessoas solteiras, tudo entre 18m² a 30m². Em cidades maiores, as quitinetes também se encontram nas regiões centrais das cidades, porém, em prédios considerados mais antigos, criados a partir do período Vargas.

Estas pequenas habitações são as principais fontes de aluguel residencial, pois elas apresentam preços que cabem no orçamento das famílias, quando comparados ao custo do aluguel em casas nas regiões periféricas ou *studios*, nas regiões centrais. Os *studios*, assim como as quitinetes, são habitações que possuem poucas áreas, entre 18m² e 30m², porém são localizados em prédios mais recentes e modernos, e eles possuem menos áreas destinadas a serviços diários, como espaço para lavanderia, área de serviços ou área de lazer, que ficam localizadas nas áreas comuns do prédio.

Podemos encontrar quitinetes e os *studios* nas áreas centrais e importantes das cidades, a diferença está nos status sociais que elas representam. As quitinetes são vistas como defasadas, por se encontrarem em prédios mais antigos com propostas de habitar que hoje estão sendo substituídas, ou seja, possuem cozinha, sala, quarto e banheiro, alguns até possuem áreas de serviço, em um espaço pequeno. Os *studios* delimitam ao máximo seu espaço, deixam no interior apenas o que é necessário para pequenas atividades, como um quarto e um banheiro e jogam áreas de serviços para áreas comuns, como as lavanderias e cozinhas. Uma pesquisa,

feita pelo QuintoAndar¹, informa que em média os aluguéis de *studios* são 89% mais caros que os aluguéis das quitinetes, mesmo quando ambos são localizados em áreas centrais das cidades, ou seja, com acesso rápido a transportes, serviços e oportunidades de trabalho. E por que as quitinetes são vistas como defasadas ou desatualizadas em comparação aos *studios*?

No movimento moderno da arquitetura, por volta de 1930 a 1950, o design interno das residências eram projetados para conterem poucos móveis e pouca confecção, a ideia era que se sobressaísse visualmente a construção em si, os pilares de concreto e as grandes janelas de vidro seriam as ornamentações, ou seja, o que se valorizava era a simplicidade e a estrutura. Hoje, os *studios* se dizem inspirados nessa simplicidade, sendo conhecidos como apartamentos minimalistas, optando por menos espaços e logo menos mobílias, porém, para os que usam destas habitações, não é exatamente a escolha entre muitas outras opções. Por mais que sigam os princípios do “menos é mais”, a realidade é que estes *studios* se encaixam em um estilo de vida que é comum nesta época de modernidade líquida, logo são as únicas escolhas para muitos jovens.

Na atualidade, consumir é uma relação social, onde o sujeito consome e, ao mesmo tempo, é objeto de consumo. O consumo é feito de modo urgente, algo é atualizado e feito sob novas formas a todo tempo, assim as coisas são produzidas de modo a ter uma vida útil curta, para que logo em seguida seja substituída por outra. Há assim, nesta modernidade fluida, a busca por encurtar o tempo, por “transitoriedade em vez da durabilidade, de dispor levemente das coisas para abrir espaço para outras igualmente transitórias” (Bauman, 2021, p. 159). A durabilidade passou a ser vista como um risco e privação, ter algo durável significa estar se privando das novas coisas que surgem, mais atualizadas e melhores. Mesmo que este consumo possa gerar futuramente alguma consequência, o que se busca é uma “gratificação evitando as consequências” (Bauman, 2021, p. 162).

Do mesmo modo, o sujeito é avaliado no mundo do mercado privado. Ele é avaliado pelo seu valor no mercado e este valor vai além de suas especializações, agora a vida individual e subjetiva entram como valor. As preferências dos empregadores é por funcionários com perfil de “flutuantes”, ou seja, que sejam flexíveis e descomprometidos, que se dediquem ao trabalho sem exigir muito mais do que o que foi oferecido, empregados assim são em geral aqueles que não possuem vínculos emocionais como filhos ou esposa/esposo; aqueles que estejam disponíveis para se reajustar em qualquer ocasião que lhes apareça, ou seja, uma pessoa que quando requisitada estará

¹ Imobiliária digital brasileira. Disponível em: <https://meulugar.quintoandar.com.br/sobre-o-quintoandar/>

“preparada para se reajustar e refocalizar de imediato suas próprias inclinações, abraçando novas prioridades e abandonando as adquiridas anteriormente” (Bauman, 2022, p. 18).

Logo, o sujeito precisou se ajustar para se inserir neste mercado. Hábitos vivos até uma geração atrás já não se encaixam no mercado, os valores simbólicos são substituídos pelos valores funcionais. Os velhos móveis, robustos que eram investidos de “alma”, cedem lugar à organização da vida doméstica de modo prático e objetivo, para atender as demandas desta vida fluida. Comprar uma máquina de lavar, geladeira ou fogão com forno, que podem durar mais de dois anos e que não são facilmente transportados de um lugar para outro, é visto como uma desvantagem. Logo, sem a necessidade de espaços para estes objetos a residência pode diminuir em muita sua área, e outras soluções podem ser tomadas para substituir a utilização desses móveis. Como é o caso de alguns *studios* que já são alugados com a mobília projetada para o espaço delimitado.

Se antes possuir uma casa era um símbolo de estabilidade, hoje é de instabilidade. O empregado com uma casa (cujos custos são altos) não tem a mesma disponibilidade de abrir mão dela que um trabalhador que mora de aluguel em um apartamento no centro da cidade, este não tem a casa como bem próprio, apenas seus pertences que cabem em uma mala. Estes consumidores são livres para se adaptarem à fluidez e urgência do mercado, sendo eles próprios livres para consumirem e descartarem objetos a todo instante, porém com limitações. Estar à disposição do mercado privado não é uma escolha, às vezes é a única opção disponível, então as limitações econômicas que isto impõe os leva a consumos temporários, pois não há a certeza antes disponibilizada pelo Estado.

A casa como a conhecíamos, é um bem que já não se encaixa neste modo de vida do mercado privado, a urgência por espaços que correspondam a esta instantaneidade da vida transformou as formas de habitar. Os objetos e coisas não precisam conectar algo, não precisam isolar a vida familiar da vida “lá fora”. Os espaços não possuem uma única finalidade e os objetos não precisam mediar a dinâmica em família, basta que permitam a mobilidade no espaço e a resolução das necessidades existentes. A casa, aquela que era projetada para atender a todas as necessidades da família, feita para isolar o mundo interno do mundo externo, onde os sujeitos conectavam valores aos objetos é uma casa com compromisso duradouro, significa estabilidade e durabilidade, logo é um risco a longo prazo.

A configuração dos ditos apartamentos minimalistas, fala mais sobre a sociedade do que se imagina. Eles são configurados para pessoas que passam

mais tempo no trabalho que na própria casa, as mesmas pessoas que quando estão em casa estão trabalhando e que, a qualquer momento podem mudar de cidade ou país a trabalho. É mais vantajoso investir em aparelhos tecnológicos, vestimentas e aparências (que envolve questões identitárias) do que investir em um espaço cujo custo é alto e de longo prazo, sendo que as condições de mercado atual não garantem que este investimento vá ser vantajoso. Ao comparar a quitinete ao *studio*, em primeiro momento se pensa que a vantagem está na quitinete, por ser mais barata e ter acesso ao centro da cidade como o *studio*. Porém, o *studio* se mostra mais vantajoso ao trabalhador do mercado privado por, além de ser um símbolo do que é considerado moderno, vir em seu espaço compacto o suficiente para a manutenção do dia a dia, e para guardar os bens que um trabalhador fluido possui. O que ele precisar a mais, está incluso nas áreas comuns do prédio, como a lavanderia, academia e às vezes a cozinha. Então, ao se mudar, a pessoa não vai precisar ter gastado com móveis novos, como ocorreria na quitinete, nem se preocuparia com espaços vazios.

O Jornal Nacional (2022) citou em uma de suas reportagens o seguinte texto:

Em todo o Brasil, aumentou em 30% em 2022 a venda de imóveis menores e com apenas um dormitório. É um fenômeno que já ocorreu em outros países e no Brasil é acelerado pela queda de renda e custo mais alto da moradia.

Não é sempre que o Rafael recebe visita em casa e é pelo espaço mesmo. Ele mora em um apartamento de 18 m² nos Jardins, região central de São Paulo.

“Acho que é um novo estilo, não tanto assim que a gente quer, mas é o que a gente necessita hoje em dia. Tem que adotar um estilo mais minimalista, então aquela coisa que você não usa você descarta, doa, então é muito disso”, relata o executivo Rafael Pedrotti.

O prédio foi construído em uma das áreas mais valorizadas de São Paulo e está praticamente em cima de uma estação do metrô e tudo isso tem um custo alto. Hoje, os apartamentos de 18 m² são vendidos a R\$ 500 mil. O aluguel com condomínio custa quase R\$ 5 mil por mês.

[...] “Eles miram exatamente em um público mais jovem, ou que mora sozinho, ou que é um casal que não tem filhos, é um público que se acostumou a usar serviços fora de casa, como lavanderia, cozinha, tudo isso”, explica o presidente da CBIC, José Carlo Martins (Jornal Nacional, 2022).

Visto como uma escolha entre jovens, os apartamentos minimalistas são pequenos espaços de um ou dois cômodos, que oferecem áreas para descanso, alimentação e higiene com medidas mínimas, cada vez mais presentes nos grandes centros urbanos ao redor do mundo. A realidade é que as casas como costumávamos conhecer (terrenos em áreas periféricas, com espaços para quintais, ambientes delimitados e grandes com divisões por atividades) são vistas como defasadas, e vários são os motivos usados para argumentar: segurança, praticidades, funcionalidade, valor de mercado.

O que não é amplamente debatido nos jornais é que, as mudanças no cenário capitalista neoliberal afetam diretamente o cenário cultural e social na sociedade pós-moderna, de modo que a urgência presente nas formas de produção e consumo se estendem para a vida “pessoal”. O que antes era feito para separar o mundo exterior do interior, hoje é feito para quebrar essas barreiras e integralizar o modo de vida como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A casa, em todas as suas formas, foi e é importante para a vida individual do sujeito em sociedade, é ali que se estabelecem as primeiras formas de sociabilização entre o indivíduo e um grupo, é ali também que o cotidiano se faz e onde as bases de apoio para uma vida no “mundo lá fora” estão montadas. A casa é o canto do mundo, para onde o sujeito pode voltar ao fim do dia para se reestabelecer e se preparar para iniciar outro dia. As mudanças sociais não afetam apenas as formas de sociabilização entre indivíduos, também afetam as formas de consumir, habitar e significar os espaços. Este estudo, faz uma análise inicial de uma pequena mudança entre tantas que a casa assumiu, resultado das mudanças na sociedade pós-moderna, porém muitas outras mudanças podem ser analisadas seguindo teorias da modernidade. É importante que nos questionemos como estas mesmas mudanças afetam a vivência e o habitar em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos e quais as soluções, em termos de espaço de habitação, são encontradas. Esperamos que este estudo se faça relevante e contribua para a resolução destes questionamentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, CALIANE CHRISTIE OLIVEIRA. **HABITAÇÃO SOCIAL: ORIGENS E PRODUÇÃO** (NATAL, 1889-1964). DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO) – ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO CARLOS, 2007.

BACHELARD, GASTON. **A POÉTICA DO ESPAÇO**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2008.

BAUDRILLARD, JEAN. **O SISTEMA DOS OBJETOS**. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2006.

BAUMAN, ZYGMUNT. **MODERNIDADE LÍQUIDA**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2021.

BAUMAN, ZYGMUNT. **VIDA PARA CONSUMO: A TRANSFORMAÇÃO DAS PESSOAS EM MERCADORIA**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2022.

BONDUKI, NABIL GEORGES. ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. **ANÁLISE SOCIAL**, VOL. XXIX (3.º), 1994 (N.º 127), P. 711-732.

COSTA, SABRINA STUDART FONTENELE. APARTAMENTOS DUPLEX: MODELOS, USOS E CONSERVAÇÃO. **REVISTA CPC**, SÃO PAULO, N. 22 ESPECIAL, P. 115-137, 2017.

VENDAS DE IMÓVEIS MENORES E COM UM DORMITÓRIO AUMENTAM 30% ESTE ANO NO BRASIL. **JORNAL NACIONAL**, 26 DE JUL. DE 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://G1.GLOBO.COM/JORNAL-NACIONAL/NOTICIA/2022/07/26/VENDAS-DE-IMOVEIS-MENORES-E-COM-UM-DORMITORIO-AUMENTAM-30PERCENT-ESTE-ANO-NO-BRASIL.GHTML](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/26/vendas-de-imoveis-menores-e-com-um-dormitorio-aumentam-30percent-este-ano-no-brasil.ghtml). ACESSO EM: 10 DE SET. DE 2023.

VOCÊ SABE QUAL É A DIFERENÇA ENTRE KITNET E STUDIO? **QUINTOANDAR**, 05 DE MAIO DE 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CONTEUDOS.QUINTOANDAR.COM.BR/O-QUE-E-KITNET-O-QUE-E-STUDIO/](https://conteudos.quintoandar.com.br/o-que-e-kitnet-o-que-e-studio/). ACESSO EM: 10 DE SET. DE 2023.

PALIMPSESTO

O Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais

Marcelo Felipe Sabino dos Santos

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV.
Doutorando em Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa – PPGAUFV.

Leonardo Civale

Doutor em História do Pensamento Geográfico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ
Mestre em Filosofia da Ciência também pela UFRJ.
Professor Associado III do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa
(UFV); é Pós-doutor pelo Laboratório Território e Cidadania da UFRJ.

Resumo: O presente texto apresenta uma leitura do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais cuja sigla comum é QFe. Por esta área do estado mineiro ser uma importante zona de mineração em diferentes períodos históricos, este trabalho esquadrija suas transformações espaço-temporais valendo-se do conceito de paisagem segundo a definição conceitual de Milton Santos, e a comparação ilustrativa do mesmo autor do espaço geográfico ser um palimpsesto, um tipo de pergaminho no qual escritas de diferentes períodos podem ser lidas num tempo presente. Este trabalho leva em conta também a interpretação das ações humanas como responsáveis por mudanças estruturais no planeta Terra a partir da Revolução Industrial, vinculando essas capacidades de ação com as relações produtivas que se dão no Quadrilátero Ferrífero desde então. A metodologia adotada para esta análise foi a revisão bibliográfica e conceitual além da confecção cartográfica de um mapa para uma melhor localização espacial do objeto em discussão mais o uso de imagens com finalidade ilustrativa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Palavras-chave: Paisagem; Mineração; Antropoceno; Espaço Geográfico; Quadrilátero Ferrífero.

Abstract: This text presents a reading of the Quadrilátero Ferrífero, in the Minas Gerais state, Brazil whose common acronym is QFe. Because this area being a important mining zone in different periods, tis work scrutinizes its space-time transformations using the concept of landscape according Milton Santos' conceptual definition and the same author's illustrative comparisons of geographic space being a palimpsest, a kind of parchment

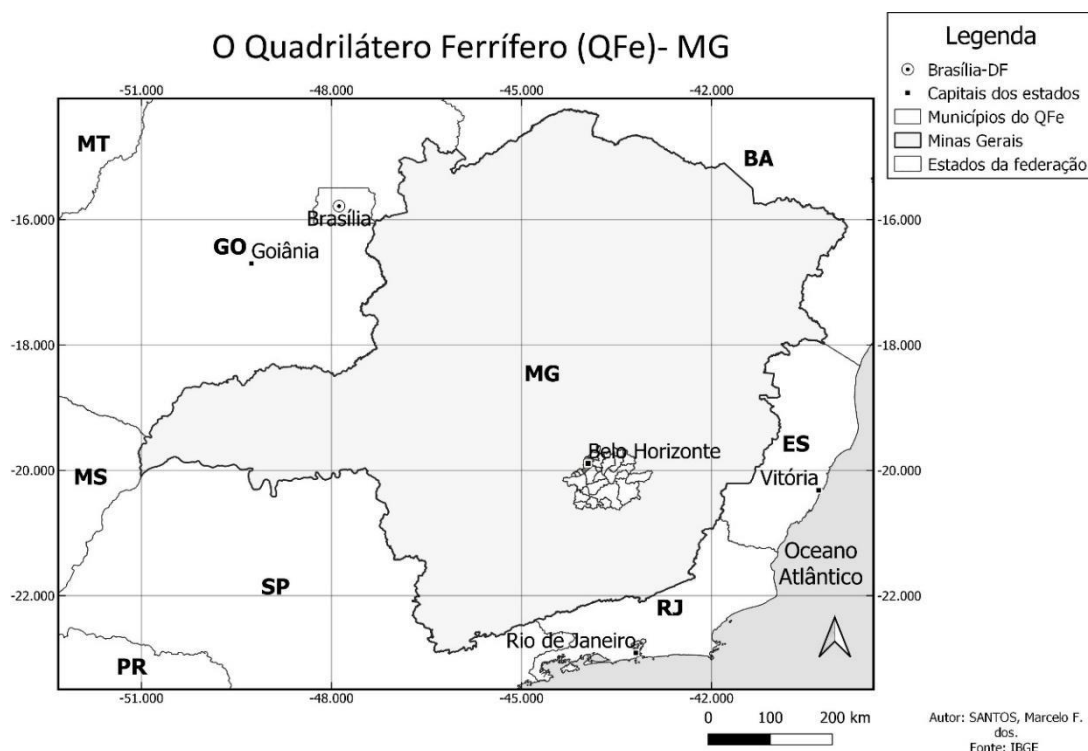
on wich writings from different periods can be read in present time. This work also takes into account the interpretation of human actions as responsible for structural changes on planet Earth since the Industrial Revolution, linking these capacities for action with the productive relations that have taken place in the QFe since then. The methodology adopted for this analysis was a biographical and conceptual review in addition to the cartographic making of a map for a better spatial location of the object under discussion plus the use of images for illustrative purposes. This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) – Financing Code 001.

Keywords: Landscape; Mining; Anthropocene; Geographic Space; Iron Quadrangle.

INTRODUÇÃO

O Quadrilátero Ferrífero (QFe) é uma área de exploração mineral localizada no estado de Minas Gerais, compreendida pelas cidades de Belo Horizonte, a capital do estado, Nova Lima, Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Santa Bárbara, Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo, Barão de Cocais, Catas Altas, Alvinópolis, Ouro Branco, Congonhas, Jeceaba, Belo Vale, Moeda, Rio Acima, Brumadinho, Mario Campos, Sarzedo, Ibirité, Nova Lima, Raposos, Sabará, Caeté e Santa Luzia, cidades que devido à localização geográfica, quando representadas em conjunto em mapa formam uma figura aproximadamente quadrangular, razão pela qual esta área é denominada Quadrilátero Ferrífero (QFe), que é apresentada no Mapa 1.

Mapa 1 - Localização do Quadrilátero Ferrífero (QFe)



Fonte: IBGE-2023

Devido à sua formação geológica, o QFe é uma área de enorme interesse econômico, razão pela qual desde os tempos coloniais vem ocorrendo atividades de exploração mineral na região, mesmo com a ocupação humana na área datando de tempos anteriores à chegada dos primeiros colonizadores. Sobre a estrutura geológica do QFe, Noce & Ulhein (2012, p. 228) apontam que “a área possui rochas antigas que permitem compreender a evolução do planeta Terra”, e se tratando da ocupação antrópica, Baeta & Piló (2020, p. 422) indicam que “as pesquisas sobre a presença humana no continente americano no período pré-colonial podem ser enriquecidas ao se estudar as cavernas, grutas e abrigos do QFe que, comprovadamente, fornecem vestígios milenares de ocupação humana.” Para além disso, deve-se destacar a presença de estruturas coloniais em algumas cidades da região que convive com as dinâmicas da moderna estrutura industrial voltada a atividades de exploração, beneficiamento e transporte de minérios que vem (re)desenhando o conjunto paisagístico do QFe desde o século XX.

O presente trabalho analisa o QFe em períodos distintos, sendo eles a pré-história, o período pré-cabralino, o período colonial e o período pós-colonial. Este trabalho possui como baliza a ideia do espaço geográfico poder ser comparado, por analogia, a um tipo de pergaminho denominado palimpsesto, como o faz ilustrativamente o geógrafo Milton Santos (1926-

2001) na obra *A Natureza do Espaço* (1996), e neste mesmo sentido, há também a abordagem do conceito de paisagem segundo a linha interpretativa do mesmo autor, que na obra citada, define o termo como a manifestação material do espaço e uma parte visível da configuração territorial do mesmo, capaz de unir tempos distintos. A primeira parte do texto trata da formação geológico estrutural do QFe, a segunda parte aborda a ocupação humana na América e a sua presença no QFe no período pré-colonial e a terceira parte do trabalho trata do papel que o QFe desempenha na era atual, período que segundo alguns especialistas pode ser denominado Antropoceno devido à capacidade humana de transformação do planeta.

PARTE I: A FORMAÇÃO DA TERRA E O PALIMPSESTO QFe

Se tratando do tempo, a sua contagem pode ser mensurada em duas escalas: a escala de tempo geológico e a escala de tempo histórico. A escala de tempo geológico é medida em bilhões e milhões de anos e está dividida em Éons, Eras e Períodos, enquanto a escala de tempo histórico leva em consideração o surgimento da espécie humana (*Homo Sapiens*), as suas civilizações e culturas. O quadro 1 apresenta de forma simplificada a escala de tempo geológico.

Quadro 1 - Escala de tempo geológico simplificada

Éons	Eras	Períodos	Eventos marcantes
Fanerozóico	Cenozóica	Neogeno (quaternário)	<i>Surgimento do Homo Sapiens</i>
		Paleogeno (terciário)	<i>Divisão dos continentes</i>
	Mesozóica	Cretáceo	<i>Extinção dos dinossauros</i>
		Jurássico	<i>Divisão da Pangeia em Laurásia e Gondwana</i>
		Triássico	<i>Primeiros dinossauros</i>
	Paleozóica	Permiano	<i>Formação da Pangeia</i>
		Carbonífero	<i>Surgimento dos primeiros répteis</i>
		Devoniano	<i>Surgimento dos primeiros anfíbios</i>
		Siluriano	<i>Surgimento das</i>

			<i>primeiras plantas terrestres</i>
		Ordoviciano	<i>Surgimento das grandes bacias sedimentares</i>
		Cambriano	<i>Diversificação dos organismos</i>
Proterozóico	—	—	<i>Surgimento das primeiras algas</i>
Arqueano	—	—	<i>Formação da crosta terrestre e surgimento das primeiras formas de vida</i>
Hadeano	—	—	<i>Surgimento do sistema solar e consequentemente dos planetas que o compõe</i>

Fonte: Santos, M. F. S. (SGB, 2023)

Sobre termos, a palavra grega *arkhé* pode ser traduzida para o português como origem, arcaico ou mesmo fundamento segundo o dicionário on-line Mikhaelis e derivado desta palavra, denomina-se de Arqueano o Éon compreendido na escala de tempo geológico localizado entre 4 bilhões e 2,5 bilhões de anos atrás, momento no qual as estruturas litológicas do planeta Terra passaram a se definir com o surgimento das primeiras crostas continentais. Como mostra a tabela 1, o período Arqueano está localizado na escala de tempo geológico após o Éon Hadeano, que é o Éon mais antigo no qual se deu a formação dos planetas do sistema solar. Posterior ao Arqueano tem-se o Éon Proterozóico, datado entre 2,5 bilhões de anos até 538.8 milhões de anos atrás, fase na qual surgiram as primeiras algas. Ulhein & Noce (2012, p. 228) mostram que

a geologia do Quadrilátero Ferrífero envolve rochas Arqueanas e Proterozóicas que portanto, encerram testemunhos ou relictos de uma evolução marcada pela passagem gradativa de condições de alta mobilidade tectônica da litosfera, típicas do Arqueano, para uma condição mais estável e consolidada no Proterozoico.

Em suma, os autores afirmam que os registros geológicos mais antigos encontrados no QFe apontam as condições nas quais a crosta

terrestre evoluiu até o surgimento dos primeiros seres vivos no planeta. Os mesmos autores indicam que além da possibilidade de analisar como foi a estrutura geológica da Terra primitiva, algumas rochas do QFe também permitem analisar as condições de formação da atmosfera terrestre, da biosfera e da hidrosfera em períodos posteriores, que de acordo com Zapparolli *et al.* (2012, p. 294) no Éon Proterozoico corresponderam à deposição química de pacotes ferruginosos em uma atmosfera já rica em oxigênio, derivado da fotossíntese realizada pelos seres vivos presentes naquele momento, as algas. Tudo isso mais processos vinculados à orogênese e ao neotectonismo levaram a formação das características geológicas mais gerais observadas ainda hoje do QFe, fatores esses que deram ensejo aos eventos do tempo histórico ocorridos nas eras posteriores como a exploração mineral.

PARTE II: A OCUPAÇÃO HOMO SAPIENS DA AMÉRICA E A SEGUNDA ESCRITA NO PALIMPSESTO QFe

Se tratando da espécie humana, a ocupação do continente americano pelo Homo Sapiens é o centro de um grande debate que envolve principalmente questões vinculadas à origem geográfica dos grupos que chegaram no continente e quando os primeiros grupos chegaram. Isso se dá principalmente pela dificuldade em se traçar as rotas de migração e estabelecimento dos primeiros grupos humanos que chegaram a essa região do planeta no final do Pleistoceno, época popularmente conhecida como a Era do Gelo, uma etapa do período Quaternário que se estendeu de 2 milhões de anos atrás até aproximadamente 10 mil anos, período que o planeta Terra passou por uma drástica mudança climática com decaimento de sua temperatura média, que resultou na consequente expansão das geleiras polares, na diminuição do nível oceânico e em transformações ambientais em inúmeros domínios morfoclimáticos.

Foi no Pleistoceno que o homo sapiens migrou em levas saídas do continente africano em direção à Europa Ocidental, à Eurásia e à Oceania, alcançando também no decorrer das gerações, o extremo leste do continente asiático, atravessando o Estreito de Bering e assim chegando à América, segundo a hipótese mais aceita.

Escavações e estudos realizados na porção sul do continente americano, em especial nos sítios arqueológicos localizados no carste mineiro, vem mostrando desde os fins do século XIX com os trabalhos iniciados pelo dinamarquês Peter Lund, achados fósseis que colocam mais luz, e combustível, nos debates antropológicos sobre a ocupação humana das Américas. Neste debate, há de se dar destaque ao fóssil encontrado na

década de 1970 por uma missão arqueológica franco-brasileira chefiada pela arqueóloga francesa Annete Laming-Emperaire, falecida em 1977. Esta missão, em especial, encontrou um fóssil humano do sexo feminino de características fenotípicas negroides, bem próximas dos modernos aborígenes australianos e algumas populações indígenas do leste do continente africano, acendendo um novo debate sobre as levas migratórias para as Américas, debate este que levou o brasileiro Walter Neves mais o seu companheiro de pesquisa argentino Héctor Pucciarelli a apresentarem em 1989 a teoria que o povoamento da América teria se dado em duas ondas migratórias, sendo a primeira realizada há pelo menos 14 mil anos por grupos de traços negroides que não possuem representantes vivos entre as populações indígenas do continente americano na atualidade e a segunda leva migratória realizada há pelo menos 12 mil anos por grupos com traços mongoloides, sendo estas as levas humanas que possuem nos atuais grupos indígenas de todo o continente americano os seus descendentes vivos (Neves & Piló; 2008). As pesquisas realizadas em Minas Gerais citadas acima foram feitas próximas à região metropolitana de Belo Horizonte, porém, em uma área de formação geológica de carste, distinta da formação geológica do Quadrilátero Ferrífero.

Se tratando da ocupação humana no QFe, Baeta & Piló (2012, p. 418) mostram que pesquisas arqueológicas realizadas nos campos ferruginosos da região quase sempre se vinculavam a sítios de interesse históricos ou arquitetônicos ligados a pesquisas sobre a mineração de ouro no período colonial, e via de regra, não possuem como finalidade investigar o passado pré-colonial da região. Porém, os mesmos autores apontam a importância de se pesquisar sítios com potencial para fornecer materiais relacionados à ocupação antrópica de grutas, cavernas e abrigos ferruginosos anteriores à ocupação colonial. Em artigo que apresenta resultados de estudos Baeta & Piló (2012) apresentam vestígios de cerâmicas indígenas escavadas em grutas nas cidades de Nova Lima, Itabirito e Ouro Preto, também citando as pinturas rupestres encontradas no abrigo arqueológico de Mirandinha no distrito de Camargos, localizado na cidade de Mariana, que é mostrado na figura 1.

Figura 1 - Pintura rupestre - Sítio Arqueológico Mirandinha - Mariana (MG)

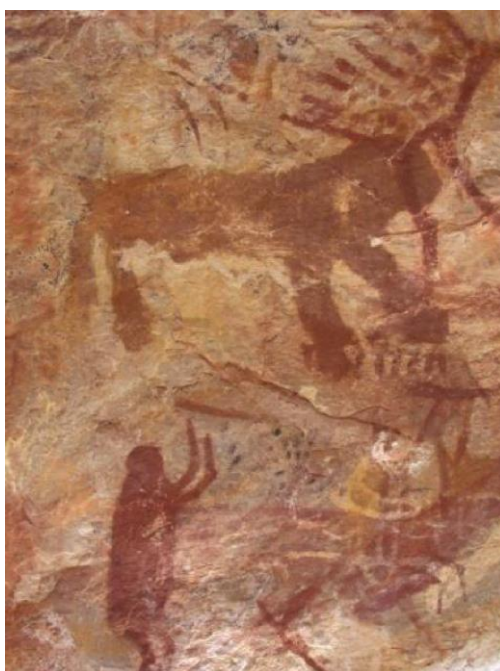


Fonte: Piló, H. (IPHAN, 2012)

Anteriormente à chegada dos primeiros bandeirantes, a região que hoje compreende o QFe era habitada por inúmeros povos de origem Gê e Tapuia (Oiliam, 1965, p. 11) e a toponímia de inúmeras referências geográficas locais dão indícios da presença desses povos na região. Podemos citar dentre os exemplos o vale do Tripuí, o pico do Itacolomi e a Floresta Uaimií, ambos localizados na municipalidade de Ouro Preto (MG), por exemplo.

No distrito de Cocais, localizado no município de Barão de Cocais, há o Sítio Arqueológico de Pedra Pintada, local composto de três paredões com pinturas rupestres retratando figuras antropomórficas de animais como apresentado na figura 2 presente em Resende *et al.* (2019, p. 64).

Figura 2 - Zoomorfos da Pedra Pintada



Fonte: Lima, C. (2019)

Há milênios, a região do QFe foi um território de trânsito e estabelecimento de povos pré-coloniais, que infelizmente a historiografia contemporânea não dá a ênfase necessária em retratar por ocupar-se na maioria das vezes em se debruçar sobre a temporalidade da construção dos territórios coloniais e pós-coloniais da região. Esse fato coloca em risco o potencial de exploração arqueológica de áreas do QFe que podem fornecer importantes materiais de pesquisa e enriquecer a literatura científica sobre a ocupação humana nas Américas, e também sobre o passado pré-colonial brasileiro. Outro ponto a se tratar é a capacidade de interferência no meio ambiente e no espaço geográfico que as atividades de exploração mineral executadas no QFe possuem, fator que potencializa o risco de perda de sítios já conhecidos e de futuros sítios a se descobrir com potencial de serem explorados.

PARTE III: A EXPLORAÇÃO MINERAL E A TERCEIRA ESCRITA NO PALIMPSESTO QFe (A ESCRITA FINAL?)

A descoberta de jazidas auríferas no interior da porção continental sul-americana por bandeirantes provenientes de São Paulo em fins do século XVII intensificou a ocupação humana da região que séculos depois seria denominada Quadrilátero Ferrífero. Como já exposto anteriormente, a área era ocupada há milênios por povos indígenas, mas foi pela descoberta

de ouro que a exploração mineral na área se intensificou e o fluxo de brasileiros, portugueses e africanos ocorreu em massa para a região.

Apesar de inúmeras expedições escravagistas já terem passado pela área com o intuito de aprisionar indígenas, foi a expedição comandada pelo bandeirante paulista Antônio Dias de Oliveira que encontrou as primeiras pepitas de ouro em 1698 no vale do Tripuí, na atual cidade de Ouro Preto e deu início a uma nova etapa de ocupação do local em um intenso processo de migração e imigração, formando povoamentos que décadas depois se tornariam arraiais que foram o embrião dos primeiros núcleos urbanos da região, com destaque para a criação da cidade de Vila Rica do Ouro Preto, atual Ouro Preto e a Vila Ribeirão do Carmo, atual Mariana. A exploração mineral aurífera foi o epicentro de inúmeros acontecimentos na região do QFe, a se destacar, o início da Guerra dos Emboabas em 1707 na localidade que hoje é o distrito de Cachoeira do Campo em Ouro Preto, A revolta de Vila Rica, também chamada de A revolta de Felipe dos Santos na qual o minerador português Felipe dos Santos se revoltou contra a coroa e iniciou uma sublevação que terminou em sua execução, A revolta dos Inconfidentes, também denominada Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira na qual a elite luso brasileira aliada a uma parte da elite lusitana situada na antiga Vila Rica, atual Ouro Preto, projetaram um levante republicano contra a autoridade portuguesa na região, episódio que levou à prisão de inúmeros envolvidos e resultou no degredo para Angola do poeta árcade português Thomaz Antônio Gonzaga, autor das Cartas Chilenas, que na época exercia o cargo de ouvidor em Vila Rica, e no provável suicídio do advogado, poeta e minerador luso brasileiro Cláudio Manoel da Costa, além da prisão e execução por enforcamento do militar Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1792.

Além destes fatos, cabe destacar o desenvolvimento artístico na região no mesmo período, com forte produção de arte sacra em pinturas e ornamentos esculturais, além da construção de templos, pontes, chafarizes e casarios que compõem o conjunto arquitetônico de cidades históricas da região na atualidade.

Nesse quesito, se destacam os trabalhos de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, escultor e projetista que desenhou e trabalhou na construção da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto e Manoel da Costa Athaíde, o Mestre Athaíde, militar e pintor. Ambos considerados patronos da arte brasileira.

No que tange a economia colonial, a exploração aurífera no QFe levou à intensificação e criação de novas cadeias comerciais transatlânticas, com destaque para o comércio humano de africanos escravizados que eram

trazidos à região do QFe para o trabalho compulsório nas minas de ouro, além de exercerem outros serviços ligados à manutenção da sociedade da época como carregamento de água das bicas e chafarizes para as residências, serviços domésticos gerais, transporte de pessoas em liteiras, obras de construção civil, etc., além do trabalho exaustivo nas minas de ouro. Esta parcela de população deixou profundas marcas na constituição paisagística urbana das cidades coloniais do QFe e legou traços culturais ainda vivos na região.

Sobre o fim da exploração aurífera, o esgotamento das principais jazidas de ouro no QFe no transcurso do século XIX levou a transformações não apenas na sociedade local, mas também a mudanças sociais em outras áreas do país, com destaque para as províncias que se interligavam à cadeia produtiva da exploração do ouro na região, fato que desembocou na tentativa de otimizar a produção do minério pela coroa portuguesa com o financiamento de expedições de especialistas em mineralogia para a região do QFe com o intuito de modernização técnica. Dentre esses especialistas, vale destacar a presença do geógrafo, geólogo e arquiteto alemão Willhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), o Barão de Eschwege, que adquiriu uma mina de ouro na localidade de Passagem de Mariana entre Ouro Preto e Mariana, e mecanizou os trabalhos de exploração do local conseguindo resultados satisfatórios de exploração, que levou a criação da primeira empresa mineradora do Brasil, a Sociedade Mineralógica de Passagem.

Neste contexto, décadas depois, já no segundo império do Brasil, foi criada em 1876 a Escola de Minas em Ouro Preto sob a direção do mineralogista francês Henry Gorceix (1842-1919) com o intuito de criar mão de obra técnica qualificada brasileira que pudesse explorar o desenvolvimento siderúrgico industrial e promover a mineração moderna na região do QFe (Carvalho, 2010, p. 33). Vale destacar, que a Escola de Minas juntamente com a escola de Farmácia foram o embrião da Universidade Federal de Ouro Preto fundada no ano de 1969, já no século XX, pela aglutinação de ambas em uma única instituição devido à Lei 5.540 de 1968 do regime ditatorial civil-militar instituir que escolas de ensino superior deveriam se tornar universidades.

Em suma, foram estes os principais acontecimentos no QFe durante a modernidade que colaboraram na era contemporânea na formação da configuração territorial do QFe como uma área de exploração mineral moderna e industrial dando os primeiros passos na inserção do QFe na dinâmica produtiva do Antropoceno.

O ANTROPONECENO E O QFE

Há cerca de 11.500 anos se iniciou uma nova época na escala geológica que perdura até a atualidade denominada de Holoceno. Do ponto de vista climático, esta época tem sido de relativa estabilidade, porém, desde os anos 80 do século XX, especialistas de inúmeras áreas vêm debatendo como as atividades humanas potencializadas pelo uso de combustíveis fósseis e produção em escala industrial vêm alterando este quadro de estabilidade climática.

O ganhador do Nobel em Química no ano de 1995 Paul Crutzen (1933-2021) ajudou a difundir uma hipótese que aponta o papel humano nas mudanças das esferas estruturais do planeta Terra, fator que estaria iniciando uma nova era geológica denominada Antropoceno (Crutzen, 2002, p. 23). Segundo essa ideia, a espécie *Homo Sapiens* teria se tornado a partir da Revolução Industrial ocorrida na segunda metade do século XVIII, um agente geológico capaz de alterar as dinâmicas estruturais do planeta Terra pelo uso em larga escala de recursos naturais, pela emissão de gases poluentes na atmosfera e também pelo extermínio de espécies animais e vegetais em escala planetária. Neste sentido, Paulo Artaxo (2014, p. 16) indica que a emissão de partículas por milhão (ppm) se elevou do patamar de 280 ppm na era pré-industrial para 399 ppm no ano de 2015, e segundo o autor, esta alteração atípica e em tão curto período não foi observada na Terra nos últimos 800 mil anos, até o início da era industrial, quando se iniciou a alteração.

Com a demanda em larga escala por recursos minerais após a Revolução Industrial, o QFe se tornou um centro de investigações mineralógicas científicas durante o século XX. Lima *et al.* (2012, p. 334) apontam que o QFe foi o responsável por 11% da produção mundial de minério de ferro na primeira década dos anos 2000, contribuindo com 29% das exportações de minério do estado de Minas Gerais no mesmo período e considerando também a produção de ferro e aço, o autor também aponta que a região elevou a exportação mineira de derivados industriais ao patamar de 55% na época. Além do minério de ferro, na atualidade no QFe há a exploração do ouro e do manganês, podendo-se ressaltar também a exploração da bauxita que ocorreu na região de forma efusiva durante o século XX.

A grande demanda por recursos minerais contemporânea e a escala de exploração de minérios vem transformando a geografia e a paisagem do QFe. Cidades que hoje estão no centro da produção mineral da região vem observando as suas dinâmicas urbanas serem profundamente afetadas, seja por problemas ambientais, seja por questões de planejamento, seja por questões de habitação e também pelas transformações na qualidade de vida dos seus habitantes, além desses locais terem que lidar com o fato da exploração mineral colocar em risco conjuntos paisagísticos naturais e

históricos presentes em suas municipalidades, como é o caso do Pico de Itabirito mostrado nas figuras 3 e 4 que vem tendo a sua base explorada a despeito de ser um símbolo paisagístico da cidade que dá nome, por exemplo.

Figura 3 – Pico de Itabirito em 1956



Fonte: Melillo, V. R. (IEPHA, 1956)

Localizado na Serra das Serrinhas, no flanco leste da Serra da Moeda, o Pico de Itabirito é um cobiçado ponto de exploração mineral, e se antes foi uma referência geográfica para os indígenas e demais transeuntes da região, na contemporaneidade é um exemplo claro de como os processos de exploração mineral podem ser predatórios e nocivos a conjuntos paisagísticos. Em um trabalho de dissertação intitulado “Destombamento do Pico de Itabirito: Paisagem, Patrimônio e Mineração”, Junqueira (2019) conclui que os interesses relacionados à preservação e exploração mineral do Pico de Itabirito eram divergentes, e apesar das tentativas de conciliação realizadas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-DPHAN no sentido de manter o tombamento e assegurar a preservação do conjunto material e imaterial ligado ao Pico de Itabirito, o discurso econômico desenvolvimentista relacionado à exploração de minérios venceu e hoje o pico apresenta uma morfologia paisagística totalmente alterada devido às ações de exploração mineral que passaram a se dar na área, como mostra a figura 4.

Figura 4 - Pico de Itabirito na atualidade



Fonte: Andrade, M. (UFMG)

Neste mesmo sentido, na atualidade vem ocorrendo no campo jurídico uma luta sobre a preservação ou não do conjunto da Serra do Curral em Belo Horizonte, debate que envolve ONGs, órgãos e esferas governamentais, a sociedade civil e empresas interessadas em explorar o minério de ferro da área, atividade que terá impacto ambiental e urbano ainda não muito claros para a região metropolitana da capital mineira, mas de toda forma profundos, prolongados e multiescalares dado à natureza das atividades mineradoras modernas que possam ser desenvolvidas caso sejam aprovadas as licenças de mineração na Serra do Curral.

Neste sentido, vale também citar a perda material e imaterial além da perda ambiental relacionadas aos desastres ocorridos na comunidade de Bento Rodrigues localizada na cidade de Mariana no ano de 2015, e o desastre ocorrido na cidade de Brumadinho em 2018, ambos decorrentes do rompimento de barragens construídas para conter rejeitos provenientes da exploração do minério de ferro.

Além das perdas elencadas, ambos eventos causaram a perda de vidas humanas e também levaram ao deslocamento de populações atingidas indiretamente. O desastre de Bento Rodrigues (figura 5) afetou toda a bacia hidrográfica do Rio Doce, além da lama dos rejeitos ter afetado cidades no estado do Espírito Santo sendo considerado por inúmeros especialistas, o maior desastre envolvendo barragens até então registrado.

Figura 5 - Vista parcial da localidade de Bento Rodrigues



Fonte: Terra (AGÊNCIA BRASIL, 2016)

Esses eventos retratam a dimensão do poder de destruição das atividades humanas durante o Antropoceno, e são trechos da escrita que a mineração vem imprimindo no palimpsesto QFe desde o século XVIII, corroborando com o surgimento de cidades, deslocamentos populacionais e aspectos mais gerais que cotidianamente escrevem e reescrevem os parágrafos da história humana e seus registros espaciais.

Metodologia

Os métodos adotados no presente trabalho foram a revisão bibliográfica e seleção de trabalhos descritivos ou interpretativos sobre o QFe, municípios que o compõe, elementos paisagísticos e fatos históricos da região, além de trabalhos basilares em relação à definição dos conceitos centrais adotados na pesquisa como palimpsesto, paisagem, espaço geográfico e Antropoceno.

Foram visitados websites de instituições para obtenção de imagens e informações e o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para obtenção de informações sobre a localização geográfica do QFe, mais a realização de um mapa feito no software livre Qgis utilizando-se arquivos no formato *shapefile* presentes no banco de dados do IBGE que são de livre acesso.

Análise de Dados

As análises se deram juntamente ao trabalho de comparação e interpretação bibliográfica e conceitual, de forma a traçar o recorte temporal e delimitar a área a ser analisada. Com isto, foram pesquisadas informações geoespaciais que possibilitaram a confecção do mapa presente neste trabalho e a interpretação dos fatos históricos e acontecimentos contemporâneos balizados pelas informações levantadas.

Discussão

Interpretar o espaço geográfico não é tarefa simples dado as complexidades que este abriga e o fato destas estarem vinculadas a diferentes dinâmicas de construção e reconstrução espacial. No caso do Quadrilátero Ferrífero, uma vasta área de um estado territorialmente extenso, a interpretação se torna uma tarefa hercúlea, mas não impossível, contanto que se leve em consideração os fatores e agentes que compõe e moldam este espaço e o tornam como ele é: uma área rica em recursos naturais com espécies de fauna e flora endêmicas que passa por diferentes processos de ocupação antrópica no decorrer dos tempos. Destes processos de ocupação, vale ressaltar os processos exploratórios do período colonial e industrial que de uma forma quase amalgamada são passíveis de uma leitura transversal na contemporaneidade, que permite entender como o regime de produção do Antropoceno se desenvolve nesta região do Brasil vinculado a processos de transformação espacial profundos, que corrobora com o deslocamento de populações humanas e não humanas de áreas de interesse econômico, como aponta Saskia Sassen na obra *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. No QFe, esta dinâmica de produção predatória pode ser observada nos desastres ocorridos em Bento Rodrigues e Brumadinho mas também, no debate acerca da exploração da serra no entorno de Belo Horizonte, na exploração do Pico de Itabirito, na elevação dos valores do aluguel e custo de vida em Santa Bárbara e Mariana e nas lutas da população do distrito de Antônio Pereira em Ouro Preto por melhores condições de vida, dado que os royalties da mineração que se dá no distrito não são aplicados de forma satisfatória para a população local. Estes exemplos apontam como a construção do espaço do QFe é contraditória, produzindo riqueza e pobreza quase simultaneamente. Discutir a formação espacial do QFe é um exercício crítico e basilar para a discussão dos lugares que o compõe e do lugar que estes lugares têm numa cadeia de produção e reprodução capitalista cada vez mais globalizada.

CONSIDERAÇÕES

Milton Santos (1996, p. 67) mostra que a paisagem é um conjunto de objetos reais e concretos que junta passados e presentes, explanação que melhor define o QFe em sua constituição quanto espaço geográfico. Conforme definição do mesmo autor, o espaço geográfico é a representação do presente, com a sua paisagem se caracterizando pela intrusão de sociedades em seus objetos, o que faz esses objetos não mudar de lugar, mas sim de função, de significação e de valor sistêmico.

São essas características que tornam o espaço e a paisagem passíveis de comparação com um palimpsesto, um tipo de pergaminho utilizado na idade média no qual era necessário raspar a escrita antiga quando se desejava escrever algo novo, e pela ação de raspagem nem sempre ser bem sucedida, as escritas de momentos distintos por vezes podiam ser observadas ao mesmo tempo que se lia a escrita recente no pergaminho.

O Quadrilátero Ferrífero não está fora desta dinâmica espaço-temporal, e assim como um palimpsesto, as escritas passadas nele contidas vêm moldando e recriando as suas paisagens, podendo ser observadas e lidas no presente. Com isso, conclui-se neste trabalho que as ressignificações dos objetos espaciais do QFe no decorrer dos tempos são fundamentais para a sua constituição paisagística, porém, a sua ressignificação quanto área produtiva a partir do século XVIII inseriu a área nas dinâmicas produtivas do Antropoceno, aprofundando o caráter predatório da exploração mineral que vem desembocando no redesenho espacial da região.

REFERÊNCIAS

ARCAICO. IN: MIKHAELIS-DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA ONLINE. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://MICHAELIS.UOL.COM.BR/BUSCA?ID=GNBP](https://michaelis.uol.com.br/busca?ID=GNBP). ACESSO EM: 04 ABR. 2023.

ARTAXO, PAULO. UMA NOVA ERA GEOLÓGICA EM NOSSO PLANETA: O ANTROPOCENO? **REVISTA USP**, SÃO PAULO, N. 103, P. 15-24, 2014.

BAETA, ALENICE MARIA MOTTA; PILÓ, HENRIQUE MOREIRA DUARTE. TESTEMUNHOS PRÉ-COLONIAIS NO CAMPOS FERRUGINOSOS DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO. IN: PAULO DE TARSO AMORIM CASTRO ET AL. (ORG.). **QUADRILÁTERO FERRÍFERO: AVANÇOS DO CONHECIMENTO NOS ÚLTIMOS 50 ANOS**. BELO HORIZONTE: 3I EDITORA, 2020. P. 416-439.

BRANCO, PÉRCIO DE MORAES. **BREVE HISTÓRIA DA TERRA**. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL-SGB. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.CPRM.GOV.BR/PUBLIQUE/SGB-DIVULGA/CANAL-ESCOLA/BREVE-HISTORIA-DA-TERRA-1094.HTML](http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-DIVULGA/CANAL-ESCOLA/BREVE-HISTORIA-DA-TERRA-1094.HTML). ACESSO EM: 31 MAR. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 5540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968**. FIXA NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO SUPERIOR E SUA ARTICULAÇÃO COM A ESCOLA MÉDIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: SEÇÃO 1, BRASÍLIA, DF, ANO 147º DA INDEPENDÊNCIA E 80º DA REPÚBLICA, N. 7, P. 152, 28 NOV. 1968.

CARVALHO, JOSÉ MURILO. **A ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO: O PESO DA GLÓRIA**. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG, 2008.

CRUTZEN, PAUL. GEOLOGY OF MANKIND. **NATURE**, ONLINE, N. 415, P. 23, 2002. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.NATURE.COM/ARTICLES/415023A](https://www.nature.com/articles/415023A). ACESSO EM: 22 MAR. 2023.

DESASTRE EM MARIANA É O MAIOR ACIDENTE MUNDIAL COM BARRAGENS, 15 FEV. 2015. **TERRA**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.TERRA.COM.BR/NOTICIAS/BRASIL/DESASTRE-EM-MARIANA-E-O-MAIOR-ACIDENTE-MUNDIAL-COM-BARRAGENS-EM-100-ANOS,874a54e18a812fb7cab2d7532e9c4b72ndnwm3fp.html](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos,874a54e18a812fb7cab2d7532e9c4b72ndnwm3fp.html). ACESSO EM: 31 MAR. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **ARQUIVOS SHAPEFILE**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IBGE.GOV.BR/GEOCIENCIAS/ORGANIZACAO-DO-TERRITORIO/MALHAS-TERRITORIAIS.HTML](https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html). ACESSO EM: 31 MAR. 2023.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **GRAFISMOS E PINTURAS RUPESTRES EM MINAS GERAIS**. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/GALERIA/DETALHES/396?eFOTOTECA=1](http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/396?eFOTOTECA=1). ACESSO EM: 31 MAR. 2023.

JUNQUEIRA, THAIS LANA. **O DESTOMBAMENTO DO PICO DE ITABIRITO: PAISAGEM, PATRIMÔNIO E MINERAÇÃO**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTP://HDL.HANDLE.NET/1843/31217](http://hdl.handle.net/1843/31217). ACESSO EM: 03 ABR. 2023.

LIMA, NEYMAYER PEREIRA. **QUADRILÁTERO FERRÍFERO: CINCO DÉCADAS DE HISTÓRIAS, DESCOBERTAS, IMPORTÂNCIA ECONÔMICA E TECNOLÓGICA E NOVAS FRONTEIRAS PARA A MINERAÇÃO DE FERRO**. IN: PAULO DE TARSO AMORIM CASTRO ET AL. (ORG.). **QUADRILÁTERO FERRÍFERO: AVANÇOS DO CONHECIMENTO NOS ÚLTIMOS 50 ANOS**. BELO HORIZONTE: 31 EDITORA, 2020. P. 320-341.

MELLILO, VITTO ROCCO. 1956. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO-IEPHA MG, **PICO DE ITABIRITO OU DO ITABIRA**. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/INDEX.PHP/PROGRAMAS-E-ACOES/PATRIMONIO-CULTURAL-PROTEGIDO/BENS-TOMBADOS/DETAILS/1/80/BENS-TOMBADOS-PICO-DO-ITABIRITO-OU-DO-ITABIRA](http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoess/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/80/bens-tombados-pico-do-itabirito-ou-do-itabira). ACESSO EM 31: MAR. 2021.

NEVES, WALTER ALVES; PILÓ, LUÍS BEETHOVEN. **O POVO DE LUZIA: EM BUSCA DOS PRIMEIROS AMERICANOS**. SÃO PAULO: EDITORA GLOBO, 2008.

NOCE, CARLOS MAURÍCIO; ULHEIN, ALEXANDRE. QUADRILÁTERO FERRÍFERO. IN: YOCITERU HAUI *ET AL.* (ORG.). **GEOLOGIA DO BRASIL**. SÃO PAULO: BECA-BALL, 2012. P. 228-235.

OILIAM, JOSÉ. **INDÍGENAS DE MINAS GERAIS-ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ETNOLÓGICOS**. BELO HORIZONTE: BIBLIOTECA DIGITAL CURT NUMIENDAJÚ – COLEÇÃO NICOLAI, 1965. DISPONÍVEL EM: [HTTP://ETNOLINGUISTICA.WDFILES.COM/LOCAL--FILES/BIBLIO%3AJOSE-1965-INDIGENAS/JOSEOILIAM_1965_INDIGENASMG.PDF](http://ETNOLINGUISTICA.WDFILES.COM/LOCAL--FILES/BIBLIO%3AJOSE-1965-INDIGENAS/JOSEOILIAM_1965_INDIGENASMG.PDF). ACESSO EM: 17 MAR. 2023.

RESENDE, MARIA LEÔNIA CHAVES *ET AL.* **A PRÉ-HISTÓRIA NA ESTRADA REAL: ITINERÁRIO TURÍSTICO-CULTURAL DA ARTE RUPESTRE**. SÃO JOÃO DEL-REI: NEAD-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, 2019.

RIGUEIRA JR., ITAMAR. **SÍTIO GEOLÓGICO NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO ESTÁ EM LISTA DOS 100 MAIS RELEVANTES DO MUNDO**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFGM. [BELO HORIZONTE], 28 DE OUT. 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://UFGM.BR/COMUNICACAO/NOTICIAS/SITIO-GEOLOGICO-NO-QUADRILATERO-FERRIFERO-ESTA-EM-LISTA-DOS-100-MAIS-RELEVANTES-DO-MUNDO](https://ufmg.br/comunicacao/noticias/sitio-geologico-no-quadrilatero-ferrifero-esta-em-lista-dos-100-mais-relevantes-do-mundo). ACESSO EM: 30 MAR. 2023.

SANTOS, MILTON. UMA NECESSIDADE EPISTEMOLÓGICA: A DISTINÇÃO ENTRE PAISAGEM E ESPAÇO. IN: SANTOS, MILTON. **A NATUREZA DO ESPAÇO**. SÃO PAULO: EDUSP, 1996. P. 66-71.

SASSEN, SASKIA. **EXPULSÕES: BRUTALIDADE E COMPLEXIDADE NA ECONOMIA GLOBAL**. 1. ED. SÃO PAULO: EDITORA PAZ E TERRA, 2016.

ZAPPAROLLI, ADRIANA DE CASSIA *ET AL.* **MINÉRIO DE FERRO**. IN: PAULO DE TARSO AMORIM CASTRO *ET AL.* (ORG.). **QUADRILÁTERO FERRÍFERO: AVANÇOS DO CONHECIMENTO NOS ÚLTIMOS 50 ANOS**. BELO HORIZONTE: 3I EDITORA, 2020. P. 290-317.

PLANO DIRETOR DE CAMPINA GRANDE:

A importância da revisão do Plano na promoção da função social, no uso adequado do espaço urbano e no exercício da cidadania

André Cabral Guimarães

Arquiteto e Urbanista (UNIFACISA)

Andrey da Silva Guedes

Arquiteto e Urbanista.

Aída Paula Pontes de Aquino

Arquiteta e Urbanista pela UFPB, tem mestrado em Engenharia Urbana pela UFPB e doutorado em Planejamento Urbano pela Eindhoven University of Technology (Holanda). Gestora geral do Projeto IAB/Urban95, diretora do Laboratório de Rua (LabRua) e está atuando na elaboração de Planos Diretores de diferentes municípios da Paraíba, como bolsista da FUNETEC/PB.

Mariana Pôrto Viana de Albuquerque

Possui Doutorado em Engenharia de Processos pela Universidade Federal de Campina Grande; Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande; Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Unifacisa Centro Universitário; Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba.

Resumo: Apontado como o principal instrumento legal para a política de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor reveste-se de importância para a gestão municipal, frente às atribuições de cada município dispostas na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Cidade (2001), devendo ser revisado num período máximo de dez anos. Revisado pela última vez em 2006, o Plano Diretor de Campina Grande, cidade no interior do estado da Paraíba, mantém um afastamento de 17 anos da realidade, produzindo efeitos contraproducentes para as políticas públicas de planejamento da cidade, além de repercussões em pautas relacionadas à função social da cidade, o uso adequado do espaço urbano e o exercício da cidadania da população.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Gestão Municipal; Políticas Urbanas; Diagnóstico Urbano.

Abstract: Pointed out as the main legal instrument for urban development policy, the Master Plan is important for municipal management, given the attributions of each municipality set out in the Federal Constitution (1988) and the City Statute (2001), and must be revised within a maximum period of ten years. Last revised in 2006, the Master Plan of Campina Grande, a city in

the interior of the state of Paraíba, remains 17 years removed from reality, producing counterproductive effects for the city's public planning policies, in addition to repercussions on issues related to social function of the city, the appropriate use of urban space and the exercise of citizenship of the population.

Keywords: Urban Planning; Municipal Management; Urban Policies; Urban Diagnosis.

INTRODUÇÃO

O Plano Diretor é um instrumento legal de orientação para a expansão de um determinado município. Descrito no art. 182º, §1º da Constituição Federal como “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (Brasil, 1988), o Plano Diretor foi articulado para regulamentar o crescimento dos municípios, sendo, portanto, o principal guia para a gestão pública. Seguindo as diretrizes elencadas no Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001), uma lei federal que instituiu uma série de instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários, ele atua de forma a promover qualidade nos diversos serviços encontrados no município, através de regulamentação por lei que garante que isso seja realizado. Ele estabelece ainda diretrizes e orientações para a estruturação do espaço urbano, visando o desenvolvimento integrado entre a área urbana e a área rural, respondendo às disposições do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001).

Nesse processo, é fundamental que o Plano Diretor esteja atualizado e conversando com a condição atual do município, para que sua aplicação seja eficaz. Dessa forma, cabe à gestão pública atender ao tempo máximo de dez anos, a partir da sua elaboração ou de sua última revisão, para a realização da revisão de seu Plano Diretor. Contudo, esse cenário regular se contrapõe à realidade de Campina Grande, município localizado no estado da Paraíba, onde o Plano Diretor se encontra desatualizado. Revisado pela última vez em 2006, o Plano Diretor de Campina Grande reflete um afastamento de 17 anos da cidade, sendo possível perceber considerável contraste quando comparado à situação atual do município. Tal contraste infere o efeito da ausência do Plano Diretor para as políticas públicas de planejamento urbano, bem como as repercussões em pautas relacionadas à função social da cidade, o uso adequado do espaço urbano e o exercício da cidadania.

Tendo em vista essa questão, este artigo tem como objetivo analisar uma série de bairros do município de Campina Grande e seu Plano Diretor, a fim de identificar o contraste entre o Plano de 2006 e a realidade atual da cidade. Em função do limitado tempo, este estudo priorizou a análise de sete

bairros, localizados no centro e na zona leste: Centro, José Pinheiro, Monte Castelo, Mirante, Santo Antônio, Castelo Branco e Nova Brasília.

O presente estudo foi estruturado em três capítulos, a fim de alcançar o objetivo proposto. No capítulo 1, Introdução, expõe-se a problemática e a conjuntura que esse trabalho se propõe a investigar. No capítulo 2, Desenvolvimento Textual, é elucidada a fundamentação teórica, relatada a metodologia, e apresentada a análise e discussão sobre os dados levantados. Por fim, no capítulo 3, Considerações, exprime-se as considerações finais acerca do estudo realizado.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal manteve o critério de classificação de cidades e definiu o município como ente federativo com competência para conduzir as políticas de interesse local. Elevando-os a essa condição, passou a ser responsabilidade municipal a política urbana exercida em seu território, e lhe foi concedida uma autonomia administrativa, financeira e legislativa. Para tanto, o município dispõe, como principal instrumento para o planejamento urbano, o Plano Diretor, respaldado pela Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Cidade (2001). Trata-se de uma peça legal, de competência municipal, que serve para nortear o planejamento do município nos anos subsequentes à sua aprovação, devendo ser revisado a cada dez anos (Brasil, 1988).

Saboya (2007) descreve o Plano Diretor como um documento que sintetiza e explicita os objetivos de incumbência do município, ao estabelecer princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento urbano possam convergir na direção de seus objetivos sociais (Saboya, 2007).

Por conseguinte, pode-se considerá-lo um dispositivo legal que deverá requisitar o cumprimento da função social da propriedade urbana, de acordo com o §2º do artigo 182 da Constituição Federal. Através dele, deve ser buscada a modificação do contexto em que o município se insere, de forma a assegurar qualidade de vida à sua população, sendo considerado assim um elemento não somente político, como também de influência econômica e social de atribuição do governo municipal voltado para o bem coletivo. Nesse âmbito, Santos (2006) afirma que:

Esses municípios são importantes instrumentos de distribuição de uma rede de serviços públicos que tornam acessível um certo padrão mínimo de cidadania, por meio da oferta de serviços como saúde básica e educação fundamental, além de acesso à Justiça (Santos, 2006, p. 77).

Reveste-se o Plano Diretor de maior importância para a gestão pública ao apresentar-se como um instrumento capaz de promover a função social da cidade, articular o uso adequado do espaço urbano e garantir o pleno exercício da cidadania pela população. Com essa compreensão, Campina Grande, segundo maior município do estado da Paraíba e centro de uma região metropolitana, produziu seu primeiro Plano Diretor no ano de 1996. Ele veio depois de uma série de outros projetos voltados para o planejamento urbano executados na cidade durante o século XX, como o Plano de Erradicação de Favelas (1972) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1975) (Almeida *et al.*, 2021). A revisão dele se deu dez anos depois, em 2006, sendo sua última atualização até o momento, apesar de o município prever em sua lei orgânica a necessidade de revisão do Plano dentro de um período de 5 anos (Campina Grande, 1990).

Figura 1: Localização do município de Campina Grande



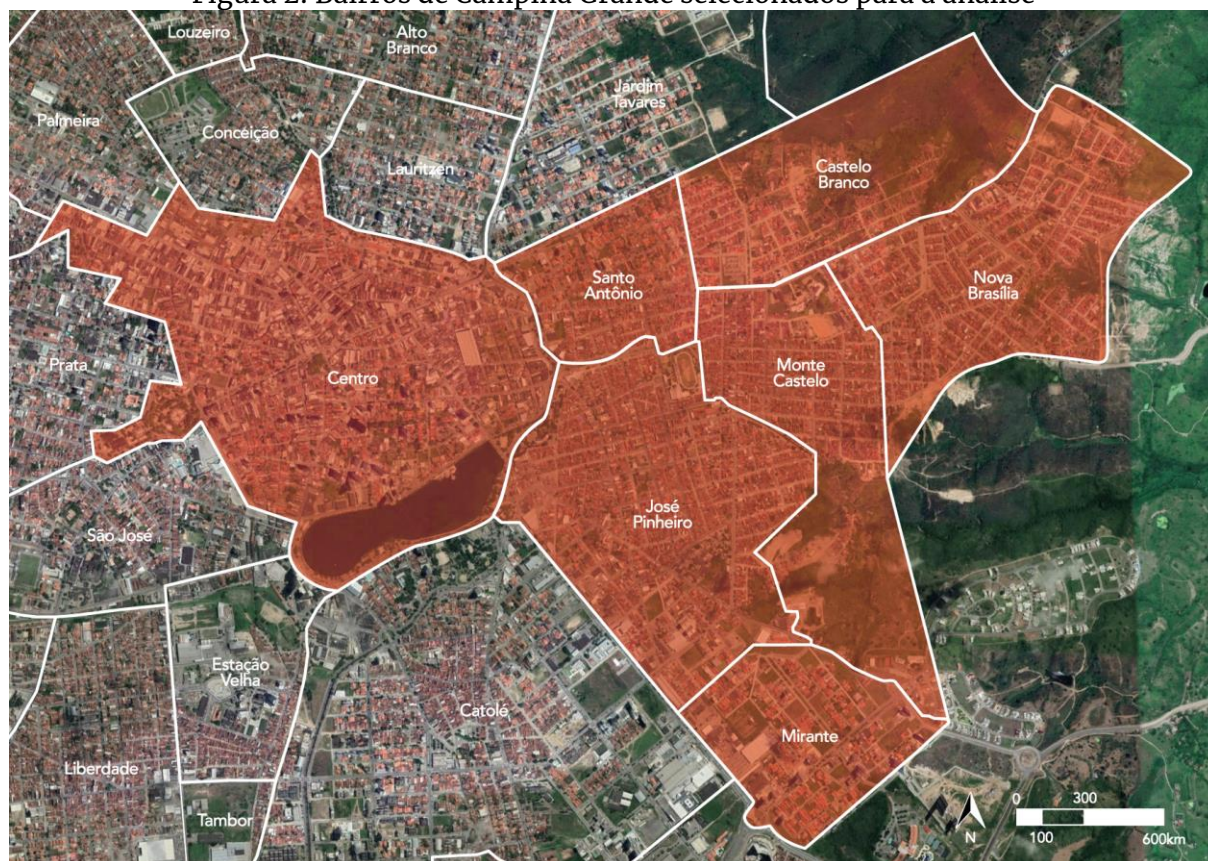
Fonte: Acervo dos autores (2023)

Neste período de quase duas décadas, a cidade cresceu de forma acelerada, sem um Plano qualificado que acompanhasse e guiasse esse crescimento. Grandes obras de habitação com imenso impacto urbanístico foram realizadas, como a construção do maior conjunto habitacional do país, o complexo Aluizio Campos, além de diversas expansões rodoviárias, e a construção de novos institutos educacionais. Com efeito, com a expansão de uma cidade, problemas antigos se agravam e novos surgem. Sem o devido norteamento do Plano Diretor, as complexidades desses problemas se tornam maiores, refletindo em todos os sistemas da cidade.

Para compreender como esse cenário se manifesta em Campina, é necessário realizar um estudo mais aprofundado sobre as condições em que ela se encontra. Para tanto, além da análise do Plano Diretor de 2006, este trabalho traz como abordagem o estudo de uma porção da cidade como representante do todo, com base na concepção de Lynch (1960) sobre bairros. Para o autor, bairros são partes razoavelmente grandes da cidade, que são percebidas como possuindo alguma característica comum, identificadora (Lynch, 1960). Guedes (2023) complementa essa conceituação através da ponderação de que o bairro se refere a uma delimitação espacial caracterizada por trocas sociais e econômicas promovidas por equipamentos como comércios, hospitais, escolas e praças (Guedes, 2023).

Entendendo os bairros de uma cidade como um reflexo complexo e multifacetado de sua expansão, foram escolhidos sete bairros no perímetro urbano de Campina Grande para a condução da análise que busca identificar o contraste entre o Plano de 2006 e o cenário atual da cidade. Foram eles: Centro, José Pinheiro, Monte Castelo, Mirante, Santo Antônio, Castelo Branco e Nova Brasília.

Figura 2: Bairros de Campina Grande selecionados para a análise



Fonte: Acervo dos autores (2023)

A escolha desses bairros se justifica por sua representação do todo, sendo bairros tradicionais campinenses, que fizeram parte de sua expansão territorial e desenvolvimento social (Albuquerque *et al.*, 2020), e a importância de pensar nos bairros como partes menores que compõem a cidade. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de planejamento para que um bairro cresça de forma ordenada, oferecendo plena infraestrutura e respondendo às necessidades da população.

Metodologia

O presente trabalho tem como base procedimentos de caráter científico, visando a obtenção de resultados, amparados por documentos, levantamento e análise de dados e fontes bibliográficas. Quanto à natureza, a pesquisa é considerada teórica-aplicada, teórica com a finalidade de obtenção de conhecimento e aprofundamento dos temas principais do estudo, e aplicada no sentido de exprimir os resultados sobre a análise do Plano Diretor de Campina Grande e seu contraste com a realidade da cidade.

Referente à abordagem de dados e objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, visto que se utiliza de pesquisas bibliográficas e documentais e estudo de caso, manifestando aspectos qualitativos nas análises dos dados levantados durante a pesquisa. As principais legislações de suporte deste trabalho são: a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; o Estatuto da Cidade, de 2001; e o Plano Diretor de Campina Grande, de 2006.

Análise de Dados

A história do centro da cidade de Campina Grande também é a do seu surgimento. Desde seu estabelecimento como aldeia indígena, passando por todas as transformações institucionais e urbanísticas mais importantes na história de seu desenvolvimento como município. Os bairros da zona Leste têm uma ligação forte com o centro da cidade, uma vez que parte do Centro já foi pertencente ao bairro José Pinheiro. Na figura 2, através da imagem de satélite, podemos identificar melhor essa relação íntima entre os bairros, a qual se torna cada vez mais estreita com os avanços comerciais, sociais e urbanos.

O bairro do Centro continua com sua configuração de maior concentração de comércio e serviços adensados, mesmo que espalhados pelo bairro com maiores predominâncias em determinadas áreas, como é o caso da feira central. É também uma área com uma concentração maior de espaços públicos como parques, praças, açudes e calçadas.

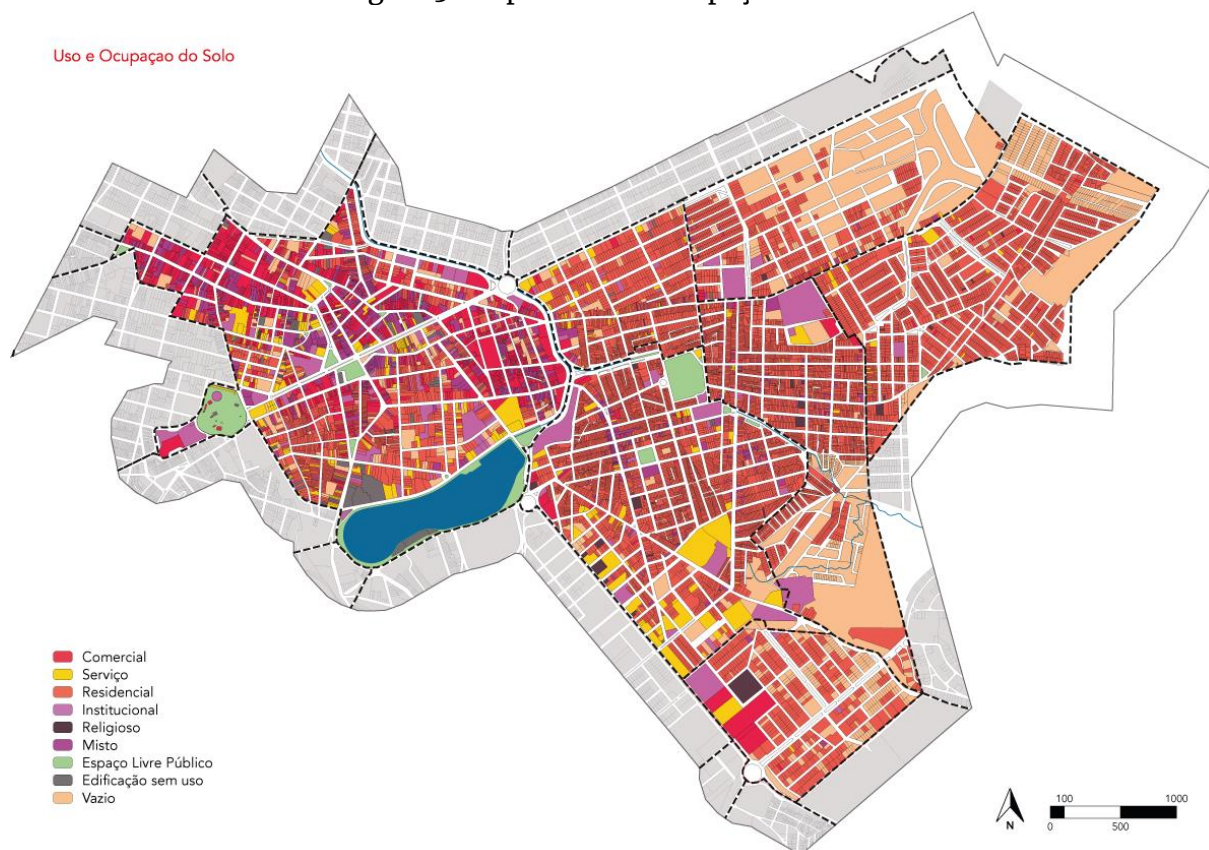
Na questão da mobilidade urbana do bairro, pode-se observar que uma das principais avenidas da cidade cruza o centro, a Av. Floriano Peixoto,

apesar de ser uma via importante para a cidade, e de ter diversas edificações atrativas aos transeuntes, é uma via que não dá lugar para outros modais além de automóveis, estando principalmente o pedestre sem destaque em relação aos carros. Como consequência, em uma avenida que possui três faixas de rolamento nenhuma é destinada para outros modais, a exemplo da bicicleta. De fato, nos últimos anos tem-se observado em Campina Grande uma forte política de asfaltamento em ruas, ao mesmo tempo em que são deixados de lado os demais modais. A deterioração, apagamento e falta de manutenção das ciclofaixas e ciclovias é um exemplo. Outra problemática relacionada às bicicletas é a falta de interligação entre as ciclofaixas e ciclovias já estabelecidas. Aliado a isso, pedestres e ciclistas enfrentam não somente no bairro do Centro, mas em todos os bairros da cidade, uma barreira em relação à caminhabilidade e à acessibilidade. Calçadas estreitas e irregulares são comuns, e nos bairros da área estudada também é possível encontrar o passeio público desta forma.

Uma questão preocupante no Centro é a quantidade de edificações comerciais e de serviços aglomerados, que, apesar de ser algo esperado em um bairro caracterizado como comercial, provoca uma espécie de desertificação durante a noite, uma vez que não ocorre nenhuma atividade, e não há uso residencial. Nada obstante, na área comercial do Centro – e também em trechos de outros bairros da área estudada que apresentam caráter comercial, como José Pinheiro Santo Antônio e Mirante –, percebe-se uma forte tendência de instalação de outdoors, faixas, banners, entre outros. A colocação exacerbada desses expositores ao longo das vias comerciais tem como objetivo chamar atenção dos transeuntes, no entanto, acabam atrapalhando os condutores de veículos e geram poluição visual.

Historicamente o bairro que deu origem à cidade é o local onde se encontram edificações que na época de sua construção eram consideradas de padrão construtivo médio e alto, e atualmente são passíveis de degradação e descaracterização arquitetônica. Observa-se que boa parte destas edificações históricas se encontram num total descaso. Partindo de uma análise geral, através da figura 3, pode-se observar a predominância do uso residencial ao longo de quase todo o conjunto de bairros estudados, sendo no Centro uma quantidade considerável. Entretanto, nesse contexto, o Centro apresenta ainda uma diversidade de usos mais elevada em relação aos demais bairros da área estudada.

Figura 3: Mapa de Uso e Ocupação do Solo



Fonte: Acervo dos autores (2023)

Nele, o maior uso residencial acontece na porção mais ao sul, próxima do Açude Velho. Isso acontece em função do distanciamento da área comercial do bairro e à aproximação aos bairros caracterizados por uma maioria residencial (apesar de ainda ter edificações de cunho comercial e de serviço), como o José Pinheiro, Catolé, Mirante. Como consequência, ocorre o fenômeno citado anteriormente: uma parte do bairro não possui vitalidade urbana durante a noite pela ausência de atividades nesse horário. Há no Centro, portanto, a possibilidade de um debate bastante válido sobre a questão do uso e ocupação do solo, que perpassa a função social dos equipamentos e terrenos, bem como da própria cidade, isso tudo em conformidade com a realidade dos demais bairros da área estudada.

O José Pinheiro, um dos outros bairros analisados, está bem localizado na cidade e tem o segundo maior comércio do município. Dispõe de uma variedade de usos, por mais que uma parte esteja concentrada no perímetro do bairro, ao longo da avenida Severino Cabral, ainda há comércios locais dentro do bairro que representam a renda de diversas famílias, como é possível perceber no Mapa de Uso e Ocupação do Solo (figura 3).

Há, portanto, uma presença considerável do uso misto para um bairro que é caracterizado como residencial. Esse é um atributo particular que decorreu desse comércio interno que nele acontece. Entre outras coisas, esse tipo de contexto econômico proporciona aos residentes um menor deslocamento para outros bairros por causa da presença de diversos serviços e comércios que os permite fazer trocas econômicas básicas dentro de seu próprio bairro, o que é favorável para a qualidade de vida dos residentes e para a estruturação e desenvolvimento do bairro.

Vale destacar a ampla presença de edificações de caráter comercial e de serviço no bairro. Essa faixa comercial e de serviços no local se estende por praticamente toda a rua. Trata-se da Avenida Prefeito Severino Bezerra Cabral, delimitação entre onde termina o bairro do Catolé e onde começa os bairros José Pinheiro e Mirante. Esse último, por sua vez, continua essa faixa que vem do José Pinheiro com equipamentos que dispõem de comércios e serviços, ou ambos juntos em uma só edificação, sendo considerado uso misto. Assim, essa rua se caracteriza pela atividade econômica que é desempenhada nela – a qual surgiu devido ao processo de expansão da cidade – e sua importância se dá também por ser uma das saídas da cidade. Ademais, o bairro possui diversas microindústrias configuradas como serviço, e edificações de uso misto, além das populares e tradicionais bodegas.

Um bairro similar ao José Pinheiro, e que provavelmente em algum momento já fez parte deste, é o Monte Castelo. A relação entre esses dois bairros se mostra bastante evidente não só pelo contexto histórico, mas também pela aparência visual da malha urbana que eles dispõem, a grande presença de indústrias, a predominância do uso residencial, e a forte ligação entre o cenário socioeconômico desses bairros com as edificações de uso misto. Ponto importante nessa conexão entre José Pinheiro e Monte Castelo é o surgimento e posterior extinção da Favela da Cachoeira, que ficava na zona Leste da cidade. Era considerada a maior favela do estado da Paraíba e determinava o limite entre esses dois bairros, estando situada entre eles. A dissolução desta favela como uma ação higienista levou à realocação de diversas pessoas para outros bairros da cidade, dentre eles o bairro adjacente de Nova Brasília. Monte Castelo possui uma população de maioria pobre, como atestado pelo Censo 2010, que indica que a renda no bairro varia entre menos de um salário-mínimo e de um a três salários mínimos da época. Essa relação socioeconômica está fortemente atrelada ao desenvolvimento do bairro, e uma amostra disso é a divisão em área urbanizada e área ainda com aspectos rurais, o que também acontece com Nova Brasília e Castelo Branco.

Os aspectos rurais são possíveis de serem encontrados nos bairros citados pelo fato de estarem localizados próximos ao limite do perímetro urbano na Zona Leste da cidade e por ainda estar passando por desenvolvimento, e, conseqüentemente, transformações urbanas. Dentre os bairros analisados, os quais estão orientados ao centro e leste da cidade, o Monte Castelo, Mirante, Castelo branco e Nova Brasília estão nesse limite do perímetro, fazendo uma divisa com a área rural do município. Por essa razão, como citado anteriormente, esses bairros dispõem de áreas verdes bem adensadas, podendo apresentar muitas árvores e vegetação arbustiva e rasteira, sendo dispostos nos vales na região.

Essas áreas dos bairros evidentemente possuem ainda diversos vazios, e grande parte ainda não estão ocupadas e carecem de uma política pública que considere o espaço como objeto para expansão, isto é, dentro de regiões e bairros já consolidados, em detrimento de áreas que precisariam de uma reestruturação urbana a fim de lidar com esse espraiamento. As realidades dos bairros que permeiam este diagnóstico, são de lotes e edificações vazias e/ou sem uso, regiões sem infraestrutura básica, domicílios sem banheiros particulares ou sanitários, ausência de assistência técnica, entre outros.

Nesse âmbito, levando em consideração a infraestrutura básica, cabe comentar que, apesar dos bairros Monte Castelo, Mirante, Castelo branco, e Nova Brasília estarem situados próximo ao limite do perímetro e até este momento se apresentarem como áreas que ainda estão num processo de transição de Zona Rural para Zona Urbana, eles não são contemplados pela Zona de Ocupação Dirigida anteriormente referida que está próximo deles. Entretanto, seria válido que para esses bairros fosse disposta um trecho de Zona de Expansão Urbana, uma vez que nessa Zona, de acordo com o Plano Diretor de 2006 da cidade, fica garantido a atenção para com a infraestrutura básica e outras colocações e condições que podem auxiliar a população durante a expansão ocupacional desses bairros.

Um bairro bem contrastante em relação aos outros da zona Leste, é o Mirante. Possui maior poder aquisitivo que seus bairros adjacentes e tem sua expansão fortemente ligada à especulação imobiliária da cidade junto a um grande investimento em verticalização, denotando mais um contraste quanto ao padrão construtivo da região. O Mapa de Uso e Ocupação do Solo (figura 3) aponta que o José Pinheiro, Monte Castelo e Mirante, possuem o uso residencial como o mais presente dentro de seus limites, entretanto apenas esse último ostenta o alto padrão construtivo em cerca de dois terços dos lotes de todo bairro, além de ser o único bairro que não apresenta edificações de padrão construtivo baixo.

O Mirante é um bairro relativamente pequeno ainda em evolução, com cerca de 170 terrenos vazios, sendo seu adensamento em relação às edificações construídas abaixo. Algo semelhante acontece com os bairros Monte Castelo, Castelo Branco e Nova Brasília, que atualmente apresentam um adensamento de edificações baixo justamente pelo fato de estarem ainda no processo de expansão.

Ao Norte da zona Leste e adjacente ao centro, temos o bairro de Santo Antônio. Desenvolvido a partir de construções residenciais pelo BNH nos anos 60, possui um caráter residencial até os dias de hoje. É possível constatar uma predominância residencial na área, seguido de uma presença consideravelmente menor de edificações comerciais e de serviços, as quais por sua vez se concentram mais ao oeste do bairro, certamente pela aproximação ao Centro. Uma das problemáticas do Santo Antônio, é a ausência de espaços livres públicos e áreas verdes, apesar de vazios significativos que poderiam ter essa função dentro de uma perspectiva de uma revisão do Plano Diretor.

Atualmente o bairro se compreende também como um espaço de transição entre o centro comercial da cidade e uma parte da zona Leste. Ela dá acesso à Avenida Francisco A. de Nascimento que liga a cidade de Campina Grande à Massaranduba, portanto o Santo Antônio como um elemento de ligação entre a zona urbana e a zona rural. Sendo um bairro de transição e estando próximo ao centro da cidade, verifica-se uma configuração de padrão construtivo bastante diversificado entre os bairros adjacentes, se identificando uma divisão interna entre norte e sul através da principal via do bairro: a rua Santo Antônio. Essa divisão demonstra uma desigualdade social grande com uma renda mensal bem maior ao norte do que ao sul, além do próprio padrão construtivo e infraestrutura melhor na região norte do bairro.

Ao leste do Santo Antônio, temos o bairro Castelo Branco, que tem sua origem intrínseca à formação de outros bairros da área estudada, como Santo Antônio e José Pinheiro, sendo resultado direto da expansão da cidade para leste. Apresenta uma aparência rural pelo fato de ainda estar em processo de ocupação urbana e consequente urbanização. É uma área também predominantemente residencial com algumas poucas edificações de uso diferente – comércio, serviço, institucional e misto – nas extremidades oeste e sul do bairro, não obstante, o bairro possui cerca de 240 terrenos vazios, sendo 20 deles ainda sem parcelamento especificado pela Prefeitura.

Suas edificações apresentam um padrão construtivo que varia entre médio e baixo.

Tal qual o Castelo Branco, o bairro de Nova Brasília também é resultante da expansão da cidade para leste, e de realocação de famílias como as da favela da cachoeira, a partir do estabelecimento de conjuntos habitacionais na região. É majoritariamente residencial e de baixo padrão construtivo, tendo como segundo uso mais disseminado no bairro, o de serviço, entretanto não chega a um terço da quantidade de moradias. Os usos comercial e religioso se assemelham na quantidade de edificações em que estão presentes, seguidos então dos demais usos.

Assim como Monte Castelo e Castelo Branco, bairros com os quais faz divisa, Nova Brasília apresenta-se atualmente como um bairro em desenvolvimento, com áreas ainda sem ocupação urbana. Há até este momento diversos empecilhos à ocupação da área relacionadas à infraestrutura. Tal problemática é resultado da omissão de determinados bairros da área estudada em uma zona de interesse que objetivasse uma política de auxílio ao desenvolvimento de bairros em expansão, a exemplo da Zona de Expansão Urbana, que possibilita que áreas inseridas dentro dessa zona tenham prioridade na implementação de infraestrutura.

Na prática, o Plano Diretor de 2006 estabeleceu, certamente sem levar em consideração a expansão, um trecho de Zona de Ocupação Dirigida na área próxima à área de estudo deste diagnóstico, porém a mesma não contempla nenhum dos bairros da zona Leste, deixando-os à mercê no âmbito da ocupação e expansão urbana.

No aspecto referente ao ordenamento do uso do solo, o Plano Diretor de Campina Grande divide o território Municipal em duas Macrozonas complementares: a Macrozona Urbana e a Macrozona Rural. Essa divisão determina o limite da cidade e dos núcleos urbanos, no caso dos distritos, e identifica onde começa o perímetro rural. No Mapa de Macrozonas do Plano Diretor de 2006, a divisão entre macrozonas é bastante perceptível. No entanto, ele não apresenta a demarcação dos bairros da cidade, o que se repete em todos os outros mapas presentes no Plano. Isso dificulta a percepção, o entendimento e a análise do mapa, sendo possível ter uma noção de localização apenas pelos itens identificados nos mapas: o sistema viário, com apenas algumas vias principais; os corpos d'água, que, com exceção do mapa de Zonas Especiais de Interesse, se resumem a dois açudes; e, naturalmente, os limites dos distritos e dos municípios.

Na Macrozona Urbana encontram-se os usos residenciais, industriais, comerciais, de serviço, turismo e de lazer. Ela abrange os bairros que são objeto de estudo deste trabalho, e compreende também a Zona de

Qualificação Urbana, Zona de Ocupação Dirigida, Zona de Recuperação Urbana, Zona de Expansão Urbana. Essas zonas requerem uma atenção maior no Plano Diretor a partir de diretrizes específicas, mas que, durante esta análise, percebeu-se que as propostas para esses pontos presentes no Plano são insuficientes ou ineficazes em função da falta de regulamentação ou até mesmo sua inexistência. Em contrapartida, a Macrozona Rural, de acordo com o Plano do Município, se destina às atividades agropecuárias, extrativistas, agroindustriais e turísticas, e qualquer outra atividade que seja compatível com a preservação do meio ambiente e indutora do desenvolvimento das atividades agropecuárias. Ela deve ser dotada de legislação própria de controle do uso e ocupação do solo e de Plano de Desenvolvimento próprio, a serem definidos em lei específica.

A expansão periférica da cidade apresenta alguns problemas como no caso dos vazios urbanos, que em grande parte se dão em função da ausência de políticas de desenvolvimento direcionadas para os lotes inutilizados, vazios ou sem exercer sua função social dentro dos limites da cidade em detrimento da Zona de Expansão Urbana e da Zona de Ocupação Dirigida. De acordo com o artigo Vazios Urbanos do Centro de Campina Grande: Diagnóstico e Simulação (2018), do Laboratório de Rua, Campina Grande possui diversos espaços vazios dentro da sua malha urbana, espaços estes que ainda podem ser ocupados dentro da malha urbana consolidada cumprindo a função social da propriedade. Ocupar os espaços vazios seria uma solução alternativa para controlar a expansão periférica que ocorre, bem como a proposta do emprego de edificações de uso misto na cidade, essa última dialogando com a questão da moradia e com outras questões públicas, como a segurança e vitalidade urbana.

O Plano Diretor de Campina Grande estipulou um perímetro urbano no distrito sede que, ao menos na zona Leste da cidade, área dos bairros em estudo, ainda não foi surpassado, apesar de a ocupação urbana se encaminhar cada vez mais em direção ao limite urbano, chegando por fim à Macrozona Rural. Dessa forma, é imprescindível que na revisão do Plano Diretor de Campina Grande essa questão seja levada em consideração, para que haja diretrizes concretas com o objetivo de que a ocupação próxima aos bairros Monte Castelo e Castelo Branco se dê de maneira dirigida, isto é, coordenada e com restrições, de acordo com a Zona em que se encontram para que o limite urbano nessa região não tenha que sofrer alterações em um primeiro momento, levando em consideração a relação entre expansão urbana e vazios urbanos.

A Zona de Qualificação Urbana, a menor dentre elas, é caracterizada por usos múltiplos, sendo possível a intensificação do uso e ocupação do solo em virtude de as condições físicas serem propícias e da existência de infraestrutura urbana consolidada. Ela tem como objetivos: ordenar o adensamento construtivo, permitindo o adensamento populacional onde este ainda for possível, como forma de aproveitar a infraestrutura disponível; evitar a saturação do sistema viário; ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos, os espaços verdes e de lazer. Entretanto, apesar de ter objetivos bem definidos, a ausência de diretrizes dificulta que eles sejam atingidos.

Os bairros da área estudada que essa zona abrange são apenas o Centro e o Santo Antônio. No Centro, percebe-se que recentemente houve uma constante tentativa de alcançar essa qualificação urbana, através das restaurações, do aprimoramento ou da melhoria dos equipamentos urbanos e outros pontos importantes para um espaço urbano de qualidade. Em contrapartida, aparentemente, o Santo Antônio ocupa um espaço bem menor na preocupação do poder público em relação a essa qualificação urbana, mesmo estando próximo ao Centro. Não houve mudanças expressivas no Santo Antônio em relação a qualificação urbana, demonstrando a consequência da falta de propostas e diretrizes que permeiam todos os bairros de maneira semelhante para que a cidade se desenvolva de forma uniforme, mesmo que através de etapas e momentos diferentes. No Plano Diretor não há nenhuma referência ou diretriz específica para os bairros, tão pouco os que foram objetos de estudo deste diagnóstico.

Discussão

O resultado da análise dos dados coletados confirma a relevância do tema, evidenciando a disparidade entre o cenário da cidade e as disposições presentes no Plano de 2006. Para tanto, conclui-se que a revisão do Plano Diretor de Campina Grande é indispensável e improrrogável. Essa revisão deve seguir o rito democrático, fundamentado na participação da população, na transparência dos dados, e na lisura dos processos em todas as fases. A partir dessa interpretação, com o objetivo de destacar o distanciamento do Plano Diretor de Campina com o estado atual do espaço urbano e fomentar o debate acerca de sua revisão, foi produzida uma tabela de Problemáticas, Potencialidades e Diretrizes (PPD). Para tanto, foram definidos quatro eixos gerais de requalificações, para auxiliar no processo de seleção das problemáticas para a tabela PPD: infraestrutura, mobilidade urbana, habitação, e patrimônio histórico-cultural, conforme indicado na figura 4.

Figura 4: Eixos gerais de requalificação



Fonte: Acervo dos autores (2023)

Com base nesses eixos, foram selecionadas problemáticas encontradas nos sete bairros estudados que podem ser contempladas no âmbito do Plano Diretor, identificadas ações com capacidade de transformação positiva, e sugeridas diretrizes para solucionar esses problemas sob a ótica do Plano Diretor. As diretrizes, por sua vez, foram orientadas pelo *Guia para elaboração e revisão do Plano Diretor*, de 2019, e pelo guia “Plano Diretor Participativo: Guia para a Elaboração pelos municípios e Cidadãos”, de 2004, além de estarem em conformidade com as disposições do Estatuto da Cidade. As propostas dizem respeito a uma série de aspectos urbanísticos voltados aos eixos de requalificação propostos. Nesse panorama, foram indicados procedimentos que promovem o uso misto na cidade e, consequentemente, a vitalidade urbana, bem como condutas de revisão de legislações existentes, e redação de regulamentações e planos complementares.

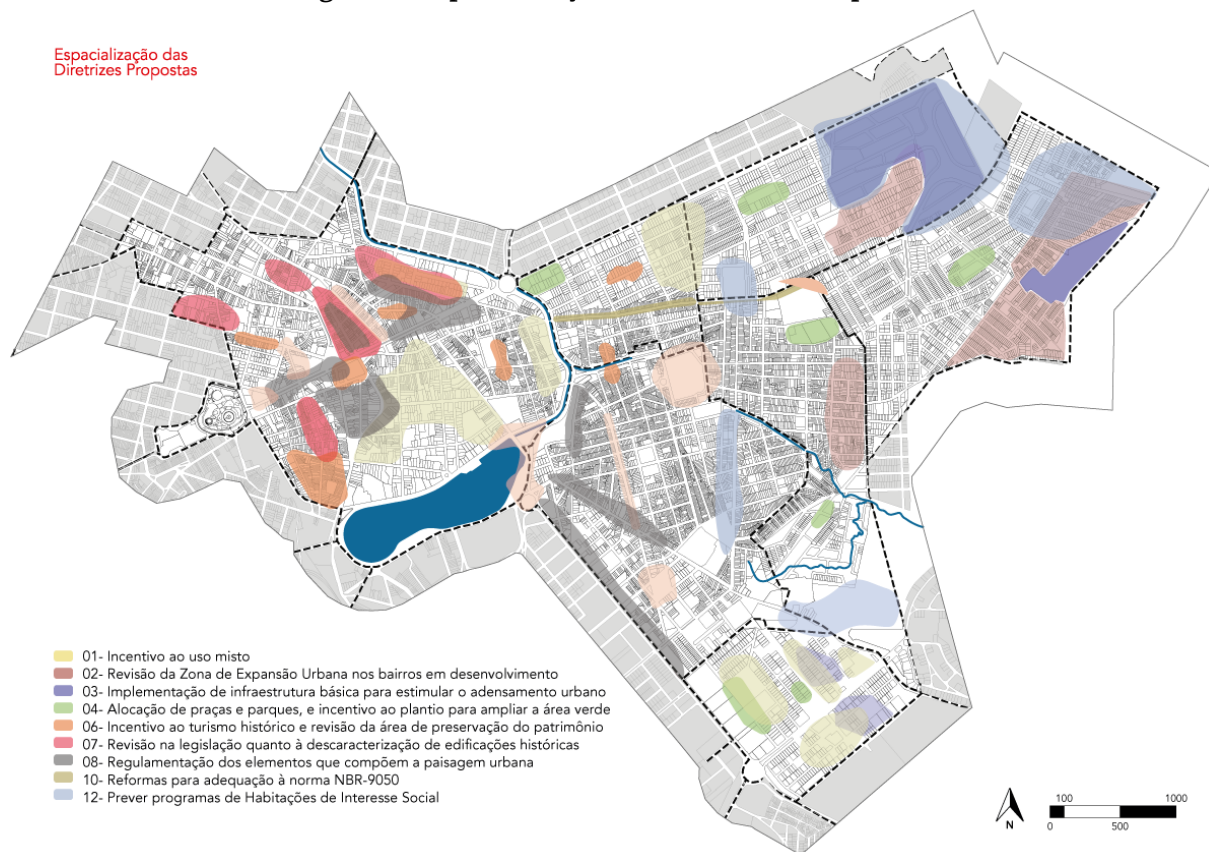
Figura 5: Tabela de Problemáticas, Potencialidades e Diretrizes

PROBLEMÁTICA	POTENCIALIDADE	DIRETRIZ
Insegurança em áreas sem atividades durante a noite	Promover vitalidade urbana através da diversificação de usos e aumento da sensação de segurança	Incentivo ao uso misto nessas áreas
Áreas em desenvolvimento ainda sem infraestrutura básica	Possibilitar expansão planejada a partir da implementação de infraestrutura	Revisão da Zona de Expansão Urbana para inclusão dos bairros que estão atualmente em desenvolvimento
Baixo adensamento em determinados bairros	Gerar adensamento urbano através da ocupação de áreas subutilizadas	Implementação de infraestrutura básica para estimular o adensamento urbano
Ausência de espaços livres públicos e áreas verdes	Transformar terrenos subutilizados em espaços de área verde, melhorando a qualidade de vida da população	Alocação de praças e parques, e incentivo ao plantio de árvores para ampliar a área verde no perímetro urbano
Desequilíbrio entre os modais com a priorização de automóveis	Estimular melhorias no sistema viário, evidenciando a hierarquia prevista no Código de Trânsito Brasileiro	Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana
Ausência de diretrizes voltadas para preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural da cidade	Propiciar atividades voltadas para o patrimônio histórico da cidade, prevendo ainda sua conservação e preservação	Incentivo ao turismo histórico e revisão da área de preservação da arquitetura histórica na cidade e sua legislação
Descaracterização de edificações históricas dentro e fora da área de patrimônio histórico	Conscientizar a população acerca da importância de preservar o patrimônio histórico arquitetônico	Revisão na legislação para a inclusão de leis mais rígidas quanto à descaracterização de edificações históricas
Poluição visual nas ruas comerciais	Constituir menor distração para condutores de veículos	Regulamentação dos elementos que compõem a paisagem urbana, sobretudo sobre os que promovem poluição visual
Ausência de ciclofaixas e ciclovias e conexão insuficiente entre as já existentes	Incentivar o uso do modal através da implementação de uma malha cicloviária eficaz	Elaboração do Plano Cicloviário
Ausência de caminhabilidade nas calçadas e falta de acessibilidade	Estimular melhorias no espaço público para assegurar caminhabilidade aos pedestres	Reformas para adequação à norma NBR-9050 e elaboração do Plano de Mobilidade Urbana
Baixa qualidade do transporte público	Incentivar o uso do modal através da implementação de uma malha de atendimento à população eficaz	Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana
Terrenos vazios subutilizados	Provocar ocupação de vazios urbanos e promover vitalidade urbana	Prever programas de Habitações de Interesse Social e ofertar incentivo fiscal para que os terrenos subutilizados cumpram sua função social

Fonte: Acervo dos autores (2023)

Por fim, confeccionou-se um mapa final do estudo, de forma a espacializar as proposições presentes na tabela PPD, com o objetivo de oferecer uma visualização do seu efeito físico em eventual implementação.

Figura 6: Espacialização das Diretrizes Propostas



Fonte: acervo dos autores (2023)

CONSIDERAÇÕES

Apontado como o principal instrumento legal para a política de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor reveste-se de importância para a gestão municipal, frente às atribuições de cada município dispostas na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Cidade (2001). Nessa conjuntura, o Plano é capaz de promover a função social da cidade, articular o uso adequado do espaço urbano e garantir o exercício da cidadania. Com essa compreensão, o município de Campina Grande produziu seu primeiro Plano Diretor no ano de 1996, após uma série de outros projetos voltados para o planejamento urbano executados na cidade durante o século XX. A revisão dele se deu dez anos depois, em 2006, sendo sua última atualização até o momento, estando a cidade distanciada em 17 anos do último Plano Diretor elaborado. Dessa maneira, foi-se dando peso para a realização deste estudo, uma vez que durante esse período a cidade expandiu sem um Plano Diretor que acompanhasse e guiasse esse crescimento. Sem o devido

norteamento do Plano, os problemas já existentes se consolidaram e ficaram mais complexos, permitindo ainda o surgimento de novos obstáculos e gerando transtornos e impedimentos para a população. Esse cenário traz à luz a ineficiência e atraso do Plano Diretor em vigor. Logo, este trabalho preconizou a elaboração de um estudo capaz de identificar essa relação entre a condição urbana atual da cidade e o retardo na revisão do seu Plano.

Constituiu-se este artigo, portanto, em estudos de caráter preliminar, em função do limitador tempo, com o objetivo de fomentar a discussão acerca da revisão do Plano Diretor de Campina Grande, a partir da relação entre o contexto em que se encontra uma porção da cidade e um panorama de seu Plano. Como resultado, foram elaboradas análises sobre o estado de sete bairros da cidade, bem como a análise do Plano Diretor de 2006. Ademais, foi produzida uma tabela de Problemática, Potencialidades e Diretrizes, com base em quatro eixos: Vitalidade Urbana, Mobilidade, Habitação e Patrimônio (figura 4). As diretrizes descritas na tabela (figura 5) foram especializadas em um mapa (figura 6), para proporcionar uma visualização dimensionada de seus efeitos na cidade.

A partir da análise dos sete bairros e da discussão acerca do Plano de 2006, constatou-se que a área estudada reúne uma série de questões urbanísticas pendentes. Inferindo os bairros deliberados para o estudo como uma representação do todo, nota-se o carecimento de ações do poder público voltadas para o planejamento urbano na cidade. Sendo o Plano Diretor o principal instrumento urbanístico para a gestão municipal do espaço urbano, cabe atribuir ao Plano de Campina Grande de 2006 a inconformação dos termos previstos pela Constituição Federal e o Estatuto da cidade. A ausência de uma abordagem efetiva de temas extremamente relevantes para o contexto socioeconômico e espacial da população, como mobilidade urbana e habitação, mostra-se um fator determinante no seu desempenho insatisfatório. Para as diretrizes propostas no Plano, a inexistência de leis complementares que as regulamentem reflete na impossibilidade de aplicação de diversas medidas que seriam positivas para o ordenamento do espaço urbano e poderiam ter impactos positivos no contexto socioeconômico da população. Depreende-se que, para o cumprimento íntegro de sua função, o Plano Diretor de Campina Grande deve, irrevogavelmente, ser revisado. Para além de acatar as disposições da Constituição Federal e do Estatuto da cidade, essa revisão justifica-se pelas problemáticas que transbordam consequências nas vidas de seus habitantes e retardam o crescimento da cidade. Deve ser realizada seguindo os ritos burocráticos e democráticos, permeada pela participação da população e com brevidade, tanto por razão do atraso existente, quanto em função das problemáticas encontradas neste estudo.

Conclui-se, portanto, que o estudo em questão atingiu os objetivos propostos, sobretudo ao compreender que o Plano Diretor é um facilitador no que diz respeito à promoção da função social da cidade, a articulação do uso adequado do espaço urbano e a garantia do exercício da cidadania pela população, e que a ausência de um Plano Diretor atualizado e condizente com a realidade do município retarda o desenvolvimento da cidade e prejudica a população em diferentes aspectos. Evidentemente, este artigo não tem como finalidade esgotar o debate acerca do Plano Diretor e a urgência de sua revisão na cidade de Campina Grande, mas sim fomentá-lo. Compreende-se que caberia, ainda, amadurecimento no conteúdo desenvolvido, sobretudo no tocante aos demais bairros da cidade, para o levantamento de um cenário ligeiramente mais factível, levando em consideração todos os bairros no perímetro urbano, bem como os distritos do município. Nada obstante, ficou explícito que os diferentes equipamentos e sistemas encontrados nos bairros se conectam entre si, promovendo diferentes configurações que coexistem e articulam a dinamicidade presente na cidade, manifestando sua constante transformação, condição essa que pode ser coordenada para promover um espaço urbano conectado em seus diferentes eixos e aspectos a partir do auxílio de um Plano Diretor eficaz.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, MARIANA PÔRTO VIANA; AQUINO, AÍDA PAULA PONTES; GUEDES, ANDREY DA SILVA; GUIMARÃES, ANDRÉ CABRAL. **PLANO DIRETOR EM CAMPINA GRANDE [LIVRO ELETRÔNICO]: RELAÇÃO ENTRE O PLANO E A REALIDADE NO CENTRO E BAIRROS DA ZONA LESTE E PROPOSTA DE DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO**. 1. ED. CAMPINA GRANDE, PB: UNIFACISA – CENTRO UNIVERSITÁRIO, 2020. 95 P.

ALMEIDA, ANA; CARVALHO, MYRIAN; LACERDA, JOSETE; MIRANDA, LÍVIA; MORAES, DEMÓSTENES. **DIREITO À CIDADE E HABITAÇÃO CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS E NORMATIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: AVALIAÇÃO DO CICLO RECENTE. RELATÓRIO FINAL**. CAMPINA GRANDE: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.OBSERVATORIODASMETROPOLES.NET.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2021/04/RELATORIO-FINAL__CAMPINA-GRANDE__UFPB.PDF](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/04/RELATORIO-FINAL__CAMPINA-GRANDE__UFPB.PDF). ACESSO EM: 07 DE NOV. DE 2023.

APOIO À AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. ANDUS. **GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES**. 2019. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ANDUSBRASIL.ORG.BR/ACERVO/PUBLICACOES/43-GUIA-PARA-ELABORACAO-E-REVISAO-DE-PLANOS-DIRETORES](http://www.andusbrasil.org.br/acervo/publicacoes/43-guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores). ACESSO EM: 11 NOV. 2023.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. BRASÍLIA, DF: SENADO FEDERAL: CENTRO GRÁFICO, 1988. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.CAMARA.GOV.BR/ATIVIDADE-LEGISLATIVA/LEGISLACAO/CONSTITUICOES_BRASILEIRAS/CONSTITUICAO1988.HTML](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicoes_brasileiras/constituicao1988.html). ACESSO EM: 07 NOV. 2023.

BRASIL. LEI FEDERAL NO 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. **ESTATUTO DA CIDADE**. ESTATUTO DA CIDADE: LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, E LEGISLAÇÃO CORRELATA [RECURSO ELETRÔNICO]. 4. ED. BRASÍLIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS, EDIÇÕES CÂMARA, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: GUIA PARA A ELABORAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS E CIDADÃOS**. 2004. 160 P.

CAMPINA GRANDE. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB**. LEI DE 05 DE ABRIL DE 1990. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CAMPINAGRANDE.PB.GOV.BR/LEI-ORGANICA-DO-MUNICIPIO/](https://campinagrande.pb.gov.br/lei-organica-do-municipio/). ACESSO EM: 10 NOV. 2023.

CAMPINA GRANDE. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **PLANO DIRETOR DE CAMPINA GRANDE: PROMOVE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE**. LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 09 DE OUTUBRO DE 2006.

GUEDES, ANDREY DA SILVA. **DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DIRETOR: METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO PARA A ETAPA DE LEITURA TERRITORIAL**. TESE DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO AO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE CAMPINA GRANDE, 2022. 145 P.

LYNCH, KEVIN. **THE IMAGE OF THE CITY**. CAMBRIDGE: THE M.I.T. PRESS, 1960.

SABOYA, RENATO. **CONCEPÇÃO DE UM SISTEMA DE SUPORTE À ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS**. TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS, 2007. 231 P.

SANTOS, ANGELA MOULIN S. PENALVA. **PLANEJAMENTO URBANO: PARA QUÊ E PARA QUEM?** **REVISTA DE DIREITO DA CIDADE**, V. 01. P. 51-94, 2006. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.E-PUBLICACOES.UERJ.BR/INDEX.PHP/RDC/ARTICLE/VIEW/10487/8259](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/10487/8259). ACESSO EM: 03 OUT. 2021.

RECUPERAÇÃO, REFORMA E RESTAURO DO MERCADO MUNICIPAL ADOLPHO LISBOA:

Um relato técnico e sentimental

Roger de Souza Abraham

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Santa Úrsula (RJ); Especialista em Sistemas de Energia pela UFAM e EFEI (MG); Professor de Arquitetura e Urbanismo na Universidade

Nilton Lins, Manaus, Amazonas;

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3283857726350436>

E-mail: roger.abraham@gmail.com

Ana Lucia Nascentes da Silva Abraham

Arquiteta e Urbanista pela USU (RJ); Mestra em Sociedade e Cultura do Amazonas pela UFAM; Professora de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Nilton Lins, Manaus,

Amazonas;

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3581628943407987>

E-mail: ana.abraham@uniniltonlins.edu.br

Resumo: Este artigo apresenta e comenta aspectos do memorial descritivo de projeto da última intervenção restaurativa no Mercado Municipal Adolpho Lisboa, que se iniciou na primeira década do século XXI, agora completando dez anos de sua reinauguração em 2013. O primeiro pavilhão do Mercado foi inaugurado em 1883 como o segundo mercado de ferro a ser montado no Brasil. Inscrito como monumento nacional em julho de 1987, respectivamente no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Belas Artes, seu tombamento inclui os pavilhões e jardins, embarcadouro e trecho da margem esquerda do rio Negro onde está implantado. O Mercado está situado no Centro Histórico de Manaus, na orla centro-sul da cidade, consolidando-se ao longo de mais de 140 anos na mais tradicional área de comércio da cidade. Reinaugurado em 2013, após inúmeras paralisações da obra, cujos motivos eram mais políticos e administrativos do que técnicos, a obra contou com apoio de toda a comunidade manauara, mas, sobretudo, dos permissionários do mercado, que continuaram atendendo por anos em um espaço provisório anexo ao mercado enquanto aguardavam os serviços serem concluídos.

Palavras-chave: Mercado Adolpho Lisboa; Restauro; Memorial Descritivo; Monumento.

Abstract: This article presents and comments on aspects of the project description of the last restorative intervention in the Adolpho Lisboa Municipal Market, which began in the first decade of the 21st century, now completing ten years since its reopening in 2013. The Market's first pavilion was inaugurated in 1883 as the second iron market to be set up in Brazil. Registered as a national monument in July 1987, respectively in the Historical Listing Book and the Fine Arts Listing Book, its listing includes the pavilions and gardens, pier and section of the riverbank (process 1179-T-1985). The Market is located in the Historic Center of Manaus, on the center-south coast on the banks of the Rio Negro, consolidating itself over more than 140 years in the most traditional commercial area of the city. After numerous stoppages, the reasons for which were more political and administrative than technical, the work had the support of the entire Manauara community but, above all, of the market's permission holders, who continued to serve for years in a temporary space attached to the market while waiting for services. be completed.

Keywords: Mercado Adolpho Lisboa; Restoration; Descriptive memorial; Landmark.

INTRODUÇÃO

Como arquiteto, nascido em Manaus e criado nos arredores da Praça dos Remédios – ou simplesmente “na rampa”, como os moradores e usuários da vizinhança dessa praça chamavam a área central de comércio e estivas de Manaus, que inclui o Mercado Municipal Adolpho Lisboa – o autor conviveu e frequentou a região do Mercado desde sua mais tenra idade, conhecendo seus moradores e permissionários pelos nomes e histórias (Figura 1).

Talvez influenciado por essa convivência precoce, foi sempre um apaixonado por mercados em geral, modernos ou antigos. Em todas as cidades do mundo por onde andou, a visita aos mercados locais eram uma parada técnica e obrigatória, por vezes afetiva e marcada por novas cores e sabores. Em todos eles, a evocação do Mercado estava presente, sobretudo naqueles construídos em ferro fundido e contemporâneos do nosso Adolpho Lisboa, como os da Boqueria e o de Saint Josep em Barcelona, o mercado central de Florença e o pequeno mercado de Orbetelo, pequena comuna italiana da região da Toscana, província de Grosseto, com apenas 15 mil habitantes. Além destes, cabe menção ao Mercatti di Rialto, em Veneza, há mais de cinco séculos vendendo sobretudo peixes e frutos do mar. Todos recentemente restaurados e adaptados para continuar sendo o que sempre foram: mercados.

Esses estabelecimentos, assim como o nosso Mercado Adolpho Lisboa, participaram da evolução social, cultural e urbana de seus respectivos entornos, preservando a interação entre o lugar e o fazer, sem modificar a função original do prédio e a relação com suas comunidades locais. As obras de restauros e adaptações desses mercados respeitam e valorizam não só o bem imóvel, como também sua função original de mercado, adaptando algumas novas funções de apoio ao turismo e suas conveniências.

Importante ressaltar que esse reconhecimento da atividade “mercado” como bem cultural é relativamente recente, sendo que no Brasil o século passado testemunhou a transformação de inúmeros mercados antigos de alimentos em “centros culturais” ou “de artesanato” e até em shopping centers, menosprezando o valor do saber fazer simples e das interações sociais diretas em favor de manifestações e relacionamentos culturais mais formais, porém para um público menor.

Esse conjunto de referências formado por exemplares de arquitetura semelhante, junto aos levantamentos cadastrais minuciosos efetuados no monumento pré-existente, aliados à vivência do arquiteto na área, formaram uma base essencial e única que o autor lançou mão para desenvolver o projeto do projeto de restauro e adaptação do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, objeto deste artigo.

Figura 1: Vista da Praça e Igreja dos Remédios – cartão postal, sem data. No local da caixa d’água à esquerda, hoje esse situa o prédio que abrigou a Faculdade de Direito da Universidade Livre de Manaus, depois UFAM



Fonte: Manaus de antigamente¹

ANTECEDENTES DO LUGAR

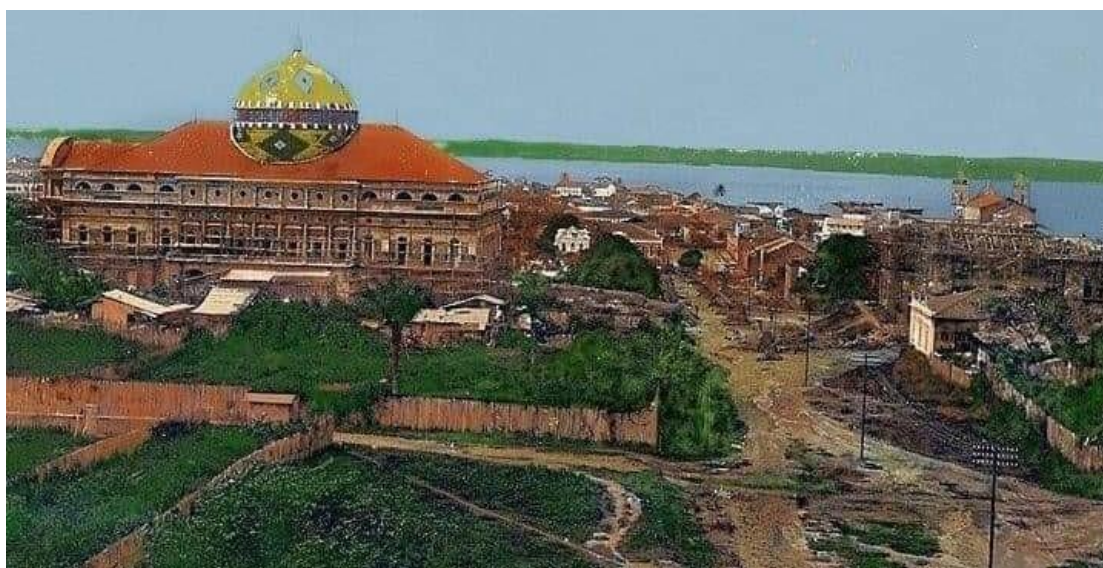
A história do Mercado Municipal Adolpho Lisboa reflete de várias maneiras as transformações sociais, culturais e urbanas de Manaus, de maneira geral, e do entorno da “rampa”, em particular. Desde o estado natural do sítio do Mercado, antes da construção da Cidade da Barra de São José do Rio Negro até os dias de hoje, este lugar sofreu uma série de adaptações físicas que foram resultados das diversas necessidades econômicas, urbanas e sociais que se impunham a cada momento da história. Essas transformações, como podemos acompanhar, ainda estão em curso.

A formação do espaço urbano de Manaus é marcada por uma constante remodelação da paisagem natural original. Na medida em que seu sítio primitivo era caracterizado por pequenas elevações cortadas por igarapés e cobertas por densa floresta tropical, a ocupação humana se fez através de consideráveis rupturas desse perfil da paisagem original.

Uma das mais emblemáticas imagens dessa paisagem urbana amazônica do século XIX, mostra o conjunto urbano existente na época, a partir das imediações do Teatro Amazonas, em fase de conclusão, ainda com parte dos tapumes da construção apoiados em sua fachada oeste (voltada para avenida Eduardo Ribeiro). Essa fotografia colorizada por computação demarca os limites da Manaus de então, nas imediações da rua Leonardo Malcher, uma cidade em formação, em obras, ainda sem infraestrutura (Figura 2).

Figura 2: Teatro Amazonas e arrabaldes

¹ Disponível em: @manausantigamente



Fonte: Álbum do Amazonas. Manaus 1901-1902

Na condição de cidade cujo único acesso se fazia pelo rio – condição esta que se manteve até meados do século XX com o início dos vôos regulares da aeronave “Catalina”, da extinta companhia aérea Panair do Brasil – a construção de um cais é vista como estratégia de primeira necessidade para a vida e sobrevivência dos habitantes de então. Vários desses primitivos embarcadouros, denominados de “rampas”, eram construídos também fora do centro, como São Raimundo e Educandos, fosse na forma de aterros inclinados ou escadarias para facilitar a baldeação e transbordo de pessoas e mercadorias, bem como para se adequar às condições da variação natural do nível das águas do rio Negro, permitindo o acesso à praia que se formava em frente à cidade na época da vazante. A mais conhecida e antiga dessas “rampas” foi a “Rampa da Imperatriz”, a oeste da esplanada do Mercado, cuja construção se deu entre 1868 e 1870 e que hoje jaz sob o aterro da chamada Manaus Moderna, obra viária que foi embargada em 1988, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para proteção do monumento em face do aterramento da muralha do frontispício voltado para o rio, e da praia original (Figura 3).

Antes de qualquer edificação ser construída no local do mercado, havia uma feira, denominada Ribeira dos Comestíveis, localizada na esplanada formada entre as rampas da Praça dos Remédios, que era uma simples escadaria até a praia, e a “da Imperatriz”, pavimentada, que permitia o acesso de veículos até esta mesma praia onde, durante os meses de vazante, se processava o embarque e desembarque das mercadorias e passageiros transportados pelos navios a vapor de então.

Figura 3: Vista da fachada oeste do Mercado mostra a ampliação para venda de carne com pequenos boxes. Em primeiro plano, o muro de arrimo da “Rampa da Imperatriz”.



Fonte: Álbum do Amazonas. Manaus 1901-1902

A partir da esplanada onde ficava a feira original a área vai se estender sob forma de sucessivos aterros de pequeno porte até que, a partir de 1903, são construídos os armazéns, prédios da Alfândega e Guardamoria, além do porto flutuante e toda a estrutura portuária ainda existente.

Figura 4: Foto mais antiga do Mercado, pela Rua dos Barés (fachada norte), já com o galpão aberto para venda de carne. À direita junto ao prédio, o ponto de embarque e desembarque na cheia. Ao fundo, à direita, se avista um navio a vapor



Fonte: Álbum do Amazonas. Manaus 1901-1902

Essa feira ao ar livre, pavimentada com paralelepípedos, foi então coberta com o que é a parte mais antiga do Mercado Adolpho Lisboa, o pavilhão central, inaugurado em 1883. Este pavilhão inicial foi logo complementado com duas construções anexas, a leste e oeste da primeira construção, destinados ao comércio de peixe e carne, respectivamente. (Figuras 4 e 5).

Estes dois “puxados” improvisados foram se transformando, substituídos por estruturas definitivas, pré-fabricadas em ferro fundido pela mesma metalúrgica que forneceu as peças da cobertura do pavilhão central, importadas de Glasgow e Edimburgo, na Escócia. As coberturas provisórias, no entanto, sobreviveram algumas décadas até serem enfim substituídas por outra, na intervenção de 1977/78.

Na sequência dessas primeiras construções, vieram de Glasgow e Edimburgo o Pavilhão das Tartarugas e os quiosques chamados de pavilhão Amazonas, ao leste, e Pará, a oeste deste.

Figura 5: O Mercado visto do rio durante a cheia. Já aparecem o anexo para venda do peixe, os banheiros e as construções que abrigavam as autoridades fiscais, onde hoje estão os pavilhões Amazonas e Pará.



Fonte: Álbum do Amazonas. Manaus 1901-1902

O Pavilhão Frontal, localizado ao norte do Pavilhão Central, de frente para a Rua dos Barés, em alvenaria ciclópica e de tijolos cerâmicos, foi o último setor do Mercado a ser construído. Foi concebido como uma arcada para cobrir parte da calçada da Rua dos Barés, afastada das janelas da fachada norte do pavilhão central, preservando as aberturas em venezianas de ferro e a ventilação cruzada. Logo após a reforma de Adolpho Lisboa ter sido concluída, o poço de ventilação e os arcos foram fechados, e a “*promenade*” (passeio coberto) transformada em boxes para comércio variado. As prospecções da obra de restauro em 2010, revelaram vestígios dos arcos do passeio coberto, ainda visíveis nas paredes deixadas com alvenaria original aparente (Figura 6).

Figura 6: Escada de ferro no setor de guarda e controle do Pavilhão Frontal, tendo ao fundo alvenaria original aparente para testemunho dos arcos do antigo passeio coberto na Rua dos Barés



Fonte: Acervo Roger Abrahim (2013)

Ao longo de sua história de funcionamento, as laterais e os espaços abertos dentro do próprio Mercado Adolpho Lisboa foram tomadas por construções que atendiam uma variedade enorme de comerciantes e prestadores de serviços. Os usuários mais antigos devem lembrar do “consultório” do “Fozzi” e sua ótica Fleming, precursor de todos os oftalmologistas e óticas da cidade.

Em 1977, o então prefeito de Manaus, Cel. Jorge Teixeira de Oliveira (1973-1979) promoveu uma obra saneadora no Mercado Adolpho Lisboa, com a demolição da ocupação espúria das construções espontâneas não autorizadas e executadas ao longo de décadas de descaso. As construções em volta do Mercado e nos espaços abertos de seu interior, quase todas em madeira, foram demolidas. Contudo, os serviços e melhorias dessa intervenção no prédio antigo foram executados sem critérios que visassem a valorização da edificação histórica, ou que considerassem as atividades que funcionavam no Mercado como um bem cultural. Os tempos eram outros, a consciência de preservação por aqui ainda não havia despertado, o que só vai acontecer no Amazonas a partir de 1980 quando tem início o processo de construção do patrimônio cultural no Estado do Amazonas, durante um período aproximado de vinte anos, com a adoção de instrumentos jurídicos

específicos e de um discurso oficial nacional introjetado pelo governo estadual (Abrahim, 2003, p. 12).

Em 1987, coincidindo com o tombamento federal do Mercado Adolpho Lisboa, implantou-se uma diretoria regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, em Manaus, com jurisdição sobre os estados brasileiros da Amazônia Ocidental. Essa interface perene entre natureza e cultura, induziu à adoção de estratégias diferentes e não convencionais, no exercício da preservação do patrimônio nesses Estados que compõem a fronteira amazônica brasileira (Abrahim, 2003, p. 12).

DIRETRIZES PARA O PROGRAMA E PROJETO DO MERCADO

O principal objetivo da obra projetada, além da restauração do prédio propriamente dito, foi a valorização de sua função, que deveria continuar sendo o mercado que sempre foi; até porque o uso como “mercado” e sua função social foi relevante no tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, junto aos demais atributos históricos e artísticos da edificação, e à paisagem resultante de seu engaste na margem do Rio Negro.

Para tanto, uma série de compromissos entre o IPHAN, a Prefeitura de Manaus e os permissionários do Mercado, estabeleceram as diretrizes gerais para o projeto. A primeira e mais importante dessas diretrizes foi o compromisso de considerar o Mercado Adolpho Lisboa como bem cultural construído e bem imaterial, valorizando não só o prédio, mas sua função e o que ele representa para a comunidade manauara em termos culturais, históricos, artísticos e afetivos.

Essas diretrizes foram classificadas por temas que deveriam ser considerados no projeto, buscando equacionar os seguintes aspectos da intervenção: sanitários, comerciais e arquitetônicos, detalhados para fins do projeto e da obra, da seguinte maneira:

1. Aspectos sanitários

O programa de necessidades a ser atendido pelo projeto de intervenção de 2010 no Mercado Adolpho Lisboa, previa a adequação das instalações, equipamentos, implementos e procedimentos, que cumprissem simultaneamente o Código Sanitário de Manaus (SEMSA/COVISA), o Serviço de Inspeção Federal – SIF, do Ministério da Agricultura e Abastecimento, para instalações que manipulam alimentos.

Ficou definido então, no programa, que as atividades do Mercado deveriam ser agrupadas por especialidades afins conforme o gênero de produto comercializado, para facilitar o atendimento das necessidades específicas de cada uma delas.

Dessa forma, um levantamento interno identificou seis zonas de atividades afins que exigiriam instalações e utensílios com características específicas: carne, peixe, hortifrutigranjeiros, estiva, artesanato e alimentação.

2. Aspectos comerciais

Os aspectos comerciais da intervenção envolveram, principalmente, os responsáveis pelo projeto de arquitetura, a Prefeitura de Manaus e os permissionários que, após exaustivas negociações, estabeleceram que:

a) O número de postos de trabalho deveria se manter aproximadamente igual, mesmo que o número de concessões fosse reduzido;

b) Os permissionários atuais teriam preferência na ocupação dos boxes e bancas novas;

c) Os permissionários se comprometiam em acatar as novas locações da mudança de layout dos boxes e bancas determinadas pelo projeto, que definiu um novo zoneamento de atividades, priorizando o agrupamento de instalações afins, conforme diretrizes relacionadas aos aspectos arquitetônicos da intervenção.

Após estas considerações, a setorização do mercado ficou assim definida:

- **Pavilhão Central:** teve seu uso anterior mantido (comércio de secos e molhados e artesanato). Mas a organização dos boxes (layout) teve que ser drasticamente modificada, uma vez que todos os boxes construídos estavam colados às paredes originais ou emparedando os pilares. As figuras a seguir, mostram uma panorâmica do Pavilhão Central antes da intervenção, evidenciando os pilares de ferro da estrutura enclausurados pelos boxes de venda (Figura 7).

Figura 7: Interior do Pavilhão Central, antes da obra, com os boxes enclausurando a estrutura original de ferro



Fonte: Acervo Roger Abraham (2010)

- **Pavilhão das Tartarugas:** abrigava 8 (oito) cozinhas que emparedavam a estrutura original (Figura 9), com péssimas condições de segurança e sanitárias. No novo projeto foi destinado aos hortifrutigranjeiros.

Figura 8: vista do Pavilhão das Tartarugas antes da intervenção, com as sanefas improvisadas em lona plástica



Fonte: Acervo Roger Abraham (2010)

Figura 9: Vista interna do Pavilhão das Tartarugas, antes da intervenção, ocupado por diversas cozinhas com os tubos de exaustão rasgando a janela em vitral



Fonte: Acervo Roger Abrahim (2010)

- **Pavilhões Amazonas e Pará:** o pavilhão Amazonas, a leste, abrigaria uma cozinha e o Pará a oeste, seria um quiosque para atendimento de turistas. Atualmente os dois abrigam cozinhas.

- **Pavilhões da Carne e do Peixe:** mantiveram seus respectivos usos; as bancas, no entanto, passariam a ser em aço inoxidável e soltas da construção original em um novo leiaute, e adaptadas aos novos sistemas de coleta de efluentes.

- **Pátios laterais:** localizados entre os pavilhões da carne e do peixe e o central foram destinados a duas praças de alimentação com 12 (doze) cozinhas de diferentes portes em cada. Uma nova cobertura, no entanto, deveria substituir a existente.

A cobertura nova foi projetada para resolver um grave problema criado pela inadequada cobertura construída em 1977/78, que permitia que as chuvas penetrassem tanto nos boxes que cobria, como nos do pavilhão central. De certo modo, foi pensada para ser a “assinatura” da intervenção contemporânea.

3. Aspectos arquitetônicos

Além das diretrizes e exigências decorrentes do atendimento relativo aos aspectos comerciais e sanitários, o projeto de reforma, adaptação e restauro do Mercado teve que assumir alguns compromissos prévios como parte do programa, como seguem.

O primeiro compromisso assumido pelo projeto foi com o monumento, propriamente dito: nenhum dos novos elementos ou equipamentos, indispensáveis para atender as necessidades que se impunham pelas adaptações exigidas, seria, de nenhuma forma fixado, embutido ou apoiado no prédio original, ou encobriria qualquer dos elementos arquitetônicos originais; ou seja, o prédio antigo deveria ficar visível em todos os seus detalhes e nada poderia interferir visualmente nos elementos a serem restaurados.

O segundo compromisso foi com as posturas sanitárias, municipais e federais, relacionadas ao comércio e manipulação de alimentos. Este segundo compromisso condicionou a escolha e especificação dos revestimentos de pisos e paredes, além de nos obrigar ao desenvolvimento e detalhamento de um sistema especial de drenagem e limpeza para os pavilhões da carne e do peixe.

O terceiro compromisso que o projeto deveria obedecer seria a manutenção, dentro do possível, dos postos de trabalho, uma vez que o número de permissionários após a reforma seria menor do que a existente.

O quarto compromisso, que de certa forma sintetiza todos os anteriores, é o de tratar o Mercado como um estabelecimento comercial contemporâneo, com as atividades afins agrupadas, e a utilização de equipamentos, revestimentos e instalações mecânicas e sanitárias adequadas aos fins a que se destinam, bem como os procedimentos de manutenção e limpeza.

Na verdade, o objetivo final era um mercado modelo. E assim foi feito.

O PROJETO E A OBRA

Durante as obras do Mercado, entre muitos visitantes ilustres destacamos a do arquiteto pernambucano Geraldo Gomes da Silva, reconhecido por sua obra seminal “Arquitetura do Ferro no Brasil” (Silva, 1986).

Numa das longas conversas no canteiro de obras do Mercado, o arquiteto Geraldo Gomes fez uma observação definitiva em se tratando desse

gênero de obra, ao comentar que projetos de restauro e reforma em prédios antigos não são projetos realmente, são, no máximo, uma hipótese.

O fato de projeto e obra estarem juntas no presente artigo é um reconhecimento à exatidão e propriedade das palavras de Geraldo Gomes, uma vez que foram inúmeras as vezes que tivemos que rever o projeto desenvolvido, em função dos achados arqueológicos ou mesmo das prospecções em elementos pretéritos recém revelados na própria arquitetura do monumento Mercado. A seguir, apresentamos alguns momentos.

1. Levantamento cadastral e diagnóstico

Como primeira tarefa a executar foi imperioso um levantamento e cadastramento arquitetônico do Mercado, mais detalhado do que os levantamentos fornecidos pelo IPHAN e pela Prefeitura de Manaus, que apesar de iconograficamente corretos, apresentavam muitas lacunas nas informações técnicas para efeitos de elaboração dos projetos necessários. Nos documentos técnicos do projeto (desenhos e especificações), este levantamento foi identificado pelo termo “disponibilizado”, significando o levantamento da arquitetura do monumento, a estrutura de ferro e a de alvenaria, com a exclusão de todos os elementos que não originais, por exemplo, os boxes e adições espúrias do lado externo ao edifício.

A identificação, localização e quantificação dessas ocorrências deveriam constar de um mapeamento de danos, cuja realização ficou a cargo da Unidade Executora do Projeto MONUMENTA – UEP/Manaus, convênio da Prefeitura de Manaus com o IPHAN, alocado na Fundação Municipal de Eventos e Turismo – MANAUSTUR. Uma vez que essa importante etapa nunca foi concluída, comprometendo assim o diagnóstico prévio a qualquer intervenção em monumento federal, os cuidados tiveram que ser redobrados durante a execução da obra.

A empresa Cerne Engenharia executou o levantamento do monumento, bem como o mapeamento dos danos estruturais e o diagnóstico do estado de conservação da estrutura, tanto de ferro quanto de alvenaria (ciclópica e de blocos cerâmicos). As Especificações Gerais de Restauro apresentadas pela empresa, traziam, de forma sucinta, a descrição de patologias com as ocorrências verificadas e recomendava terapias de forma genérica para o restauro dos elementos construtivos e artísticos do monumento Mercado Adolpho Lisboa.

Assim mesmo, ao longo da execução da obra fomos brindados com várias surpresas e achados arqueológicos, exigindo acompanhamento e constante modificação do projeto, como previra o mestre Geraldo Gomes.

2. Restauros

Ao assumir como natureza dessa intervenção a decisão de expor o prédio original restaurado na sua integralidade e eliminar todos os acréscimos construídos e fixados na estrutura antiga, bem como o compromisso de respeitar esta diretriz de ocupação nos projetos que seriam desenvolvidos, viabilizou enormemente seu desenvolvimento.

Segue um breve relato sobre as especificações dos projetos executados mais relevantes.

A estrutura e adereços de ferro

A recuperação da estrutura, grades e adereços de ferro foi executada conforme mapeamento de danos e especificações desenvolvidas pela Cerne Engenharia. As peças estruturais em ferro fixas (pilares e vigas) foram jateadas com microesferas de vidro, no próprio canteiro, e receberam pintura contra oxidação. As grades e adereços mais leves foram desmontados, transportados para uma oficina montada fora do canteiro e, também, jateados com microesferas de vidro, para receber em seguida a mesma pintura contra oxidação aplicada nas peças estruturais; depois retornavam para ser remontadas nos seus locais de origem.

Alvenarias

Os serviços de recomposição, impermeabilização e pintura dos elementos de alvenaria ciclópica e blocos cerâmicos foram executados conforme as recomendações prévias da empresa Cerne Engenharia para as terapias a ser aplicadas nos elementos em processo de recuperação. Para evitar conflito do restauro com as indispensáveis instalações elétricas, de segurança e comunicações, entre outras, optou-se por executar todas as instalações complementares (eletricidade, comunicação, segurança e hidro sanitárias em tubulações aparentes).

Numa visita ao Mercado Adolpho Lisboa atual, podem ser contemplados os resultados do excelente trabalho realizado por nossos artífices e mestres em cantaria, como por exemplo, onde foi deixada uma janela de prospecção para expor um pequeno trecho da alvenaria ciclópica original. Da mesma forma, o peitoril do Pavilhão Central (Figura 10), as

sapatas dos pilares de ferro fundido à mostra também no Pavilhão Central (Figura 11) e a base dos pilares de ferro dos Pavilhões da Carne e do Peixe.

Figura 10: Peitoril em pedra aparente, excelente execução de trabalho de cantaria em pedra jacaré



Fonte: Acervo Roger Abrahim (2013)

Figura 11: Base da coluna de ferro fundido da estrutura original apoiada sobre bloco de pedra



Fonte: Acervo Roger Abrahim (2013)

Esquadrias

Considerando que as esquadrias de madeira existentes ainda eram originais da época da construção do Mercado, apesar dos remendos e concertos, todas foram recuperadas, impermeabilizadas e pintadas conforme modelos existentes.

As históricas venezianas de ferro foram recuperadas com a mesma tecnologia usada no restauro e limpeza dos outros elementos de ferro.

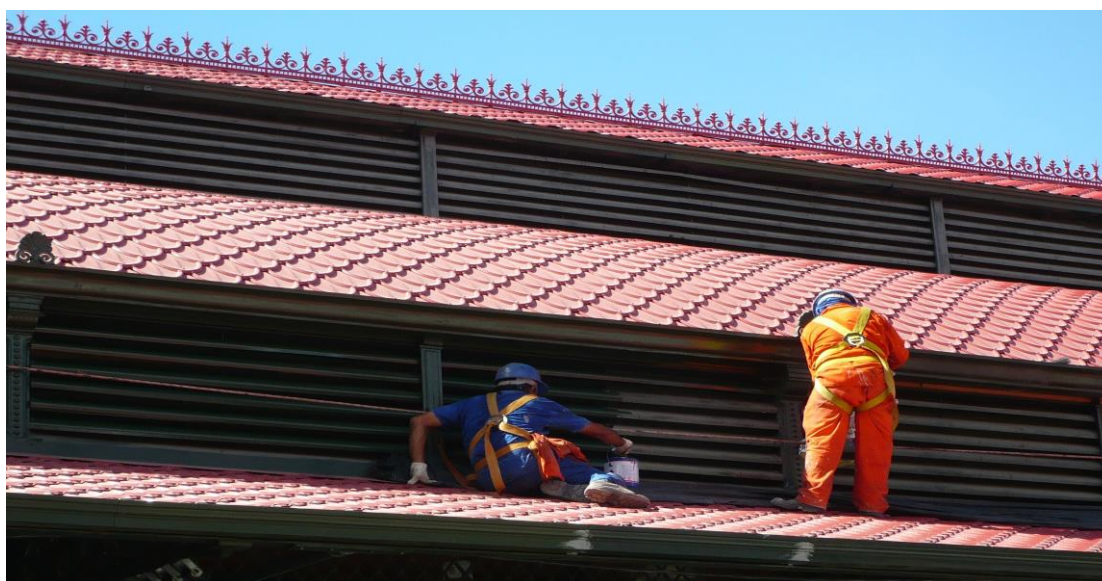
Coberturas

O monumento Mercado apresenta quatro tipos diferentes de cobertura, a saber:

- 1) Estrutura e telha ondulada em metal: pavilhão central e das tartarugas;
- 2) Estrutura de madeira e telha francesa: pavilhão frontal;
- 3) Estrutura mista (madeira e metal) e telha escamada em metal: nos pavilhões da carne, do peixe;
- 4) Estrutura e telha escamada em metal: nos pavilhões Amazonas e Pará.

Todos os telhados ainda se apresentavam com suas estruturas e revestimentos originais, apesar do péssimo estado de conservação, tanto das estruturas como dos revestimentos. As coberturas foram desmontadas e reconstruídas exatamente como as originais; para atender a demanda específica por telhas metálicas escamadas, não mais fabricadas, foi necessário montar uma pequena oficina no próprio canteiro de obras para estampar as telhas necessárias (Figuras 12, 13 e 14).

Figura 12: Fixação do telhamento em escamas de metal já restauradas



Fonte: Acervo Roger Abraham (2012)

Figura 13: Pintura das telhas em escamas metálicas, no próprio canteiro de obras



Fonte: Acervo Roger Abraham (2012)

Figura 14: Pequena oficina no canteiro de obras, para estamparia das telhas escamadas em metal



Fonte: Acervo Roger Abraham (2012)

Demolições

No caso do Mercado, as demolições representavam um elemento de enorme importância, uma vez que cuidados especiais na execução dos serviços deveriam ser tomados, não só para não danificar o elemento original, mas, também, prevendo o aproveitamento de muitos elementos e materiais utilizados, principalmente os pisos em pedra de lioz.

Foram as seguintes operações de demolição levadas a cabo:

- a) No Pavilhão Central: todos os boxes construídos em alvenaria na década de 1970, que estavam emparedando os pilares e as paredes laterais (conforme figuras já mostradas neste artigo) foram demolidos para livrar os elementos originais do prédio que passariam a ser expostos.
- b) No Pavilhão das Tartarugas: as oito cozinhas existentes, todas em alvenaria e emparedando a estrutura original foram demolidas.
- c) Todas as áreas não ocupadas pelas “construções” da intervenção de 1979 estavam revestidas com pedras de lioz, vindas de Portugal, que foram removidas com os cuidados necessários para o seu integral reaproveitamento (Figura 15).

Figura 15: Blocos de pedra de lioz retirados do piso para recuperação e reassentamento



Fonte: Acervo Roger Abraham (2012)

- d) Nos dois pátios laterais, entre o Pavilhão Central e os Pavilhões da Carne e do Peixe, havia uma cobertura construída na intervenção de 1979 que, em consequência de sua forma, permitia que a chuva entrasse tanto nos boxes abrigados por essa mesma cobertura, como no pavilhão central, obrigando os permissionários a “cobrirem” os vãos abertos com lonas plásticas (Figura 16).

Figura 16: Vista das cobertas improvisadas com lonas azuis, nas passagens entre os pavilhões



Fonte: Acervo Roger Abraham (2010)

Elementos de pedra

As soleiras de concreto e de granitina executadas em pequenas reformas sem qualidade, foram removidas e substituídas por peças de granito bege Bahia, moldadas conforme os modelos remanescentes originais e o mapeamento desenvolvido pela Cerne e detalhamento do projeto de arquitetura.

Arqueologia

Confirmando o parecer do arquiteto Geraldo Gomes, em conversa já citada neste artigo, de que projetos de restauro e reforma em prédios antigos não são projetos realmente, são, no máximo, uma hipótese, foram inúmeras descobertas arqueológicas na fase de demolições, que tivemos que incorporar ao projeto com a obra ainda em andamento, dentre as quais destacamos as seguintes:

a) a escadaria

Quando as primeiras lajes do piso em pedras de ilhós e da escada em granitina (resultado da obra de 1977/78) começaram a ser removidas, no pátio entre os pavilhões central e da carne, revelou-se a escada original que ligava este pátio à esplanada em frente ao antigo pavilhão das tartarugas.

Apesar de ter sido possível a sua restauração, optamos por expô-la da maneira que foi encontrada (Figura 17), mesmo que bastante danificada.

Figura 17: Escada revelada durante as obras, antes totalmente aterrada



Fonte: Acervo Roger Abraham (2012)

b) as sapatas dos pilares do pavilhão central, do peixe e da carne

No pavilhão central, ao serem demolidos os boxes construídos em 1977/78 e removido o piso original, as sapatas na base dos pilares de ferro ficaram à mostra. As peças, únicas, primorosas obras de cantaria em pedra jacaré estavam em perfeito estado de conservação.

A decisão de deixá-las expostas acarretou no trabalho de revisão de todas as cotas de níveis do projeto, mas o resultado valeu a pena (Figura 11).

c) os parapeitos do pavilhão central

O primoroso trabalho dos nossos maçons à época se estendeu a outras peças utilizadas na obra original do prédio. Os peitoris do pavilhão central estão entre esses elementos.

Estavam rebocados desde seu assentamento original. No entanto, a maestria do trabalho dos artesãos de então, merecia ser glorificada (Ilustração 18). E assim foi feito.

3. Elementos novos introduzidos

Coberturas novas

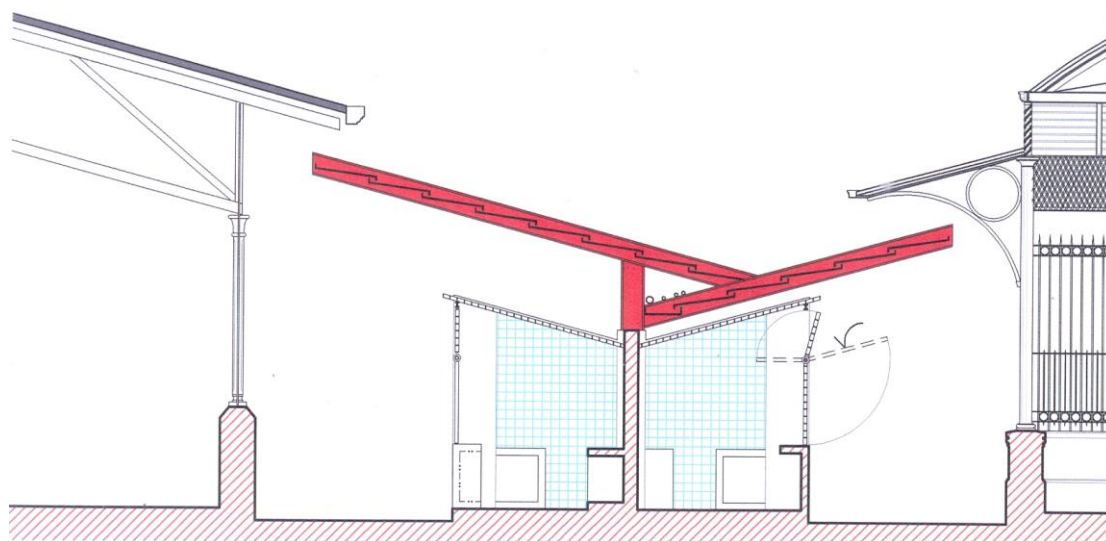
A cobertura nova das praças de alimentação, por força do programa, deveria atender diferentes necessidades, algumas pragmáticas, outras simbólicas, quais sejam:

- a) A primeira destas necessidades, por óbvio, é ser a cobertura das cozinhas das praças;
- b) A cobertura deveria solucionar o problema da penetração da chuva, improvisado com lonas plásticas;
- c) A estrutura nova, por dever de compromisso, deveria fazer referência e se harmonizar com elementos da construção original;
- d) Esta cobertura deveria ser a “assinatura” do projeto e da obra.

Os dois primeiros itens mencionados, foram solucionados com a projeção das duas águas da cobertura sob os beirais das coberturas dos pavilhões vizinhos e com um sistema de telhas que permite a iluminação e ventilação naturais dos boxes/cozinhas.

Em todo projeto e obra de restauro é previsto que as novas inserções que vão marcar a intervenção contemporânea, esteja em harmonia e dialogue com o edifício original. No caso do Mercado, a estrutura nova “conversa” com o prédio original através de dois elementos, principalmente: uma referência formal e outra, material. A formal se dá no partido plástico da estrutura da Praça de Alimentação, onde os caimentos das duas águas da cobertura nova acompanham os caimentos dos beirais dos pavilhões vizinhos sem, no entanto, se fixar ou, sequer, encostar nas estruturas antigas (Figura 21). A referência material é o aço da estrutura nova versus o ferro da estrutura original, cada um em seu tempo.

Figura 18: Desenho do projeto da nova cobertura das praças de alimentação



Fonte: Acervo Roger Abraham (2012)

Idealizar e construir essas coberturas proporcionaram uma grande lição de vida, e de humildade profissional. O detalhe do desenho proposto para a terminação das vigas da cobertura nova, era mais reto do que o que foi construído. Explica-se: o mestre serralheiro responsável pela confecção e montagem das peças das novas estruturas metálicas, chamou o arquiteto de lado e ponderou que “...a viga projetada tinha uma terminação muito bruta e agressiva”, e propôs uma alternativa imaginada por ele próprio, trazendo inclusive um modelo em escala real para mostrar. Concordamos com suas ponderações e as vigas do mestre serralheiro foram construídas e estão lá hoje atestando a criatividade do artífice (Figura 22).

Figura 19: Harmonia e plasticidade nos desenhos das vigas antigas e novas



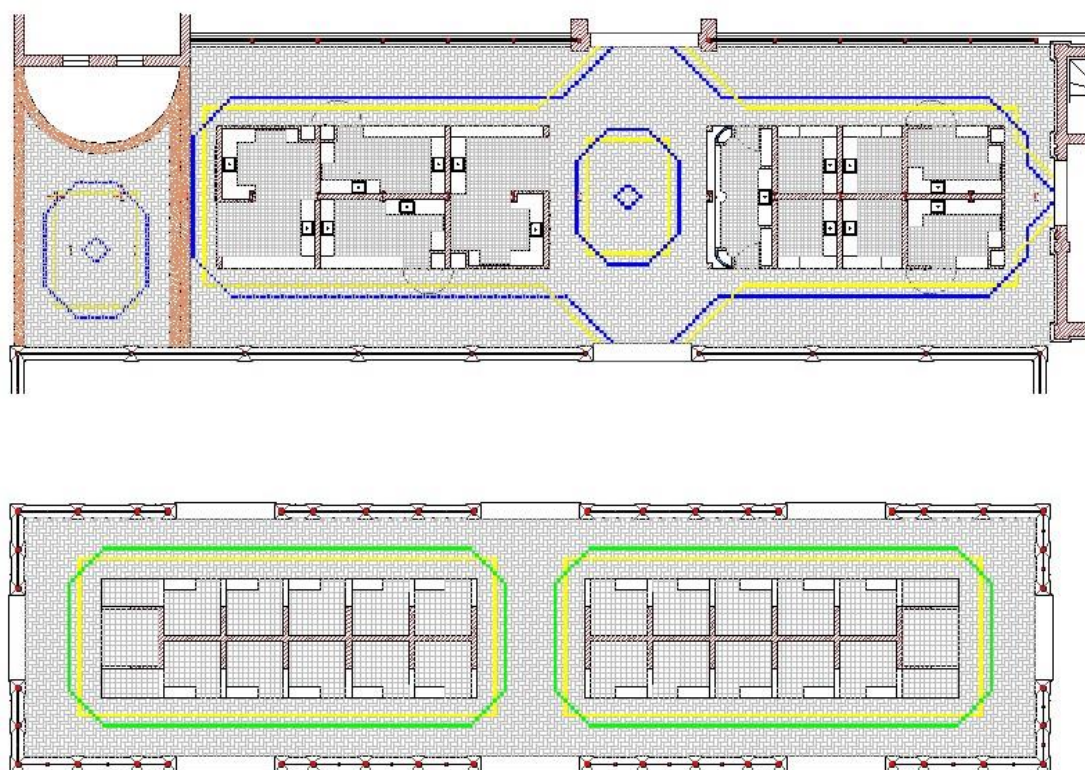
Fonte: Acervo Roger Abraham (2012)

Pisos

As especificações propostas para os pisos dos diferentes espaços do Mercado determinavam que todas as áreas internas seriam revestidas com cerâmica Gail, piso especial para instalações que lidam com alimentação; e as áreas ao ar livre, calçadas inclusive, seriam revestidas com as pedras de lioz removidas do piso original.

O projeto detalhava as áreas revestidas com cerâmica Gail, com o leiaute de cada área e as cores escolhidas refletindo o uso definido para cada espaço: vermelho para o Pavilhão da Carne, azul para o Pavilhão do Peixe, verde para o de Hortifrutigranjeiros e assim por diante como pode ser visto no exemplo da Figura 20.

Figura 20: Esquema da proposta para paginação dos pisos do Pavilhão das Tartarugas e praças de alimentação



Fonte: Acervo Roger Abraham (2013)

No entanto, a comissão de acompanhamento da obra, num “ataque” explícito de saudosismo, determinou que o pavilhão central mantivesse o revestimento original em lioz.

Ponderei, à época, que esta opção não técnica era imprópria por diferentes razões, a ver:

- a) Não apresentava as características físicas necessárias para o atendimento das exigências sanitárias determinadas pela legislação municipal e federal para estabelecimentos desta categoria;
- b) As irregularidades naturais da pedra natural não permitiriam a fixação da sinalização de piso para deficientes visuais; e por fim,
- c) O número de peças removidas deixaria de ser suficiente para o revestimento das áreas a céu aberto.

Apesar das impropriedades apontadas, a resolução da comissão prevaleceu, acarretando hoje as consequências previsíveis: a irregularidade das pedras acumula água, as placas da sinalização de piso para deficientes

visuais soltaram todas, e o revestimento das áreas descobertas e calçadas tiveram de ser completadas com “pedra mineira”.

Identidade Visual e sinalização

Como parte integrante do projeto executivo do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, foi desenvolvido pelo designer gráfico Rodrigo Abrahim, todo um projeto de Identidade Visual e Sinalização, junto com um Manual de Utilização da proposta. Pela primeira vez na história de um bem cultural público tombado em Manaus, um projeto de sinalização gráfica, detalhado minuciosamente, foi executado e afixado antes da entrega da obra. Dessa forma, já a partir da inauguração em 2013, toda a sua organização interna renovada era oferecida de forma didática ao público, evidenciando tanto os setores e pavilhões, como os acessos de entrada e saída, além dos novos ambientes como as praças de alimentação, com um esquema cromático de cores quentes, com tons familiares aquele ambiente, ao mesmo tempo elegante e acolhedor.

Figura 21: nova sinalização e identidade gráfica – projeto do designer gráfico Rodrigo Abrahim



Fonte: Acervo Roger Abrahim (2013)

Figura 22: Placas suspensas de identificação dos setores, com padrão gráfico do projeto de sinalização



Fonte: Acervo Roger Abraham (2013)

Histórias dos bastidores (“causos” da obra)

Dentre as inúmeras ocorrências heterodoxas relacionadas a essa última intervenção no Mercado Adolpho Lisboa, duas merecem destaque e relevância, uma vez que relacionadas a costumes ancestrais que merecem registro.

O primeiro “causo” foi a descoberta, durante os serviços preliminares de demolição, de duas jiboias com mais de três metros de comprimento, vivendo nos entreforros do Pavilhão Frontal. A criação desse tipo de serpente não peçonhenta era uma prática antiga e disseminada em Manaus, para o controle da praga de roedores antes do uso de venenos. Em algumas comunidades do interior ainda é usado.

O segundo “causo” é referente ao controle de vetores, de uma maneira geral (ratos, insetos e pombos, entre outros). O controle dos roedores se fez necessário uma vez que, mesmo com as jiboias, o número e porte dos roedores eram aterrorizantes, uma vez que o sítio do Mercado é contíguo ao do Porto de Manaus, zonas em que o trânsito desses animais é comum.

No entanto, quando íamos iniciar o controle da população de pombos, do ponto de vista sanitário tão nocivos quanto os roedores, houve uma reação contra os permissionários que não entendiam os pombos em seu aspecto nocivo. O efeito desse negacionismo cultural sobre a obra foi que a “cobertura” dos boxes do pavilhão central, que teria uma grade aberta para permitir plena ventilação destes, obrigou os permissionários a recobrir a estrutura metálica da cobertura com materiais diversos, de telhas plásticas a sacos de embalagem reutilizados que estão, no presente, recobertos com uma considerável quantidade de guano (fezes de pássaro).

Eventualmente, soubemos que os permissionários tentam afugentar os pombos, quando a população excede o aceitável, soltando rojões dentro do pavilhão, com todos os riscos que isso pode representar para o prédio.

O terceiro “causo” foi mais uma lição que a obra de restauro no Mercado proporcionou.

A visita do arquiteto Geraldo Gomes à obra aconteceu quando ainda estávamos na fase de demolições e, na visita ao canteiro uma particularidade na estrutura de ferro fundido nos chamou atenção: as grades externas do Pavilhão do Peixe e do Pavilhão da Carne, que tiveram suas bases cobertas por alvenaria na obra de 1977/78, à época da visita tinha acabado de ser removida. Notamos então que as peças de ferro fundido do Pavilhão do Peixe estavam visivelmente mais oxidadas do que as do Pavilhão da Carne, sem uma razão lógica para isso. Durante investigação sobre o fenômeno, chegamos mesmo a cogitar que a gordura dos peixes, tratados nas bancas do pavilhão, poderia ser mais cáustica do que a da carne.

Alguns meses mais tardes, a solução da charada veio após o pedido de um dos permissionários do Pavilhão do Peixe, para a colocação de um tipo qualquer de toldo para a fachada leste, que dava para a Travessa Tabelação Lessa, pois a quantidade de água que entrava era considerável, às vezes até impedindo o trabalho nas bancas desse lado do pavilhão. Ora, essa fachada era justamente aonde as grades de ferro apresentavam maior desgaste, a face leste, de onde provém os ventos dominantes e que recebe mais de dois terços das chuvas anuais; o que não acontece no pavilhão da carne, a oeste.

Mais uma vez e sempre, aprendendo com o monumento e seus usuários.

REFERÊNCIAS

ABRAHIM, ANA LUCIA N. S. **O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMAZONAS**. ORIENTADOR: ERNESTO RENAN DE FREITAS PINTO. 2003. 174 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO). PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA - PPGSCA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS, 2003.

KASUGA, YOSHIKO.; TAO, I. M. KOMACHI, HANAE. **WORLD UP-SCALE SUPERMARKETS**. TOQUIO, JAPÃO, SHOTENKENCHIKU-SHA CO. LTD., 2000.

MESQUITA, OTONI MOREIRA. **MERCADO ADOLPHO LISBOA: HISTÓRIA E ARQUITETURA**. MANAUS, FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, 2019.

SILVA, GERALDO GOMES. **ARQUITETURA DO FERRO NO BRASIL**. SÃO PAULO, STUDIO NOBEL, 1986.

UMA PAISAGEM DO MEDO:

Análise descritiva do entorno do Paço Municipal

Davimar de Souza Nunes

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes (PPGLA) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Possui Graduação no curso de Letras pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (2022).

Maria Evany do Nascimento

Doutora em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – Rio (2014). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2003). Professora da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas – UEA e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes – PPGLA/UEA. E-mail: mednascimento@uea.edu.br.

Resumo: Este trabalho surge do interesse na área da Geografia e da Arquitetura, por isso propomos um diálogo interdisciplinar justificado a partir da leitura de dois trabalhos: “A violência e a (re)produção do espaço na Região Metropolitana de Manaus: uma análise dos reflexos da violência no espaço urbano de Manacapuru/AM” (2019), de Paulo Lima Júnior, e “Reflexões sobre a arquitetura do Centro Antigo de Manaus entre o século XIX e XX” (2021), de Lauriane Oliveira e Tatiana Santos. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as fachadas das edificações em logradouros públicos no entorno do Paço Municipal a partir da Arquitetura do Medo, em setembro de 2022. Para isso, adotamos uma análise de natureza descritiva por meio da observação sistemática, a partir da delimitação do recorte espacial, descrevendo os elementos que representam sentimentos de insegurança e medo materializados nas edificações com base nos conceitos discutidos por Milton Santos, que são a forma, a função, a estrutura e o processo. A partir das análises realizadas, podemos compreender como estes sentimentos dominam os moradores que habitam e vivenciam o cotidiano do entorno da Praça Dom Pedro II e se materializam em suas moradias, mudando significativamente as suas arquiteturas.

Palavras-chave: Logradouro Público; Arquitetura do Medo; Paço Municipal.

Abstract: This article arises from an interest in the area of Geography and Architecture, which is why we propose an interdisciplinary dialogue justified by reading two works: “Violence and the (re)production of space in the Metropolitan Region of Manaus: an analysis of the reflections of violence in the urban space of Manacapuru/AM” (2019), by Paulo Lima Júnior, and “Reflections on the architecture of the Old Center of Manaus between the

19th and 20th centuries” (2021), by Lauriane Oliveira and Tatiana Santos. Therefore, the objective of this research was to analyze the facades of buildings in public areas around the Municipal Palace from Architecture of Fear, in September 2022. To achieve this, we adopted a descriptive analysis through systematic observation, based on the delimitation of the spatial outline, describing the elements that represent feelings of insecurity and fear materialized in buildings based on the concepts discussed by Milton Santos, which are form, function, structure and process. From the analyzes carried out, we can understand how these feelings dominate the residents who live and experience daily life around Dom Pedro II Square and materialize in their homes, significantly changing their architecture.

Keywords: Public place; Architecture of Fear; City Hall.

Introdução – O começo e o Espaço

A proposta para a realização desta pesquisa surge numa disciplina do Programa de Pós-graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, ministrada por Maria Evany do Nascimento. A partir do interesse na área da Geografia e da Arquitetura, propomos uma pesquisa interdisciplinar justificada a partir da existência de dois trabalhos.

O primeiro seria o Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2019, intitulado “A violência e a (re)produção do espaço na Região Metropolitana de Manaus: uma análise dos reflexos da violência no espaço urbano de Manacapuru/AM”, de Paulo Cardoso de Lima Júnior. Esta pesquisa é uma trajetória advinda de uma Iniciação Científica, ambos os trabalhos orientados pelo professor Isaque dos Santos Sousa do Curso de Licenciatura em Geografia também da Universidade do Estado Amazonas - UEA.

O segundo seria o artigo “Reflexões sobre a arquitetura do Centro Antigo de Manaus entre o século XIX e XX”, que compõe parte da Dissertação intitulada “Casas e a Memória - estudo sobre as edificações residenciais do Centro Histórico de Manaus”, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas – PPGICH também da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, em 2023, de Lauriane Teixeira de Oliveira, sendo orientada pela professora Tatiana de Lima Pedrosa Santos. A partir de ambas as análises citadas, construímos como objeto central desta pesquisa uma abordagem entre a reprodução da violência no espaço urbano e a observação das edificações no Conjunto Urbano tombado pelo IPHAN.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar as fachadas das edificações em logradouros públicos no entorno do Paço Municipal a partir da Arquitetura do Medo. Compreendemos o conceito de logradouros

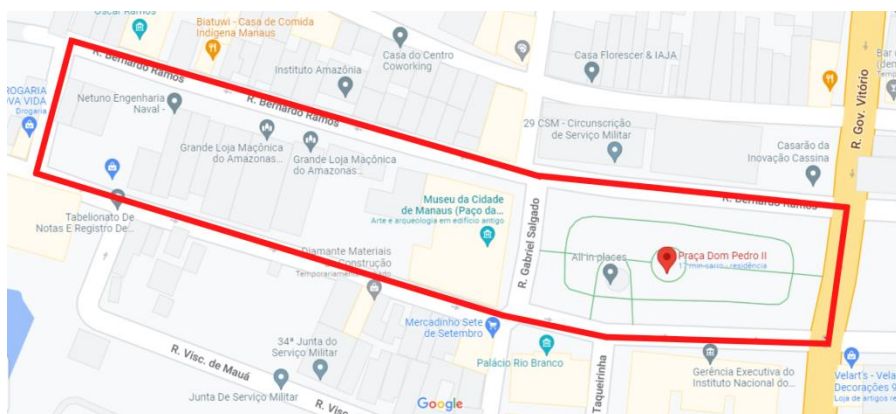
públicos a partir de Maria Evany do Nascimento, que os apresenta como “[...] ruas, becos, praças, jardins de prédios públicos acessíveis aos passantes. Estes percursos possíveis de serem feitos a pé e sem a necessidade de autorização de uso foram entendidos como logradouros públicos” (2014, p. 84).

Ao analisar logradouros públicos, a pesquisa nos permite, então, adotar uma análise de natureza descritiva por meio de uma observação sistemática (Gil, 2002, p. 42). Ou seja, a partir da delimitação do recorte espacial observaremos e descreveremos os elementos que representam sentimentos de insegurança e medo materializados nas edificações no entorno do Paço Municipal. Na dissertação “Arquitetura do Medo: cinema, espaços urbanos e tensões sociais”, Gabriela Silva apresenta onde surgem e o que seriam essas materializações da Arquitetura do Medo:

[...] o que inicialmente parece um caminho natural para a proteção dos bens materiais e a manutenção do bem-estar da população acabou transformando-se ao longo dos séculos, chegando ao que hoje alguns teóricos – é possível ver o termo em Bauman (2009), Bittencourt (2012), e Lira (2014) apontam como uma “arquitetura do medo”. O termo, grafado primeiramente por Nan Ellin (1997), dá conta de todo um conjunto de dispositivos tecnológicos, soluções arquitetônicas e conceituais a fim de proporcionar mais segurança ao indivíduo na cidade grande, mesmo às custas do seu isolamento social e afetivo (Silva, 2016, p. 22).

Sendo visitado em setembro de 2022, o recorte espacial foi delimitado em trechos de três ruas e uma avenida, como representado na Figura 1. A primeira seria a Rua Governador Vitório, no trecho em frente à Praça Dom Pedro II, onde será analisado dois edifícios presentes na esquina com a Avenida 7 de Setembro. A segunda seria a Rua Bernardo Ramos, onde observaremos diversas residências e estabelecimentos, como a frente de uma Loja Maçônica e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA. A continuidade será na breve Rua TV Carolina, que também apresenta formas relevantes para esta pesquisa. Por fim, encerramos a análise na Avenida 7 de Setembro, onde observaremos também mais algumas edificações, além dos fundos da Loja Maçônica citada.

Figura 1: Recorte Espacial – Região do Paço Municipal



Fonte: Google - Adaptações: As autoras

Na obra “Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade”, Pablo Lira compreende a violência e o urbano como fenômenos sociais que se correlacionam (2017, p. 63). Em sua análise, ele apresenta a importância de quatro aspectos para abordagem do estudo urbano. Estes aspectos foram aplicados e amplamente discutidos por Milton Santos, sendo eles: a forma, a função, a estrutura e o processo. Para compreender melhor estes aspectos, recorreremos a Estevão Garbin e Fernando Santil, no artigo “Forma, função, estrutura e processo: as categorias miltonianas sob a perspectiva da lógica formal”.

A *forma* é fruto do espaço e do tempo, pois o valor que ela recebe é social. Esse valor não condiz com o presente, mas com os resíduos do pretérito. A forma sendo um aspecto visual, sempre indicará uma função, ou seja, uma serventia que pode ser transformada pelo tempo. Portanto, a forma jamais é vazia de significado (Garbin; Santil, 2020, p. 142).

A *função* pode exercer uma tarefa esperada por uma forma, por uma pessoa ou por uma instituição, possuindo significados distintos a depender do contexto, seja econômico, cultural ou social. A função, portanto, é o que proporciona razão à forma (Garbin; Santil, 2020, p. 142).

A forma releva apenas uma parcela da totalidade, enquanto a *estrutura* é a relação entre as partes desta totalidade, ou seja, ela se debruça sobre as funções e seu contexto. A estrutura compreende uma organização na sociedade, ou seja, há uma sistemática “na qual exigem formas adequadas para o cumprimento de funções: ela pressupõe que a realidade social não é mergulhada no caos, mas que apresenta uma ordem em sua organização” (Kosik, 2002 apud Garbin; Santil, 2020, p. 143).

Uma pausa na apresentação dos conceitos é válida para uma breve associação e exemplificação. Na tese “Arquitetura do Medo em Fortaleza”, Antonio Aragão apresenta uma série de dicotomias que são explicitadas pela

arquitetura em questão, são elas: “seguro e inseguro; privado e público; ricos e pobres, bons (cidadãos) e maus (‘elementos’)” (2017, p. 7). Essas relações indissociáveis podem ser percebidas a partir do conceito de estrutura, pois ela compreende esta organização social.

Por fim, o último conceito é o de *processo*, que seria um movimento contínuo que perpassa o passado e presente, caminhando para o futuro, proporcionando “o dinamismo à forma, à função e à estrutura do espaço geográfico, transformando-as e sendo transformada por eles” (Garbin; Santil, 2020, p. 143). Sendo assim, analisaremos estes quatro aspectos no recorte espacial proposto.

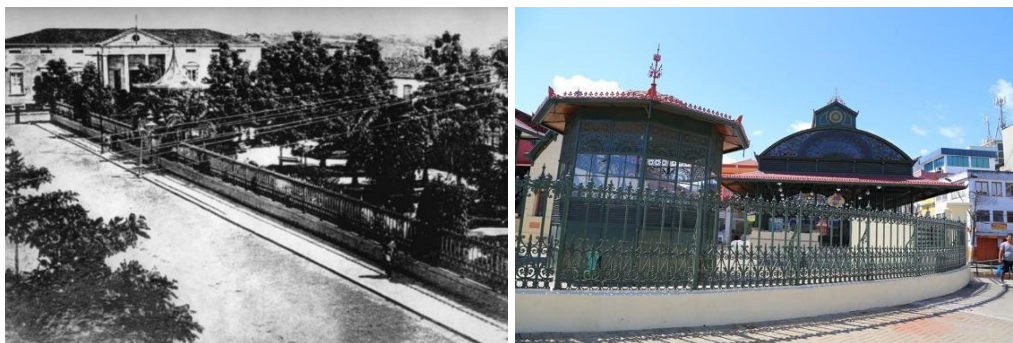
DOS TEMPOS ÁUREOS AOS ALTOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA

O recorte espacial deste trabalho está aos arredores do Paço Municipal, um dos seus componentes é a Praça Dom Pedro II. No site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), há uma breve introdução sobre ela:

Inaugurada em 1897, era inicialmente cercada de gradis, removidos em 1907 e instalados na entrada sul do Mercado Adolpho Lisboa, onde permanecem até os dias atuais. Possui um coreto em ferro, concluído em 1888, feito pela empresa inglesa Francis Morton & Cia. Limited Engineer, de Liverpool, e um chafariz também de ferro. A Praça foi construída sobre um cemitério indígena, descoberto no final do século XIX, e registrado como sítio arqueológico na década de 60 do século XX (IPHAN, s.d.).

Na dissertação “Entre o passado e a “modernidade”: uso e ressignificação do espaço público Praça Dom Pedro II-Manaus/AM”, William Rodrigues Pereira, ao apresentar imagens pertencentes ao arquivo do IPHAN, possibilita observar a Praça Dom Pedro II em seus primórdios. Ao lado, acrescentamos a fotografia do Mercado Adolpho Lisboa, feita pela Tereza Cidade, do site Amazonas e Mais, onde podemos observar a realocação das grades mencionada pelo IPHAN:

Figura 2: A forma e a nova função



Fonte: Acervo IPHAN (1893) / Cidade, T. (2015)

Não apenas a Praça, como também todo o Paço Municipal são patrimônios materiais. Para o IPHAN (s.d.), “os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais [...]”. Pereira (2021, p. 54) apresenta um mapa do Conjunto Urbano Tombado pelo IPHAN que é o Centro Histórico de Manaus.

Figura 3: Mapa do Conjunto Urbano



Fonte: Acervo IPHAN (2010)

Lauriane Teixeira de Oliveira e Tatiana de Lima Pedrosa Santos, no artigo “Reflexões sobre a arquitetura do Centro Antigo de Manaus entre o século XIX e XX”, apresentam as motivações que criaram a arquitetura do Centro Histórico. Segundo as autoras, a *Belle Époque*, um movimento europeu, influenciou diretamente Manaus por meio de vestimentas, hábitos, costumes e a arquitetura da cidade (2021, p. 3). Para elas,

A arquitetura do Centro Histórico de Manaus é a materialização dos anseios, aspirações e expressões da sociedade europeia, e, sobretudo daquela parcela manauara que também se ancorava na ideia de ser palco das riquezas e de prosperidade, e que temporariamente ditou as regras no mercado internacional (Oliveira; Pedrosa, 2021, p. 6).

Na tese intitulada “Do discurso à cidade: políticas de patrimônio e a construção do espaço público no Centro Histórico de Manaus”, Nascimento apresenta dois grupos de espaços públicos, os revitalizados e os não-revitalizados. O recorte temporal de sua pesquisa foi feito no período do ano de 1997 ao ano de 2012. Sendo assim, a Praça Dom Pedro II, ainda compunha o grupo de espaços públicos não-revitalizados (2014, p. 89).

É válido acrescentar que em 2015, no mandato de Arthur Virgílio Neto como prefeito do município de Manaus, houve a criação do “Projeto de Ocupação Cultural do Centro Histórico da Capital Amazonense”. Sendo assim, não apenas a Praça Dom Pedro II, mas como todo o seu entorno estão em um processo de revitalização constante. Pois, nestes espaços ocorre anualmente o “Festival Passo à Paço”. Segundo o atual prefeito David Almeida, que, aliás, intitulou o festival como “Sou Manaus – Passo a Paço”, definiu proposta do evento em uma entrevista, como:

é valorizar o Centro de Manaus, reavivar e promover a valorização cultural do Paço da Liberdade, parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Manaus, e de seu entorno (Praça Dom Pedro II, Rua Bernardo Ramos, outros) (Almeida, 2022, n.p.).

Na disciplina anteriormente mencionada, foi proposta uma observação deste espaço em momentos distintos. O primeiro seria a recepção do festival e o segundo seria após o festival, ou seja, um dia comum e aleatório da semana. No ano de 2022, o festival recebeu 380 mil pessoas, o que surpreende é uma espécie de “efeito Cinderela” sofrida pelo espaço, pré e pós o evento. Pois, o que seria considerado um dia comum nesta região, há um número de transeuntes ínfimo, entre moradores de rua, turistas e aqueles que trabalham aos arredores.

O objetivo deste artigo é análise da paisagem fixa ao entorno desta área, portanto, é imprescindível a compreensão dos processos histórico-sociais que a perpassaram. Na tese citada, Nascimento dedica um subcapítulo intitulado “Praça Dom Pedro II”, onde descreve momentos cruciais vivenciados por este espaço.

A praça fica localizada entre a Av. 7 de Setembro e a Rua Bernardo Ramos, em seu entorno estão o Museu da Cidade de Manaus, o Palácio Rio Negro e o Casarão da Inovação Cassina, todos compõem o Paço Municipal. A autora apresenta a história destes prédios com seus respectivos nomes e funções anteriores:

No entorno da praça, estão o Paço Municipal, onde funcionou a Prefeitura até o final dos anos 1990; o Arquivo Público; o Palácio Rio Branco, prédio com características ecléticas, mas que foi inaugurado nos anos de 1930; e as ruínas do Hotel Cassina, que fora um dos espaços frequentados pela elite da borracha, que depois do declínio desta, passou a ser chamado de Cabaré Chinelo (Nascimento, 2014, p. 90).

Apesar de passar por algumas revitalizações na primeira década do séc. XXI, Nascimento afirma que não houve grandes mudanças, a não ser pela mão de tinta verde no coreto e na fonte decorativa da Praça Dom Pedro II (2014, p. 90). Ela também alerta para a prostituição que ainda era presente naquele espaço, causando situações desconfortáveis aos transeuntes (2014, p. 91). Atualmente, foram acrescentados pisos à praça, que era de terra batida. Em relação à prostituição, ela se dispersou para outros locais no Centro Histórico, porém a permanência de moradores de rua ainda continua.

A partir desta narrativa, podemos perceber os altos e baixos presenciados por este espaço que foi um lugar de “teatros, bares, cabarés, cafés e edifícios públicos” (Nascimento, 2014, p. 90 *apud* FUMTUR, 1996) e hoje tenta reivindicar um público que não possui natureza constante. Ao pensarmos nestes processos nos questionamos como eles teriam influenciado a paisagem fixa ao seu redor, principalmente a fachada dos prédios. Algo que influencia a arquitetura ou as suas modificações e não está presente apenas no Paço Municipal, mas em todo o Centro Histórico é os índices de violência.

A Secretaria de Segurança Pública – SSP apresentou índices de violência a partir da categoria de crimes. De janeiro a agosto, na capital do Amazonas, houve o total de 641 homicídios, com o pico no mês de maio, sendo 106 relatados. De janeiro a junho, houve 21 casos de latrocínios. A Secretaria não apresenta índices detalhados, como os dados de cada bairro. Para isso, fizemos um breve levantamento de matérias jornalísticas que relatassem crimes na região do Centro Histórico de Manaus. Apenas no ano de 2022, encontramos cerca de onze matérias que relatam diversos homicídios, latrocínios, assaltos e furtos.

Algumas ruas e avenidas se destacaram pelos repetidos índices de criminalidade, como: Quintino Bocaiuva e Joaquim Nabuco. Outras ruas e avenidas foram citadas como: 7 de Setembro, Frei José dos Inocentes, Lobo D'Almada e Ramos Ferreira. Em relação ao recorte espacial, o trecho entre a Avenida Joaquim Nabuco e a Rua Quintino Bocaiuva possui uma distância a pé de cerca de 1 km. Enquanto, a Avenida 7 de Setembro e Avenida Ramos Ferreira ficam a cerca de 1,3 km de distância. As mais próximas, são a Rua Lobo D'Almada, a 500 metros, e a Rua José Frei dos Inocentes sendo apenas a 95m da Praça Dom Pedro II.

A qual conta com alguns prédios como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA que possui duas entradas, a primeira sendo pela Rua Bernardo Ramos e a segunda pela Rua José Frei dos Inocentes, que é paralela ao recorte desta pesquisa. No final desta rua, há uma área de várzea ao lado do 9º Distrito Naval da Marinha do Brasil, a qual ocorreu um homicídio na primeira semana de novembro de 2022, por causas desconhecidas.

É válido acrescentar que a maioria das vítimas de homicídio no Centro Histórico de Manaus, possuíam histórias anteriores relacionadas a crimes de diversas naturezas, como tráfico de drogas, roubos qualificados, entre outros. A partir da apresentação destes índices de criminalidade relatados em diversos jornais, podemos compreender o mínimo dos motivos para o sentimento de medo e insegurança nos moradores desta região da cidade. Frisamos o mínimo, pois este levantamento de dados se restringe apenas ao ano de 2022, o que nos permite questionar os dados dos anos anteriores e até mesmo os casos que não foram relatados às delegacias ou aos jornais.

A hipótese desta pesquisa se pauta na temática denominada Arquitetura do Medo, que seria a materialização destes sentimentos citados nas edificações ao entorno do Paço Municipal. Esta materialização resulta em modificações e alterações perceptíveis nas fachadas de prédios que são tombados pelo IPHAN. As alterações são permitidas, desde que haja aprovação por parte do órgão que efetuou o tombamento e a preservação das características que ocasionaram o tombamento se mantenham (IPHAN, s.d.). Porém, deve se considerar que nem todas as alterações buscam as autorizações devidas, fora as mudanças ocasionadas pelo tempo e clima.

A materialização do Medo e da Insegurança

Na obra “O cortiço” de Aluísio Azevedo, o espaço ganha vida e se torna o personagem principal da narrativa. Nesta análise, são os sentimentos de Medo e Insegurança que são percebidos como personificações, pois eles

influenciaram toda a narrativa deste trabalho. Para Aragão, “O medo leva os usuários da cidade à invenção de diferentes formas de relação consigo e com a cidade ao longo do tempo” (2017, p. 61).

Neste sentido, compreendemos que o medo é algo natural e herdado de antepassados, modificando-se conforme o contexto e a evolução histórica. O que um dia foi o medo de um “homem com saco preto que sequestrava crianças”, hoje se tornou o medo de “dois homens que assaltam em uma moto”. Aragão enfatiza, portanto:

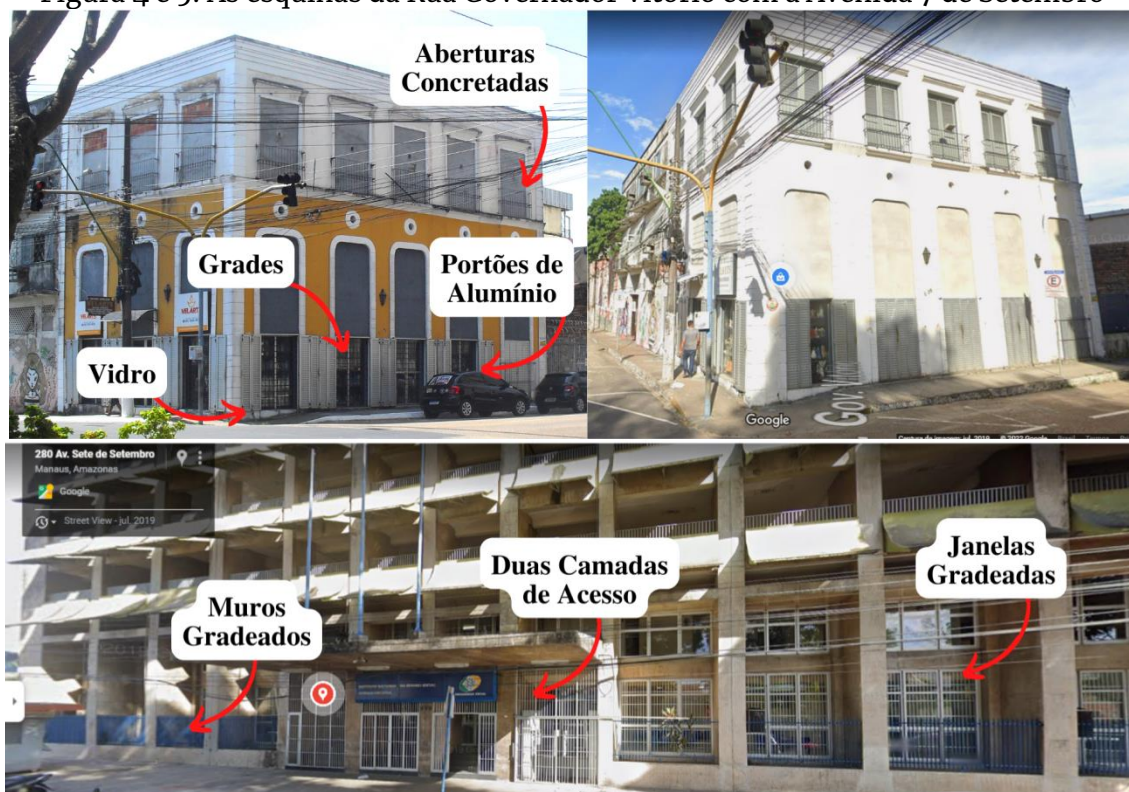
o medo é natural, humano e muitas vezes incontrolável. É perfeitamente normal ter medo de assaltos e outras violências sofridas nas cidades, como também é normal ter medo de escuro não apenas porque lá podem estar escondidas pessoas mal intencionadas, mas também, porque medo do escuro é um medo herdado de antepassados, como muitos outros (Aragão, 2017, p. 61).

Ao pensarmos nos medos ocasionados pelo próprio Paço Municipal ou o seu entorno, conseguimos associá-lo ao “efeito Cinderela” citado anteriormente. Pois, Aragão acrescenta que

embora já se tenha notícias de violências e arrastões em centros comerciais, o fato de haver mais vigilância que nas ruas inibe mais criminosos que buscam lugares menos protegidos, como praças pouco frequentadas e ruas desertas e escuras (2017, p. 63).

Conseguimos perceber a Praça Dom Pedro II como um lugar menos protegido, pois na visita de campo, não encontramos a presença de policiamento para assegurar aquele espaço, além de ser um lugar pouco visitado, proporcionando ruas desertas mesmo durante o dia. As imagens a seguir, foram coletadas de diferentes fontes. Há imagens autorais, capturadas em uma visita de campo que ocorreu no dia 28 de setembro de 2022; há também capturas da fotógrafa Jéssica Santos Silva, também presente nesta visita de campo citada; e imagens coletadas pelo *Google Maps*, em julho de 2019.

Figura 4 e 5: As esquinas da Rua Governador Vitório com a Avenida 7 de Setembro



Fonte: A autora (2022) / Google Maps (2019)

As imagens proporcionadas pelo *Google Maps* na ferramenta *Street View*, nos ajudaram a perceber mudanças ocasionadas em relação à segurança no recorte de tempo de três anos, ou seja, de 2019 a 2022. Apesar de o “Festival Passo a Paço” já está consolidado neste período, houve mudanças significativas no prédio apresentado na primeira imagem (Figura 4). Uma possível motivação poderia ser a Pandemia do Covid-19, tendo em vista que é um prédio comercial e provavelmente teve que ser fechado neste período de isolamento social, onde as festividades também foram suspensas.

Ao analisar suas formas percebemos o acréscimo de grades, uma segunda camada de proteção, além dos portões de alumínio que são fechados no encerramento do expediente. Algo também curioso é a remoção das portas e o isolamento destas aberturas sendo cimentadas.

Na sede do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que é um órgão público, a materialização da insegurança não é diferente, há diversas camadas de grades acrescentadas ao longo dos anos. É possível perceber a diferença de tempo entre elas, pelas formas e materiais distintos, algumas sendo de ferro e outras de alumínio.

Figura 6 e 7 – Edificações na lateral direita da Praça Dom Pedro II



Fonte: Google Maps (2019)

Após a análise do início do recorte espacial nas esquinas da Rua Governador Vitório com a Avenida 7 de Setembro, partimos para a Rua Bernardo Ramos, uma das laterais da Praça Dom Pedro II. Alguns prédios também apresentam a materialização da insegurança e medo, um sendo pertencente ao Poder Público e o outro às Forças Armadas (Figura 6 e 7). Ao adentrarmos a Rua Bernardo Ramos, percebemos como o projeto de revitalização daquele espaço foi eficaz. As fachadas foram restauradas, recebendo mãos de tinta e sendo retomadas as características originais (Figura 8).

Figura 8: A revitalização na Rua Bernardo Ramos



Fonte: Silva, J. S. (2022) / Google Maps (2019)

Porém, há detalhes que denunciam a insegurança como uma campanha eletrônica gradeada em um consultório médico ou a

permanência de um contador gradeado após a restauração da fachada residencial (Figura 8).

Figura 9: Fachada da Loja Maçônica



Fonte: Silva, J. S. (2022)

Vale acrescentar que é possível acompanhar os processos de revitalização da Rua Bernardo Ramos até certo ponto onde se localiza o Centro Cultural Óscar Ramos, na lateral direita de quem está a caminhar em direção ao Rio Negro. Indicamos também que este processo é lento, não sendo possível ocorrer imediatamente, pois depende de uma série de fatores. A comunidade maçônica influencia visualmente uma metragem longa deste espaço, possuindo diversas edificações revitalizadas com cores vivas. Há uma representação da Arquitetura do Medo descrita em suas fachadas, como o acréscimo de grades antifurto e janelas e portas gradeados (Figura 9). O que é completamente diferente dos fundos das edificações localizadas na Av. 7 de Setembro (Figura 16).

Figura 10: A casa do despertar



Fonte: A autora (2022)

A edificação residencial nº 101, da Rua Bernardo Ramos, foi a motivação desta análise (Figura 10). Na visita de campo que ocorreu em setembro de 2022, nos surgiu um questionamento: “como uma casa permanece com muros baixos e se mantém segura nos tempos atuais?”. Ao analisarmos as formas que compõem esta edificação percebemos diversas materializações da Arquitetura do Medo.

Apesar de manter o modelo de fachada original, diversos aparatos foram acrescentados, como todas as portas e janelas gradeadas, grades antifurto acima do primeiro andar da casa, além de caixas de ar-condicionado também gradeadas. Ou seja, toda e qualquer tentativa de acesso indevida à casa é impedida pelo uso excessivo de gradis, o que deve proporcionar segurança aos donos. Lima explica como estes sentimentos modificam o espaço:

Mudanças comportamentais da população, espaciais e na paisagem da cidade, representadas por novos aparatos de proteção contra possíveis atos criminosos, como a instalação de câmeras de segurança, cercas elétricas, janelas e portas com grades de ferro, entre outras formas, evidenciam o medo e o sentimento de insegurança da população, sendo essas mudanças também, uma forma de materialização desse sentimento que os moradores locais vivem (Lima Júnior, 2019, p. 49).

As formas citadas por Lima se intensificam na medida em que adentramos cada vez mais a Rua Bernardo Ramos. As grades que até então se

intercalavam entre uma casa e outra, agora se tornam manifestações fixas na paisagem. Quando não há grades, há muros altos e cercas elétricas que impedem a visibilidade para dentro das edificações (Figura 11). E ao mesmo tempo que provocam o sentimento de auto-segurança em seus moradores, externalizam aos transeuntes os sentimentos de medo e insegurança desta região.

Figura 11: A materialização se intensificando



Fonte: A autora (2022) / Google Maps (2019)

Figura 12: A curta TV Carolina



Fonte: A autora (2022) / Google Maps (2019)

Ao final do quarteirão, há a curta Rua TV Carolina que interliga a Rua Bernardo Ramos e Av. 7 de Setembro. As casas não possuem entradas por ela, apenas laterais muradas. Uma única casa possui duas janelas, com a ferramenta de *zoom* do *Google Maps*, descobrimos que são janelas venezianas – uma espécie de grade envidraçada, porém lhes foi acrescentado uma segunda camada de grades largas, o que impede a visualização para dentro da casa. Em uma comparação entre a fotografia de 2022 e a captura de 2019, percebemos o acréscimo de cerca farpada no muro mais baixo à direita (Figura 12).

Figura 13 e 14: Edificações da Av. 7 de Setembro



Fonte: Google Maps (2019)

O final do recorte espacial desta pesquisa ocorre na Avenida 7 de Setembro. Apesar da área em torno do Paço Municipal encontrar-se no projeto de revitalização do Centro Histórico, a avenida que se inicia nas margens do Rio Negro não recebeu estas modificações ainda. A área é composta de edificações de duas naturezas: as habitadas e as abandonadas. O ápice da realização da Arquitetura do Medo ocorre neste espaço.

Todas as edificações apresentam diversos elementos de segurança sem exceções. Uma destas edificações possui três camadas de grades na janela, até mesmo a saída de ar é gradeada (Figura 13). O que nos faz perceber que o sentimento de insegurança neste espaço é maior que os demais analisados. Lima faz uma diferenciação relevante em relação aos elementos de segurança:

A população residente em regiões da cidade tidas como áreas nobres, utiliza-se de maneiras mais sofisticadas, como por exemplo, a instalação de cercas elétricas e contratação de outros serviços de segurança privada mais caros, enquanto a população residente em regiões periféricas adapta-se conforme suas condições financeiras. As residências e demais

construções dessas áreas, passam a possuir grades não só de metal, mas também de madeira, sobre os muros são postos cacos de vidro e a criação de animais, como cães de guarda, também são medidas de adotadas (Lima Júnior, 2019, p. 50).

No caso desta análise, não foi necessário buscar uma comparação em outra região da Cidade de Manaus, pois na Avenida 7 de Setembro, há representação de ambas as formas de materialização da insegurança, tanto as mais caras, quanto as mais acessíveis financeiramente. No espaço em que há edificações abandonadas, percebemos diferentes tipos de isolamento, seja por grades e portões de ferro, ou até mesmo madeira.

Em algumas delas, é possível perceber sinais de arrombamento. Vale acrescentar que muitas moradias abandonadas no Centro Histórico da cidade servem como refúgio para moradores de rua. Na maioria das vezes, estas edificações são patrimônios tombados (Figura 15).

Figura 15: Edificações abandonadas na Av. 7 de Setembro



Fonte: A autora (2022) / Google Maps (2019)

Os fundos das edificações pertencentes à comunidade maçônica encontram-se também na Avenida 7 de Setembro. Enquanto as fachadas localizadas na Rua Bernardo Ramos possuíam elementos de segurança um tanto quanto brandos aos olhos, os fundos possuem uma série de elementos até mesmo surpreendentes. Utilizando novamente a ferramenta de *zoom* do *Google Maps*, podemos perceber o que até então seriam elementos comuns nesta análise, como janelas gradeadas.

Porém ao ampliarmos a imagem, nota-se que a Loja Maçônica se utiliza de câmeras de segurança nas extremidades dos prédios, de portões com grades que são gradeadas, todas as ventoinhas também receberam uma

camada de proteção, além do mesmo método utilizado na Rua Tv Carolina, venezianas reforçadas com uma segunda camada de grades (Figura 16).

Figura 16: Os fundos da Loja Maçônica



Fonte: Google Maps (2019)

Por fim, observamos a estrutura do Museu da Cidade de Manaus, localizado com os entornos na Rua Bernardo Ramos e Avenida 7 de Setembro, e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA, localizado com a fachada na Rua Bernardo Ramos e os fundos na Rua José Frei dos Inocentes.

O IGHA apresenta a presença mais imponente de elementos que materializam a insegurança, pois todos os seus portões possuem grades fixas, a não ser pela porta de entrada. O Museu é um dos prédios mais convidativos do Paço Municipal, pois as únicas grades que possui estão no Jardim, que se apresenta mais como barreira para delimitar o espaço, do que uma proteção em si (Figura 17).

Figura 17: Museu da Cidade de Manaus e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas



Fonte: Google Maps (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A FORMA, A FUNÇÃO, A ESTRUTURA E O PROCESSO

Para este encerramento, após a análise descritiva por meio da observação de elementos que característicos da Arquitetura do Medo, propomos a identificação dos conceitos desenvolvidos por Milton Santos, sendo eles: a forma, a função, a estrutura e o processo.

A forma que tem aspecto visual e valor social seria identificada, portanto, como os elementos supracitados na análise descritiva, ou seja, os gradis, as câmeras de segurança, os muros altos, as cercas farpadas e elétricas. A função está interligada ao valor social da forma, pois sua serventia é interpretada a partir do ponto de vista de quem a visualiza. Na perspectiva dos moradores, a serventia é de autoproteção, mas e aos demais, não seria uma autossegregação?

A análise desta temática não é objetivo inicial desta pesquisa, porém pretendemos expandi-la em um futuro próximo e abordar o método crítico-dialético a fim de acrescentar também entrevistas, o que nos proporcionará espaço para esta discussão. Em relação à estrutura, percebemos justamente as dicotomias citadas por Aragão (2017), ou seja, o seguro e inseguro, o público e o privado, o rico e o pobre, o habitado e abandonado, o revitalizado e o não revitalizado, entre várias outras relações interdependentes.

O último conceito seria o de processo e ele é analisado a partir do passado, presente e futuro. Então, ao pensarmos no passado do entorno do Paço Municipal, tínhamos um lugar solícito e relevante para o Centro Histórico de Manaus, onde as grades no entorno da Praça Dom Pedro II foram até removidas.

Ao passar dos anos, ele perdeu esta referência, se tornando um lugar abandonado e com índices de violência, o que ocasionou no acréscimo de diversos elementos de segurança em distintas edificações, como analisado no tópico anterior.

Atualmente, está em um lento processo de Revitalização que pode ou não ocasionar a sua inserção na rota turística manauara. Nascimento (2014) atentou que o espaço passou por processos de revitalização anteriormente, porém não se teve êxito. Com a criação do “Festival do Paço Municipal”, o espaço revive os tempos áureos em um período estipulado do ano.

Seria impossível fazer especulações futuras sobre o Paço Municipal, mas ao pensarmos numa referência de turismo na capital do Amazonas que é o Largo de São Sebastião, percebemos o oferecimento de diversos serviços ao seu redor, como bares, restaurantes e eventos gratuitos. Isto ainda está em falta no Paço Municipal, se houver estes espaços de interação constantes, talvez a Arquitetura do Medo se disperse.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, ANTONIO CAETANO TEIXEIRA PAZ. **ARQUITETURA DO MEDO EM FORTALEZA**. 165 F. TESE (DOUTORADO). UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, FACULDADE DE ARQUITETURA, 2017.

CIDADE, TEREZA. **MERCADO ADOLPHO LISBOA TEM PRODUTOS REGIONAIS E BELEZA ARQUITETÔNICA**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.AMAZONASEMAIS.COM.BR/MANAU/MERCADO-ADOLPHO-LISBOA-TEM-PRODUTOS-REGIONAIS-E-BELEZA-ARQUITETONICA/](https://www.amazonasemais.com.br/manaus/mercado-adolpho-lisboa-tem-produtos-regionais-e-beleza-arquitetonica/). ACESSO EM: 23 NOV. 2022.

GARBIN, ESTEVÃO PASTORI; SANTIL, FERNANDO LUIZ DE PAULA. FORMA, FUNÇÃO, ESTRUTURA E PROCESSO: AS CATEGORIAS MILTONIANAS SOB A PERSPECTIVA DA LÓGICA FORMAL. **GEOINGÁ: REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA MARINGÁ**, V. 12, N. 1, P. 131-154, 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UEM.BR/OJS/INDEX.PHP/GEOINGA/ARTICLE/VIEW/51155](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/GEOINGA/article/view/51155). ACESSO EM: 20 SET. 2023.

GIL, ANTONIO CARLOS. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. 4. ED. SÃO PAULO: EDITORA ATLAS, 2002.

GOOGLE. **GOOGLE MAPS**. 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOOGLE.COM.BR/MAPS](https://www.google.com.br/maps). ACESSO EM: 27 NOV. 2022.

IPHAN. **PATRIMÔNIO MATERIAL**. [S.D.]. DISPONÍVEL EM: [HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/](http://portal.iphan.gov.br/). ACESSO EM: 27 NOV. 2022.

KOSIK, K. **DIALÉTICA DO CONCRETO**. 7. ED. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2002.

LIMA JÚNIOR, PAULO CARDOSO. **A VIOLÊNCIA E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS: UMA ANÁLISE DOS REFLEXOS DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO DE MANACAPURU/AM**. 64 F. MONOGRAFIA (GRADUAÇÃO). UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, 2019.

LIRA, PABLO SILVA. **GEOGRAFIA DO CRIME E ARQUITETURA DO MEDO: UMA ANÁLISE DIALÉTICA DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E DAS INSTÂNCIAS URBANAS**. 2. ED. RIO DE JANEIRO: LETRA CAPITAL: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2017.

NASCIMENTO, MARIA EVANY. **DO DISCURSO À CIDADE: POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**. 243 F. TESE (DOUTORADO) – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, DEPARTAMENTO DE ARTES E DESIGN, 2014.

OLIVEIRA, LAURIANE TEIXEIRA; SANTOS, TATIANA LIMA PEDROSA. REFLEXÕES SOBRE A ARQUITETURA DO CENTRO ANTIGO DE MANAUS ENTRE O SÉCULO XIX E XX. **ANAIS | III CONGRESSO INTERNACIONAL ONLINE DE ESTUDOS SOBRE CULTURAS – #CULTURAS**. 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2021, ONLINE.

PEREIRA, WILLIAM RODRIGUES. **ENTRE O PASSADO E A “MODERNIDADE”**: USO E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PRAÇA DOM PEDRO II–MANAUS/AM. 117 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2021.

PREFEITURA DE MANAUS. **SOU MANAUS PASSO A PAÇO**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.MANAUS.AM.GOV.BR/NOTICIA/SOU-MANAUS-PASSO-A-PACO/#3](https://www.manaus.am.gov.br/noticia/sou-manaus-passo-a-paco/#3). ACESSO EM: 23 NOV. 2022.

SECRETARIA DO ESTADO DO AMAZONAS. **ESTATÍSTICAS**. DISPONÍVEL: [HTTPS://WWW.SSP.AM.GOV.BR/SSP-DADOS/](https://www.ssp.am.gov.br/ssp-dados/). ACESSADO EM: 27 NOV. 2022.

SILVA, GABRIELA ALCÂNTARA SIQUEIRA. **ARQUITETURA DO MEDO: CINEMA, ESPAÇOS URBANOS E TENSÕES SOCIAIS**. 186 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2016.

SILVA, JÉSSICA SANTOS. **FOTOGRAFIAS**. ACERVO INTERCIDADE.

VILAS URBANAS DE MANAUS

Habitação coletiva, herança cultural e lugares de memória (1900-1950)

Ana do Nascimento Guerreiro

Mestre em História Social pela UFAM; especialista em Patrimônio Cultural pelo PEP/IPHAN/UNESCO; Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Nilton Lins, Manaus, Amazonas.

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre a pesquisa que trata o fenômeno das Vilas Urbanas de Manaus, como experiências de habitação coletiva construídas na primeira metade do século XX. Esses agrupamentos arquitetônicos inseridos no tecido urbano do Centro Histórico de Manaus se distinguem, morfológicamente, pela implantação no interior dos quarteirões, em que predomina a noção de conjunto estabelecida no partido arquitetônico em relação aos demais edifícios, e que revelam, a partir da sua materialidade, processos que fizeram parte da produção da cidade. Sua relevância enquanto patrimônio cultural é demonstrada a partir da análise tipológica da arquitetura e de como a configuração de seus espaços privado e semipúblico influenciaram sua condição de receptáculo da memória coletiva da formação da sociedade manauara.

Palavras-chave: Vilas; Habitação coletiva; Patrimônio cultural; Memória coletiva.

Abstract: This article presents a reflection about the research that treats the phenomenon of Villages in Manaus as collective housing experiences, built in the first half of the twentieth century. These housing groups inserted at the Historic Center of Manaus urban fabric, are morphologically distinguished by the emplacement within the blocks, in which predominates the notion of ensemble established in the architectural conception compared to surrounding buildings, and which reveal, from their materiality, processes that were part of the city's production. The relevance as a cultural heritage is demonstrated from the typological analysis of architecture and the configuration of its private and semi-public spaces, and at the same time, as receptacles of part of the collective memory of the formation of the manauara society.

Keywords: Villages; Collective housing; Cultural heritage; Collective memory.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, estudos relevantes têm abordado os processos de deterioração e exclusão social crescentes dos centros históricos das cidades brasileiras, justificados na maioria, por questões econômicas que promovem o deslocamento de atividades para áreas mais atrativas e o consequente esvaziamento e arruinamento de imóveis, além da degradação dos espaços públicos.

Na busca pela compreensão da modernidade e de seus elementos mais significativos, as cidades se mostram claramente como espaços de conflitos, onde se faz necessário refletir acerca das transformações ocorridas em seu território junto aos processos sociais de ocupação desse tecido urbano-humano a partir de um olhar investigador. No entanto, a cidade que se desconstrói para revelar sua substância, na perspectiva da pesquisa em História deve ser compreendida como lugar de disputas, como afirma Harvey, “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital nas lutas de classes” (Harvey, 1993, p. 212).

A principal contribuição que este trabalho pretende alcançar é um avanço na historiografia urbana de Manaus, ao investigar, a partir de uma perspectiva mais específica do acervo arquitetônico urbano, como o fenômeno das vilas de casas foi parte relevante da produção do espaço urbano e na evolução das formas da habitação coletiva dentro do contexto histórico de transformações do território ocupado pelo Centro Histórico de Manaus na primeira metade do século XX. Além disso, espera-se agregar conteúdo acerca da produção da habitação popular para fins de reconhecimento, valorização e preservação, por tratar-se de um tema pouco abordado como objeto de estudo.

A motivação para pesquisar sobre as Vilas de Casas no centro histórico tombado de Manaus surgiu da reflexão acerca de dois momentos distintos: O primeiro encontra-se no Tombamento Federal, por meio de notificação publicada no Diário Oficial da União em 22/11/2010. O documento que deu suporte à aplicação do tombamento é um dossiê Tombamento do Centro Histórico de Manaus, realizado pelo Departamento de Patrimônio Material do IPHAN, o qual apresenta uma série de inconsistências e omissões que acarretaram alguns equívocos na delimitação das áreas selecionadas. O segundo foi em 2012, quando a Villa Georgette sofreu um incêndio que destruiu 7 das 16 casas que formavam o conjunto arquitetônico construído na primeira década do século XX (A Crítica, 09.08.2012). O que causou mais estranhamento, foi flagrar que justamente esta vila e muitos outros conjuntos de habitações coletivas daquele período não estavam incluídos na área protegida, e nem sequer citadas ou consideradas dentro do escopo dos

diversos exemplares do patrimônio edificado da cidade que nortearam a definição das áreas. Confirmando assim, que o critério de seleção do IPHAN, reafirmava, por força institucional, que os “bens imóveis” selecionados como protegidos seriam aqueles de estilo eclético caráter monumental, vinculados esteticamente com a imagem de riqueza da *Belle Époque* que quer perpetuar.

Na definição de Françoise Choay, a expressão Patrimônio é muito antiga, está ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, que quer dizer “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, de pai para filho”. Ao longo dos últimos anos, Patrimônio Cultural, passou a ser compreendido como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade” e se ampliou em “dimensões planetárias” (Choay, 2006, p. 11).

No entanto, “o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico, deve merecer mais do que uma simples aprovação”. Requer um questionamento porque “constitui um elemento revelador de uma sociedade e das questões que ela encerra” (Choay, 2006, p. 11). Desta forma, dentro da abrangência do conceito de Patrimônio e Cultura Material, para este estudo, apropria-se como categoria exemplar, aquela que relaciona mais diretamente à vida cotidiana de todos: o patrimônio histórico edificado que tem como destino e função dar abrigo ao indivíduo e sua família – a habitação familiar (a casa), “o domus”, compreendendo como o caráter construtivo desse espaço é representativo para a compreensão da evolução da vida privada.

O objeto de estudo dessa pesquisa trata das Vilas de Casas existentes no perímetro urbano que corresponde ao Centro Histórico de Manaus e construídas entre 1900 e 1950. Aqui propostas como aquelas que correspondem ao agrupamento de casas geminadas e semelhantes, enfileiradas em um terreno inserido no interior no quarteirão e servido por uma via privada exclusiva. Muito embora seja possível encontrar também pequenos conjuntos de casas geminadas, lado a lado, com placas de identificação onde denominam-se vilas – não são de fato. As vilas tratadas nesta pesquisa se diferem pela representatividade da estrutura espacial no tecido urbano e por possuírem um partido arquitetônico¹ predominante – que proporciona a noção de conjunto.

Sendo assim, é de extrema relevância a compreensão de que a habitação está no centro da relação espaço-sociedade, sendo o elemento

¹ Partido arquitetônico ou simplesmente partido – Linhas gerais que definem e demonstram as ideias que norteariam o projeto: prioridades funcionais, tecnológicas ou estéticas.

arquitetônico mais importante do ambiente construído na produção da cidade. Nesse contexto “a habitação coletiva é uma das mais importantes arquiteturas dos tempos modernos”. Apesar disso, poucos autores se detiveram sobre esse tema como objeto teórico “em suas manifestações empíricas” (Vaz, 2002, p. 18) A habitação popular, além de ocupar parcelas substanciais da produção do espaço, é parte integrante do cotidiano e “interfere nas práticas sociais, apoia a memória individual e coletiva, guardando significados para os diversos segmentos da população e participando da formação das identidades sociais” (Vaz, 2002, p. 17).

Outra preocupação do trabalho foi distinguir, dentro do âmbito das habitações coletivas, as vilas dos outros tipos de habitação coletiva, em diversos momentos e diferentes perspectivas, pois as vilas surgem em um contexto histórico em que cortiços, estâncias, estalagens, casa-de-cômodos, casas de pensão e avenidas tornaram-se expressões negativas sobre a forma de morar que simbolizou uma época. De uma maneira geral, todas surgem como objetos arquitetônicos que sucederam a senzala na relação moradia e trabalho na cidade.

A principal distinção entre as vilas e outras formas de habitação coletiva se fará em consequência das transformações estruturais na sociedade na forma de habitar, que demanda espaços com mais salubridade e privacidade, usando da prática de políticas públicas higienistas que encontram como principal instrumento o Código de Posturas. Outra distinção importante é a diferenciação entre as vilas operárias de empresas e vilas privadas. A primeira, construída para abrigar operários de empresas mediante pagamento de aluguel, e a segunda, para obter lucros por meio de aluguel destinado a trabalhadores de diversos segmentos. Esta segunda modalidade corresponde, mais especificamente, aos exemplares encontrados em Manaus – conjuntos de casas agrupadas definidas espacialmente pela unidade formal do conjunto arquitetônico que possui uma via de acesso privativa, construídos para fins de aluguel.

As diversas narrativas sobre a produção do espaço urbano manauara na primeira metade do século XX, são unânimes na observação de dois momentos distintos: o primeiro, entre 1900 e 1920, período que perpassa o apogeu e declínio da riqueza produzida pela economia da extração do látex; o segundo entre 1920 e 1967, considerado pela maioria dos estudos, o tempo da cidade em crise, que se arrasta até a criação da Zona Franca de Manaus.

Nessa perspectiva, tudo em Manaus entre 1890 e 1920, aconteceu à sombra do desenvolvimento comercial de exportação da borracha e dos produtos florestais da Amazônia. Quase trinta anos depois, na leitura feita sobre a cidade em 1953, o geógrafo Aziz Ab’Sáber, observou as

transformações radicais que marcaram aquele período de transformação intensa na “fisionomia urbana” permaneciam inalteradas. Ou seja, a paisagem urbana e arquitetura, que foram testemunhas dos anos de urbanização intensa nos primeiros anos daquele século, revelam “um aspecto muito singelo”, onde ressalta a herança arquitetônica pouco alterada, “É de se notar que não variou muito a paisagem da porção central de Manaus, desde o começo do século até os nossos dias” (Ab’sáber, 1953, p. 29), e completa na observação feita a partir de uma descrição de 1908, onde acrescenta: “Paul Walle, que visitou a cidade em 1908, encontrou-a, aparentemente, muito parecida com aquela que visitamos em 1953” (Ab’sáber, 1953, p. 29).

Ainda que prevaleça nos discursos uma certa homogeneidade sobre o período de estagnação entre 1920 e 1967, alguns autores chegam a discordar. No entanto, a cidade estava relativamente estruturada e aparelhada em termos de conjunto das funções urbanas. “Apesar da crise, a cidade continuou a existir” (Oliveira, 2003, p. 19)., como observa José Aldemir Oliveira. Pode-se comparar, no período posterior a 1920, que Manaus continua a crescer, mesmo em ritmo lento, porém contínuo até meados de 1950, quando novos investimentos impulsionam a economia para outros segmentos e novas indústrias começam a surgir nas áreas de expansão da cidade.

VILAS DE MANAUS: HABITAÇÕES COLETIVAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A exemplo do que acontecia nas grandes metrópoles emergentes no início do século XX, o espaço urbano que se produzia na Manaus de 1900 é incontestavelmente fruto das transformações advindas do progresso tecnológico e industrial na lógica capitalista que se consolidava no mundo, onde as cidades amazônicas prosperaram, e representam uma peça importante para compreensão de um curto e intenso período na história. Ao mesmo tempo, contradições à riqueza e à prosperidade emergem nas camadas sociais cuja mão de obra é explorada nesse processo: a exclusão social e espacial a qual as classes trabalhadoras sofrem no período de fausto da *Belle Époque* não era um dado ignorado pelo poder público. Como exposto por Edneia Mascarenhas Dias sobre o Relatório do Diretor de Obras Públicas ao Governador do Estado, Dr. Silvério Nery, em 1901:

É preciso fomentar, por meio de prêmios e isenções fiscais prazo que compense o emprego de capitais, as construções mais em voga em outros países – agrupamentos de casas, formando vilas e núcleos de famílias – seria, com efeito, magnífica tentativa para mais depressa se povoar os subúrbios

da capital, sem onerar os cofres da municipalidade (Dias, 2007, p. 125).

A situação urgente fica evidente na manifestação do superintendente municipal, o Cel. Adolpho Lisboa em 15 de fevereiro de 1905, na leitura do relatório apresentado ao Conselho Municipal de Manáos, cuja fala explicita a situação precária, insalubre e promíscua das habitações do proletariado da cidade: “É de conhecimento de vós todos a luta que sustenta o proletariado em Manaus com as habitações para si e suas famílias.”, trazendo à tona problemas como preços “altíssimos” dos aluguéis comparados aos baixos salários, ao assumir publicamente o conhecimento do poder público sobre as péssimas condições de moradia. Em sua fala, propõe a construção de uma “Villa Operária” para solucionar o problema. Essas vilas seriam alugadas à classe proletária, onde a “construção e exploração” da “Villa” poderia ser confiada a uma empresa privada e capitalizada, cabendo ao poder público “alguns auxílios”, como o terreno e isenção de impostos (Jornal do Commercio, 16/02/1905).

A iniciativa de Adolpho Lisboa deu partida para contratação feita ao engenheiro arquiteto francês Amadêe Victor Derbés em 1906, para a construção da Villa Operária Adolpho Lisboa a ser implantada em terreno cedido pelo governo em uma praça no “plano inclinado” (bairro da Aparecida), que gerou um imbróglio jurídico em torno de irregularidades no aforamento do terreno e consequente paralisação das obras em 1909. Tratava-se de uma tipologia de casas individuais, com afastamentos laterais e inseridas em lote (diferentes das vilas objeto desse estudo). De acordo com Mario Ypiranga Monteiro, em seu livro “Arquitetura – Tratado sobre a evolução do prédio amazonense”, eram casas construídas em “cantaria de pedra-tijolo”, lado a lado, “é a Vila Lisboa, no Plano Inclinado, quatro casas na rua 10 de Julho e quatro (não concluídas), para a rua Wilkens de Mattos” (Monteiro, 2006, p. 84).

Ainda em 1909, depois do fracasso na Vila Lisboa, a superintendência municipal, ao final da administração de Agnello Bittencourt, publicou diversas vezes, uma série de Editais chamando para concorrência pública visando a contratação de vilas operárias em diversos pontos da cidade. Nesse contexto, para “a construção das chamadas vilas operárias” (Dias, 2007, p. 126), a municipalidade oferecia a vantagem da isenção do Imposto Predial durante o prazo de 15 anos, mas em contrapartida, fazia uma série de exigências que, aos olhos dos investidores, findavam por inviabilizar as propostas. A ideia era que essas vilas fossem construídas em terrenos mais afastados, em áreas menos valorizadas que o centro. No entanto, os investidores teriam que arcar com as despesas de desapropriação dos

terrenos necessário, assim como apresentar a submissão da administração a tabela de preços de aluguel. “As casas proletárias seriam alugadas à classe proletária, a funcionários públicos ou a qualquer um que se obrigasse a sua conservação e aluguel” (Dias, 2007, p. 126).

O resultado dessa contenda foi que os investidores e proprietários continuaram a optar pela construção de vilas no centro. Atendendo as conformidades da aparência externa, mas internamente com péssimas condições de moradia, no que se refere a ventilação e iluminação e equipamento sanitário. Essas habitações eram alugadas aos trabalhadores por 50, 60, 70 mil réis mensais. Muitos dos investidores que exploravam esse tipo de moradia, ganhavam tanto dinheiro a partir dos aluguéis, que passaram a morar em outras capitais do país ou até na Europa; na primeira década de 1900, muitos imóveis localizados em ruas de alto valor lucrativo pertenciam à mesma família.

A partir de 1909, é possível verificar uma intensificação da fiscalização das habitações coletivas a partir de intimações e denúncias publicadas em jornais, tanto nas questões da salubridade e higiene, mas também ocorrências que revelam a desordem e forma promiscuas nas formas de habitar esses espaços, que se instalavam nesses quartos de aluguel, casas de pensão, estâncias, hospedarias e até mesmo porões de casas particulares foram utilizadas para alugar como moradia.

Um importante agravante que acelerou as motivações das autoridades no sentido de acabar com os cortiços foi a propagação da febre amarela e da malária. As inspeções sanitaristas higienizadoras apontavam para essas habitações coletivas como foco principal de propagação das doenças. “Grande parte das notificações de febre amarela tem vindo dos cortiços do centro da cidade e das habitações nas proximidades desses cortiços ...” (Jornal do Commercio, 25/12/1910).

Na gestão de Adrião Ribeiro Nepomuceno como superintendente municipal, foi promulgado mais um Código de Posturas, por meio da lei nº 639, de 13 de setembro de 1910. Desta feita, é incluída no texto: “expressamente proibida, dentro do perímetro urbano de Manaus, a construção de casebres e dos quartos vulgarmente denominados – cortiços” (Sampaio, 2014, p. 178-179).

Em 1911, o superintendente e médico sanitarista, Dr. Jorge de Moraes, recém assumido na gestão do município, passa a adotar uma atitude mais enérgica, ao exigir obediências às prescrições higiênicas, ao licenciar obras de reforma e adaptação de habitações coletivas e ao ordenar a demolição daquelas que não podiam adaptar-se, ou que os proprietários não cumprissem os prazos para enquadramento legal. Jorge de Moraes faz uma

declaração com discurso inflamado sobre como as administrações passadas eram “excessivamente brandas”, e expressa radicalmente sua preocupação e determinação em resolver o “grande mal”, ao classificar as habitações coletivas como “arapucas, as pocilgas, construídas de alvenaria ou com retalhos de caixas de sabão e querosene, paredes de papel e serapilheiras, tetos de zinco – imundas, sem ar, sem luz, sem janelas, sem banheiros e latrinas” e aluguéis caríssimos e injustos cobrados pelos proprietários que moravam na Europa (Jornal do Commercio, 8/2/1911).

No entanto, ao conhecermos as vilas de casas construídas no Centro Histórico de Manaus, verificamos que é uma modalidade de habitação que se assemelha às “vilas particulares rentistas” (Bonduki, 1998, p. 46-47), e muito distantes de corresponder a “vilas operárias”, no sentido de atender às necessidades dos proletários.

Mario Ypiranga Monteiro (2006) nos traz à luz algumas lembranças muito elucidativas sobre o surgimento das Vilas de Manaus, que são muito importantes para delinear o recorte no tempo e a tipologia arquitetônica de habitação que aqui queremos nos aproximar da história:

As famosas Vilas, não as particulares, mas as coletivas, teriam que ser nomeadas aqui à parte, porque não fazem parêntese com as estâncias. Geralmente é um arruado de casas de andar, dotadas de maiores cômodos, em uma ou duas fileiras, mas quando são de uma fileira, está normalmente voltada para o nascente, uma requisição da boa política construtiva. Habitadas por gente de capacidade aquisitiva superior, funcionários públicos, professores, empresários, militares, delas não se fala senão em termos agradáveis (Monteiro, 2006, p. 87).

Em Manaus, usou-se (e usa-se ainda) a expressão “estância” para denominar algumas dessas formas coletivas de habitar. Observando “que natureza da estância é serem casas sumariamente reduzidas a um quarto somente”, arruados e alinhados em um pátio e sanitários coletivos. “Geralmente formam arruados de casas de dois lados ou um lado só, com uma espécie de pátio central destinados ao serviço geral dos inquilinos”. (Monteiro, 2006, p. 84).

Na maior parte, os exemplos de habitações coletivas em Manaus, no recorte temporal em estudo, eram compostos por pequenas unidades enfileiradas (estalagens), mais conhecidas como “cortiços”, ou por casas maiores subdivididas internamente (casas-de-cômodos). Nessas duas versões, banheiros e serviços eram compartilhados. Já as “vilas de casas”, objetos deste estudo, representam “um grau acima”, porque são unidades

habitacionais que passam não demonizadas pela opinião pública e aceitas como “habitações baratas higiênicas”, bem compartimentadas do ponto de vista funcional, mais cômodos com iluminação natural e ventilação, instalações elétricas, hidráulicas, e banheiro individual, além de construídas com materiais superiores. Seus moradores são funcionários do setor público ou privado.

Dentro do perímetro do Centro Antigo de Manaus e, às vezes no entorno, ainda é possível encontrar significativos exemplares de Vilas de Casas possíveis de identificar morfologicamente, apesar da descaracterização e decadência física. Alguns conjuntos são vilas de casas lado a lado, muitas vezes, até quatro casas, mas todas dispostas com a fachada para rua, ou seja, na face da quadra. As Vilas de Casas de que tratamos na pesquisa são as que, implantadas em um lote longo ocupando o miolo do quarteirão, organizam-se com casa (ou casas) na fachada principal voltada para face da quadra e por meio de uma via privativa perpendicular à rua que dá acesso às casinhas, que são sobrados “gêmeos” construídos lado a lado (casas geminadas), com parede lateral comum e fachadas harmonizadas para essa via; chegam a ter, em certos casos até 20 casas.

O fenômeno das Vilas de Casas em Manaus acontece de maneira semelhante e diferente das Vilas Operárias de outras capitais aqui citadas: Semelhante, naquilo que compreendemos com fato gerador da decisão do edificar essas habitações, o incômodo causado aos grupos dominantes, pela presença de cortiços insalubres, precários e pobres em áreas centrais valorizadas e “bem habitadas”, ao construir e disponibilizar para alugueis, casas em condições de habitabilidade e salubridade, com as inovações técnicas e sanitárias. Diferente, porque não correspondem, em momento algum, às vilas operárias que supostamente serviriam ao proletariado. Localizadas nas áreas centrais e valorizadas da época, e não nas periferias, as vilas foram, na sua maioria, ocupadas por famílias de classe média.

Em Manaus, as vilas acabaram por representar uma maneira marcante na cultura do viver no centro. Essas habitações que hoje estão localizadas e incluídas em perímetros delimitados pelos órgãos que protegem o Patrimônio Histórico edificado, onde muitas delas se encontram esvaziadas, deterioradas e desvalorizadas, enquanto propriedades, pelo mercado imobiliário.

Aproximações sobre a produção das vilas no espaço urbano

As disciplinas espaciais² utilizam-se do método de aproximações sucessivas, que se inicia por uma visualização mais distante e generalizada e se aproxima, por etapas, até os diversos pormenores e detalhes, e vice-versa. Na perspectiva mais imediata de sua materialidade, as cidades se apresentam, na realidade brasileira, como grandes massas volumétricas historicamente construídas. Isso exige um aprofundamento na compreensão de cidade como espaço produzido e inacabado, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido.

A aproximação, dentro destes limites da concepção urbana desse período (1900-1950), permite recortes, por meio dos quais é possível identificar morfológicamente, no interior desses ou bairros, suas subdivisões em lotes. A maioria deles, onde estão situadas as vilas, são grandes e se alongam no interior do bairro, com esses conjuntos de casas agrupadas e construídas lado a lado no interior desse mesmo terreno. Entretanto, essa descrição, presumível por mapas cadastrais ou imagens de satélite, somente se confirma ao percorrer o centro antigo da cidade de Manaus e seus antigos bairros como Aparecida, Bairro do Céu, Praça 14 e Centro.

Tendo como premissa a necessidade de investigar e identificar morfológicamente a inserção dessas vilas em um tecido urbano extremamente denso e alterado, decidiu-se pela utilização parcial de um dos métodos do manual de aplicação do Inventário de Configuração de Espaços Urbanos – INCEU/IPHAN, através da análise nos níveis da percepção visual do espaço urbano e da utilização dos mapas cadastrais. Foi a partir de investigações em percursos feitos a pé, por meio de conversas com moradores, passantes e imagens in loco, algumas feitas com uso de drone, que se pode investigar a existência de vilas (e algumas estâncias)

² Esclarecendo aqui, o protagonismo do “espaço”, enquanto objeto de estudo para a Arquitetura e Urbanismo. Bruno Zevi, em “Saber ver a Arquitetura”, apresenta uma reflexão sobre como o espaço é o caráter essencial da arquitetura – o que a distingue de outras atividades artísticas – isso se explica pelo fato de agir com um vocabulário tridimensional que inclui o homem. A pintura atua sobre duas dimensões, mesmo quando sugere três ou quatro. A escultura atua sobre três dimensões, mas o homem fica do lado de fora. Já a arquitetura, é como uma grande escultura em cujo interior o homem penetra e caminha. Assim, consecutivamente, a experiência espacial prolonga-se dos espaços interiores para os exteriores (ou urbanísticos), da casa para as ruas, bairros, praças, parques, edifícios, estádios e arranha-céus. O desenho, a planta, nada mais é do que representação do espaço tridimensional, em projeção abstrata no plano horizontal (o papel), a partir de relações de proporção das dimensões do objeto real para o representado definidas pela escala (Zevi, 2009, p. 17-18; idem, p. 30).

remanescentes desse período e de outros, pouco reconhecíveis no tempo – devido à descaracterização causada pelas alterações nas fachadas, barreiras visuais de toda ordem, bem como sobreposições de construções sobre as antigas, reposição de telhados e revestimentos com materiais modernos e muitas vezes adições ao volume original das casas.

Foram identificadas, 58 vilas existentes (inventário com listagem geral e mapeamento), algumas com características morfológicas evidentes de época ou periodicidade, seja pela marcação da data na fachada, seja pela presença de fragmentos de ornatos e resquícios de estilo arquitetônico, seja pela detecção de materiais específicos empregados na construção; porém, dentro desse universo, também foram consideradas algumas que foram remodeladas para outro uso, mas possuem características formais de vila e, o que foi mais difícil, algumas autodenominadas vilas (pelos moradores ou por meio de sinalização legível), que configuram o mesmo tipo de espaço produzido, sem características homogêneas no conjunto, porém, guardam na espacialidade os mesmos tipos de relações de sociabilidades e vizinhança. Singularidades socioculturais, históricas e da paisagem urbana sinalizaram como moldura conceitual capaz de explicitar os atributos que caracterizam as vilas.

No interior desses quarteirões, as vilas de casas que ainda permanecem no interior das quadras e lotes do centro antigo de Manaus constituem um aspecto singular na conformação de um processo mais amplo que é a construção de habitações. As vilas sofreram uma série de transformações acompanhando a dinâmica da própria cidade em processo ou ainda mudanças conjunturais que acabaram por acarretar venda para outros proprietários e imbrólios jurídicos envolvendo disputas familiares pela propriedade de acervos hereditários. Foi possível, também, descobrir lugares onde já existiram vilas – são as “vilas desaparecidas”, porém não são mais identificáveis ou reconhecidas, tanto morfológicamente, como pelo uso alterado, descaracterização, ou até mesmo pelo esquecimento dos vizinhos e moradores sobre o passado do lugar que habitam.

O Espaço Habitado e Lugares de Memória

A natureza simultaneamente física e social do espaço arquitetônico urbano revela a cidade enquanto produto, isto é, porção territorial fisicamente alterada, onde se desenvolvem práticas sociais diversas e complexas. Nas palavras de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço urbano, tomando o termo “produção” num sentido amplo, compreendendo produção de obras e produção de relações sociais.

A cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações da cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (Lefebvre, 2016, p. 52).

Percebe-se então, a partir de outra perspectiva, a necessidade de observar, levantar e analisar a arquitetura construída, que se faz “documento”, pois “não há memória espontânea”, “é preciso criar arquivos” que registrem o objeto, os costumes e os modos de viver. Não somente pela materialidade construída, mas principalmente pelo ato de reconhecer e valorizar a imaterialidade contida nesses prédios, impregnados de significados simbólicos, memórias de vidas que os conferem chamar de “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 13).

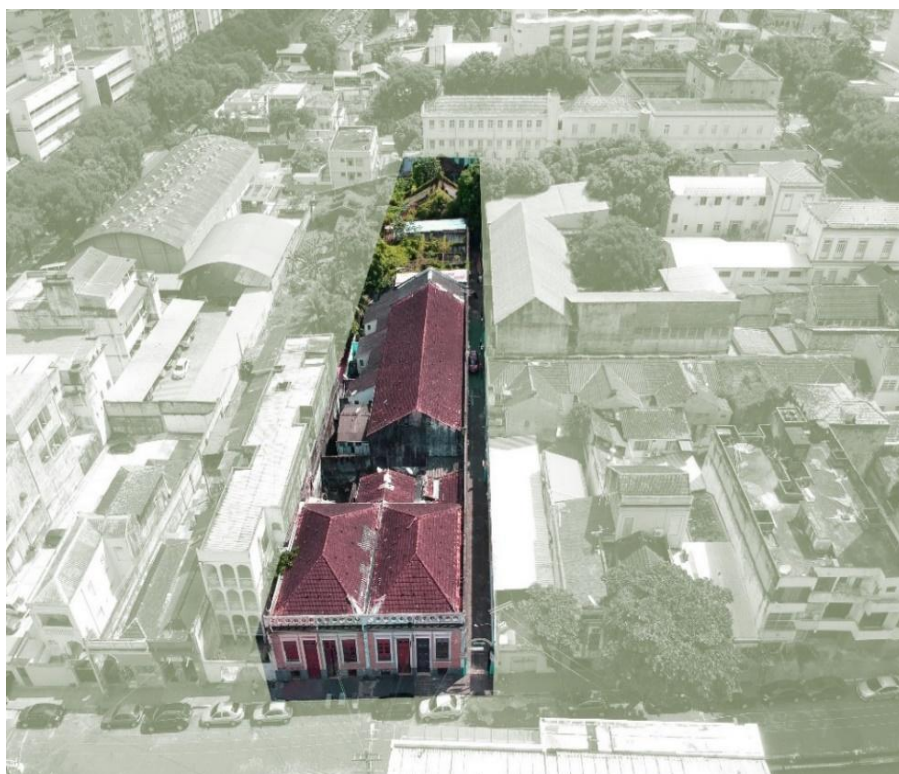
A Vila Georgette (Figura 1) já existia em 1905 (Jornal do Commercio, 07/09/1905), sendo o exemplar mais conhecido dentre as vilas do centro histórico de Manaus. Mario Ypiranga Monteiro afirma que “é uma das mais velhas vilas que se tem notícia em Manaus” (Monteiro, 2006, p. 87). Localizada na Rua Lauro Cavalcante, n. 73, foi construída com fins rentistas pelo comerciante português Isaias Bento Luiz, que foi fundador da loja Central de Ferragens e teve como último herdeiro Isaias Soares Bento. Encontrou-se um registro da existência da vila em 1905 cujo conteúdo revela os frequentes problemas em relação ao depósito de lixo em lugares inadequados.

A implantação da vila acontece de modo muito peculiar e racionalmente organizado: O terreno mede 22m x 110m e está localizado na rua Lauro Cavalcante (rua Henrique Martins em 1900). São quatro casas maiores na fachada em gosto eclético simples e sóbrio, alinhada com quadra, com cornijas que arrematam a platibanda adornada com aberturas circulares que completam o coroamento do edifício. As paredes são revestidas de “tijolinhos polidos” com acabamento no mesmo material com desenhos geométricos, técnica e produto tipicamente portugueses. As quatro casas cujas fachadas se encontram na rua principal, são bem maiores e de materiais de qualidade superior; sendo, muito provavelmente alugadas por preços mais altos do que as casas menores e com fachada para via particular da vila. Um portão de ferro com pórtico em arco tem o nome da vila e abre para o “arruado de casas ao lado esquerdo” no interior do quarteirão, contendo 16 casas geminadas em gosto eclético simples e sem revestimento

cerâmico, com platibanda e bordas nas portas e janelas (Monteiro, 2006, p. 87).

No porão da última casa funcionava o jornal “Vanguarda”, do Sr. Jacy Zany, em que me fiz jornalista ali pelas calendas de 1927. À entrada dessa “avenida” existem casas de fachadas de tijolinhos polidos, produto daquele ciclo de azulejos, e numa delas residiu o professor de língua portuguesa, Dr. Encarnação. Como ele era de espírito tradicionalista, até em conservar aquele sotaque luso, e somente ler obras produzidas em Portugal, os tijolinhos da fachada continuam a respeitar a idiossincrasia, e a excelente biblioteca não foi extraviada (Monteiro, 2006, p. 87).

Figura 1: Vista aérea da situação atual da Villa Georgette na rua Lauro Cavalcante. Ao fundo é possível observar a vegetação tomando espaço das coberturas perdidas no incêndio em 2012



Fonte: Santos, M.; Guerreiro, A. N. (2019)

O conjunto possuía 16 casas no interior da vila até o incêndio 2012, que destruiu 7 das casas situadas ao fim da viela privativa da vila. Eram casas geminadas com porão, construídas com fundações em pedra “jacaré” e paredes estruturais em tijolo; compostas de três cômodos ligados por um corredor, cozinha, banheiro e área aberta aos fundos, com piso em assoalho de madeira e forro em madeira; cobertura em telhas cerâmicas de tipo “Marselha”.

Ao aproximarmos ainda mais, adentramos no espaço privado. A compreensão e interpretação do domínio privado e do espaço doméstico dessas casas de vilas, construídas na primeira metade do século XX em Manaus, demandam uma abordagem articulada entre o programa arquitetônico³, não se reduzindo conceitualmente a uma simples lista de dependências oferecidas na edificação destinadas a satisfazer ao uso residencial, mas principalmente, na proposta de modo de viver que o desenho da planta da casa propõe e possibilita ao usuário do objeto; e ao estudo, dentro da perspectiva da cultura material, do papel desempenhado pelos materiais empregados, equipamentos, mobiliário e utensílios disponíveis no habitar, que propiciam a conveniência e o conforto, naquele dado momento, naquele lugar.

Ao fazer a reconstituição, em planta baixa, do que eram os programas dessas casas, observa-se que a organização do programa segue ao modelo da tripartição dos espaços da casa burguesa, ou do “morar à francesa”⁴, onde definem-se espacialmente os setores “social”, “íntimo” e “serviços”, hierarquicamente definidos: a sala é o local mais público (social), tem janela e porta para via interna (semipúblico); os compartimentos destinados ao descanso (íntimo) vem na sequência, por vezes aparecem portas entre esses compartimentos, ou dependências sem paredes em tijolo (mas vedadas por divisões reversíveis), em que se nota que a noção de privacidade ainda era inconsistente (ou transitória), e no final a cozinha, área de lavar roupa, um pequeno quintal e a sentina (serviços). É possível perceber nos exemplos demonstrados, o surgimento de um espaço destinado ao asseio completo – o banheiro – esse item é raro mesmo nas casas mais abastadas no início na primeira década do século XX.

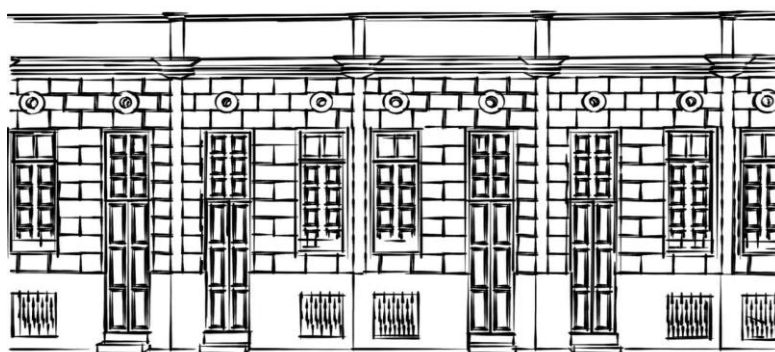
³ Programa arquitetônico – também chamado de programa de necessidades ou simplesmente programa. Define-se para o projetar na Arquitetura, o programa é uma relação de todos os cômodos, ambientes, ou elementos previstos para a construção de um edifício e deve traduzir, sob forma de elementos arquitetônicos, os espaços, onde serão desenvolvidas as atividades humanas, de acordo com a função demandada e características da clientela, além das noções de conforto e necessidades conjunturais e coerentes com seu tempo (Neves, Laert Pedreira – Adoção do Partido na Arquitetura – EDUFBA, 2012).

⁴ Lemos, ao discorrer sobre as transformações no agenciamento internos dos palacetes paulistanos, explica que a expressão “morar à francesa” pressupunha a divisão da moradia em três zonas distintas: a de estar e receber, a de repousar e a de serviço são compostos (Lemos, 1993, p. 104). Esse critério de distribuição do programa “burguês” foi transportado, de maneira simplificada para as habitações populares, na medida em que novos projetos eram direcionados para esse público.

Ao analisarmos o programa da Villa Georgette (1900-1905), verifica-se uma compartimentação semelhante a algumas das primeiras vilas operárias brasileiras. A casa demonstrada em planta baixa como “planta-tipo”⁵, é uma reconstituição baseada em levantamento métrico executado sistematicamente, em que a verificação das paredes originais, subtrações e adições feitas ao longo do tempo foram desconsideradas na reconstituição da planta. Isso pode ser verificado em análises comparativas às casas arruinadas depois do incêndio, onde foi feito uma investigação prospectiva em meio à ruína, ao lixo e vegetação crescente, mas que ainda permanecem de pé as paredes originais.

A casa da Villa Georgette tem a fachada voltada para via interna da vila e programa original distribuído da seguinte forma: pela porta voltada para rua da vila, há uma pequena escada, onde, do lado esquerdo, com 5 degraus, onde se desce para um porão alto, com 2 metros de altura e 7 metros de comprimento. Do mesmo acesso da porta frontal, ao lado direito, há outra escada com 5 degraus que sobem para um corredor com acesso a três cômodos, uma sala, em quarto e outro cômodo aberto para o corredor, que pode ou não ter sido utilizado como quarto (em alguns casos suava-se vedação feita em tabique como uma função divisória). De frente para rua, a pequena sala é o único cômodo com janelas, e ao final do corredor a cozinha. O pé direito, neste nível, é de 4,5 metros e o forro branco, todo em madeira, com desenho geométrico em forma de losango de peças encaixadas no centro e treliças de madeira emolduradas na composição geral, e pintadas em cal. Nos fundos da casa, um pequeno quintal com tanque de lavar e sentina (latrina).

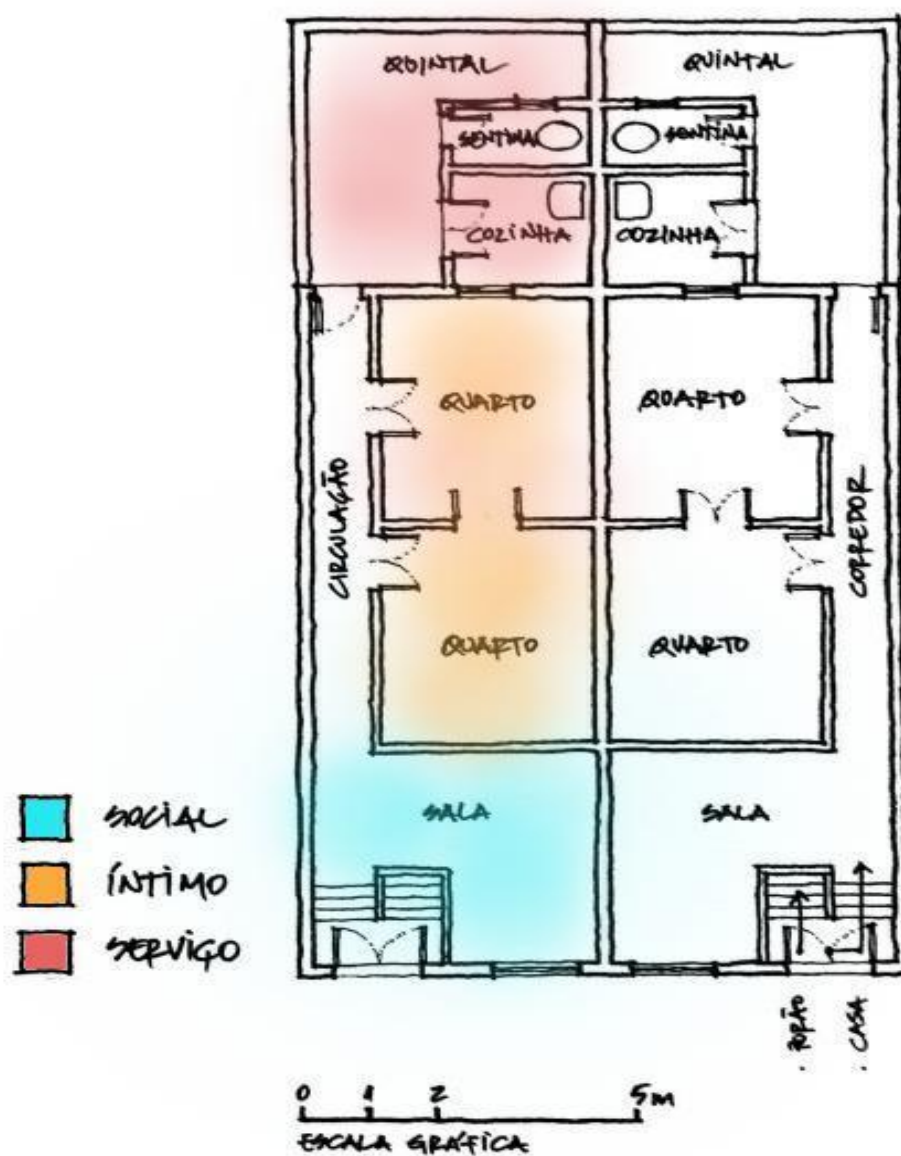
Figura 2: Croqui da fachada das casas na via privativa da Vila Georgette



Fonte: Queiroz, G.; Guerreiro, A. N. (2019)

⁵ Planta-tipo da casa – cuja planta baixa se repete no número de casas e formam um conjunto de casas iguais.

Figura 3: Planta Baixa da casa da Villa Georgette, com a casa gêmea rebatida (espelhada). O agrupamento, duas a duas, compõem o conjunto arquitetônico da vila em sua via privativa



Fonte: Croqui da autora (2019)

CONSIDERAÇÕES

A sensibilidade à arquitetura na cidade histórica sempre é uma questão polêmica, pois quando confrontamos a pobreza e o caos, a arquitetura transforma-se em ruína que atesta a decadência. Dessa forma, sempre há uma ansiedade em expressar como o espaço que nos cerca nos influencia e nos toca definitivamente. Ao experimentar espaços acolhedores e desfrutáveis, na surpresa ao defrontar uma perspectiva que emociona e ao caminhar pelas ruas e adentrar espaços que remetem ao passado distante – que muitas vezes parece melhor do que o presente.

O principal tema abordado na pesquisa que deu origem a esse artigo está materializado nas vilas de casas, o espaço da moradia, dentro de uma perspectiva que aborda um certo tipo, que chamamos de coletivas no passado, e mais recentemente de multifamiliar. Ao mesmo tempo, buscou-se registrar e resgatar parte da memória urbana de Manaus, ao reconhecer a importância dessa tipologia de habitação como herança cultural a valorizar e preservar.

Ao percorrer as ruas da cidade a procurar e investigar esses fragmentos do tecido urbano, que permeiam os bairros e guardam surpresas, algumas desagradáveis aos sentidos, porém, aos olhos da arquiteta e urbanista, com potencial revelador sobre a história acumulada e contida no espaço construído e transformado. Dentre as 58 vilas localizadas, somente 4 casas puderam ter sua originalidade investigada e para demonstrar neste artigo, somente uma, por ser a mais antiga (com o uso original), com características preservadas, apesar de encontrar-se parcialmente em arruinamento. Porém, existem muitas outras vilas, algumas com casas originais em madeira que ainda resistem. A desvalorização e abandono da arquitetura em madeira no cotidiano manauara sempre foi um fato que incomoda alguns arquitetos, por tratar-se de uma matéria prima regional e coerente com o clima local.

Essa aproximação entre os sentidos dos espaços arquitetônicos e urbanísticos, do privado e público, explicitam significados e valores atribuídos aos lugares e à maneira que estabelecemos relações com a vizinhança e com a coletividade. Compreendendo assim, os espaços da habitação, dos percursos, da escola, do trabalho, do lazer e contemplação etc., todos fazem parte da construção da percepção da cidade enquanto lugar de vivências e sociabilidades.

O resgate da memória das cidades não deve se limitar a recuperar as formas materiais, dos edifícios históricos, herdados de tempos pretéritos. Maurício Abreu, nos fala em “Sobre a memória das cidades” que “as

memórias coletivas permanecem e perduram muito mais em seus registros e documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem urbana”. É a partir do registro, que essa memória coletiva vai se transformar em memória histórica, e consequentemente, preservar a memória das cidades. São eles que permitem contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem (Abreu, 2011, p. 27).

Para Milton Santos, (1994, p. 36), o lugar é a “extensão do acontecer solidário”, entendendo-se por solidariedade a obrigação de viver junto. Ou seja, o lugar é lócus do coletivo, do intersubjetivo. Dessa forma, vemos o objeto desse estudo, esse fragmento do tecido urbano, denominado “vila” e composto pelo agrupamento de casas, implantada no interior dos quarteirões, cuja ligação com a via principal se faz por meio de uma viela estreita, que se apresenta como um elemento espacial de caráter semipúblico – a rua estreita configura um espaço de transição que separa o público (a cidade) do privado (casa).

Esses fragmentos do tecido urbano, onde grupo de casas abrem um espaço que se destaca no interior do quarteirão, que se repete em um padrão de composição arquitetônico determinado, e que no interior, quase sempre tem o mesmo programa; pelo pátio ou arruamento – esse espaço semipúblico é utilizado basicamente pelos próprios moradores e se apresenta como um espaço de transição, que se coloca entre a vida privada, no interior das casas, e o público, espaço de conflitos e disputas, a cidade. Dessa forma, esse espaço transitório parece representar um lugar mais acolhedor.

Quem já passou pelas ruas no centro histórico, nos bairros da Aparecida, na Av. Joaquim Nabuco e cercanias do Igarapé de Manaus, pode perceber, ou deve ter notado, diversas vezes, que, entre algumas edificações há uma rua estreita com casas idênticas alinhadas, que penetram no miolo da quadra e configuram esse espaço da vila, onde os moradores sentam-se para conversar em grupos de dois ou três, em “cadeiras de macarrão” (ou tipo espaguete), e compartilham suas vidas em um modo de vida peculiar.

O que se percebe é que é esse caráter semipúblico da via privativa, com as casas geminadas alinhadas voltadas para a via, que se transforma em pátio comum, onde as pessoas se conhecem e convivem, proporciona um cenário nostálgico que transporta aquele que adentra na vila para outro tempo – talvez “um tempo que o próprio tempo comeu [...]” (Mello, 1983, p. 31), ao tomar por empréstimo as palavras do poeta Thiago de Mello, ex-morador da Vila Pedrosa, engolida pelo tempo.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, AZIZ NACIB. A CIDADE DE MANAUS: (PRIMEIROS ESTUDOS). **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**, N. 15, P. 18-45, 1953.

ABREU, MAURÍCIO DE ALMEIDA. SOBRE A MEMÓRIA DAS CIDADES. **GEOGRAFIA: REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS, PORTO**, V. 14, P. 77-97, 1998. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://LER.LETRAS.UP.PT/UPLOADS/FICHEIROS/1609.PDF](https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf).

BONDUKI, NABIL. **ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. ARQUITETURA MODERNA, LEI DO INQUILINATO E DIFUSÃO DA CASA PRÓPRIA** / NABIL BONDUKI – SÃO PAULO: ESTAÇÃO LIBERDADE: FAPESP, 1998.

CHOAY, FRANÇOISE. **A ALEGORIA DO PATRIMÔNIO**. SÃO PAULO: UNESP, 2006.

DIAS, EDINEIA MASCARENHAS. **A ILUSÃO DO FAUSTO. MANAUS 1890-1920**. MANAUS: VALER, 2007.

HARVEY, DAVID. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA: UMA PESQUISA SOBRE AS ORIGENS DA MUDANÇA CULTURAL**. 17. ED. SÃO PAULO: EDIÇÕES LOYOLA, 1992.

LEFEBVRE, HENRI. **DIREITO À CIDADE**. TRADUÇÃO DE RUBENS EDUARDO FRIAS. SÃO PAULO: CENTAURO, 5. ED. 2008, 6ª REIMPRESSÃO 2016.

LEMONS, CARLOS A. C. **ALVENARIA BURGUESA: BREVE HISTÓRIA DA ARQUITETURA RESIDENCIAL DE TIJOLOS EM SÃO PAULO A PARTIR DO CICLO ECONÔMICO LIDERADO PELO CAFÉ**. 2. ED. REV. AMPL. SÃO PAULO: NOBEL, 1989.

MELLO, THIAGO. **MANAUS AMOR E MEMÓRIA**. MANAUS, 1983.

MONTEIRO, MÁRIO YPIRANGA. **ARQUITETURA: TRATADO SOBRE A EVOLUÇÃO DO PRÉDIO AMAZONENSE**. MANAUS: MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO, 2006.

NEVES, LAERTE PEDREIRA. **ADOÇÃO DO PARTIDO NA ARQUITETURA**. SALVADOR: UFBA, 1989.

NORA, PIERRE. ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **PROJETO HISTÓRIA**, V. 10, P. 7-28, 1993. (TRAD.: YARA AUN KHURY).

OLIVEIRA, JOSÉ ALDEMIR. **MANAUS DE 1920 - 1967**. MANAUS: VALER/ GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS/ EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2003.

SAMPAIO, PATRÍCIA MELO. **POSTURAS MUNICIPAIS DO AMAZONAS (1838-1967)**. ORGANIZAÇÃO DE PATRÍCIA MELO SAMPAIO. MANAUS: EDUA, 2016.

SANTOS, MÍLTON. **O RETORNO DO TERRITÓRIO**. TERRITÓRIO: GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO. TRADUÇÃO. SÃO PAULO: HUCITEC/ ANNABLUME, 2002.

VAZ, LILIAN FESSLER. **MODERNIDADE E MORADIA: HABITAÇÃO COLETIVA NO RIO DE JANEIRO: SÉCULOS XIX E XX**. RIO DE JANEIRO: 7 LETRAS, 2002

ZEVI, BRUNO. **SABER VER ARQUITETURA**. TRAD. ÁLVARO CABRAL. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1998.

PERIÓDICOS

JORNAL DO COMÉRCIO – CONSULTADOS NA HEMEROTECA VIRTUAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

JORNAIS DA INTERNET

DIAS, MÔNICA; SOUZA, MARINA. “INCÊNDIO DESTRÓI SETE CASAS EM VILA HISTÓRICA NO CENTRO DE MANAUS”. G1. DISPONÍVEL EM: [HTTP://G1.GLOBO.COM/AM/AMAZONAS/NOTICIA/2012/08/INCENDIO-DESTROI-SETE-CASAS-EM-VILA-NO-CENTRO-DE-MANAUS.HTM](http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/08/incendio-destroi-sete-casas-em-vila-no-centro-de-manaus.htm). ACESSO EM: 09 NOV. 2016.

PEREIRA, CAMILA; STRAHM, BRUNO. “INCÊNDIO ATINGE A VILA 'JORGETE' NO CENTRO DE MANAUS”. ACRÍTICA ON-LINE. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ACRITICA.COM/GALLERIES/INCENDIO-ATINGE-AO-MENOS-SETE-CASAS-NA-VILA-JORGETE-NO-CENTRO-DE-MANAUS](http://www.acritica.com/galleries/incendio-atinge-ao-menos-sete-casas-na-vila-jorgete-no-centro-de-manaus). ACESSO EM 09 NOV. 2016.

SIGNIFICADOS SOBRE A PRODUÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA, EM SANTOS-SP, DE ACORDO COM A PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Marcelo Pereira de Brito

Doutorando pelo Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

Eunice Nakamura

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado junto ao Centre de Recherche Médecine, Santé, Santé Mentale et Société (CERMES 3 - Université Paris Cité). Professora Associada da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista

Resumo: A Atenção Básica (AB) aparece como principal norteadora das ações em saúde na Estratégia Saúde da Família (ESF), tendo entre suas prerrogativas o trabalho em equipe multidisciplinar com foco no usuário, nas famílias e comunidades onde é inserida. No entanto, o contexto histórico das práticas em saúde no Brasil tem evidenciado que a AB não se consolida no país sem contradições. Alguns dos seus princípios, como a integralidade, surgem no encontro clínico entre médicos e pacientes ainda fortemente marcado pelo discurso e prática biomédicos. O objetivo deste estudo foi compreender os significados sobre a produção do cuidado na relação médico-paciente, da perspectiva dos usuários. Para tanto, foi realizada uma pesquisa etnográfica, com acompanhamento e observação de seis reuniões de uma equipe da unidade de ESF do bairro de Areia Branca, na zona Noroeste de Santos-SP; e entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado, com cinco usuários atendidos por essa equipe. O acompanhamento das reuniões nos permitiu constatar a dinamicidade das atividades oferecidas pela unidade de ESF de Areia Branca. Na análise das entrevistas, destacaram-se significados sobre a produção do cuidado na relação médico-paciente e a compreensão dos usuários desta.

Palavras-chave: Relação médico-paciente; Estratégia Saúde da Família; Significados; Atenção Básica.

Abstract: Primary Health Care (PHC) appears as the main guide of health actions in the Family Health Strategy (FHS), having among its prerogatives multidisciplinary teamwork focused on the user, families and communities where it is inserted. However, the historical context of health practices in

Brazil has shown that PHC is not consolidated in the country without contradictions. Some of its principles, such as integrality, arise in the clinical encounter between physicians and patients still strongly marked by biomedical discourse and practice. The aim of this study was to understand the meanings about the production of care in the doctor-patient relationship, from the perspective of users. For this, an ethnographic research was carried out, with monitoring and observation of six meetings of a team of the FHS unit of the Areia Branca neighborhood, in the Northwest zone of Santos-SP; and in-depth interviews, with semi-structured script, with five users attended by this team. The follow-up of the meetings allowed us to verify the dynamicity of the activities offered by the Areia Branca FHS unit. In the analysis of the interviews, meanings about the production of care in the doctor-patient relationship and the understanding of the users of the doctor stood out.

Keywords: Doctor-patient relationship; Family Health Strategy; Meanings; Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

A temática acerca da produção do cuidado em saúde tem sido muito relevante para um maior entendimento sobre a importância da dimensão cuidadora nos diferentes modelos assistenciais, principalmente em se tratando dos questionamentos e reflexões propostos aos diferentes aportes tecnológicos e abordagens dos problemas de saúde presentes nestes modelos (Merhy, 2002).

Em se tratando dos vários modelos assistenciais surgidos ao longo da história das políticas de saúde no Brasil, ganha destaque o debate em torno da Atenção Básica (AB), tida como principal modelo à reordenação, organização e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Silva Jr.; Alves, 2007).

Nesta perspectiva, a AB aparece como um modelo assistencial que pode nos revelar como se organizam as ações de atenção à saúde, em seus aspectos tecnológicos e assistenciais, para resolver os problemas de saúde da população (Silva Jr.; Alves, 2007) e, portanto, cujos princípios são considerados fundamentais à análise e entendimento das relações necessárias, como também para a compreensão frente aos diferentes contextos e atores que permeiam a produção do cuidado em saúde.

Isto posto, dentre as várias possibilidades de estudo frente ao tema da produção do cuidado, o presente trabalho se apresenta com o objetivo de

compreender e analisar os distintos significados atribuídos na e pela relação médico-paciente, da perspectiva daqueles que usufruem do cuidado, isto é, os usuários, situados em uma unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF), em Santos-SP. Entretanto, faz-se necessária uma delimitação teórico-reflexiva, a fim de que seja possível um melhor entendimento da proposta aqui delineada.

Assim, faz-se relevante trazer algumas considerações sobre a AB no Brasil e sua articulação através da Estratégia Saúde da Família (ESF), tida esta como principal modelo da AB, a qual propõe a perspectiva de ser um modelo reordenador da assistência à saúde no SUS (Andrade; Barreto; Bezerra, 2006; Mendes, 2012).

Nem sempre a AB foi prioridade no discurso político do Brasil pois, mesmo nas décadas de 1970 e 1980, quando ganharam visibilidade as propostas de extensão de cobertura e a temática da AB, “havia forte preocupação do movimento reformista de saúde com o debate da restrição de cobertura e focalização”, já presente na esfera internacional (Borges; Baptista, 2010, p. 32). Entretanto, ainda que se tornasse uma prioridade, os esforços do movimento sanitário em relação à AB focaram-se em aspectos mais gerais referentes às políticas e direitos à saúde.

Deste modo, a AB tornava-se um dos principais aportes teórico-práticos para a efetividade do sistema de saúde brasileiro, guiado por diretrizes como acesso e cobertura universal; atenção integral e integrada; ênfase na promoção e prevenção; atenção apropriada (foco na pessoa e suas necessidades sociais e de saúde); orientação familiar e comunitária; recursos humanos apropriados, entre outros (Andrade; Barreto; Bezerra, 2006).

Com a formulação da Constituição de 1988 e criação do SUS, adotou-se para o sistema de saúde pública brasileiro a descentralização como uma de suas diretrizes organizativas, de acordo com o princípio da integralidade, com vistas à reorientação do modelo assistencial, através da introdução e implementação da AB no país, por intermédio das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e, posteriormente, com o Programa Saúde da Família (PSF) (Mendes, 2012).

A criação do PSF, em 1994, caracterizou mais um importante passo rumo à reorientação do modelo assistencial, através da AB, mediante redirecionamento das ações em saúde, afirmação de uma nova filosofia de atenção à saúde e consolidação dos princípios organizativos do SUS (Andrade; Barreto; Bezerra, 2006).

Entretanto, o PSF configurava um programa de AB bastante limitado, uma vez que os esforços do Ministério da Saúde ainda se concentravam em questões relacionadas ao financiamento e à descentralização do sistema de saúde, em detrimento do enfoque a uma produção do cuidado em saúde adequada e condizente com as diretrizes da AB, não se dando ênfase à viabilidade e institucionalidade deste modelo assistencial (Borges; Baptista, 2010).

Em 2011, o PSF passa a ESF, estruturando-se com base no reconhecimento das necessidades da população, apreendidas a partir do estabelecimento de vínculos entre os usuários dos serviços e os profissionais de saúde, em contato permanente com o território, com foco no trabalho multi e interdisciplinar (Oliveira, 2013). Enfatiza-se, também, a participação social, com o intuito de promoção de autorresponsabilidade e autonomia dos usuários em seus processos de saúde-doença (Starfield, 2002).

Em vista disto, a ESF buscou sua consolidação através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) (Mendes, 2012), o qual, mesmo com uma visão política limitada, passava a ganhar maior visibilidade, tornando-se o argumento político medular para reorientação do modelo assistencial, buscando sua afirmação como principal estratégia articulada aos princípios reformistas e aspirando a garantia da universalidade e integralidade da atenção à saúde (Borges; Baptista, 2010).

No entanto, em se tratando da organização e dinâmica de trabalho das equipes de saúde na AB, nada garante que as estratégias da ESF, venham a romper com o modelo biomédico hegemônico, já que as mudanças preconizadas por parte do governo centram-se na estrutura dos serviços, em detrimento de uma operação focada nos microprocessos do trabalho em saúde, ou seja, seus contextos, os quais definem o perfil da assistência oferecida (Franco; Merhy, 1999).

Portanto, julga-se como relevantes e necessários estudos que impliquem em determinada(s) compreensão(ões) sobre como este modelo assistencial vem sendo empregado nos distintos contextos em que fora inserido, como é o caso do estudo aqui delineado acerca da produção do cuidado e seus diálogos com os princípios e diretrizes da AB frente à relação médico-paciente. É o que procuraremos delinear teórico-reflexivamente adiante.

Por uma produção subjetiva do cuidado em saúde para a AB e ESF: as tecnologias relacionais como componentes-chave para uma prática em saúde usuário-centrada

Há uma equivocada ideia de que os processos de trabalho na ESF seguem um padrão normativo que uniformiza as condutas dos trabalhadores, de acordo com regras estabelecidas em suas diretrizes. Os trabalhadores dentro de uma equipe de ESF, pelo contrário, agem de forma singular na produção do cuidado, ou seja, de maneiras diferentes entre eles, mesmo que regidos por uma diretiva normatizadora (Franco; Merhy, 2013).

Isto posto, pode-se dizer que as regras colocadas para o funcionamento da ESF influem as atividades dos trabalhadores dentro de limites bastante circunscritos tido que, enquanto postos frente a situações de trabalho, em relação com os usuários, são os próprios trabalhadores em ato que definem como este cuidado se realiza, trazendo grande dinamicidade aos níveis de gestão, no que diz respeito à influência exercida sobre a ação cotidiana dos profissionais da saúde em suas respectivas práticas (Franco; Merhy, 2013).

Logo, o reconhecimento das competências de cada profissão, a necessidade de espaços coletivos de produção do cuidado em saúde e a valorização do diálogo podem corresponder a importantes ferramentas para auxiliar a criatividade e reflexão dos sujeitos (profissionais e usuários) e da comunidade sobre os problemas de saúde em seus respectivos contextos (Silva *et al.*, 2012). Assim sendo, infere-se que o(s) modo(s) de produção do cuidado apresenta-se de maneira proveitosa no âmbito de sua micropolítica, ou seja, seu contexto, mediante um olhar capaz de averiguar a complexidade que envolve o modo operativo de cada trabalhador em sua ação cotidiana, como ocorre na relação médico-paciente, ação esta produzida subjetivamente em ato, que produz o cuidado em saúde e, concomitantemente, o próprio trabalhador enquanto sujeito no mundo (Franco; Merhy, 2013).

Deste modo, no que se refere à multiplicidade de atores e contextos que perpassam a relação entre profissionais e usuários na AB e corroborada por debates acerca da integralidade e humanização na atenção à saúde, a noção de cuidado tem sido abordada com afinho na Saúde Coletiva, embasada por reflexões que colocam em destaque as características intersubjetivas do cuidado no contexto da atenção à saúde (Spink, 2015).

Tal perspectiva traz grande riqueza analítica para o estudo das relações entre usuários e profissionais da saúde na AB, entre elas a relação médico-paciente na ESF, pelo fato de serem as características intersubjetivas e de intervenção de um sujeito sobre outro, fatores que

constituem a essência do trabalho em saúde, variando de acordo com os diferentes contextos histórico-sociais, os quais podem aproximar ou afastar as margens de solidariedade e do cuidado com a vida (Sá, 2009).

Consideramos, portanto, ser a produção do cuidado, nos processos de trabalho em saúde, sempre relacional e intercessora, isto é, produzida na relação entre sujeitos no espaço das suas interseções, configurando um produto que existe para os dois, trabalhador e usuário, em ato, inexistindo sem o momento da relação em processo (Merhy, 2002).

Assim, este processo relacional opera fomentando a conexão entre os muitos usuários, pessoas, trabalhadores e coisas, que se assentam no plano do processo da produção do cuidado, sendo partes constituintes deste, bem como compondo uma rede que se concebe na informalidade do cotidiano de uma equipe ou unidade de saúde (Franco; Merhy, 2013).

Por conseguinte, sendo a produção do cuidado em saúde relacional, a relação médico-paciente inclusa, esta configura-se em um processo de subjetivação para os indivíduos nela implicados, corroborando a geração de novos territórios existenciais e levando à elaboração de novos mundos para estes, em um processo simultâneo de elaboração de si mesmo (Kastrup, 2007), sendo estes territórios existenciais o que cada um tem dentro de si, significando e interagindo com o mundo à sua volta (Rolnik, 2006).

À vista disso, pode-se depreender que o perfil do cuidado na relação médico-paciente não é definido pela estrutura física onde se realiza o cuidado em si, mas também pelo território existencial onde o trabalhador de saúde inscreve-se como sujeito ético-político, ou seja, a produção do cuidado dar-se-á através do modo de ser no mundo pelo(s) sujeito(s), independentemente de onde ele estiver desempenhando seu processo de trabalho (Franco; Merhy, 2013). Assim, na dimensão operativa das práticas em saúde, faz-se relevante designar-se como cuidado um ato terapêutico que almeje, em todo o seu processo, seu sentido existencial (Ayres, 2004).

Ganham evidência, neste prisma, as ideias desenvolvidas por Gadamer (1997), o qual valoriza a totalidade hermenêutica como importante guia para uma reflexão existencial a ser sobreposta aos distintos significados das técnicas e artes de curar, de adoecer e do conhecimento científico em saúde. Tal perspectiva, por que permeada por um potencial hermenêutico, traz bastante riqueza para a reflexão sobre as práticas de saúde, principalmente acerca da noção de projeto existencial para as práticas humanas (Ayres, 2004), em nosso caso, uma produção da saúde na relação médico-paciente enquanto sinônimo de produção do cuidado e não como produção de procedimentos (Merhy, 2002).

Deste modo, destacamos a produção do cuidado como geradora de novos territórios existenciais, de novos mundos e indivíduos em relação, mas também como uma formuladora de projetos existenciais que fomentam o estabelecimento de vínculos, acenando para um trabalho de manejo em saúde que traz diferentes sentidos e significados para as preocupações de saúde e da vida daqueles que do cuidado usufruem (Kastrup, 2007; Ayres, 2004).

Assim, são traçados possíveis adornos para uma reformulação das práticas da saúde, pautadas em tecnologias mais relacionais e centradas nos usuários (Franco; Merhy, 2013), como vem sendo preconizado pela ESF enquanto uma das principais políticas estratégicas do SUS para a reordenação do modelo assistencial em saúde, através da AB, sendo assim, de extrema relevância para a análise da relação médico-paciente (Andrade; Barreto; Bezerra, 2006).

Perspectivas socioculturais sobre a produção do cuidado e suas possíveis interlocuções com a relação médico-paciente

Neste sentido, ao procurarmos estabelecer uma conexão da perspectiva sociocultural à produção do cuidado, na AB e ESF, faz-se relevante tratarmos da temática da relação médico-paciente, já que, mesmo que a ESF tenha sido implementada com o intuito de promover uma mudança no modelo assistencial de saúde, guiando-se por princípios como a integralidade, primeiro contato e acolhimento, por meio do estabelecimento de vínculos (Andrade; Barreto; Bezerra, 2006; Oliveira, 2013), tal política de saúde tem caráter sistêmico e processual, isto é, dá-se ainda à consulta médica uma dimensão central na Medicina da Família e Comunidade (Lopes; Curra, 2013).

Dentre outros motivos às questões apontadas, sobressai o fato de que, por uma perspectiva sócio-histórica, diferentemente de outras profissões, o médico não perdeu a hegemonia do saber e do fazer com a consolidação do modelo capitalista. Ao contrário, com o progresso científico e uma exagerada valorização da ciência e racionalização dos saberes, a medicina consolidou-se ainda mais em seu exercício tendo como elemento central de sua prática o doente (e a doença), o qual perdeu suas dimensões sociais e subjetivas, para se tornar objeto de um saber cientificamente reconhecido (Schraiber, 1993).

Deste modo, a relação médico-paciente configurou-se, historicamente e no plano sociocultural, de maneira assimétrica, corroborada por uma distribuição desigual de autoridade decorrente da

racionalidade e tecnicidade proeminentes nesta relação, incitando certa passividade e dependência do paciente perante o médico (Soares; Camargo Jr., 2007).

A noção de assimetria presente na relação doente-médico foi abordada pelo sociólogo Luc Boltanski, o qual apontou, por meio de um estudo realizado na França, como atos e representações, que constituem as práticas de saúde, estão imbricadas a uma estrutura de classes. O autor evidencia diversos aspectos presentes nessa relação, como a barreira linguística que separa o médico do doente das classes populares, a atitude autoritária que o médico pode utilizar na terapêutica, as diferentes regras de higiene, bem como as diferentes significações que o consumo médico pode ter diante de pacientes pertencentes a diferentes classes sociais (Boltanski, 2004).

Por consequência, em seu desenrolar histórico, a hegemonia do discurso biomédico autorizou, em certa medida, que a medicina se tornasse uma “cultura global”, outorgando uma moralização da doença. Nesta perspectiva, a medicina, em especial a ocidental, desenvolveu-se como uma nova normatividade, que permite recompensar a obediência, punir a transgressão, medir a ignorância e lutar contra as medicinas não oficiais, intervindo, cada vez mais, nos domínios mais extensos da vida cotidiana (Laplantine, 1991), dentre elas a produção do cuidado em/na relação médico-paciente.

Merhy (2002), julga ser o ato de cuidar a “alma” dos serviços em saúde, o qual deve ter como prerrogativa maior a defesa radical da vida individual e coletiva, não tendo como principal objeto a cura ou a promoção de saúde e prevenção de doenças, mas a produção do cuidado, que se constitui como uma “ferramenta” para se atingir a cura e a saúde, objetivos da produção do cuidado. No entanto, o campo da saúde constituiu-se, historicamente, como um campo de construção de práticas técnicas cuidadoras, socialmente determinadas, onde o modo médico de agir tornou-se hegemônico.

Como consequência, houve a ascensão de uma produção de procedimentos como cuidado, em detrimento da produção do cuidado em saúde comprometida com a cura e a promoção. Tal fato ocorreu, dentre outros fatores, por uma hegemonia do modelo médico neoliberal, que subordina a dimensão cuidadora a um papel irrelevante e complementar, subjugando a ação de outros profissionais de uma equipe de saúde a esta lógica dominante (Merhy, 2002).

Com isso, a produção do cuidado em saúde, pode apresentar-se de maneira corporativo-centrada, com a hegemonia do saber médico, ao invés

de usuário-centrada, fazendo com que os pacientes se sintam, muitas vezes, inseguros, desamparados, desprotegidos, desrespeitados (Merhy, 2002), o que fere profundamente os princípios da AB, como a integralidade e o acolhimento, não estimulando a autonomia dos indivíduos e coletividades, frente a seus processos de saúde-doença, e o estabelecimento de vínculos geradores de “novos” sentidos e significados para a saúde e para a vida daqueles que usufruem do cuidado (Ayres, 2004).

Além disto, algumas contribuições da Teoria Ator-Rede (TAR) demonstram-se pertinentes e dignas de serem aqui colocadas, a saber que esta teoria tem como um de seus pressupostos o princípio de simetria generalizada, onde conhecimento e significado já não são mais uma propriedade exclusiva dos seres humanos, mas produtos e consequências de redes heterogêneas de materialidades e socialidades (Latour, 2004). Entretanto, este princípio, em certa medida, se delinea através da estabilização dos objetos em redes (Souza, 2015).

Como uma inflexão da TAR, Mol (2002; 2008) indica ser a realidade histórica, cultural e materialmente localizada, ou seja, é múltipla. Sendo assim, o aspecto relacional passa a não ser mais delimitado pelas interações face a face, dependendo do contexto onde o cuidado ocorre, alertando para pressupostos ontológicos e resultando em realidades múltiplas nos contextos das práticas em saúde (Spink, 2015).

Consequentemente, sendo a realidade múltipla e produto de práticas sociais, temos que, diferentes formas de performar a realidade acabam por trazer consequências, as quais extrapolam o caráter imediato da ação, acarretando uma conotação política a estes modos de performar (Spink, 2015). Desta maneira, a ideia de “ontologia política” (*ontological politics*), formulada por Mol (1999) pode ser de grande utilidade para o estudo dos significados na produção de cuidado na relação médico-paciente na AB em toda a sua complexidade, frente as diferentes noções de cuidado e contextos que a permeiam, uma vez que a autora une as palavras ontologia, referente a realidades fixas e condições de possibilidades com as quais vivemos, e política, cujo entendimento usual vai em direção àquilo que necessita ser negociado, construído em relação (Souza, 2015; Spink, 2015).

Consequentemente, a proposta dos adeptos à TAR, principalmente Mol, a qual desenvolve a ideia de ontologia política, procura elucidar que há versões diferentes de uma entidade que é dita no singular, por exemplo, a doença (Souza, 2015). E para defender estas ideias, Mol (2002) utiliza a *performatividade*, propondo um retorno à realidade prática na atuação sobre a doença.

Neste sentido, a autora traz as *praticidades*, materialidades e associações de elementos heterogêneos como possibilidade para diversas maneiras de atuação da doença, ou seja, seria a dimensão prática a responsável por configurar a doença, permitindo a coexistência de diferentes versões desta (Mol, 2002 *apud* Souza, 2015). Podemos, ancorados nestas ideias, supor que a dimensão prática é, também, intendente por configurar a produção do cuidado em saúde, colocando luz à existência simultânea de diferentes versões desta na relação médico-paciente.

Isto posto, Mol (2008) traz importante contribuição diante da dimensão prática na atenção à saúde, colocando em contraste duas maneiras de lidar com a doença, denominadas lógica da escolha, subdividida em duas partes (vertente do mercado e vertente da cidadania) e a lógica do cuidado.

Na vertente do mercado, as pessoas têm o direito de obter aquilo pelo que pagaram, seja através de impostos, no caso do SUS, ou através dos planos de saúde. Assim sendo, as ofertas de saúde ocorrem de acordo com a demanda e os pacientes são denominados “clientes”, onde a atenção à saúde se pauta pela transferência de um produto (Spink, 2015). Na vertente da cidadania, há o incentivo da autonomia do paciente, mediante uma concepção democrática de direito, onde o profissional tem o papel de apenas informar quais opções os pacientes podem contar, para fazerem suas próprias escolhas. No entanto estas escolhas se dão de modo muito complexo, pois a decisão emerge acerca do que é bom (Souza, 2015).

Mol (2008), afirma ser um cidadão aquele que controla seu corpo, possuindo a habilidade de fazer suas próprias escolhas. Por um lado, este discernimento corrobora em uma diminuição do poder profissional e garante a autonomia do paciente, mas por outro pode reforçar o poder profissional, na medida em que a hegemonia do saber biomédico deu ao profissional o domínio dos fatos, em detrimento dos pacientes pautados por valores. A lógica do cuidado, entretanto, ao invés de tratar fatos e valores separadamente, trata-os conjuntamente, fato de extrema importância para o estudo aqui proposto, uma vez que a intervenção ocorre na vida do paciente, logo são seus valores que deveriam contar mais (Mol, 2008).

Outro contraponto, diz respeito à finalidade da prática. Na lógica da escolha o tempo é linear, tendo um início e um fim. Na lógica do cuidado, as variáveis da vida sugerem a necessidade de um processo contínuo, isto é, fluido, cheio de idas e vindas, não podendo ser a atenção à saúde, bem como a produção do cuidado, olhada por uma perspectiva linear (Spink, 2015).

Portanto, o mais importante na lógica do cuidado é o resultado diante de como as tarefas serão divididas entre os diversos atores, humanos e não-

humanos, configurando-se em um processo aberto, no qual o paciente é denominado deste modo porque sofre, não pelo fato de ser passivo diante da prática profissional (Spink, 2015).

Desta maneira, ganha enorme importância a dimensão sociocultural na produção do cuidado em saúde na AB, tido que esta procura valorizar os diferentes modelos explicativos dos indivíduos, trabalhadores e usuários, frente seus respectivos processos de saúde-doença, reconhecendo os significados sociais e culturais atribuídos por estes ao adoecerem (Kleiman, 1980).

Metodologia

Nesta pesquisa buscamos uma abordagem teórico-metodológica que permitisse revelar os significados que os sujeitos, alguns usuários da AB/ESF, atribuem à produção do cuidado na relação médico-paciente, a qual deixou de ser vista por suas características objetivas, focadas nas doenças, passando a ser compreendida e analisada pelos aspectos subjetivos e socioculturais que a permeiam.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa mostrou-se a mais adequada, por abarcar a esfera das relações em saúde, como fenômenos sociais (Minayo, 2000), que se expressam por meio de significados, sentidos, crenças, valores e experiências dos sujeitos, inerentes aos encontros clínicos e aos processos de saúde-doença (Caprara; Landim, 2008).

Partindo da perspectiva de que a percepção da realidade de si e do outro está sempre permeada pela cultura, inclusive em se tratando das concepções de corpo, saúde e doença, consideramos que a produção do cuidado na relação médico-paciente também se encontra permeada pela cultura.

Logo, a partir da definição de que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu e sendo a cultura estas teias” (Geertz, 1989, p. 4), é relevante entendermos que a cultura configura a impressão subjetiva da pessoa sobre a realidade, por meio de categorias pré-existentes do universo de sua referência, permitindo classificações e compreensões particulares da realidade, as quais se manifestam em diferentes concepções de corpo, saúde e doença.

Adotando a perspectiva hermenêutica, Caprara (2003) ressalta a importância da abordagem interpretativa nos processos de saúde-doença, como referência necessária ao entendimento dos significados dos

comportamentos e das ações dos indivíduos, na medida em que a cultura produz estruturas simbólicas, metáforas e outras figuras ligadas às doenças.

Sabemos, no entanto, que, em se tratando de uma abordagem etnográfica, vários são os impasses que podem ocorrer, já que aspectos referentes a uma sociedade e cultura particular não se apresentam de maneira superficial, fazendo-se necessária uma observação que permita um olhar mais aprofundado e detalhado sobre os fenômenos (Velho, 1981).

Para esse tipo de observação, é importante a presença de uma forma específica de olhar e ouvir. Sendo uma abordagem que procura dar voz àquilo que os homens falam, é imprescindível o estabelecimento de relações, mas não de qualquer relação. Para que seja feita a análise interpretativa do discurso desse que chamamos o “outro” é importante que se estabeleça uma relação dialógica e empática entre pesquisador e interlocutor (es) para que tais estruturas significantes sejam realçadas (Oliveira, 2006).

Portanto, na análise cultural não se investiga o discurso somente como acontecimento, mas analisam-se os significados presentes no acontecimento de falar, bem como o fluxo de comportamento onde estes significados aparecem, ou seja, em seu contexto (Geertz, 1989).

Nesta ótica, no estudo da produção do cuidado na relação médico-paciente em um contexto da ESF, a dimensão simbólica e cultural apresentou-se como parte constitutiva de todas as práticas em saúde, assim como a perspectiva hermenêutica, a qual nos possibilitou uma abordagem interpretativa nos processos de saúde-doença, como perspectiva fundamental para o entendimento dos significados dos comportamentos e das ações dos indivíduos (Caprara, 2003), tendo-se como referência a dimensão sociocultural como fundante para a interpretação do acontecimento de falar e dos fluxos de comportamento (Geertz, 1989) situados no contexto por nós analisado.

Portanto, buscou-se compreender os significados presentes, da perspectiva dos usuários, bem como aspectos socioculturais relacionados ao contexto em que ela ocorre. Para isto, foram acompanhadas seis reuniões de equipe, entre os meses de Abril e Agosto de 2017 e de acordo com a disponibilidade das equipes de saúde, a fim de compreendermos qual era o contexto, os profissionais de saúde envolvidos e os principais temas discutidos na ESF pesquisada; e entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado, junto a usuários, para apreendermos suas visões sobre a relação médico-paciente.

Foram utilizados como critérios de inclusão, para seleção dos entrevistados, frequentar a unidade de ESF há, pelo menos, um ano; ser maior de 18 anos; e estar em acompanhamento/tratamento junto à unidade em questão. Ressalta-se que a dinâmica das entrevistas se deu de acordo com o princípio de saturação teórica dos dados. Assim, partiu-se do prisma de que em estudos qualitativos que utilizam entrevistas como estratégia de coleta de dados a saturação é verificada quando os dados, após a análise, apresentam consistência em qualidade e densidade quantitativa (Nascimento *et al.*, 2018).

A pesquisa foi realizada na unidade de ESF do bairro Areia Branca, situada na zona Noroeste da cidade de Santos-SP, que contava, no momento da pesquisa, com duas equipes (equipe 1 e equipe 2), tendo sido escolhida para o acompanhamento das reuniões e identificação dos usuários a equipe 2. Isto posto, a análise das entrevistas e das observações participantes feitas nas reuniões de equipe foi orientada pela perspectiva hermenêutica, que se baseia na compreensão e interpretação dos fenômenos culturais, referindo-se à uma dissertação de mestrado defendida em Março de 2018, junto à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-B.S.), não havendo conflito de interesses entre os autores para divulgação de seus resultados.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo e à Plataforma Brasil, sendo aprovado sob o número CEP Nº 0015/2017. Todos os nomes contidos no tratamento de dados são nomes fictícios, a fim de garantir o anonimato dos interlocutores da pesquisa.

Resultados e Discussão

Foram muitos e férteis os dados obtidos na realização da observação participante, diários de campo e entrevistas realizadas, os quais trouxeram bastantes reflexões acerca da temática trabalhada neste estudo. No entanto, procurou-se dar maior evidência aos achados das entrevistas, por julgar-se estes elementos mais pertinentes a serem abordados no presente estudo.

Porém, faz-se relevante elencar, por exemplo, que as reuniões de equipe acompanhadas, apesar de serem lideradas ora pela enfermeira, ora pelo médico, eram permeadas pela participação ativa de todos os membros da equipe (médico, enfermeira e ACS), indo ao encontro de um dos principais pressupostos da ESF, que é a equipe multi/interdisciplinar, na qual todos os profissionais envolvidos ganham voz, podendo fornecer distintas maneiras de enxergar a assistência à saúde, aumentando o leque de possibilidades de

intervenção, diante das situações propostas no cotidiano dos serviços de saúde (Campos, 2003).

Processos de acolhimento e estabelecimento de vínculos ganharam destaque nas reuniões acompanhadas, com elevado grau de familiaridade, apresentado principalmente pelas ACS, as quais moravam no território onde a ESF oferecia sua assistência, o que permitia, talvez, um contato mais aprofundado com os usuários, remetendo-nos a uma produção do cuidado ocorrendo através do modo de ser no mundo pelo(s) sujeito(s), independentemente de onde ele estiver desempenhando seu processo de trabalho, guiando-se pelo território existencial onde o trabalhador inscreve-se enquanto sujeito ético-político (Franco; Merhy, 2013).

Todavia, como já apontado, dar-se-á maior ênfase aos dados oriundos das entrevistas, que foram realizadas com a participação de cinco usuários da ESF em questão, os quais nos forneceram ricas contribuições para a compreensão da produção do cuidado na relação médico-paciente. Cabe ressaltar, que os nomes dos entrevistados foram modificados para garantir-lhes privacidade em seus relatos.

De início, destacou-se uma alta rotatividade dos profissionais médicos na ESF estudada, ferindo o princípio de longitudinalidade da AB e não apresentando a figura destes profissionais como uma fonte regular de atenção e cuidado, como apontam os relatos a seguir:

Então, a gente vai e consulta com o médico! Aí...passa uns tempinho já nem é mais o médico...já é outro! Só que a gente às vezes a gente acostuma com aquele médico...Que tá sabendo já do teu caso...aí você já tem que passar tudo pra outro, né? Então eu achava assim, que devia ter um médico fixo pra tratar daquilo, né? (Valência).

Era médica! Agora o nome dela.....esqueci o nome dela....é tanto médico que passa pela unidade, né?! Que a gente.....a gente nota tudo, mas.... (Luana).

E.....daqui de Areia Branca, né?! Mudou muitos médicos daqui....daí....foi mudando....foi mudando os médico, né?! Agora...tem um médico agora que tá, eu tô me tratando com o Dr.....como é...? (Margarida).

Tais relatos nos apontam para uma certa fragilidade na construção e manutenção dos vínculos na relação médico-paciente, fazendo com que os usuários, em certa medida, se sentissem inseguros, desamparados,

desprotegidos, desrespeitados (Merhy, 2002), não configurando, talvez, um sentido existencial, para estes, de que estavam sendo cuidados (Ayres, 2004).

Outro fator que apareceu nos encontros com os entrevistados foi referente às visitas domiciliares (VD) realizadas pelos médicos. Embora demonstrassem certa satisfação com as visitas dos ACS, alguns deles apontaram que gostariam de receber as visitas dos médicos em seus domicílios:

Se..... eles não vão fazer isso, né?! Acho que não..... a gente gosta, né.....é.....é legal pra nós, mas ele não vem não! Nunca, nunca, nunca..... (João Cândido).

Por outro lado, aqueles que receberam VD dos médicos demonstraram grande satisfação:

O ano de 2009 eu tive esse AVC (acidente vascular cerebral), fui bem atendida, tá? Pelo clínico, os médico.....veio na minha casa, eles vieram me ver, entendeu? Não deixaram de me ver. Deram muita atenção pra mim, entendeu? Bastante mesmo! (Valência).

Isto nos elucida sobre a relevância das VD, da parte do médico, como importante fomento à produção do cuidado, na ótica dos usuários. Embora vários sejam os percalços e dificuldades para que estas ocorram no cotidiano da assistência prestada pela ESF estudada, as VD trazem um alto significado simbólico, podendo representar para os usuários um “cuidado especial”, que simboliza um compromisso da equipe, além de fortalecer o vínculo entre o médico, a equipe e o usuário (Borges; D’oliveira, 2011).

Além do mais, as VD pareceram corroborar, em nossa visão, como importantes geradoras de territórios existenciais (Kastrup, 2007), já que podem fomentar o estabelecimento de vínculos e acolhimentos que apontam para uma produção subjetiva do cuidado, para ambas as partes, embebida em sentidos e significados não pautados somente pelas preocupações de saúde, mas também pela preocupação com a vida daquele que usufrui do cuidado, o usuário, que se sente humanizado (Ayres, 2004).

Entretanto, aspectos referentes a exames e diagnósticos surgiram como importantes componentes simbólicos à produção do cuidado na relação médico-paciente:

Faz bem....faz.... eu fico muito bem! Quando eu chego lá ele fala: ah.....tá tudo ótimo! Porque eles abre pra ver direitinho, né? (os exames) aí o médico examina tudo e depois marca pra eu ir lá....aí eu vou! E fala: tudo bem...tudo bem (Valência).

[...] enquanto ele falava, é.....tá melhor?! Fez isso? (terapêutica passada pelo médico). Aí levava o exame que ele passava...né! Eu tenho uma pilha assim de exame! Aí olhava, olhava... Ah, tá bom! Continua com o remédio! Só...Tô mais de cinco ano fazendo a próstata aí! Já fiz exame de toque lá tudo e ele tá.....diz que eu tô bom, então....pra mim é bom, né?!” (João Cândido).

Sobre este tópico, Franco e Merhy (2013) formulam o conceito de “Produção imaginária da demanda”, no qual o usuário deposita no procedimento toda a expectativa de ser cuidado e protegido. Entretanto, alegam tratar-se de um recurso limitado, pois é parte de um complexo processo produtivo da saúde, determinado por processos sociais, técnicos e de subjetivação.

Nesse sentido, alegam ser a satisfação das necessidades dos usuários, associadas a procedimentos (exames, diagnósticos e medicamentos) uma “construção imaginária”, inventada, o que limita o encontro entre pessoas, trabalhador de saúde e usuários, em produzir algo em comum, enquanto sujeitos de um mesmo processo, o cuidado (Franco; Merhy, 2013).

Não doravante, esta representação simbólica que confere significado aos exames/procedimentos atua também no nível dos trabalhadores de saúde, que possuem intrinsecamente em suas atuações o modelo biomédico hegemônico, produtor de procedimentos, conferindo a estes, no mesmo viés, uma “Produção imaginária da oferta” (Franco; Merhy, 2013).

Além disso, houve relatos em que eram os próprios entrevistados quem solicitavam os exames:

.... como eu fico preocupada com isso então eu vou...peço os exame e faço...tá bom! Aí...é de família que eu tive...aí (eu peço exames) de sangue e de urina....aí eu falei tudo bem!” (Vivi).

... aí o médico examina tudo e depois marca pra eu ir lá....aí eu vou! E fala: tudo bem...tudo bem....aí eu falei: olha, tô precisando de remédio de pressão, porque eu vou precisar, né?! Só tenho dois....então eu falei....quando chegou na hora..que eu...que eu.....vou lá e peço pra ele...é isso! (Valência).

Concomitantemente às ideias descritas acima, percebemos, no contexto analisado, certa prevalência da lógica da escolha em detrimento da lógica do cuidado, ora caminhando à vertente do mercado, onde os usuários adquirem os exames e diagnósticos (produtos) por terem direito a estes (Spink, 2015), ora caminhando para a vertente da cidadania, favorecendo a autonomia aos usuários, os quais escolhem o que desejam, dentre as opções ofertadas pelo serviço de saúde (Souza, 2015).

Não doravante, ganha relevância a inflexão da TAR, tido que os exames diagnósticos e medicamentos, na configuração de “objetos” e “coisas” trouxeram, para os entrevistados, importantes aspectos alinhados à perspectiva de autocuidado e autonomia diante de seus processos de saúde-doença, dando vazão para o fato de que outros atores, que não os humanos, podem surgir como conferidores de significados na relação médico-paciente (Latour, 2004).

Entretanto, não podemos deixar de salientar que, embora esse exercício de autonomia e autocuidado seja incentivado e exercido pelos usuários em questão, principalmente na vertente da cidadania, frente aos serviços fornecidos e que vão de encontro às diretrizes da AB, há, em parte, um reforço do poder profissional do médico quando da solicitação destes procedimentos pelos usuários, já que a hegemonia do saber biomédico deu a este profissional o domínio dos fatos e a tomada de decisão acerca do que é bom para a saúde do usuário (Mol, 2008).

Porém, deve-se frisar que, embora feitas as devidas críticas, foram constatados relatos de uma verdadeira construção de confiança e diálogo no encontro clínico, transpassando a dimensão técnica e caminhando para uma produção subjetiva do cuidado da parte do(s) médico(s) e usuário(s) em relação:

...fiquei assim desesperada...né? Eu fiquei preocupada pra num entrar em depressão, sabe? ...então eu vou... procurar um médico, né? Aí conversei tudo e ela disse: Não tem problema...isso vai passar...você vai melhorar...você vai ficar bem...Só me aconselhou bem....quer dizer.....e graças a Deus eu tô indo...não entrei em depressão!Eles ajudam muito a levantar a pessoa, viu? (Margarida).

.....então, eu ficava assim, muito ansiosa! Então, ele (o médico) até me ajudou...não só como na parte clínica, mas também emocional, sabe? Ele me deu um apoio tremendo! (Vivi).

Vemos, desta forma, operar a lógica do cuidado, com fatos e valores sendo tratados conjuntamente, mediante uma intervenção na vida dos usuários (Mol, 2008), que foram considerados pacientes porque sofriam, não por serem passivos e/ou dependentes da prática médica (Spink, 2015).

Tais relatos também coadunam com uma produção do cuidado relacional e intercessora, configurando processos de subjetivação para ambos sujeitos no encontro clínico (Merhy, 2002), bem como corroborando em uma conexão entre estes indivíduos como parte constituinte dos processos de saúde enquanto sinônimos de cuidado.

Neste sentido, embora a relação médico-paciente tenha se configurado historicamente de maneira assimétrica, mediante distribuição desigual de autoridade decorrente da racionalidade e tecnicidade proeminentes nesta relação, incitando certa passividade e dependência do paciente perante o médico (Soares; Camargo Jr., 2007), surgiram a existência vínculos geradores de “novos” sentidos e significados para a saúde e para a vida daqueles que usufruíam do cuidado, permitindo-se, em certa medida, o reconhecimento dos significados sociais e culturais atribuídos pelos entrevistados aos seus processos de saúde-doença na relação com os profissionais médicos (Ayres, 2004; Kleiman, 1980).

Um apontamento de extrema relevância à temática aqui esmerada, foi a atuação fundamental dos ACS para os usuários entrevistados:

...eu acho que a diferença do atendimento com o médico, quando a gente chega lá, começa nas agentes de saúde. Porqueelas sabendo os problemas que a gente tem em casa....elas conhecendo melhor a gente...que elas tem contato com a gente....porque o médico não tem! (Valência).

Quando eu chego lá no médico, eu acredito que ele já tenha um....que tem essas reuniões (reuniões de equipe), não é à toa....eu acredito que quando eu chego lá, ele já sabe alguma coisa sobre mim através dela (ACS)! Porque ela já é uma pessoa que já tá há muitos anos... (Vivi).

Assim, ganha extrema importância o fomento à equipe e atuação(ões) multi/interdisciplinar(es), fomentados pela ESF em suas diretrizes organizativas tido que, na percepção dos usuários, são os ACS grandes colaboradores para a qualidade dos encontros clínicos com o(s) médico(s).

Isto posto, ganhou premência a necessidade de valorização das competências de cada profissão e a necessidade de espaços coletivos de produção do cuidado em saúde, não limitando-se ao espaço físico da ESF em

questão, como importantes elementos para a colaboração junto à reflexão dos sujeitos (profissionais e usuários) e da comunidade sobre os problemas de saúde em seus respectivos contextos (Silva *et al.*, 2012).

Logo, a produção do cuidado na relação médico-paciente não apresentou-se limitada a este profissional e nem ao espaço físico onde ocorre o encontro clínico, ratificando a ideia de que o perfil do cuidado não se limita ao espaço onde o cuidado ocorre em si, mas pelo território existencial onde o trabalhador inscreve-se como sujeito ético-político, independentemente de onde ele estiver desempenhando seu processo de trabalho (Franco; Merhy, 2013), fazendo-se relevante a designação de cuidado como o ato terapêutico que busca, em todo o seu processo, seu sentido existencial para os sujeitos em relação (Ayres, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretende aqui esgotar a discussão em torno da produção do cuidado na relação médico-paciente, nem apontar como deveriam ser realizadas, ou não, as práticas em saúde na AB e ESF. Pelo contrário, o cerne deste estudo é a elucidação e o interesse em demonstrar como as dimensões socioculturais são importantes aspectos para um olhar crítico-reflexivo acerca de como a produção do cuidado, na relação médico-paciente e como um todo, se dá de maneira dinâmica e complexa, dando vazão para o enfoque voltado a estudos de âmbito micropolítico.

Tampouco os achados aqui delineados crítico-reflexivamente limitaram-se ao que se julga como indevido à produção do cuidado em si. Pelo contrário, a intenção aqui contida foi de tratar da produção do cuidado na relação médico-paciente como fortemente relacional e imbricada a diferentes contextos, atores e ações, não restritos ao encontro clínico, espaço físico, onde se dão os encontros entre usuários e trabalhadores, e à temática da saúde, tomando, assim, direcionamentos que extrapolam o caráter meramente técnico da clínica, caminhando em prol da intersubjetividade dos sujeitos em relação, isto é, protagonistas do cuidado e intercessores nas práticas em saúde.

Almejou-se, assim, trazer contribuições àquilo que acredita-se ser o principal objetivo da AB e da ESF, assim como em todas as práticas em saúde, que é a produção do cuidado, sendo a promoção à saúde e à prevenção de agravos as “ferramentas” para que este objetivo seja alcançado, como nos demonstra sabiamente Merhy (2002).

Portanto, torna-se imprescindível o fomento a uma produção do cuidado em saúde embasada, acima de tudo, por tecnologias mais relacionais e usuário-centradas, a fim de permitir àqueles que usufruem do cuidado maior autonomia nos seus modos de andar a vida, assim como um cuidado emancipado do terreno da pura técnica, sendo permeável a novos horizontes terapêuticos, principalmente em se tratando da enorme capilaridade que atinge a ESF e a AB no Brasil.

Deste modo, tais horizontes terapêuticos, desde que fomentados, permitiriam o surgimento de “novos” sentidos e significados às identidades/alteridades presentes nos encontros entre trabalhadores da saúde e usuários e, deste modo, irão instigar constantes processos de subjetivação e surgimento de novos/outros territórios existenciais, que orientarão as práticas de saúde ético-politicamente em todo o seu desenvolvimento prático.

Ganha relevância, nesta ótica, a necessidade de constantes estudos de abordagem qualitativa e de âmbito micropolítico acerca da relação médico-paciente e da produção do cuidado na AB, tido que estes podem nos apresentar as nuances contidas nos microprocessos do trabalho em saúde, dando visibilidade e trazendo riqueza analítica para um olhar voltado para os diferentes e múltiplos contextos que permeiam a AB e ESF, os quais definem o perfil da assistência e do cuidado oferecidos nas práticas de saúde, podendo, assim, fomentar novas e frutíferas intervenções e reflexões para a AB enquanto reordenadora do modelo assistencial do SUS.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. O. M.; BARRETO, L. C. H. C.; FONSECA, C. D. A ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA. IN: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: MEDICINA AMBULATORIAL. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2006. P. 88-100.
- AYRES, J. R. C. M. O CUIDADO, OS MODOS DE SER (DO) HUMANO E AS PRÁTICAS DE SAÚDE. SAÚDE E SOCIEDADE, SÃO PAULO, V. 13, N. 3, P. 16-29, 2004.
- BOLTANSKI, L. AS CLASSES SOCIAIS E O CORPO. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 3. ED. 2004.
- BORGES, C. F.; BAPTISTA, T. W. F. A POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE: REFLETINDO SOBRE A DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES. TRAB. EDUC. SAÚDE, RIO DE JANEIRO, V. 8, N. 1, P. 27-53, MAR./JUN. 2010.
- BORGES, R.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. THE MEDICAL HOME VISIT AS A SPACE FOR INTERACTION AND COMMUNICATION IN FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA. INTERFACE - COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, V. 15, N. 37, P. 461-72, ABR./JUN. 2011.

-
- CAMPOS, G. W. S. **SAÚDE PAIDÉIA**. SÃO PAULO: HUCITEC, 2003.
- CAPRARA, A. UMA ABORDAGEM HERMENÊUTICA DA RELAÇÃO SAÚDE-DOENÇA. **CAD. SAÚDE PÚBLICA**, RIO DE JANEIRO, v. 19, n. 4, p. 923-931, 2003.
- CAPRARA, A.; LANDIM, L. O. P. **ETNOGRAFIA: USO, POTENCIALIDADES E LIMITES NA PESQUISA EM SAÚDE**. **INTERFACE – COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO**, BOTUCATU, v. 4, 2008.
- FRANCO, T.; MERHY, E. **PSF: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS. OS MODELOS TECNOASSISTENCIAIS E PROCESSOS DE TRABALHO EM SAÚDE**. DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL / FCM / UNICAMP. CAMPINAS, 1999.
- FRANCO, T.; MERHY, E. **TRABALHO, PRODUÇÃO DO CUIDADO E SUBJETIVIDADE EM SAÚDE: TEXTOS REUNIDOS**. ORG. TÚLIO BAPTISTA FRANCO, EMERSON ELIAS MERHY – 1. ED. ISBN 978-85-64806-86-3, 361P. SÃO PAULO: HUCITEC, 2013.
- GADAMER, H. G. **O MISTÉRIO DA SAÚDE: O CUIDADO DA SAÚDE E A ARTE DA MEDICINA**. LISBOA, EDIÇÕES 70, 1997.
- GEERTZ, CLIFFORD. “UMA DESCRIÇÃO Densa: POR UMA TEORIA INTERPRETATIVA DA CULTURA”. IN: **A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS**. RIO DE JANEIRO: GUANABARA KOOGAN, p 13-41, 1989.
- KASTRUP, V. O FUNCIONAMENTO DA ATENÇÃO NO TRABALHO DO CARTÓGRAFO. **PSICOL. SOC**, v. 19, n. 1, p. 15-22, JAN./ABR. 2007.
- KLEINMAN, A. **PATIENTS AND HEALERS IN THE CONTEXT OF CULTURE**. BERKELEY: UNIVERSITY OF CALIFORNIA, 1980.
- LAPLANTINE, F. **ANTROPOLOGIA DA DOENÇA**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1991.
- LATOUR, B. **POLITICS OF NATURE: HOW TO BRING SCIENCE INTO DEMOCRACY**. CAMBRIDGE: HARVARD UNIVERSITY PRESS, 2004.
- LOPES, J. M. C.; CURRA, L. C. D. A IMPORTÂNCIA DO AFETO NA CONDUTA DO MÉDICO DE FAMÍLIA E COMUNIDADE. **REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE**, RIO DE JANEIRO, v. 8, n. 26, p. 6-10. JAN./MAR. 2013.
- MENDES, E. V. A APS NO BRASIL. IN: **O CUIDADO DAS CONDIÇÕES CRÔNICAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: O IMPERATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA**. BRASÍLIA, DF: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; p. 71-99, 2012.
- MERHY, E. E. **SAÚDE: CARTOGRAFIA DO TRABALHO VIVO**. SAÚDE EM DEBATE, 145. ISBN: 85-271-0580-2. ED. HUCITEC, SÃO PAULO, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **O DESAFIO DO CONHECIMENTO: PESQUISA QUALITATIVA EM SAÚDE**. 7. ED. SÃO PAULO: HUCITEC, 2000.
-

MOL, A. ONTOLOGICAL POLITICS. A WORD AND SOME QUESTIONS. IN: LAW, JOHN; HASSARD, JOHN. (ORGS.). **ACTOR NETWORK THEORY AND AFTER**. OXFORD: BLACKWELL PUBLISHING, 1999.

MOL, A. **THE BODY MULTIPLE: ONTOLOGY IN MEDICAL PRACTICE**. DURHAM: DUKE UNIVERSITY PRESS, 2002.

MOL, A. **THE LOGIC OF CARE: HEALTH AND THE PROBLEM OF PATIENT CHOICE**. OXFORD: OUTLEDGE, 2008.

NASCIMENTO, L. C. N.; SOUZA, T. V.; OLIVEIRA, I. C. S.; MORAES, J. R. M. M.; AGUIAR, R. C. B.; SILVA, L. F. THEORETICAL SATURATION IN QUALITATIVE RESEARCH: AN EXPERIENCE REPORT IN INTERVIEW WITH SCHOOLCHILDREN. **REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**, v. 71, n. 1, p. 228-33, 2018.

OLIVEIRA, M. A.; PEREIRA, I. C. ATRIBUTOS ESSENCIAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA. **REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**, v. 66, p. 71-164, 2013.

OLIVEIRA, R. C. **O TRABALHO DO ANTROPÓLOGO**. BRASÍLIA/SÃO PAULO: PARALELO QUINZE/EDITORIA DA UNESP. 220 P, 2006.

ROLNIK, S. **CARTOGRAFIA SENTIMENTAL**. PORTO ALEGRE: ED UFRGS, 2006.

SÁ, M. C. A FRATERNIDADE EM QUESTÃO: UM OLHAR PSICOSSOCIOLÓGICO SOBRE O CUIDADO E A “HUMANIZAÇÃO” DAS PRÁTICAS DE SAÚDE. **INTERFACE**, BOTUCATU, v. 13, p. 651-64, 2009.

SCHRAIBER, L. B. **O MÉDICO E SEU TRABALHO: LIMITES DA LIBERDADE**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1993.

SILVA JR., A. G.; ALVES, C. A. MODELOS ASSISTENCIAIS EM SAÚDE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. IN: MÁRCIA VALÉRIA G. C. MOROSINI E ANAMARIA D. ANDREA CORBO (ORG). **MODELOS DE ATENÇÃO E A SAÚDE DA FAMÍLIA**. EPSJV/FIOCRUZ, 2007. P 27-41. ISBN: 978-85-98768-24-3, RIO DE JANEIRO, 2007.

SILVA, A. T. C. ET AL. NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA VISÃO DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, BRASIL. **CAD. SAÚDE PÚBLICA**, RIO DE JANEIRO, v. 28, n. 11, p. 2076-2084, 2012.

SOARES, J. C. R. S.; CAMARGO JR., K. R. A AUTONOMIA DO PACIENTE NO PROCESSO TERAPÊUTICO COMO VALOR PARA A SAÚDE. **INTERFACE**, BOTUCATU, v. 11, n. 21, p. 65-78, 2007. ISSN 1414-3283

SOUZA, I. M. A. A NOÇÃO DE ONTOLOGIAS MÚLTIPLAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS. **ILHA**, v. 17, n. 2, p. 49-73, AGO./DEZ. 2015.

SPINK, M. J. P. CLIENTES, CIDADÃOS, PACIENTES: REFLEXÕES SOBRE AS MÚLTIPLAS LÓGICAS DE CUIDADO NA ATENÇÃO À SAÚDE. **SAÚDE Soc.**, SÃO PAULO, V. 24, SUPL. 1, P. 115-123, 2015.

STARFIELD, B. **ATENÇÃO PRIMÁRIA: EQUILÍBRIO ENTRE NECESSIDADES DE SAÚDE, SERVIÇOS E TECNOLOGIA** [INTERNET]. BRASÍLIA, DF: UNESCO/MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2002. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.DOMINIOPUBLICO.GOV.BR/PESQUISADETALHEOBRAFORM.DO?SELECT_ACTION=&CO_OBRA=14609](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14609). ACESSO EM: ABR. 2020.

VELHO, G. **OBSERVANDO O FAMILIAR**. INDIVIDUALISMO E CULTURA. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1981.

BEM VIVER PARA OS MUNDURUKU:

Ipi wuy xi ibuyxim ikukap (cuidar e respeitar a terra-mãe)

João Messias da Silva Sousa

Mestre pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA)
Pesquisador do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (NESAM)

Pedro Henrique Coelho Rapozo

Doutor em Sociologia pela Universidade do Minho
Professor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e
Coordenador do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (NESAM)

Resumo: Neste artigo se analisa a categoria do ‘bem viver’ para o povo Munduruku do alto Tapajós. Para isso, se partiu do diálogo entre o conceito do termo na cosmologia Munduruku e as discussões propostas por Lacerda e Feitosa (2015), Acosta (2015), Sampaio *et al.* (2017) e Krenak (2020). Os dados que serviram de base para a preparação deste são as fontes bibliográficas e as narrativas das lideranças Munduruku. O pesquisador viveu no território Mundurukânia entre os anos de 2016 a 2019, de tal modo, os diários de campo produzidos serviram como fonte dos discursos sobre o modo de vida do povo indígena do Alto Tapajós, Norte do Brasil. Os interlocutores são sete lideranças indígenas (quatro adultos e três jovens) que nasceram e vivem até hoje nas aldeias Missão, Morro do Kurap, Poxoreben e Waro Apopo, todos localizados no Alto Tapajós. Desse modo, a pesquisa conduz para o entendimento dos próprios conceitos elaborados pelo povo Munduruku que, assim como os povos indígenas andinos, criadores do conceito Sumak Kawsaya, também se opõem à lógica do sistema capitalista. Em seus termos, os Munduruku, fundamentam as suas relações com base no ipi wuy xi ibuyxim ikukap, expressão usada para definir o bem viver, que tem como significado o cuidar e respeitar a terra-mãe.

Palavras-chave: Viver bem; Cosmologia; Munduruku; Amazonas.

Abstract: This article analyzes the category of ‘good living’ for the Munduruku people of the upper Tapajós. To do this, we started from the dialogue between the concept of the term in Munduruku cosmology and the proposals developed by Lacerda and Feitosa (2015), Acosta (2015), Sampaio *et al.* (2017) and Krenak (2020). The data that served as the basis for preparing this are bibliographical sources and the narratives of Munduruku leaders. The researcher lived in the Mundurukânia territory between 2016 and 2019, so the field diaries produced served as a source of discourse about the way of life of

the indigenous people of Alto Tapajós, northern Brazil. The interlocutors are seven indigenous leaders (four adults and three young people) who were born and still live today in the villages Missão, Morro do Kurap, Poxoreben and Waro Apopo, all located in Alto Tapajós. In this way, the research leads to the understanding of the concepts created by the Munduruku people who, like the Andean indigenous peoples, creators of the Sumak Kawsaya concept, also oppose the logic of the capitalist system. In their terms, the Munduruku base their relationships on the basis of *ipi wuy xi ibuyxim ikukap*, an expression used to define good living, which means caring for and respecting the motherland.

Keywords: Living well; Cosmology; Munduruku; Amazon.

INTRODUÇÃO

O avanço do capitalismo provocou um consumo desenfreado dos recursos naturais e, conseqüentemente, a mercantilização da natureza em grande escala. Além disso, aprofundou as diferenças sociais, escalonou a situação de pobreza a níveis mínimos de dignidade, determinou a flexibilização de direitos humanos fundamentais e gerou violências de todos os tipos.

Em uma sociedade marcada por raízes coloniais, com referências oligárquicas e neoliberais, a humanidade tem um preço: uns valem muito, enquanto outros ficam condicionados a uma existência de privações (de todos os níveis), concessões e flexibilização de direitos essenciais à existência. Isso parece definir as relações possíveis na chamada modernidade. Todavia, há formas de (re)existência¹ que têm se colocado contra essa determinação.

O povo Munduruku do alto Tapajós, povo indígena da Amazônia brasileira, por exemplo, nos demonstra uma outra razão de existir. Na cosmologia desse povo, seres humanos são integrados/parte da natureza, primam por um desenvolvimento que não esteja associado à fome, doenças, exclusões e no qual ser humano e natureza sejam vistos com dignidade. Nessa perspectiva, uma outra sociedade pautada no bem viver é possível?

Neste artigo, se analisa o termo Bem Viver a partir de duas vertentes epistemológicas, a dos Munduruku, que o entendem como alternativa

¹ A palavra (re)existência é tomada neste estudo no sentido de que a existência indígena depende da resistência. O povo existe resistindo à necropolítica.

concreta de abertura para novas perspectivas de construção da relação sociedade-natureza, e a de Krenak e Acosta, que discutem as implicações geradas pela oposição entre bem viver e viver bem.

Os dados que serviram de base para a produção deste artigo resultam de um conjunto de entrevistas realizadas², sobre o modo de vida nas aldeias Munduruku. Os/as interlocutores são seis lideranças indígenas (quatro adultos e dois jovens) que nasceram e vivem até os dias atuais nas aldeias Fazenda Tapajós, Missão, Morro do Kurap, Poxoreben e Waro Apõpo, todas localizadas no alto Tapajós.

Na primeira parte do texto, descrevemos quem são os Munduruku, como estão organizados socialmente e o seu modo de vida, para, num segundo momento, enfocarmos especificamente, o que definem como *ipi wuy xi ibuyxim kukap*, ou seja, que o bem viver é cuidar e respeitar a terra-mãe, e por fim, estabelecermos um diálogo entre essa categoria cosmológica e as discussões atuais sobre o bem viver que tem sido fomentada por Krenak e Acosta.

OS WUYJUË: A AUTODENOMINAÇÃO DO POVO MUNDURUKU

Povo indígena pertencente à família linguística Munduruku, do tronco Tupi, os Munduruku se autodenominam Wuyjuë. Segundo relatos orais coletados pela Funai, a designação Munduruku, nome por meio do qual são conhecidos desde fins do século XVIII, lhes foi atribuída pelos Parintintins. Os Parintintins eram senhores da região entre a margem direita do rio Tapajós e do rio Madeira. Com eles, os Wuyjuë travaram inúmeras batalhas

² O pesquisador conviveu com os Munduruku do alto Tapajós de 2000 a 2019. O primeiro contato com a cultura deles ocorreu no período de 2000 a 2004. A ideia era conhecer o modo de vida indígena. Então, a permanência era de 05 a 10 dias nas aldeias e na Missão Cururu. O primeiro contato efetivo com as lideranças e a compreensão das lutas empreendidas para defesa do território ocorreu em 2007, durante uma Assembleia dos Caciques na aldeia Sai Cinza. Esse evento impactou a compreensão do pesquisador sobre as demandas e, em 2009, ao assumir o secretariado de Evangelização Missão da Custódia São Benedito da Amazônia (Ordem dos Frades Menores), passou a se envolver diretamente com as questões das lutas em defesa do território. Por conta disso, as visitas se tornaram mais frequentes e com maior tempo de duração. As condições efetivas de moradia só se consolidaram em 2015. De 2016 a 2019, morou na Aldeia Missão, mas percorreu frequentemente todas as aldeias da TI Sai Cinza e da TI Munduruku e participou efetivamente das assembleias, encontros e reuniões que consolidaram, desde então, a atual fase do processo de organização política do povo Munduruku do alto Tapajós.

disputando território de caça e de pesca. A denominação de Wuyjuḡu teria como significado “formigas vermelhas” – referência designativa devido à uma estratégia de ofensiva, os guerreiros Munduruku atacavam em massa os territórios rivais (Ramos, 2003; Gomes, 2006; Martines, 2007).

De acordo com o texto “Mundurukú: o povo que dominou o Pará antes do homem branco”, de Lúcia Hussak Van Veltem (1978 *apud* FUNAI, 1997), os Munduruku se tornaram conhecidos por causa de seu costume de cortar as cabeças dos inimigos mortos, retirarem o cérebro, os olhos e a língua e em seguida mergulharem em azeite de andiroba e fazê-las secar. Adornavam-nas com variados enfeites de penas, e as espetavam num pau. As cabeças assim tratadas eram consideradas troféus valiosos, conferindo prestígio aos guerreiros.

Segundo dados da Funai (FUNAI, 1974, p. 2), as primeiras notícias sobre o contato das frentes colonizadoras com os Munduruku datam da segunda metade do século XVIII. A primeira referência escrita feita pelo vigário José Monteiro de Noronha, em 1768, que os denominou “Maturucu”, quando foram avistados às margens do rio Maués, tributário do rio Madeira, antiga Capitania do Rio Negro – atual estado do Amazonas –, onde atualmente existem comunidades dessa etnia cuja história de contato e relações com a sociedade nacional apresenta aspectos distintos das comunidades Munduruku situadas na região do alto Tapajós. Hoje, a maioria da população Munduruku da bacia do Madeira habita a Terra Indígena Coatá-Laranjal, que teve os trabalhos de demarcação física concluídos também em 2001. Há registro também de comunidades fora dos territórios demarcados.

Os Munduruku vivem em regiões³ e territórios diferentes nos estados do Pará (Sudoeste, calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga), Amazonas (Leste, rio Canumã, município de Nova Olinda; e próximo à Transamazônica, município de Borba), Mato Grosso (Norte, região do rio dos Peixes, município e Juara). No mito de origem, Karosakaybu⁴ criou os Munduruku na aldeia Wakopadi, situada nos campos centrais, próxima às cabeceiras do rio Krepori, local hoje situado nas proximidades do limite leste da terra demarcada em 2001.

³ Dados do Instituto Socioambiental (2017) registram que a TI Munduruku, no Pará, tem 6.518 habitantes; a TI Kwatá-Laranjal, no Amazonas, apresenta 2.484; a TI Sai Cinza, no Pará, tem 1.739; as demais, juntas, somam 3.352 habitantes.

⁴ Deus da mitologia do Munduruku. “Na vasta Mundurukânia, no alto Tapajós, habita o deus criador do mundo, Karosakaybu, segundo os Munduruku” (Monteiro, 2010).

Figura 1: Localização do povo Munduruku do alto Tapajós



Fonte: Lideranças Munduruku Alto Tapajós/PA (2022)

O povo Munduruku tem seus territórios situados nos estados do Pará, do Mato Grosso e do Amazonas. De acordo com Scopel, Dias-Scopel e Langdon (2018), cada território do povo indígena Munduruku tem conjuntura sociocultural específica, em razão das particularidades locais, que vão desde diferenças ambientais à memória e à experiência de processos históricos próprios. Segundo os autores, os Munduruku identificam-se como um mesmo povo, originário de afluentes do alto Tapajós, cujo território abrange quase a totalidade da área da bacia do rio Tapajós até o rio Madeira.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO POVO MUNDURUKU

Segundo Figueira (2017), os Munduruku se estabelecem numa sociedade patriarcal, na qual a figura do homem é bem evidente. “Além disso, a descendência é patrilinear, que é quando os filhos herdaram o clã do pai. Até hoje, há a preservação dos clãs, Vermelho e Branco, onde os pertencentes de um clã não podem casar-se com os integrantes do mesmo clã” (p. 35). Ramos (2003) também afirma que “A organização é patrilinear e segue a regra de exogamia”.

Sendo clãs exogâmicos, uma pessoa pertencente a uma determinada metade só pode contrair casamento com uma

pessoa da metade oposta. Assim, uma pessoa do clã Bõrõ, um dos muitos clãs da metade branca, só poderá casar-se com alguém de um clã pertencente à metade vermelha, como Karo. As possibilidades são variadas, sendo que entre os da metade branca estão: Kirixi, Akai, Saw e outros; na metade vermelha: Kabá, Tawé, Wako e outros. Os nomes dos clãs correspondem a diferentes elementos da natureza, como árvores, pássaros e mamíferos, que fazem parte da rica cosmologia dos Munduruku, estando muitas vezes presentes nas narrações e canções tradicionais que explicam o mundo e as relações dos homens dentro dele (Ramos, 2003, p. 35).

No sistema de classes de idade Munduruku, o ingresso na idade adulta ocorre através do casamento. Isto difere de outras sociedades onde existem rituais de iniciação seguidos de rituais de casamento. A entrada na classe de idade adulta é importante, pois, permite que os indígenas exerçam papéis na estrutura social dessa etnia.

As informações oriundas do trabalho do casal Murphy (1954) dizem que cada aldeia era uma unidade política autônoma e a liderança estava nas mãos do chefe e dos homens mais velhos, sendo que cada aldeia tinha o seu chefe (cacique). Os mais velhos participavam das decisões porque a Casa-de-Homens era um conselho onde se discutiam todos os problemas das aldeias e os homens que residiam nela é que tinham a prerrogativa de participar das discussões que poderiam resultar em decisões políticas.

Hoje, a organização política das aldeias acontece em duas modalidades distintas: em uma delas, de acordo com os valores indígenas, há a representação de uma figura central que possui a liderança incumbida pela própria cultura Munduruku, que é o Cacique ou capitão; a outra modalidade de representação política é exercida por líderes mais jovens que constituíram as associações e se autodenominam guerreiros e guerreiras Munduruku.

Essa referência à tradição guerreira dos Wuyjuḡu é ancestral, pois dominaram culturalmente a região do Vale do Tapajós, que nos primeiros tempos de contato e durante o século XIX era conhecida como Mundurukânia. Nos dias atuais, suas lutas estão voltadas para garantir a integridade de seu território, ameaçado pelas pressões das atividades ilegais dos garimpos de ouro, pelos projetos hidrelétricos e a construção de uma grande hidrovía no Tapajós.

Figura 2: Expedição de monitoramento dos Munduruku no rio das Tropas em um local de grande operação de mineração



Fonte: Acervo do Movimento Munduruku Ipereg Ayu (2021)

Nesse sentido, eles têm encampado lutas em diversas frentes: os Munduruku do Baixo Tapajós lutam para regularização de seus territórios. Os Munduruku do Alto Tapajós já têm duas terras regularizadas, a TI Sai Cinza e a TI Munduruku, lutam contra a invasão de garimpeiros ilegais em suas terras e a implantação de grandes projetos na região.

MODO DE VIDA DOS MUNDURUKU DO ALTO TAPAJÓS

No livro “O rio Tapajós, os Capuchinhos e os índios Mundurucus” (2000), de Frei Pelino de Castrovalvas, pode-se encontrar os relatos das experiências desse missionário durante o período de sua missão no rio Tapajós, onde teve contato com os índios Munduruku, no período compreendido entre 1871 e 1883.

Nesses textos, Castrovalvas registra que entre os Munduruku do alto Tapajós há muito respeito e amor à família e, geralmente, não se introduz a poligamia. Os filhos são socializados na caça e na pesca e desde pequenos os meninos já possuem arcos e flechas para se adestrar logo cedo na arte da sobrevivência. Frei Pelino conta ainda que as crianças viviam muito tempo brincando na água e que, por isso, eram excelentes nadadores/as.

No texto, o Frei, explica que as meninas, assim que completavam 10 (dez) ou 11 (onze) anos de idade recebiam logo um homem como marido. Isso

é determinado pelos seus próprios pais. Segundo Frei Castrovalvas, o esposo era, geralmente, mais velho que a menina, para poder-lhe propiciar alimento para seu sustento, levando a vida em comum com o pai e a mãe da moça.

Nesse tipo de casamento é o homem que passa para a casa da mulher e [os Mundurukú] não fazem festas nem tampouco cerimônias [para comemorar essa união]. Não se concede dote ou outra coisa, mas basta o puro e simples consentimento dos cônjuges e dos genitores e, algumas vezes, mesmo sem [o consentimento] (Castrovalvas, 2000, p. 203).

De acordo com Sousa (2008, p. 79), “um indígena Munduruku, de ambos os sexos, de acordo com meus interlocutores, tão logo se “case”, ou tenha um parceiro (a), passa a ser referido pelo termo que designa a idade adulta”. Por exemplo, na língua Munduruku, há termos diferentes para designar um rapaz, um jovem, de um adulto. O termo *Yai panisoat* é usado para se referir a um rapaz de 14 ou 15 anos. Já o termo *Yai Pankoroat* é usado para denominar um jovem que se uniu maritalmente a uma mulher.

Nas observações feitas em campo, foi possível registrar que as casas, de modo geral, são construção rústicas, de toras de pau a pique, cobertas com palha e rebocadas com argila (tabatinga) tirada das margens do rio. Algumas das moradias têm apenas uma porta e mais parecem um grande barracão, sem divisórias.

Figura 4: Moradia Munduruku



Fonte: Autoria própria (2018)

A cozinha, geralmente, fica na parte externa das moradias, com um fogão a lenha, onde são preparadas a maioria das refeições.

Para eles, manter o povo bem alimentado e saudável é uma das preocupações mais relevantes. Nas aldeias, não há marcação de tempo tão acirrada como ocorre na sociedade não índia. De acordo com um participante da pesquisa, os indígenas começaram a pensar no tempo com a presença da escola, pois precisavam mandar os filhos à escola. Em relação às demais atividades na aldeia, o grande guia ainda é o sol. Quanto à alimentação, não importa a hora que os indígenas chegam da caçada e da pescaria com algum alimento, rapidamente as mulheres se organizam fazem a comida e comem na hora, até porque não tem locais para armazenamento dos mesmos (Figueira, 2017, p. 32).

Durante o convívio com o povo, observamos que o cultivo da mandioca e a produção de farinha fornecem a coesão desse grupo social. A atividade é muito trabalhosa, envolve a cooperação de várias pessoas dentro do grupo doméstico. Sendo esta atividade uma das atividades que ainda mantém o grupo familiar coeso.

Enquanto algumas características do contato com os *pariwat* estão causando fragmentação do povo, essa atividade, embora não consiga reunir a aldeia, ainda consegue reunir a família nuclear e a família extensa.

Apesar de cada roçado pertencer teoricamente a uma pessoa, há uma estratégia de sobrevivência comum nessas aldeias. Como o produto da roça é abundante, o excedente é repartido com os de casa, e, depois, de acordo com os vínculos de parentesco, é repartido com todos da aldeia.

Figura 5: Atividade coletiva para produção de farinha



Fonte: Autoria própria (2018)

Para Souza e Souza (2012, p. 178), há uma luta árdua para que esses e outros costumes dos Munduruku sejam respeitados, inclusive, quando se referem aos modos de vida, como defesa do território e cuidados com a terra. Segundo os autores, a estrutura organizacional na sociedade indígena sofreu uma ruptura e foi influenciada pela presença de outros constituintes, dificultando, assim, a manutenção social, cultural, pois

não possuem condições de reproduzir inteiramente sua estrutura social por causa de sua própria condição de inserção junto às instituições da sociedade não-índia de matriz capitalista e cristã, ou seja, inseridos numa outra estrutura social. Assim, ocorreram adaptações fazendo surgir uma nova ordem que envolve a estrutura social dessa etnia em situação de contato (Souza e Souza, 2012, p. 178).

Essa situação nos últimos anos ganhou uma proporção maior devido ao avanço da ação de garimpeiros ilegais no território e a proposta de instalação de grandes projetos governamentais e não governamentais na região. Um dos principais impactos dessas ações externas tem sido denunciado por algumas lideranças do povo Munduruku do alto Tapajós que veem tais ações como uma ameaça ao que eles denominam de *Ikuat ixag* “a boa comida” e de *ikuat puybin* “bom alimento”.

Figura 6: Sobrevoio na região de mineração ilegal no território Munduruku do Alto Tapajós, no Pará



Fonte: Marizilda Cruppe/Amazônia Real/Amazon Watch (2020)

De tal modo, poderíamos nos perguntar o que move os povos indígenas a lutar e a defender o território até com a vida se preciso for? O Bem Viver! A cosmovisão do bem viver é que move o Povo Munduruku.

O BEM VIVER MUNDURUKU

A análise do bem viver Munduruku se contada por meio das lentes do pesquisador, inicia-se com uma viagem no ano de 2018, com destino à aldeia Waro Apompu, conhecida também como “Posto Munduruku”, por ser um antigo posto da Funai. Chegando na aldeia, os guerreiros já estavam à espera, fomos até a casa do cacique para tomarmos café com beiju de mandioca. Nesse momento, convidaram-me também para comer “*bio*” (anta) na casa de um guerreiro. De acordo com Krenak (2020, p. 8) “quando tiraram daquela cosmovisão uma ideia traduzindo para o Espanhol e a chamaram de Buen Vivir, depois, para o Português, como Bem Viver, a gente já fez tantas pontes, que nós nos aproximamos muito mais de uma coisa que é ocidental”, é necessário deixar bem claro sobre que tipo de bem viver os povos indígenas ameríndios vivem, que é bem diferente do emprego dado as de concepção ocidental.

Quando estávamos a caminho da casa, outras pessoas da aldeia também vieram. O caminho até a casa foi feito por meio de risos, conversas e brincadeiras, notei também que cada pessoa que retornava do caminho trazia consigo um pedaço de carne. No momento que chegamos até a casa, umas

partes da *bio* ainda estavam sendo preparadas assadas, o guerreiro que matou a *bio* então começou a nos contar a história dessa caça.

[...] o Bem Viver com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso ao uso, o Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida (Acosta, 2015, p. 33).

O guerreiro disse que chegou até o lugar conhecido como “comedouro”, ficou aguardando a *bio* chegar, e, quando já em certa hora da noite, quatro antas se aproximaram. Ele prestou atenção em cada *bio*: haviam dois machos diferentes em tamanho (um maior e outro menor) e duas fêmeas, uma gestante e outra não. O guerreiro contou que resolveu matar o macho maior. A cada nova pessoa que chegava em sua casa para comer a *bio*, o guerreiro contava novamente essa história com todos os detalhes, chegando até mesmo a se rolar no chão e imitar a *bio*. Todos sorriam da história que era contada.

O guerreiro estava além da perspectiva de “herói” que havia realizado um grande feito em benefício do povo. Ao reviver a memória contando a história, o guerreiro ensina-nos sobre a conservação dos recursos, a preservação da vida futura e a escolha racional (e solidária) de manter para as próximas gerações o alimento, por isso, a decisão pelo animal macho adulto, que pode ser entendida também como uma forma particular de reflexão e saber transmitido sobre o manejo sustentável dos bens naturais.

Foi com isso que entendi um pouco mais da cultura Munduruku, de que um dos grandes ensinamentos deixados pelos antepassados é o de que nada é individual, o alimento é da coletividade. Todo trabalho é para o grupo, e é nesse esforço que nasce a felicidade da partilha em cada momento vivido. O grande saber Munduruku está na perseverança da espera, do cuidado em só obter aquilo que é necessário e em não romper com o fluxo de harmonia com a natureza.

Hoje, compreendo que é nesse campo que reside o grande conflito, pois são caminhos opostos de vida. Enquanto na perspectiva Munduruku (e de outros povos indígenas) a importância está no bem viver da coletividade e da partilha (do que é de todos e todas), na sociedade não-indígena, o *pariwat* (o branco/inimigo) é fascinado pela cultura do acúmulo e do individualismo. De acordo com Acosta (2012, p. 68; Acosta *et al.*, 2013, p. 309) “modo de vida alternativo em substituição àquele desenvolvimento que assumido pelas sociedades ocidentais e que frente a atual crise ambiental, resulta insustentável”.

Nessa viagem à aldeia Waro Apompu, outros momentos levam-nos a pensar sobre a importância do bem comum, como, por exemplo, a divisão de trabalho em prol do coletivo: cada um elabora uma função na aldeia. Esse ensinamento veio de um desses cenários de trabalho na aldeia, quando, ao observar um senhor cortando lenha, fui indagá-lo se não era mais fácil ele descascar a mandioca. O senhor me disse: “não, paim, essa não é minha função”.

Ele continuou falando que quando era mais jovem, ia até o roçado com a mulher; enquanto ele puxava a mandioca, ela tirava a raiz. Era ela que carregava e trazia até a casa de farinha, e ele vinha acompanhando. Indaguei o motivo de a mulher carregar, pois ele poderia ajudá-la. Ele me disse que era preciso protegê-la dos perigos nesse trajeto, então deveria ficar atento e com os braços livres para fazer a segurança até a aldeia.

De tal modo, a noção de bem viver para os Munduruku está articulada a um conjunto de saberes relacionados diretamente à construção biossocial dos indivíduos por meio do sentido de coletividade. Assim, o modo de “produção” de um corpo Munduruku pode ser entendido como resultado de uma série de estratégias adaptativas de sobrevivência coletiva. Dentre elas, destaca-se a garantia de um território saudável.

O Bem Viver “mais do que condição material, socioeducacional e de saúde, é estado particular de felicidade, no qual vigoram padrões culturais distintos. Não se nega abstrair a lógica econômica [...] mas releva territorialmente o bem comum e não é ela hegemônica ou mesmo determinante nos processos de produção e reprodução humana, dos quais resulta o sujeito esvaziado” (Sampaio *et al*, 2017, p. 41).

Na cosmologia Munduruku, o mundo está repleto de seres visíveis e invisíveis considerados perigosos ou letais. Estar preparado para lutar contra essas ameaças é o *ethos* ativo deles, são guerreiros ‘sempre em guerra’. Logo, o corpo deles deve ter os atributos de um guerreiro, estar sempre forte, saudável e apto para o combate.

Por conta disso, é preciso agir frente a todas as formas de adversidade que possam impedi-los de assegurar a construção desse corpo de guerreiro Munduruku. Uma das ameaças concretas a esse intento é a degradação do território que lhes fornece elementos vitais para isso. Daí, porque as lutas pela manutenção do território assumirem a centralidade da vida deles. De acordo com Lacerda e Feitosa (2015, p. 15). Esse projeto sempre inacabado de transformação da realidade impulsiona os sujeitos sociais a buscar sempre abrir novos horizontes de possibilidades.

É no e pelo território que constroem suas identidades e os sentimentos de pertencimento étnico, as práticas xamânicas, os rituais de cura, as massagens, podem ter acesso e fazer uso de plantas e partes de animais, ingeridos ou utilizados, em banhos, infusões, defumações; na produção de ungentos, extratos.

Tudo isso é construído, produzido e reproduzido dentro do território como estratégias para lutar com doenças – ou preveni-las – e, mais ainda, como necessárias para a construção de um corpo saudável, ainda que seja de um indivíduo, é resultante de um modo coletivo de produção assegurado pelo bem viver do povo. De acordo com Lacerda e Feitosa (2015, p. 13), “resgatou historicamente e valorizou os saberes e práticas da ordem social conquistada e, ao mesmo tempo, os projetou como horizonte de sentido na busca pela substituição da nova ordem injusta imposta pelo sistema colonial”.

Na língua Munduruku, a compreensão desse bem viver é *ipi wuy xi ibuyxim ikukap*, ou cuidar e respeitar a terra-mãe para manutenção da qualidade de vida coletiva: “(...) porque lá que vive os que a gente come e os animais também vive lá, sem floresta os animais também não vive, nem nós os Munduruku” (jovem Munduruku, moradora da aldeia Fazenda Tapajós, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk’, em 2018).

Essa codependência entre eles e o território fica ainda mais clara quando explicam como as plantas são utilizadas para lhes assegurar um corpo saudável.

Nós usamos nossas plantas, principalmente castanha, que serve para comer, tanto para curar. A gente usa castanha para curar ferida, para tomar também. As mulheres quando ganham bebê tem que fazer o chá da casca de castanha. A gente usa essas plantas, vários tipos de plantas que a gente tem, não é só castanha. Tem pé de castanha, vários pés de plantas, de caju, de murici, de vários tipos de plantas existem para curar feridas, dor cabeça, dor de barriga. Tem raiz que serve para dor de barriga, para tosse, a gente usa muito as plantas, principalmente a semente de cumaru, a gente tira, né, óleo de andiroba também, que serve para remédio para tosse, para curar (mulher Munduruku, moradora da aldeia Poxoreben, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk’, em 2018).

Esse cuidado que a mãe terra lhes assegura é retribuído com a defesa das reservas naturais que inclui proteger toda a diversidade ambiental do território, principalmente, assegurar a qualidade da água dos rios. Os Munduruku têm uma relação umbilical com o rio, como comprovamos no relato de uma mulher indígena da Associação Wakoborun.

A nossa relação com o rio é como a gente sempre fala que: sem rio a gente não é nada. De manhã quando a gente acorda, porque a gente vai direto, primeiro lugar que a gente vai é para o rio. A gente pega a água para fazer alguma coisa, o mingau, o café, essas coisas. Depois a gente vai pro rio levar as panelas para lavar na beira do rio, lavar roupa, dar um banho nos nossos filhos. Antes de ir para o café da manhã, então a gente usa... a gente tem muita relação, que a gente fala que sem o rio a gente fica muito sem nada, porque a nossa relação é muito forte com o rio e sem o rio a gente não é nada, porque a gente depende muito dele para banhar, a gente tem aquela liberdade de ficar ali na beira do rio, de tá lavando roupa, de tá lavando louça, de tá dando banho nos nossos filhos e de tá levando essa água para dentro de casa: levar água para lavar a mão, para fazer comida desse rio (mulher Munduruku, moradora da aldeia Fazenda Tapajós, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk', em 2018).

Uma outra dimensão do bem viver é a distribuição das atividades. Homens, mulheres, jovens, crianças e idoso têm suas funções bem definidas. Tudo que fazem é de modo coletivo e visando o bem comum. Os jovens e crianças acompanham os pais em todas as atividades. A contribuição deles realizando pequenas tarefas é uma forma de integrá-los à vida em comunidade e de ensiná-los a cultura do povo.

As crianças sempre costumam ajudar as mães a cortar as manivas, o tamanho das manivas para colocar na cova onde vai ser cavado (mulher indígena da aldeia Fazenda Tapajós). (...) quando a gente vai para roça, a gente tirar capinha, a gente colhe, planta pé de banana, de mandioca, pé de outros também, às vezes a gente carrega a cana para tirar o caldo para tomar (jovem Munduruku da aldeia Waro Apompu, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk, em 2018).

Os idosos continuam ativos contribuindo com as tarefas do dia a dia “nossos velhos, são os sábios(...) tem sábio que gosta de pescar, tem sábio que faz artesanato ainda, peneiras, trabalha com isso. Eles trabalham ainda na roça também” (mulher Munduruku, moradora da aldeia Fazenda Tapajós, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk, em 2018).

A rotina em uma aldeia Munduruku começa cedo e a vida diária é instituída pela ação das mulheres “nós acordarmos de madrugada para fazer o café, mingau de banana para nossos filhos e para os nossos maridos” (mulher Munduruku, moradora da aldeia Fazenda Tapajós, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk', em 2018). Essa primeira refeição é partilhada

com todos da aldeia e é nesse momento que há o planejamento das ações coletivas.

E aí de manhã, a comunidade até hoje ainda usa isso, de manhã a gente tem um barracão comunitário. Vamos reunir pra tomar café juntamente, os homens separados e as mulheres em outra mesa. E lá as mulheres tomam café, conversam e veem o que a comunidade tem, vê se tem alguma atividade marcada (mulher Munduruku moradora da aldeia Fazenda Tapajós, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk', em 2018).

Cabe às mulheres uma série de atividades além da organização do desjejum, mas o cuidado com a roça assume na vida delas um espaço importante.

Normalmente quem planta mais na roça são as mulheres. As mulheres pegam aquelas batatas para plantar e cará, dá muito. Os homens, nessa parte, não ficam, são mais as mulheres e daí vai gerando, vai crescendo e a gente para eles crescer, né, tá mantendo a roça e as mulheres têm que ir ali limpar de mês em mês. As mulheres vão até a mandioca crescer, e quando a mandioca cresce, nós já começamos a usar ela para fazer farinha para tirar para consumo já. Então isso que acontece nesse processo de roça, o nosso dia a dia que nós somos muito ligados a esse trabalho, principalmente esses tempos de roça. (mulher Munduruku moradora da aldeia Poxoreben, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk', em 2018).

Além desse cuidado com o plantio, com o processo de crescimento e com a colheita dos produtos, cabe também a elas o trato com os alimentos a serem consumidos. Os homens pescam e caçam, mas a responsabilidade pela higiene, cocção e distribuição das proteínas é das mulheres.

Eles pescam, né, vão pescar, pegam uma canoa e vão pescar. Quando eles voltam, trazem o peixe e deixam na beira. Quando eles voltam, trazem o peixe e deixam na beira e as mulheres começa tratar, também um compartilhamento de alimentação, as mulheres que dividem. Aí faz, né, tratam o peixe, cozinham e colocam para todo mundo comer. Os homens caçam, trazem e as mulheres que chegam para tratar porco, porco de caça, anta (mulher Munduruku, moradora da aldeia Poxoreben, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk', em 2018).

Durante o convívio com os Munduruku é possível constatar essa regra de comensalidade, comer junto, dividir com os mais próximos o que se colheu, pescou ou caçou. A fartura é um bem coletivo: “As alimentações são

muito compartilhadas, muito dividido. Quando o marido pega muito peixe ou muita caça e aí são divididas de casa em casa. E é assim o nosso dia a dia, às vezes vão pra atividade fazer alguma coisa, mas tem que comer a alimentação primeiro” (mulher Munduruku, moradora da aldeia Fazenda Tapajós, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk’, em 2018).

As mulheres dedicam-se ainda à prática do artesanato como um elemento a mais no modo de ser mulher Munduruku. Quando perguntamos quais eram as funções de uma mulher numa aldeia, a resposta sintetizou bem o modo de vida delas:

E o nosso dia a dia é isso, tem que tá cuidando da roça, tem que tá cuidando dos filhos, tem que tá ali fazendo a comida para os seus filhos dentro de casa e cuidando da Aldeia, fazendo a limpeza. E nós quando não tem essa atividade de limpar roça, a gente também trabalha fazendo farinha, as mulheres vão tirar mandioca na roça. Tem as mulheres que trabalham como artesãs, quando elas têm no seu dia a dia pronto, principalmente esse trabalho, quando ela faz farinha, tendo a comida dentro de casa, elas fazem muito artesanato ainda. Elas fazem colar, elas fazem esses artesanatos (mulher Munduruku, moradora da aldeia Fazenda Tapajós, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk’, em 2018).

Essa fala indica não só a diversidade de práticas femininas, mas desvela também a responsabilidade das mulheres em relação às crianças. Elas assumem a primeira fase de formação, conduzem a prole nas excursões pelo território, partilham a escolha de sementes para o plantio, a manufatura de artefatos e utensílios domésticos, bem como os cuidados com roça.

Cabe aos homens outras funções também importantes como estratégias do bem viver.

Os homens vão para pescar. Vão para pescar, às vezes eles vão sair para caça, às vezes para buscar fruta, tirar a castanha. Esse é papel de homem. E às vezes eles fazem uma roça, brocam a roça para plantar de novo. Então é assim que os homens trabalham. Os homens fazem arco e flecha, eles trabalham com essas coisas também. E muitas das vezes eles participam também dos encontros que, atualmente, hoje em dia, a gente discute muito isso é isso. Os homens também, então o papel de homem é isso né fazer a roça, cuidar, pescar, caçar construir casa (mulher Munduruku, moradora da aldeia Poxoreben, depoimento no primeiro encontro Pusuruduk’, em 2018).

Assegurar esse modo de vida, e zelar para que as futuras gerações compreendam os princípios do *ipi wuy xi ibuyxim ikukap*, é uma tarefa muito importante, por isso, cabe a todos a responsabilidade de não deixar que isso se perca. E a fala contundente de uma das jovens lideranças parece indicar que esse legado não se perderá.

O povo Munduruku não vive sem água, água é vida. A água é suja, aí a gente vê triste isso, muito triste água suja, nós nos banha na água suja: as crianças, jovens, adultos, idosos também que banha na água suja. Os peixes também fica doente quando a água é suja. Aí quando os homens pesca, eles pegam na água suja e aí o peixe fica doente, e nós comemos o peixe doente. Isso é triste. Às vezes a pessoa fica doente, às vezes o peixe come mercúrio e a pessoa também come peixe, aí come mercúrio também. Nós estamos querendo acabar com os garimpeiros, não queremos destruição nas aldeias, nós queremos nossa floresta bem para proteger os animais, os peixes, para banhar, porque as crianças banham muito no rio, e também nós planta na floresta. Isso que é muito importante para nós, como nós vamos se alimentar sem a floresta lá? Como é que vamos tomar água suja? Os caciques também ficam muito tristes vendo a água suja, eles querem o bem da floresta (depoimento no primeiro encontro Pusuruduk, em 2018).

Esse modo de vida desvelado pelas falas Munduruku contrasta com a lógica capitalista do viver bem. Essa lógica reduz o território à materialidade, a um espaço repleto de ‘bens de capital’, bens monitorizáveis. Local que deve ser explorado, expropriado. Esse mesmo território para os Munduruku adquire, como vimos, uma outra dimensão.

É um lugar de vida, de personificação cosmológica de uma cultura ímpar, habitado por seres sagrados, que lhes nutre com tudo que precisam, que lhes garante alimento, remédios, lazer, alegria, fartura, partilha, trabalho. Não é um ambiente experimentado como meramente produtivo, mas literalmente reprodutivo da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo gera possibilidades concretas de reflexões acerca do termo do bem viver a partir do modo de vida do povo indígena Munduruku do alto Tapajós, com a colaboração dos fundamentos teóricos da perspectiva de pensamento da decolonialidade e da interculturalidade, que norteam caminhos que ajudam a reaprender a pensar, a trilhar outros modos operantes de processos de produção de conhecimentos.

O bem viver do povo indígena Munduruku do alto Tapajós, (re)existiram aos diferentes processos de colonização e rompe com as estruturas dos velhos estados-nação e ao modelo do sistema de produção econômica exploratório e extrativista, baseados na relação privados-capitalistas acumulativo.

Estar fortemente ancorado no respeito à vida, representando uma cosmovisão construída de forma milenar e ancestral, reafirmando o fortalecimento das diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza. Essa maneira de viver dos Mudurukus, com base em experiências e vivências cotidianas, construíram um conjunto de princípios e modelos cooperativos e comunitários que estão interligados por uma rede de relações mútuas e complexas, cheias de significados reais e simbólicos que são recíprocas e complementares.

Então, o bem viver do povo indígena Munduruku do alto Tapajós é um estado particular de felicidade, que é assegurado a partir do momento que vigoram os padrões culturais distintos da organização e funcionamento do povo indígena Muduruku do alto Tapajós, como bem lembra Walsh (2005), é como incitar um (re)pensamento crítico, em termos de perspectiva, lógica e prática, que tenha como seu fundamento e razão de ser a transformação socioeconômica, política e cultural da sociedade.

O bem viver de cada povo indígena representa uma alternativa de resistência à máquina do rolo compressor e tentáculos do capitalismo selvagem, respondendo com um tipo de modelo de sociedade que só quer promover aquilo que é suficiente para a satisfação das necessidades do ser e da natureza.

Portanto, o bem viver do povo indígena Munduruku do alto Tapajós, precisa ser reconhecida, valorizada e divulgada na medida que se vai realizando pesquisa sobre essa temática com outras abordagens, além do mais, mostra a grande potência dos povos indígenas na construção de formas alternativas, resignificando os seus processos de lutas e reivindicações, respondendo com autonomia e protagonismo aos seus desafios de seu tempo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **BUEN VIVIR SUMAK KAWSAY. UNA OPORTUNIDAD PARA IMAGINAR NUEVOS MUNDOS.** QUITO: ABYA YALA, 2012.

ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E.; SACHER, W. **SALIR DEL EXTRACTIVISMO: UNA CONDICIÓN PARA EL SUMAK KAWSAY. PROPUESTAS SOBRE PETRÓLEO, MINERÍA Y ENERGÍA EN ECUADOR.**

EN: LANG, M.; LÓPEZ, C.; SANTILLANA, A. (COMPS.). **ALTERNATIVAS AL CAPITALISMO DEL SIGLO XXI**. QUITO: ABYA YALA, FUNDACIÓN ROSA LUXEMBURGO, 2013.

ACOSTA, A. **O BEM VIVER: UMA OPORTUNIDADE PARA IMAGINAR OUTROS MUNDOS**. TRADUÇÃO DE TADEU BREDAS. SÃO PAULO: AUTONOMIA LITERÁRIA/ELEFANTE, 2016.

CASTROVALVAS, P. DE. **O RIO TAPAJÓS, OS CAPUCHINHOS E OS ÍNDIOS MUNDURUCUS**. TRADUÇÃO DR. RUY COUTINHO GUILHON. SÃO LUIS – MA: LITHOGRAF, 2000.

FIGUEIRA, R. M. C. **A SITUAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTEXTO INDÍGENA MUNDURUKU NA REGIÃO DO MÉDIO/ALTO TAPAJÓS – ESTADO DO PARÁ**. (2017). DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2017. ORIENTADORA PROF^a. DR^a. RAYNICE GERALDINE PEREIRA DA SILVA.

GOMES, D. M. **ESTUDO MORFOLÓGICO E SINTÁTICO DA LÍNGUA MUNDURUKU (TUPI)**. BRASÍLIA: UNB, 2006. TESE DE DOUTORADO. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

FERNANDES, V.; SAMPAIO C. A. C. **PROBLEMÁTICA AMBIENTAL OU PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL? A NATUREZA DA RELAÇÃO SOCIEDADE/MEIO AMBIENTE. DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**, CURITIBA, N. 18, P. 87-94, 2008.

LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. **BEM VIVER: PROJETO U-TÓPICO E DE-COLONIAL. INTERRITÓRIOS**, CARUARU, V. 1, N. 1, P. 5-23, 2015.

KRENAK, A. ORG. BRUNO MAIA. **CAMINHOS PARA A CULTURA DO BEM VIVER**. SEMANA DO BEM VIVER DA ESCOLA PARQUE DO RIO DE JANEIRO, NO DIA 17 DE JUNHO DE 2020.

MONTEIRO, T. **KARASAKAYBU: O DEUS MUNDURUKU**. (ARTIGO). VERSÃO DIGITAL. 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://TELMADMONTEIRO.BLOGSPOT.COM.BR/2010/08/KAROSAKAYBU-O-DEUS MUNDURUKU.HTML](http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2010/08/karosakaybu-o-deus-munduruku.html). ACESSO EM: 13 ABR. 2017.

MARTINES, G. V. **ASPECTOS SEMÂNTICOS DOS NOMES CLASSIFICADOS EM MUNDURUKU**. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. FFL/CH/ USP. SÃO PAULO, 2007. DISPONÍVEL EM: WWW.TESES.USP.BR/TESES/.../8/.../DISSERTACAO_GEORGE_VERGES_MARTINES.PDF. ACESSO: 30 MAIO 2015.

MURPHY, R.; MURPHY, Y. **AS CONDIÇÕES ATUAIS DOS MUNDURUCÚ**. PUBLICAÇÃO Nº 8. INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA DO PARÁ – MUSEU EMÍLIO GOELDI. BELÉM: MUSEU GOELDI, 1954.

RAMOS, A. **MUNDURUKU**. PORTAL ISA. NOVEMBRO DE 2003. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PIB.SOCIOAMBIENTAL.ORG/PT/POVO/MUNDURUKU](https://PIB.SOCIOAMBIENTAL.ORG/PT/POVO/MUNDURUKU). ACESSO EM: MARÇO 2015.

SAMPAIO, C. A. C. *ET AL.* **BEM VIVER PARA A PRÓXIMA GERAÇÃO: ENTRE SUBJETIVIDADE E BEM COMUM A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ECOSSOCIOECONOMIA**. **SAÚDE SOC.**, SÃO PAULO, V. 26, N. 1, P. 40-50, 2017.

SCOPEL, D., DIAS-SCOPEL, R.; LANGDON, E. J. A COSMOGRAFIA MUNDURUKU EM MOVIMENTO: SAÚDE, TERRITÓRIO E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **BOL. MUS. PARA. EMÍLIO GOELDI. CIÊNC. HUM.**, BELÉM, V. 13, N. 1, P. 89-108, JAN./ABR. 2018.

SOUZA; SOUZA, W. L.; K. C. C. A ESCOLA INDÍGENA MUNDURUKU: O ENSINO DO IDIOMA NATIVO COMO ESTRATÉGIA DE COESÃO TEXTUAL. ARTIGO. **REVISTA EXITUS**, V. 2, N. 1, JAN./JUN. 2012. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.ACADEMIA.EDU/6836435/REVISTA_EXITUS_AT_BULLET_VOLUME__02_A_T_BULLET_NO_01_AT_BULLET?AUTO=DOWNLOAD](https://www.academia.edu/6836435/REVISTA_EXITUS_AT_BULLET_VOLUME__02_A_T_BULLET_NO_01_AT_BULLET?AUTO=DOWNLOAD). ACESSO EM: 01 JUN. 2016.

PLANO DIRETOR DE LAGOA SECA

A experiência da revisão pela gestão

Maria Aparecida dos Santos

Advogada, especialista em Literatura e Linguística

Mariana Pôrto Viana de Albuquerque

Doutora em Engenharia de Processos pela Universidade Federal de Campina Grande;
Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande;
Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Unifacisa Centro Universitário;
Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba.

Andrey da Silva Guedes

Arquiteto e Urbanista

Larissa Nóbrega e Silva

Designer e graduanda em Arquitetura e Urbanismo

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

Descrito no art. 182, §1º da Constituição Federal como “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (Brasil, 1988), o Plano Diretor é uma lei que planeja a expansão municipal, estabelecendo diretrizes e orientações para a estruturação do espaço urbano, visando o desenvolvimento integrado entre a área urbana e a área rural, em consonância com os preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001), lei federal que regulamentou a política de desenvolvimento urbano, instituiu instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários (Brasil, 2001). Portanto, o Plano Diretor foi articulado para planejar o crescimento ordenado dos municípios, atuando na promoção da qualidade de seus diversos sistemas.

Cumprindo as disposições da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade acerca do Plano Diretor, a cidade interiorana de Lagoa Seca, localizada no estado da Paraíba iniciou em 2021, o processo de revisão do seu Plano Diretor, instituído pela Lei nº 023/2006. A finalidade dessa atualização tem como ponto de partida a necessidade de compreender o panorama vigente do município, entendendo suas problemáticas e potencialidades, de modo a orientar a Gestão Pública Municipal no planejamento de políticas públicas que viabilizem a expansão ordenada do Município e melhorem a qualidade de vida da população. Tal medida visa tanto melhorar como requalificar áreas urbanas já consolidadas, assim como criar estratégias de urbanização e desenvolvimento para outras regiões do município. Esse processo de planejamento urbano leva em consideração os diversos aspectos

do contexto local, englobando os mecanismos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano.

Compreendendo o Plano Diretor, um instrumento urbanístico legal, sua efetividade depende de aprovação na Câmara Municipal pelos vereadores, sendo de responsabilidade do gestor municipal a sua iniciativa. Após iniciado esse processo, a elaboração ou revisão deve percorrer uma série de etapas importantes e indispensáveis. Para a articulação dessas etapas, o município de Lagoa Seca se valeu do Guia para Elaboração e Revisão do Plano Diretor, de 2019, um dos produtos da cooperação técnica entre os governos Brasileiro e Alemão, no âmbito do Projeto Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS).

Com base nas orientações e proposições do Guia, foram definidas cinco etapas para sistematizar o processo, fornecendo uma metodologia estruturada de forma a auxiliar a revisão do Plano: (1) Metodologia e Constituição/Preparação das Comissões Participantes; (2) Diagnóstico: A Cidade que Temos; (3) Propostas: A Cidade que Queremos; (4) Escrita da Minuta; (5) Aprovação na Câmara.

A etapa de Metodologia e Constituição/Preparação das comissões participantes precede as demais, normatizando todo o processo de organização e sistematização das etapas subsequentes. Nesse primeiro momento, foram definidos o cronograma e constituídas as três comissões que conduziram o processo: - a Comissão de Gerenciamento e Planejamento, composta por uma equipe multidisciplinar coordenada pela advogada Maria Aparecida dos Santos, conduzida pela arquiteta e urbanista Mariana Porto Viana de Albuquerque e por outros membros com formações distintas -, a Comissão Técnica Preparatória, integrada pelos órgãos públicos como a CAGEPA, EMPAER, Polícia Rodoviária Federal, e as Secretarias Municipais, e ainda a Comissão de Acompanhamento, formada pela sociedade civil. A paridade na constituição das comissões foi priorizada em todo o processo, com o intuito de democratizar as estratégias e decisões resultantes das reuniões.

Desde o início do processo segue sendo realizada ao menos uma reunião mensal com a presença das três referidas comissões, além das reuniões semanais da Comissão de Gerenciamento e Planejamento, que ocorrem em uma ou duas ocasiões. Embora o Estatuto das Cidades indique que as Comissões sejam formadas por instituições constituídas, isto é, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -CNPJ, a gestão pública reconheceu de interesse coletivo a integração de comunidades sem

instituições constituídas, de forma a ampliar as representações no processo de elaboração do novo Plano Diretor, promovendo assim um método mais inclusivo e participativo. Foi respeitado ainda o tempo de mobilização da população para o acompanhamento do processo. Ademais, foram processados os trâmites burocráticos necessários para dar início aos trabalhos judiciais que envolvem a revisão do Plano Diretor.

Figura 1: Discussão do regimento interno pela Secretaria de Administração e a Subsecretaria de Planejamento de Lagoa Seca em 19 de novembro de 2021



Fonte: Prefeitura de Lagoa Seca (2021)

A etapa seguinte, Diagnóstico: A Cidade que Temos, foi a primeira diligência após as ações preparatórias. Tratou da execução de um de diagnóstico urbano, cujo produto serviu como guia na terceira etapa para a definição de diretrizes, elaboração de propostas e ações de desenvolvimento urbano, como também de instrumentos urbanísticos, que integrarão o novo Plano Diretor Municipal. Conforme indica o Guia, este processo reflete uma caracterização e discussão dos principais desafios e potencialidades de todo o território municipal (Andus, 2019).

Figura 2: Apresentação de dados preliminares da situação atual do município, em 7 de fevereiro de 2023



Fonte: Prefeitura de Lagoa Seca (2023)

Salienta-se a inexistência de um mapa base de Lagoa Seca, o qual foi confeccionado do zero durante esta etapa de diagnóstico urbano. Para tanto, foram realizados levantamentos e mapeamentos pela equipe técnica, os quais foram enriquecidos pelas considerações da população, em momentos de partilha e combinação de diferentes visões proporcionadas pelas reuniões comunitárias. Ao todo, até o momento, foram realizadas dezesseis reuniões comunitárias nas diferentes regiões do município, com o objetivo de assegurar a democratização na elaboração de um Plano Diretor, abarcar a população no processo e ouvir as vozes da comunidade acerca dos desafios que enfrentam. Esta análise territorial contou ainda com a ajuda de Agentes Comunitários de Saúde, que aplicaram questionários na população.

Figura 3: Entrega de cópias do questionário aos Agentes Comunitários de Saúde em 18 de novembro de 2022



Fonte: Prefeitura de Lagoa Seca (2022)

A terceira etapa, Propostas: A Cidade que Queremos, na qual o processo de revisão atualmente se encontra, corresponde à formulação de propostas com base em cada problemática ou potencialidade identificada. A consolidação desta etapa é feita através do cruzamento das estratégias sugeridas pela equipe técnica com critérios resultantes das discussões públicas, culminando em uma audiência pública para aprovação das propostas que está prevista para ser realizada no dia 14 de dezembro do ano em curso.

A quarta etapa, de Escrita da Minuta, tem o objetivo de organizar as estratégias, analisando suas possibilidades, verificando condições, contradições e consolidando-as com base em requisitos técnicos e nas discussões públicas realizadas, sendo então elaborado o Projeto de Lei do

Plano Diretor. Tal projeto de lei deve, finalmente, ser submetido à Câmara Municipal para discussão e aprovação, configurando a última etapa do processo, a etapa de Aprovação na Câmara.

O processo participativo tem se mostrado fortalecido e de fundamental relevância, ao viabilizar ações democráticas que ampliam a tomada de decisão da sociedade e que estão de acordo com a sua realidade local. Aproximando os interesses e necessidades da população na construção de bases políticas sólidas para a gestão pública.

Toda a experiência e resultados obtidos até o presente momento reforçam a importância de compreender a cidade sob os seus mais diversos aspectos, condicionantes e atores sociais. Considerando os novos desafios impostos e a infraestrutura existente com o propósito de tornar o município de Lagoa Seca mais sustentável e resiliente a longo prazo para as próximas gerações, com práticas eficientes para promover uma melhor qualidade de vida, desenvolvimento econômico e preservação ambiental para a sua população.

REFERÊNCIAS

APOIO À AGENDA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. ANDUS. GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES. 2019. 460 P.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA, DF: SENADO FEDERAL: CENTRO GRÁFICO, 1988.

BRASIL. LEI FEDERAL NO 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. ESTATUTO DA CIDADE. ESTATUTO DA CIDADE: LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, E LEGISLAÇÃO CORRELATA [RECURSO ELETRÔNICO]. 4. ED. BRASÍLIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS, EDIÇÕES CÂMARA, 2012.

BRASIL, LEI Nº 023, DE 06 DE OUTUBRO DE 2006. INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA-PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. GABINETE DO PREFEITO, LAGOA SECA, PB, 06 DE OUTUBRO DE 2006.